

# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

## **DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA**

**Nome:** Comissão de Valores Mobiliários

**CNPJ:** 29.507.878/0001-08

**Natureza Jurídica:** Entidade autárquica em regime especial

**Vinculação Ministerial:** Ministério da Fazenda

**Endereço:** Rua Sete de Setembro, nº 111, 28º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ – Brasil - CEP 20159-900  
Telefone: (21) 3233-8686 / Fax: (21) 3233-8573

**Endereço da página da internet:** [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Órgão SIAFI:** 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

**Unidade Gestora SIAFI principal:** 173030 - Comissão de Valores Mobiliários

**Unidade Gestora SIAFI criada para projetos financiados com recursos externos:**  
173062 - Comissão de Valores Mobiliários

**Gestão SIAFI:** 17202 - Comissão de Valores Mobiliários

**Norma de criação:** Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 1976.

**Finalidade:** Desenvolver, regular e fiscalizar o mercado de valores mobiliários, protegendo o interesse dos investidores e assegurando ampla divulgação das informações sobre os emissores e seus valores mobiliários.

### **Normas que estabelecem a estrutura orgânica no exercício financeiro de 2006:**

- Decreto nº 4.763 de 24/06/2003, publicado no DOU de 25/06/2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Comissão de Valores Mobiliários, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.946 de 26/10/2006, publicado no DOU de 27/10/2006, que altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 4.763, de 24 de junho de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Comissão de Valores Mobiliários.
- Deliberação CVM nº 512, de 13 de dezembro de 2006.

### **Regimento Interno:**

Aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 327, de 11 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 1977.

# APRESENTAÇÃO

Em 2006 os mercados de capitais mantiveram o ritmo acelerado de crescimento iniciado em 2003. O ambiente econômico em que operam esses mercados continuou favorável, com os mercados internacionais experimentando grande liquidez e com um ambiente interno estável, com estabilidade macroeconômica e preservação da disciplina fiscal. Como resultado desses fatores, assistimos à manutenção do ritmo acelerado de crescimento de nosso mercado de capitais, com o número de ofertas registradas na CVM atingindo cerca de R\$ 125 bilhões, recorde de emissões pelo terceiro ano consecutivo. As ofertas de ações atingiram R\$ 31,1 bilhões, um recorde absoluto com aumento de 165% sobre os números já excepcionais de 2005, sendo que as ofertas primárias superaram R\$ 16,5 bilhões e as secundárias R\$ 14,6 bilhões. As emissões de títulos de dívida — debêntures e notas promissórias — foram de cerca de R\$ 75 bilhões, um acréscimo de mais de 70% sobre as marcas de 2005. A capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira prosseguiu em ascensão, com o valor das companhias abertas saindo de R\$ 1,128 trilhão em 31 de dezembro de 2005 para aproximar-se, no final de 2006, de R\$ 1,544 trilhão, uma evolução de 37% que deverá fazer com que a capitalização do mercado brasileiro salte de cerca de 60% para algo entre 70% e 75% do Produto Interno Bruto brasileiro<sup>1</sup>.

Nesse cenário de boas notícias, dois aspectos merecem especial destaque. O primeiro diz respeito ao aumento do número de companhias abertas. Mais de 20 novas empresas ingressaram na BOVESPA em 2006, a maioria delas de médio porte, que puderam, assim, experimentar a diminuição concreta de seu custo de financiamento. O ano termina com uma variedade cada vez maior de setores da economia representados em bolsa, uma realidade que não se via há muitos anos e que poucos países na América Latina têm o privilégio de vivenciar. Um segundo ponto é o relativo ao crescimento contínuo das operações de securitização. Em 2006, as emissões de recebíveis (certificados de recebíveis imobiliários e quotas de fundos de direitos creditórios) aproximaram-se de R\$ 14 bilhões, cerca de 65% a mais do que em 2005. Disponíveis também para empresas fechadas, as operações de securitização representam uma primeira oportunidade de contato com os mercados de capitais e têm potencial para produzir impacto relevante nos canais tradicionais na economia brasileira.

Estaria enganado, entretanto, quem olhasse para 2006 e concluísse que foi um período de mera continuidade. A manutenção do ritmo de crescimento de nossos mercados foi um fator de estímulo para que a CVM pudesse se dedicar mais às muitas tarefas sob sua responsabilidade.

Nesse ano, puderam ser colhidos os primeiros resultados do trabalho dos Comitês de Regulação e de Termo de Compromisso criados no segundo semestre de 2005. Como resultado do primeiro, as discussões relativas à elaboração normativa foram aprofundadas, com maior envolvimento das áreas

---

<sup>1</sup> O percentual exato dependerá do PIB de 2006. A estimativa foi feita somando-se o PIB dos três primeiros trimestres de 2006 com o do último trimestre de 2005, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

técnicas responsáveis por sua aplicação e alívio do Colegiado no processo normativo. Em 2006, cerca de 30 novas normas foram editadas ou colocadas em audiência pública, dentre elas Instruções importantes, como a que disciplina os veículos de securitização (debatida e editada em 2006) e a que dispõe sobre os fundos de investimento financeiro (cujos debates foram encerrados em 2006 e será editada em 2007). Já o Comitê de Termo de Compromisso analisou 82 processos, dos quais 37 resultaram em celebração de Termo, com acolhimento da proposta pelo Colegiado. A celebração de Termos de Compromisso firmou-se como uma forma eficiente e efetiva de empregar os recursos da CVM, que pretendemos intensificar cada vez mais. O Comitê de Termo de Compromisso tem importância fundamental para que o façamos.

Se fosse preciso escolher um campo de atuação que mais se desenvolveu em 2006, este seria, sem dúvida, a atividade de *enforcement*. O julgamento de processos sancionadores é um componente muito relevante do trabalho da CVM. Através de tais julgamentos, a CVM sanciona o descumprimento das normas que regem o mercado de valores mobiliários, e transmite aos agentes de mercado e à sociedade a percepção de sua presença como órgão fiscalizador do mercado. Em 2006, o Colegiado da CVM julgou 131 processos sancionadores, novo recorde em relação aos 84 processos julgados em 2005. Além disso, 27 processos sancionadores foram encerrados em decorrência da celebração de Termos de Compromisso envolvendo todos os indiciados, o que fez com que o total de casos encerrados em 2006 atingisse 158 processos, um aumento superior a 50% sobre os 100 processos encerrados no ano anterior. Graças a esse esforço, que exigiu intensa dedicação do Colegiado e das áreas responsáveis pelas providências inerentes aos julgamentos, o estoque de processos da CVM já distribuídos ao Colegiado reduziu-se drasticamente. Em 2007, os processos a serem decididos já terão, em média, sido instaurados menos de 30 meses antes, com uma sensível diminuição dos prazos médios de tramitação dos processos. Uma vez atingido esse objetivo, a CVM equiparar-se-á aos seus pares das jurisdições mais desenvolvidas.

Em 2006, a CVM também passou por uma modernização de sua organização. Um novo componente foi criado em sua estrutura, a Superintendência de Planejamento. Prevista desde o Planejamento Estratégico elaborado em 2005, essa Superintendência nasce com atribuições da maior importância para o fortalecimento da Autarquia, tais como a de supervisionar as atividades de formulação de diretrizes e a de promover a articulação das ações organizacionais e de planejamento. A Superintendência de Planejamento terá, em resumo, a responsabilidade de permitir que o Colegiado planeje adequadamente as atividades futuras da CVM, acompanhando, ainda, o desenvolvimento e a implantação dos planos traçados.

Ainda sob o ponto de vista organizacional, é de se destacar a aprovação, no final de 2006, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, da Resolução nº 3.427, de 21 de dezembro, que estabeleceu, como política a ser observada no mercado de valores e como orientação geral das atividades finalísticas da CVM, a adoção de um modelo de regulação e supervisão baseada em riscos. A Resolução determina que a CVM deverá implantar um modelo de Supervisão Baseada em Risco – SBR, que imporá a identificação dos riscos a que está exposto o mercado de valores mobiliários, o dimensionamento e a classificação de tais riscos, inclusive segundo níveis de dano potencial ao mercado, as formas de mitigação dos riscos identificados e o controle e monitoramento dos eventos que possam causar dano ao mercado. Esse modelo de supervisão, hoje utilizado em alguns dos mais importantes mercados de capitais internacionais, possibilitará a utilização mais racional dos recursos

da CVM. O início das providências complementares à sua implementação está previsto para ocorrer no primeiro bimestre de 2007.

Todos esses resultados do ano que passou dependeram tanto do estabelecimento de diretrizes claras pelo Colegiado quanto do trabalho de nossos funcionários, a quem sou grato pela dedicação com que têm desempenhado suas funções. Também não poderia deixar de anotar aqui a saída de um de nossos Diretores, Wladimir Castelo Branco Castro, funcionário de carreira dos mais antigos da CVM, que por mais de oito anos honrou o Colegiado com sua inteligência, lealdade irrestrita e ponderação. Meus especiais agradecimentos a ele. Meus agradecimentos, ainda, aos meus demais colegas de Colegiado pelo comprometimento e senso de responsabilidade com que sempre responderam às demandas rápidas e complexas que nos exigiram neste ano que passou.

Por fim, não poderia deixar de lembrar, e mais uma vez comemorar, a passagem de 2006, ano em que a CVM completou seus 30 anos, atingidos em plena forma, com maturidade e disposição para continuar contribuindo para o desenvolvimento do país.

Marcelo Fernandez Trindade  
Presidente

# SUMÁRIO

<b>1. ESTRUTURA DA CVM .....</b>	<b>7</b>
1.1. COLEGIADO .....	7
1.2. CHEFIA DE GABINETE E ASSESSORIAS .....	8
1.3. SUPERINTENDÊNCIAS .....	9
<b>2. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA .....</b>	<b>12</b>
2.1. A CVM E O PROGRAMA DE GOVERNO .....	12
2.1.1. <i>Introdução</i> .....	12
2.1.2. <i>Credos da CVM</i> .....	12
2.1.3. <i>Dados do Programa</i> .....	13
2.1.4. <i>Desempenho do Programa em 2006</i> .....	14
2.2. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASC .....	22
2.2.1. <i>Competência</i> .....	22
2.2.2. <i>Comentários Gerais</i> .....	22
2.2.3. <i>Planejamento para 2007</i> .....	24
2.3. ASSESSORIA ECONÔMICA – ASE .....	25
2.3.1. <i>Competência</i> .....	25
2.3.2. <i>Atividades em 2006</i> .....	25
2.4. PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – PFE JUNTO À CVM .....	28
2.4.1. <i>Competência</i> .....	28
2.4.2. <i>Comentários Gerais</i> .....	28
2.4.3. <i>Representação Judicial</i> .....	31
2.4.4. <i>Atividade Administrativa</i> .....	32
2.4.5. <i>Atividade Normativa</i> .....	32
2.4.6. <i>Relacionamento Institucional</i> .....	33
2.5. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO – SDM .....	34
2.5.1. <i>Competência da SDM</i> .....	34
2.5.2. <i>Projetos e Trabalhos Concluídos em 2006</i> .....	35
2.5.3. <i>Projetos de Regulação em Estudo</i> .....	38
2.6. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – SRI .....	40
2.6.1. <i>Competência</i> .....	40
2.6.2. <i>Comentário Geral sobre as Atividades</i> .....	40
2.6.3. <i>Relações Multilaterais</i> .....	41
2.6.4. <i>Relações Bilaterais</i> .....	50
2.6.5. <i>Difusão de Informações</i> .....	50
2.7. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA – SFI .....	52
2.7.1. <i>Competência</i> .....	52
2.7.2. <i>Resultados e Indicadores</i> .....	52
2.8. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS – SIN .....	56
2.8.1. <i>Competência</i> .....	56
2.8.2. <i>Comentários Gerais</i> .....	56
2.8.3. <i>Resultados e Indicadores</i> .....	58
2.9. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS – SMI .....	61
2.9.1. <i>Competência</i> .....	61
2.9.2. <i>Estrutura Organizacional</i> .....	61
2.9.3. <i>Resultados Quantitativos</i> .....	64
2.9.4. <i>Planejamento para 2007</i> .....	65
2.10. SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA – SNC .....	66
2.10.1. <i>Competência</i> .....	66
2.10.2. <i>Estrutura Interna</i> .....	66
2.10.3. <i>Acompanhamento e Normatização da Atividade de Auditoria (SNC/GNA)</i> .....	66
2.10.4. <i>Normatização e Assessoramento Contábil (SNC/GNC)</i> .....	71
2.10.5. <i>Participação em Eventos</i> .....	71

2.10.6.	<i>Projetos Normativos Concluídos</i> .....	73
2.10.7.	<i>Projetos Normativos em Andamento</i> .....	73
2.10.8.	<i>Projetos Para o Triênio 2007/2009</i> .....	73
2.10.9.	<i>Indicadores de Gestão</i> .....	76
2.11.	<b>SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS – SRE</b> .....	78
2.11.1.	<i>Competência</i> .....	78
2.11.2.	<i>Comentários Gerais</i> .....	78
2.11.3.	<i>Ofertas Públicas de Distribuição</i> .....	80
2.11.4.	<i>Ofertas Públicas de Aquisição de Ações – OPA</i> .....	84
2.11.5.	<i>Supervisão de Outros Emissores de Valores Mobiliários</i> .....	84
2.11.6.	<i>Atividade de Enforcement</i> .....	85
2.11.7.	<i>Atividade Consultiva</i> .....	86
2.11.8.	<i>Atividade de Normatização</i> .....	86
2.12.	<b>SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS – SEP</b> .....	87
2.12.1.	<i>Competência Técnica</i> .....	87
2.12.2.	<i>Resultados Qualitativos</i> .....	89
2.12.3.	<i>Resultados Quantitativos</i> .....	99
2.12.4.	<i>Planejamento para 2007</i> .....	100
2.13.	<b>SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO AOS INVESTIDORES – SOI</b> .....	102
2.13.1.	<i>Competência</i> .....	102
2.13.2.	<i>Programa de Orientação e Defesa do Investidor – PRODIN</i> .....	102
2.13.3.	<i>Estrutura da Superintendência</i> .....	103
2.13.4.	<i>Atuação Educacional</i> .....	104
2.13.5.	<i>Atuação das Gerências de Orientação aos Investidores – GOI</i> .....	109
2.13.6.	<i>Atuação do Centro de Estudos em Mercado de Capitais</i> .....	115
2.13.7.	<i>Indicadores de Gestão</i> .....	119
2.14.	<b>SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO – SPL</b> .....	120
2.14.1.	<i>Competência</i> .....	120
2.14.2.	<i>Motivação para criação da Superintendência</i> .....	120
2.14.3.	<i>Estrutura da Superintendência e início de atividades</i> .....	121
<b>3.</b>	<b>GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAS</b> .....	<b>122</b>
3.1.	<b>SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA – SAD</b> .....	122
3.1.1.	<i>Competência</i> .....	122
3.1.2.	<i>Estrutura</i> .....	122
3.1.3.	<i>Resultados e Indicadores</i> .....	122
3.1.4.	<i>Gerência de Arrecadação - GAC</i> .....	128
3.1.6.	<i>Gerência de Orçamento e Finanças – GAF</i> .....	130
3.1.7.	<i>Gerência de Compras e de Serviços Gerais – GAG</i> .....	146
3.1.8.	<i>Gerência de Recursos Humanos – GAH</i> .....	149
3.1.9.	<i>Gerência de Documentação – GAD</i> .....	176
3.1.10.	<i>Gerência de Projetos – GAP</i> .....	179
3.2.	<b>SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA – SSI</b> .....	188
3.2.1.	<i>Competências</i> .....	188
3.2.2.	<i>Atividades Desenvolvidas em 2006</i> .....	189
3.2.3.	<i>Planejamento para 2007</i> .....	208
3.2.4.	<i>Estrutura de Pessoal</i> .....	211
3.3.	<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA – SRB</b> .....	213
3.3.1.	<i>Competências</i> .....	213
3.3.2.	<i>Atividades Junto ao Poder Legislativo</i> .....	213
3.3.3.	<i>Atividades Junto ao Poder Executivo</i> .....	214
3.3.4.	<i>Atividades Junto ao Poder Judiciário</i> .....	214
3.3.5.	<i>Atividades Externas</i> .....	214
3.3.6.	<i>Atividades Internas</i> .....	215
3.4.	<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SRS</b> .....	216
3.4.1.	<i>Competência</i> .....	216
3.4.2.	<i>Comentários Gerais</i> .....	217
3.4.3.	<i>Estrutura Organizacional</i> .....	220

3.4.4.	<i>Componentes Organizacionais Lotados em São Paulo</i> .....	221
3.4.5.	<i>Recursos Humanos</i> .....	222
3.4.6.	<i>Patrimônio</i> .....	224
3.4.7.	<i>Principais Indicadores da SRS</i> .....	226
3.5.	AUDITORIA INTERNA – AUD.....	227
3.5.1.	<i>Competência</i> .....	227
3.5.2.	<i>Atividades realizadas pela Auditoria Interna</i> .....	227
3.5.3.	<i>Metodologia de Trabalho</i> .....	229
3.5.4.	<i>Controle Prévio Aplicado</i> .....	231
3.5.5.	<i>Recomendações dos órgãos de Controle Interno</i> .....	232
3.5.6.	<i>Conclusão da Auditoria Interna</i> .....	238
3.5.7.	<i>Mudança do Titular da Auditoria Interna da CVM em 2007</i> .....	238
3.6.	COMISSÃO DE ÉTICA.....	239
3.6.1.	<i>Competência</i> .....	239
3.6.2.	<i>Membros da Comissão de Ética</i> .....	239
3.6.3.	<i>Medidas adotadas em atendimento ao Acórdão TCU nº 1.030/2005</i> .....	239
3.7.	OUIDORIA.....	241
3.7.1.	<i>Competência</i> .....	241
3.7.2.	<i>Atividades de 2006</i> .....	241

# 1. ESTRUTURA DA CVM

## 1.1. COLEGIADO

### **Presidente - PTE**

Marcelo Fernandez Trindade

Tels.: 55 21 3233-8242 / 3233-8245

Fax: 55 21 2221-6769

E-mail: pte@cvm.gov.br

### **Diretor**

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Tel.: 55 21 3233-8252

Fax: 55 21 3233-8253

E-mail: dmh@cvm.gov.br

### **Diretor**

Pedro Oliva Marcilio de Sousa

Tels.: 55 21 3233-8246 / 3233-8247

Fax: 55 21 3233-8531

E-mail: dps@cvm.gov.br

### **Diretor**

Sergio Eduardo Weguelin Vieira

Tels.: 55 21 3233-8248 / 3233-8249

Fax: 55 21 3233-8531

E-mail: dsw@cvm.gov.br

### **Diretor**

Wladimir Castelo Branco Castro

Tels.: 55 21 3233-8250 / 3233-8251

Fax: 55 21 3233-8531

E-mail: dwb@cvm.gov.br

## **1.2. CHEFIA DE GABINETE E ASSESSORIAS**

### **Gabinete da Presidência - CGP**

Marcelo de Sampaio Marques

Tel.: 55 21 3233-8266

Fax: 55 21 3233-8524

E-mail: [cgp@cvm.gov.br](mailto:cgp@cvm.gov.br)

### **Procuradoria Federal Especializada – PFE junto à CVM**

Alexandre Pinheiro dos Santos

Tel.: 55 21 3233-8272

Fax: 55 21 3233-8280

E-mail: [pfe@cvm.gov.br](mailto:pfe@cvm.gov.br)

### **Ouvidoria - OUV**

Marcelo de Sampaio Marques

Tel.: 55 21 3233-8266

Fax: 55 21 3233-8524

E-mail: [cgp@cvm.gov.br](mailto:cgp@cvm.gov.br)

### **Assessoria de Comunicação Social – ASC**

Tel.: 55 21 3233-8235

Fax: 55 21 3233-8422

E-mail: [asc@cvm.gov.br](mailto:asc@cvm.gov.br)

### **Assessoria Econômica - ASE**

Fabício Mello Rodrigues da Silva

Tel.: 55 21 3233-8277

Fax: 55 21 3233-8477

E-mail: [ase@cvm.gov.br](mailto:ase@cvm.gov.br)

**Auditoria Interna - AUD**

Reginaldo Pereira de Oliveira

Tel.: 55 21 3233-8493

Fax: 55 21 3233-8337

E-mail: aud@cvm.gov.br

**1.3. SUPERINTENDÊNCIAS**

**Superintendência Geral - SGE**

Roberto Tadeu Antunes Fernandes

Tel.: 55 21 3233-8258

Fax: 55 21 3233-8264

E-mail: sge@cvm.gov.br

**Superintendência Regional de São Paulo - SRS**

Eli Loria

Tel.: 55 11 2146-2012/13/14

Fax: 55 11 2146-2049

E-mail: srs@cvm.gov.br

**Superintendência Regional de Brasília - SRB**

Lúcia Helena Amorim de Oliveira

Tel.: 55 61 327-2041

Fax: 55 61 327-2034

E-mail: srb@cvm.gov.br

**Superintendência de Relações com Empresas - SEP**

Elizabeth Lopez Rios Machado

Tel.: 55 21 3233-8201

Fax: 55 21 3233-8223

E-mail: sep@cvm.gov.br

**Superintendência de Relações Internacionais - SRI**

Eduardo Manhães Ribeiro Gomes

Tel.: 55 21 3233-8263

Fax: 55 21 3233-8292

E-mail: sri@cvm.gov.br

**Superintendência de Fiscalização Externa - SFI**

Luis Mariano de Carvalho

Tel.: 55 21 3233-8289

Fax: 55 21 3233-8496

E-mail: sfi@cvm.gov.br

**Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC**

Antonio Carlos de Santana

Tel.: 55 21 3233-8268

Fax: 55 21 3233-8212

E-mail: snc@cvm.gov.br

**Superintendência de Relação com Investidores Institucionais - SIN**

Carlos Eduardo Pecego Sussekind

Tel.: 55 21 3233-8395

Fax: 55 21 3233-8473

E-mail: sin@cvm.gov.br

**Superintendência de Desenvolvimento de Mercado - SDM**

Aline de Menezes Santos

Tel.: 55 21 3233-8279

Fax: 55 21 3233-8543

E-mail: sdm@cvm.gov.br

**Superintendência Administrativo-Financeira - SAD**

Mário Luiz Lemos

Tel.: 55 21 3233-8309

Fax: 55 21 3233-8475

E-mail: sad@cvm.gov.br

**Superintendência de Informática - SSI**

Miguel Bahury

Tel.: 55 21 3233-8624

Fax: 55 21 3233-8424

E-mail: ssi@cvm.gov.br

**Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI**

Waldir de Jesus Nobre

Tel.: 55 21 3233-8303

Fax: 55 21 3233-8373

E-mail: smi@cvm.gov.br

**Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE**

Carlos Alberto Rebello Sobrinho

Tel.: 55 21 3233-8241

Fax: 55 21 3233-8356

E-mail: sre@cvm.gov.br

**Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores - SOI**

José Alexandre Cavalcanti Vasco

Tel.: 55 21 3233-8210

Fax: 55 21 3233-8211

E-mail: soi@cvm.gov.br

**Superintendência de Planejamento - SPL**

Roberto Dias

Tel.: 55 21 3233-8324

Fax: 55 21 3233-8631

E-mail: spl@cvm.gov.br

## **2. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA**

### **2.1. A CVM E O PROGRAMA DE GOVERNO**

#### **2.1.1. INTRODUÇÃO**

Dentro da programação governamental para o quadriênio 2004-2007, cabe à CVM a condução do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários. Essa forma de planejamento federal teve início em 2000, com o quadriênio 2000-2003, sendo oportuno tecer alguns comentários quanto ao conteúdo e aos resultados alcançados nessa experiência.

O Plano Plurianual – PPA é o resultado de uma experiência bem sucedida da Administração Pública Federal com o Programa “Brasil em Ação”, durante o período 1996-1999, iniciativa que sugeriu a reestruturação do planejamento estratégico governamental, conferindo mais transparência aos resultados alcançados para, assim, melhor alocar recursos. Ao mesmo tempo em que se promoveu a elaboração de um conjunto de projetos estratégicos, segundo eixos nacionais de integração e desenvolvimento, estabeleceu-se uma sistemática que facilitasse a visualização e compreensão de todo o esforço governamental, permitindo o acompanhamento centralizado da gestão dos agentes responsáveis pelas ações públicas na consecução dos objetivos da Administração Federal.

Essas modificações tiveram suas repercussões na CVM, que já então adotava um programa de qualidade voltado para o aprimoramento da gestão e para a definição de objetivos e metas, para o qual o Colegiado aprovava os seguintes conceitos:

#### **2.1.2. CREDOS DA CVM**

Constituem-se os princípios básicos e fundamentais, que devem inspirar a Autarquia e todos os seus componentes organizacionais em suas atuações no mercado de valores mobiliários.

#### **MISSÃO DA CVM**

Desenvolver, regular e fiscalizar o mercado de valores mobiliários, como instrumento de captação de recursos para as empresas, protegendo o interesse dos investidores e assegurando ampla divulgação das informações sobre os emissores e seus valores mobiliários.

#### **OBJETIVOS DA CVM**

De acordo com a lei que a criou, a Comissão de Valores Mobiliários exercerá as suas funções, a fim de:

- Estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários;
- Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais;
- Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;
- Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra:
  - Emissões irregulares de valores mobiliários;

- Atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários;
- Uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários.
- Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado;
- Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido;
- Assegurar a observância de práticas comerciais eqüitativas no mercado de valores mobiliários;
- Assegurar a observância no mercado das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Assim sendo, a CVM, com base em orientações dos órgãos centrais de Planejamento e Orçamento, reordenou seu planejamento de forma a adaptá-lo aos novos padrões governamentais, que passaram a vigorar a partir de 2000 com a introdução do PPA 2000-2003.

Em relação aos indicadores de resultados, vale registrar que, ao defini-los para o quadriênio 2004-2007, procurou-se eleger índices que melhor refletissem a missão da Autarquia em termos de estímulo ao desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, sua importância econômica e seus reflexos na sociedade.

### **2.1.3. DADOS DO PROGRAMA**

Os dados gerais do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários podem ser resumidos da seguinte forma:

- **OBJETIVO:** Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.
- **PÚBLICO-ALVO:** Agentes econômicos que atuam ou que possam atuar no mercado de valores mobiliários.
- **ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO:**
  - Fomentando, incentivando e promovendo que novas empresas se habilitem a buscar recursos nesse mercado e também para que surjam novos produtos, que nada mais são que novas modalidades operacionais;
  - Regulamentando, criando regras de funcionamento para todos os participantes desse mercado: empresas, intermediários e investidores;
  - Fiscalizando o cumprimento dessas regras e assegurando as condições de segurança, transparência e liquidez pretendidas;
  - Disciplinando a forma de apresentação de informações e assegurando a todos o acesso a tais informações; e
  - Assegurando a todos, em especial ao pequeno investidor, proteção e práticas eqüitativas, na certeza de que a grande poupança pode ser o somatório de poupanças individuais.

- GERENTE DO PROGRAMA: O Presidente da CVM definiu que a coordenação das ações da entidade é atribuição do Superintendente Geral.

#### **2.1.4. DESEMPENHO DO PROGRAMA EM 2006**

No âmbito das ações de governo constantes do Plano Plurianual – PPA, nas ações do programa *Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários*, sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda, cabe destacar, dentre as ações da Comissão de Valores Mobiliários, as ações de *Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários*, *Disseminação de informações e regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários* e *Programa de Orientação e Defesa do Investidor – PRODIN*.

No escopo das ações de **Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários**, foram julgados 131 processos sancionadores pelo Colegiado da CVM, em 2006, contra 84 processos julgados em 2005. Outros 27 processos sancionadores foram encerrados com a celebração de Termos de Compromisso envolvendo todos os indiciados. Dessa forma, foram encerrados 158 processos neste ano, representando um crescimento superior a 50% sobre os 100 processos encerrados no ano em 2005. Esses dados mostram que a atividade de *enforcement* promovida pela CVM, em 2006, na fiscalização do mercado de valores mobiliários, foi uma área de atuação de grande desenvolvimento.

Deve ser observado que nesses julgamentos a CVM sanciona o descumprimento das normas que regem o mercado de valores mobiliários, e transmite aos agentes de mercado e à sociedade a percepção de sua presença como órgão fiscalizador do mercado. Em 2007, tendo como referência fatos ocorridos nos 30 meses anteriores, com uma sensível diminuição dos prazos médios de tramitação dos processos, a CVM estará alcançando parâmetros de atuação comparáveis aos órgãos reguladores dos países mais desenvolvidos.

Na atuação de fiscalização de campo, em 2006, foram efetuadas inspeções em 378 jurisdicionados da CVM, sendo esse número 9% superior às inspeções realizadas em 2005. Desse total, 194 (51%) ocorreram em Fundos de Investimentos, 55 (15%) em escritórios de pessoas não autorizadas a atuar no mercado de capitais, seja na intermediação de valores mobiliários, seja na administração de carteira/fundo/clube de investimentos, ou na prestação de serviços de consultoria no mercado de valores mobiliários. Outras 42 (11%) inspeções foram realizadas em entidades integrantes do sistema de distribuição (corretoras e distribuidoras).

Na ação fiscalizadora realizada internamente, cabe destacar a realização de 13.068 ações de Fiscalização Eletrônica em Fundos de Investimento.

Em 31 de dezembro de 2006 existiam 44 inquéritos em instrução e, dentre esses, 27 novos inquéritos administrativos instaurados em 2006. Esses inquéritos, não raro, envolvem pessoas residentes no exterior, tendo em vista o vertiginoso crescimento do mercado e sua cada vez maior internacionalização.

Na linha de ação de **Disseminação de informações e regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários**, em 2006, na atuação de regulamentação do mercado, foram editadas ou colocadas em audiência pública cerca de 30 novas normas. É relevante destacar, dentre as novas normas, as Instruções CVM nºs 442, 443, 444 e 446, que disciplinam os veículos de securitização, e a Instrução que dispõe sobre os fundos de investimento financeiro, cujos debates foram encerrados em 2006 e será editada em 2007, e também a Instrução CVM nº 429, que instituiu o registro automático de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários em hipóteses específicas.

Na atuação de disseminação de informações, foi criado em 2006 o Centro de Estudos em Mercado de Capitais - COE, com objetivo de ser um núcleo de excelência de conhecimento técnico e acadêmico voltado para o mercado de valores mobiliários. Nas ações realizadas nesse ano, foram organizados dois seminários comemorativos aos 30 anos da Lei n.º 6.385/76, que criou a CVM. O primeiro, realizado em São Paulo, intitulado “Fundos de Investimento: Tutela do Investidor e Responsabilidade dos Administradores”, reuniu cerca de 380 participantes e contou com o apoio do Instituto de Direito Civil - IDC. O segundo, de caráter internacional, realizado no Rio de Janeiro, teve como título “Analisando o presente e pensando o futuro”. Esse evento contou com cerca de 600 participantes, reunindo autoridades brasileiras e representantes de 88 instituições de diferentes países: Argentina, Austrália, Bahamas, Barbados, Bermuda, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos, Jamaica, México, Trinidad & Tobago, Uruguai e Venezuela.

Uma atuação relevante desse Centro de Estudos é a celebração de convênios de cooperação técnica e acadêmica, de modo a desenvolver centros regionais de referência. Para tanto, contempla instituições localizadas em regiões onde estejam presentes empresas e outras entidades, com potencial para abertura de capital ou utilização de instrumentos financeiros regulados pela CVM. Em 2006 foram celebrados dois convênios de cooperação técnica e acadêmica. Um desses, com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, considerando que a especialização e a capacitação do Poder Judiciário para solucionar lides oriundas de operações ou condutas no mercado de valores mobiliários pode contribuir, sobremaneira, para a plena consecução das finalidades legais da CVM. Outro convênio foi celebrado com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, visando ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, e à realização de eventos acadêmicos e de outros projetos de interesse, como programas de intercâmbio e estágio, em torno de temas relacionados ao mercado de valores mobiliários.

Ainda na linha de ação da disseminação de informação, em 2006 foi iniciado o desenvolvimento do Portal do Investidor. O principal produto será uma ferramenta de consulta e comparação entre fundos de investimento, que permitirá ao usuário fazer pesquisas na base de dados da CVM, utilizando parâmetros que facilitem a seleção daqueles que atendam melhor seu perfil de risco, retorno e custos. Espera-se, com esse poderoso instrumento, proporcionar aos consultantes informações que permitam a melhor decisão, o que, decerto, contribuirá para aumentar a concorrência entre as instituições, em benefício da eficiência.

A relevância da internet como canal de disseminação de informações é confirmada pelos mais de 37 milhões de acessos à página da CVM em 2006. Complementarmente, a CVM conta com uma biblioteca, aberta a consultas do público em geral, com cerca de 7.000 títulos, entre livros e periódicos, sobre temas relacionados com o mercado de valores mobiliários.

A linha de ação **Programa de Orientação e Defesa do Investidor – PRODIN**, lançado em março de 1998, tem como objetivo aprofundar o processo de interação dos investidores com a CVM, com foco nos pequenos e médios investidores de menor poder econômico e, dessa forma, mais vulneráveis aos riscos inerentes ao mercado. Um aspecto relevante a ser considerado é que, no Brasil, os fundos de investimento e outros instrumentos de aplicação de recursos no mercado de valores mobiliários, contam com mais de 11 milhões de investidores.

Nesse contexto, a atuação da CVM tem um papel relevante na orientação e proteção do investidor, contribuindo para aumentar o grau de confiabilidade no mercado, bem como o aspecto educacional, no que se refere aos direitos e deveres dos investidores em relação a emissores de títulos, agentes e intermediários. Dessa forma, procura-se reduzir a vulnerabilidade dos investidores a golpes e ofertas irregulares, bem como para uma maior eficiência do mercado, pois o investidor mais consciente e informado terá condições de avaliar as alternativas mais favoráveis e de menor custo para aplicação de sua poupança.

Dentre os resultados do PRODIN em 2006 destacam-se:

- Distribuição, ao público, de 120.526 exemplares de nossos cadernos e cartilhas de orientação;
- Realização do Circuito Universitário, que consiste na realização de palestras gratuitas em universidades em todo o País, bem como em outros eventos educacionais, mostrando o papel da CVM como órgão regulador e fiscalizador;
- Realização de 34 eventos do Circuito Universitário, além da participação em feiras, palestras e eventos educacionais, atingindo diretamente cerca de 9 mil estudantes. Foi realizada, também, a primeira palestra para alunos de nível médio;
- Participação da CVM na *Expomoney*, feira dirigida ao público investidor, com palestras realizadas em Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Foz do Iguaçu;
- Retomada dos Encontros com Investidores (*Town Meetings*), com a realização de evento em Porto Alegre, com participação de 360 pessoas entre investidores e acadêmicos, em conjunto com outras instituições do mercado de capitais, como a ANBID, APIMEC-Sul, BOVESPA, IBRI.

Em 2006 foi criado, pelo Colegiado da CVM, o Comitê Consultivo de Educação, com objetivos de propor e apoiar projetos visando a melhores padrões de educação financeira da população. Nos objetivos desse Comitê estão o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários e a proposição de projetos de atos normativos que concorram para facilitar a compreensão, pelo público em geral, dos direitos dos investidores, bem como para fortalecer sua proteção. Esse Comitê é composto, além da CVM, por representantes das seguintes instituições: ABRASCA, ANBID, ANDIMA, APIMEC Nacional, BM&F, BOVESPA, IBRI e INI. Como primeira atividade, foi realizado, em São Paulo, o Programa TOP – “Treinando os Professores”, voltado para docentes que lecionam disciplinas relacionadas com aspectos do mercado de capitais.

## RESULTADO DAS AÇÕES PARA O PPA EM 2006

O quadro abaixo resume os resultados alcançados em 2006, em relação ao que foi previsto inicialmente:

Ações	Execução Física		Execução Financeira	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes	1.475	901	620.000,00	431.198,11
Assistência Pré-escolar Aos Dependentes dos Servidores e Empregados	65	60	50.362,00	50.362,00
Auxílio-alimentação Aos Servidores e Empregados	510	444	867.180,00	772.596,12
Auxílio-transporte Aos Servidores e Empregados	140	131	179.460,00	174.271,12
Capacitação de Servidores Públicos Federais Em Processo de Qualificação e Requalificação	400	179	450.000,00	267.938,68
Capacitação para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais	288	288	457.137,00	300.000,00
Disseminação de informações e regulamentação do mercado de valores mobiliários	96	169,90	1.000.000,00	855.351,15
Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM, junto ao mercado de capitais	2	1	5.500.905,00	1.194.750,06
Fiscalização do mercado de valores mobiliários	3.120	4.011	896.000,00	808.766,30
Gestão e administração do Programa	0	0	55.556.703,00	52.625.621,31
Orientação e defesa aos investidores – PRODIN	60.000	177.081	710.714,00	538.680,70
Reforma e ampliação das instalações da CVM	12	1	1.720.000,00	177.648,55
Sistema informatizado da CVM	1	24	7.205.215,00	4.558.127,32

Fonte: CVM/SIGPLAN

## INDICADORES DO PPA

Apresenta-se, abaixo, um resumo dos resultados de 2006, apurados em 31/12/2006:

- **Acesso a *homepage* da CVM**

- Índice mais Recente: 37.641.757

- Fonte: CVM

- Fórmula de Cálculo: Número de acessos externos a *homepage* da CVM.

- **Relação entre as emissões primárias e o investimento total da economia**

- Índice mais Recente: 23,7 %

- Fonte: CVM e IBGE

- Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o valor do investimento realizado via mercado de valores mobiliários e o total do investimento na economia.

- **Relação entre o valor de mercado das companhias abertas listadas em bolsa e em mercado de balcão organizado e o Produto Interno Bruto**

- Índice mais Recente: 64,9 %

- Fonte: bolsa de valores, mercado de balcão organizado e IBGE.

- Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o valor total de mercado das companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado e o PIB.

## **AÇÕES DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

- **Assistência médica e odontológica aos servidores, aos empregados e seus dependentes**
  - Tipo de Ação: Atividade
  - Produto: Pessoa beneficiada
  - Unidade de Medida: Unidade
  - Área envolvida: SAD
- **Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados**
  - Tipo de Ação: Atividade
  - Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida
  - Unidade de Medida: Unidade
  - Área envolvida: SAD
- **Auxílio-alimentação aos servidores e empregados**
  - Tipo de Ação: Atividade
  - Produto: Servidor e empregado beneficiado
  - Unidade de Medida: Unidade
  - Áreas envolvidas: SAD
- **Auxílio-transporte aos servidores e empregados**
  - Tipo de Ação: Atividade
  - Produto: Servidor e empregado beneficiado
  - Unidade de Medida: Unidade
  - Área envolvida: SAD
- **Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação**
  - Tipo de Ação: Atividade
  - Produto: Servidor capacitado
  - Unidade de Medida: Unidade
  - Área envolvida: SAD

- **Capacitação para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da Comissão de Valores Mobiliários junto ao mercado de valores mobiliários**
  - Tipo de Ação: Projeto
  - Produto: Profissional capacitado
  - Unidade de Medida: Unidade
  - Áreas envolvidas: Todas
- **Disseminação de informações e da regulamentação do mercado de valores mobiliários**
  - Tipo de Ação: Atividade
  - Produto: Informação disponibilizada
  - Unidade de Medida: Gigabyte
  - Áreas envolvidas: SSI
- **Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da Comissão de Valores Mobiliários junto ao mercado de capitais**
  - Tipo de ação: Projeto
  - Produto: Estudo realizado
  - Unidade de Medida: Unidade
  - Áreas envolvidas: SGE, SRI, SDM, SFI, PFE, SMI, SSI, SNC, SEP, SRE e SOI.  
(outras superintendências também poderão contribuir para o produto dessa atividade)
- **Fiscalização do mercado de valores mobiliários**
  - Tipo de Ação: Atividade
  - Produto: Fiscalização realizada
  - Unidade de Medida: Unidade
  - Áreas envolvidas: SEP, SFI, SIN, SMI, SNC, SRE e SRI (outras superintendências também poderão contribuir para o produto dessa atividade).
- **Gestão e Administração do Programa**
  - Tipo de Ação: Atividade
  - Produto: Não definido
  - Unidade de Medida: Não definido
  - Área envolvida: SAD
- **Orientação e Defesa aos Investidores – PRODIN**
  - Tipo de Ação: Atividade
  - Produto: Investidor atendido
  - Unidade de Medida: Unidade
  - Área envolvida: SOI

- **Reforma e ampliação das instalações da CVM**

- Tipo de Ação: Projeto
- Produto: CVM reaparelhada
- Unidade de Medida: % de execução física
- Área envolvida: SAD

- **Sistemas informatizados da CVM**

- Tipo de Ação: Atividade
- Produto: Sistema mantido
- Unidade de Medida: Unidade
- Área envolvida: SSI

## 2.2. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASC

### 2.2.1. COMPETÊNCIA

Facilitar o relacionamento da CVM com os meios de comunicação em geral, zelando pela imagem da Autarquia. Com esse objetivo, a Assessoria de Comunicação Social - ASC tem auxiliado o Colegiado e as superintendências da CVM a estabelecer adequada comunicação com os órgãos de imprensa.

Os atendimentos à imprensa são centralizados na ASC, encarregada de prestar as informações demandadas pelos repórteres, além de facilitar entrevistas com porta-vozes da Autarquia. Também compete à Assessoria de Comunicação a organização e distribuição de dados estatísticos à imprensa, além da confecção e distribuição de *press releases*.

A ASC também auxilia a comunicação com outros agentes do mercado, por meio do desenvolvimento de conteúdo para o *site* institucional da CVM.

À área cabe, ainda, desenvolver e coordenar canais de comunicação interna para dinamizar a troca de informações sobre as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas da CVM.

### 2.2.2. COMENTÁRIOS GERAIS

As metas propostas pela Assessoria de Comunicação Social, de forma geral, foram atingidas em todos os setores de atuação, especialmente na área de relacionamento com a imprensa.

## ATIVIDADES EM 2006

### Comunicação Interna

- **Clipping eletrônico** (“Hoje na Imprensa”) - Diário, com noticiário em nível nacional, divulgado na intranet, atualmente a cargo da empresa *Fenix Lici*, de São Paulo, que ganhou a concorrência pública em 2004, para a prestação desse serviço.
- **Noticiário avulso on-line** – Disponível diariamente, através de *links* na intranet, com as principais notícias divulgadas na internet pela imprensa eletrônica.
- **“Acontece na CVM”** (eletrônico) – Informativo *on-line*, com noticiário interno, fornecido pelas próprias áreas e divulgado na Intranet.
- **Quadro de avisos** - De uso permanente, o espaço permite a divulgação oficial de informações gerais e específicas da Autarquia (cartazes sobre eventos externos ligados às atividades da CVM e campanhas de saúde promovidas pelo Serviço Médico, por exemplo).
- **Newsletter “Por dentro da CVM”** – A Assessoria de Comunicação lançou o informativo eletrônico, divulgado na intranet e voltado para os servidores e colaboradores da CVM, com notícias variadas sobre a Autarquia.

## Comunicação Externa

- **Assessoria de imprensa** – Atendimento habitual aos jornalistas, principalmente por telefone, com acompanhamento das entrevistas concedidas pelos porta-vozes da CVM.
- **Elaboração do Informe Mensal das Atividades da CVM** – A ASC prepara, mensalmente, um informe com as atividades da CVM, resumindo as principais realizações de cada uma das áreas. O informe relaciona informações sobre registros de ofertas, empresas, regulação, inquéritos, ações de fiscalização, decisões do Colegiado, fundos de investimento, investimentos estrangeiros e área internacional. Além de ser distribuído aos jornalistas, o informe também pode ser acessado pelo público em geral no *site* da CVM.
- **Sala de Imprensa** – Trata-se de espaço, dentro da *site* da CVM, destinado a jornalistas. Na Sala de Imprensa podem ser encontradas informações institucionais sobre a CVM, um glossário sobre regulamentação, notícias sobre a Autarquia e *press releases* divulgados à imprensa.
- **Elaboração de Press Releases** – Foram produzidos, ao longo do ano, 36 notas para a imprensa, a partir de fatos e ações ligados ao Colegiado e/ou corpo técnico. Os textos são distribuídos para jornalistas de todo o país e disponibilizados no *site*, na Sala de Imprensa.
- **Workshop com a imprensa** – A ASC promoveu, em maio de 2006, *workshop* de dois dias na redação do jornal Valor Econômico, em São Paulo. Na ocasião, as superintendências da CVM fizeram apresentações sobre suas atribuições e atividades, facilitando a compreensão, pelos jornalistas, das funções da Autarquia. No primeiro dia participaram dos encontros representantes das superintendências de Relações com Investidores Institucionais – SIN e de Registros de Valores Mobiliários – SRE, além da Assessoria Econômica - ASE. No dia seguinte, foi a vez das superintendências de Normas Contábeis e de Auditoria – SNC, de Relações com Empresas – SEP e de Desenvolvimento de Mercado – SDM. O encerramento do encontro foi feito pelo Presidente da CVM.
- **Comemorações dos 30 anos da CVM** – A Assessoria de Comunicação Social colaborou com a Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores - SOI e o Centro de Estudos em Mercado de Capitais - COE, no planejamento, organização e divulgação de três seminários promovidos pela CVM para comemorar os 30 anos de criação da Autarquia.

O primeiro evento aconteceu em maio, na cidade de São Paulo, e discutiu questões relativas à indústria de fundos de investimento. O seminário, que foi dividido em quatro painéis ao longo de um dia, reuniu um público de quase 400 pessoas.

A ASC planejou e organizou, com a colaboração da SOI, um seminário internacional comemorativo da criação da CVM. Sob o título “Analisando o presente e pensando o futuro”, o evento, ocorrido em setembro, no Hotel Meridien, no Rio de Janeiro, destinou-se a abordar diversos temas relativos ao papel do órgão regulador do mercado de valores mobiliários.

O seminário totalizou 27 palestras, apresentadas por convidados nacionais e internacionais, e assistidas por mais de 600 pessoas, dentre autoridades brasileiras, advogados, economistas, acadêmicos e representantes de comissões de valores de 16 países.

A ASC coordenou a atuação das empresas contratadas para organizar o evento, assim como estabeleceu contato com a BOVESPA e a BM&F, entidades que patrocinaram, respectivamente, almoço e jantar comemorativos, sendo esse último realizado no Hotel Copacabana Palace.

A atuação da ASC abrangeu ainda a elaboração da identidade visual do seminário e a organização do Centro de Imprensa, espaço em que repórteres de diversos meios de comunicação puderam contar com a necessária estrutura para realização da cobertura jornalística no local das comemorações.

Ainda com relação às comemorações dos 30 anos da CVM, a ASC organizou o lançamento do livro “Mercado de Capitais: uma trajetória de 50 anos”, do economista Roberto Teixeira da Costa, primeiro presidente da Autarquia. Na ocasião, foi inaugurada, na sede da CVM, exposição de fotografias com imagens de servidores ativos e aposentados, e de eventos ocorridos ao longo da história da entidade.

- **Portal do Investidor** - A ASC contribuiu para a elaboração do conteúdo do Portal do Investidor, desenvolvendo, em conjunto com a Bolsa de Mercadorias & Futuros, os filmes que integrarão o *site*. As gravações foram feitas no estúdio da BM&F, em São Paulo, e contaram com a colaboração de repórteres de diversos meios de comunicação, que além de auxiliarem na concepção dos programas, foram seus apresentadores.
- **Coletivas de imprensa** – No primeiro semestre de 2006, foram realizadas duas coletivas de imprensa. A primeira destinou-se a divulgar o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/06, com orientações gerais sobre procedimentos para companhias abertas. A outra teve como tema o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 01/06, com orientação sobre a elaboração de informações contábeis pelas companhias abertas.

### **2.2.3. PLANEJAMENTO PARA 2007**

Além de dar continuidade ao trabalho desenvolvido em 2006, a ASC pretende reforçar o relacionamento entre porta-vozes da CVM e a imprensa.

Para isso, ao longo deste ano, a Assessoria de Comunicação espera concretizar as seguintes ações:

- **Newsletter “Por dentro da CVM”** – A Assessoria de Comunicação dará continuidade à edição do informativo eletrônico. Em 2006, devido ao expressivo aumento de exposição da CVM na mídia, a reduzida equipe da ASC foi inteiramente direcionada para o atendimento à imprensa, o que prejudicou a publicação de novos números da *newsletter*.
- **Prêmio Imprensa – Educação de Investidores** – A ASC dará suporte técnico à promoção do “Prêmio Imprensa de Educação de Investidores”, concurso que visa a estimular e incentivar a imprensa a desempenhar o papel de educadora, por meio de matérias e reportagens que esclareçam as oportunidades e riscos dos diversos investimentos disponíveis aos investidores pessoas físicas.

O prêmio, de periodicidade anual e abrangência nacional, será concedido a cinco categorias: mídia impressa, *on-line*, rádio, TV e assessoria de imprensa.

O concurso foi idealizado e criado pela ASC, que também desenvolveu o regulamento, em conjunto com Comitê Consultivo de Educação, composto por representantes da CVM e outras instituições envolvidas em projetos educacionais no âmbito do mercado de capitais.

Os vencedores do Prêmio Imprensa ganharão bolsas de estudo para MBA, oferecidas pela BM&F, que incluem viagem técnica aos EUA no final do curso.

## 2.3. ASSESSORIA ECONÔMICA – ASE

### 2.3.1. *COMPETÊNCIA*

Compete à Assessoria Econômica - ASE:

- assessorar o Colegiado e demais áreas da Comissão de Valores Mobiliários em questões de natureza econômica; e
- realizar pesquisas e estudos de natureza econômica, bem como tornar disponíveis dados econômico-financeiros para todas as áreas da CVM.

### 2.3.2. *ATIVIDADES EM 2006*

A ASE constitui uma consultoria completa em Economia, atendendo todas as áreas da CVM. A Assessoria publica regularmente análises originais na intranet, abrangendo dezenas de tópicos em macroeconomia e mercado de capitais. Ela oferece uma base de dados com centenas de séries econômicas e financeiras, atualizadas diariamente. A ASE desenvolve também projetos específicos de relevância central para a CVM, além de contribuir em diversos processos e inquéritos administrativos e no desenvolvimento de nova regulação.

#### **A PÁGINA NA INTRANET**

As atividades da Assessoria Econômica são baseadas em uma plataforma de mídia eletrônica, a página da ASE na intranet. Desde sua inauguração, em setembro de 2003, a página vem sendo constantemente ampliada em conteúdo e melhorada em funcionalidade. A própria equipe da Assessoria desenvolve e mantém a sua página, sem recurso à área de informática da CVM ou a consultores externos. Essa manutenção abarca desde pesquisas bibliográficas e estatísticas até a redação de análises originais para publicação, passando por *design* gráfico e gerenciamento de bases de dados. Através da página na intranet, a ASE distribui todos os seus produtos ao público interno, dentre os quais:

- **Comentários de conjuntura macroeconômica, em formato de jornal eletrônico** – Constituem o carro-chefe dos produtos da ASE. Nesses comentários, a ASE divulga e analisa semanalmente, de forma didática, as mais abrangentes estatísticas macroeconômicas e financeiras do Brasil, incluindo, entre outros: produção, comércio, inflação, política monetária, balança comercial e dívida pública. Em 2006, foram publicadas na seção de conjuntura econômica ao todo 32 análises, totalizando quase 16 mil palavras, numa média de 1.320 palavras por mês. Desde a inauguração da página na intranet, a ASE já publicou perto de 63 mil palavras. Em 2006, 25% do material publicado versou sobre mercado de capitais, 16% inflação, 16% sobre economia internacional, 13% dívida pública e 30% outros temas.
- **Relatórios “Uma Página”** – A ASE estabeleceu um padrão de relatórios de uma página, publicados em arquivos PDF (*portable document format*), o formato de distribuição de documentos mais difundido hoje na internet. Há sete relatórios publicados regularmente na página da ASE: **Cenário Econômico Brasil, Cenário Econômico EUA, Informativo Financeiro, Fundos de Investimento, ADR, Investimentos Estrangeiros e Companhias Tag Along**. Alguns deles são distribuídos por correio eletrônico para o Colegiado, Superintendentes e o corpo técnico da CVM.

- **Base Macroeconômica** – A base conta com cerca de 300 séries históricas, colhidas de diversas fontes governamentais e privadas. Através da página na intranet, o usuário interno seleciona e obtém em planilha a série desejada, em questão de segundos, por meio de listas temáticas.
- **Base Financeira** – Com *interface* similar à da base macroeconômica, essa é a base de dados dedicada ao mercado de capitais, cobrindo mercados primário e secundário, derivativos, fundos de investimento e investidores estrangeiros.
- **Base GC** – Base de dados dedicada às companhias com níveis diferenciados de governança na Bolsa de Valores de São Paulo.
- **Clipping Internacional** – uma colagem diária das principais notícias do mundo sobre economia, mercado de capitais, geopolítica e regulação. Distribuído por correio eletrônico para o Colegiado, Superintendentes e o corpo técnico, o resumo é recebido atualmente por mais de 50 pessoas na CVM.
- **Biblioteca de Links da internet** para fontes de dados econômicos e financeiros, jornais e revistas no Brasil e no mundo.

A ASE utiliza regularmente *software* livre (*freeware*) para as rotinas especializadas de produção de sua página. Esses *softwares* gratuitos, obtidos na internet, incluem editoração, *design* gráfico, análise econométrica, pesquisa documental e geração de documentos.

#### PROJETOS ESPECÍFICOS

Além da sua página na intranet, a ASE empreendeu em 2006 diversas atividades regulares de pesquisa e análise, para o Colegiado e as Superintendências da CVM, dentre as quais:

- revisão e projeção de longo prazo dos indicadores do Plano Plurianual;
- participação no seminário ARROW sobre regulação baseada em risco, promovido pela *Financial Services Authority*, do Reino Unido;
- cálculo de atualização de valores de multas (GJU-3);
- estudo sobre limites de derivativos na carteira de fundos de investimento, no âmbito da revisão da Instrução CVM nº 409/04;
- revisão da estrutura de dados sobre os mercados de valores mobiliários no Mercosul, após discussões no âmbito do SGT-4; e
- desenvolvimento de conteúdo para o Portal do Investidor, a ser inaugurado brevemente pela CVM.

Além desses, dois projetos concluídos pela ASE em 2006 merecem destaque:

**(1) Primeiro relatório sobre a indústria de fundos**

Adicionalmente à fiscalização de rotina, a CVM iniciou no segundo semestre de 2004 um mapeamento de condutas dos administradores de fundos de varejo. A CVM elaborou um detalhado questionário aos administradores dos fundos, cobrindo temas como taxas de administração e composição de ativos na carteira dos fundos. Com base nas suas respostas e também nos bancos de dados da GMA-3, a ASE empreendeu um estudo detalhado sobre a indústria de fundos no Brasil. O resultado foi o relatório **Panorama da Indústria Brasileira de Fundos de Investimento**, publicado em maio desse ano. O relatório apresenta uma radiografia da indústria em 2005, enfatizando aspectos pertinentes à concentração de mercado e à remuneração dos administradores de fundos. Foi o primeiro trabalho desse tipo publicado pela CVM em sua história.

**(2) Novo Relatório Anual da CVM**

Tradicionalmente, a Assessoria Econômica consolida o relatório de gestão da CVM, que é enviado ao Tribunal de Contas da União no âmbito da prestação de contas da CVM. Em 2006, a ASE projetou e preparou o primeiro **Relatório Anual CVM**, publicado física e eletronicamente em maio. O novo relatório constitui uma suma do relatório de gestão, em formato comercial e qualidade comparável aos relatórios anuais das companhias abertas e reguladores internacionais. A ASE encarregou-se de todas as etapas do projeto, incluindo redação da íntegra do texto, levantamento de estatísticas, elaboração dos gráficos, projeto e diagramação do documento.

## **2.4. PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA– PFE JUNTO À CVM**

### **2.4.1. COMPETÊNCIA**

À Procuradoria Especializada junto à CVM (PFE-CVM) compete:

- representar a CVM judicial e extrajudicialmente;
- exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da CVM, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da CVM, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

### **2.4.2. COMENTÁRIOS GERAIS**

O exercício da atividade jurídica na CVM é objeto de grande demanda, notadamente por parte das diversas áreas técnicas da Autarquia, dado o grande volume de questões de natureza técnico-jurídica com que se deparam os seus servidores no desempenho rotineiro de suas atividades.

Com a criação, no âmbito da Advocacia-Geral da União – AGU, da Procuradoria-Geral Federal, por intermédio da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a Procuradoria da CVM passou a integrar a estrutura da Procuradoria-Geral Federal - PGF, sob o status de Procuradoria Federal Especializada na CVM.

A Procuradoria encerrou o ano de 2006 com um contingente de 30 Procuradores Federais, sendo que 4 deles atuando em cargos de chefia (PFE, GJU-1, GJU-2 e GJU-3).

A atividade judicial da CVM, por meio da sua PFE-CVM, tem grande ênfase em ações relacionadas à Taxa de Fiscalização do Mercado de Títulos e Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89 e cuja constitucionalidade foi declarada pelo Colendo Supremo Tribunal Federal ainda na década de 90, bem como na elaboração de pareceres, com fundamento no art. 31 da Lei nº 6.385/76, o qual prevê a atuação da CVM perante os juízos em que se processam causas relacionadas com as suas competências legais, na importante e peculiar condição de *amicus curiae*.

Ainda no âmbito judicial, merece destaque o trabalho da PFE-CVM no esforço arrecadador, que se deu através das diversas execuções fiscais propostas pela CVM para a cobrança dos débitos inscritos em sua Dívida Ativa. Cabe registrar que grandes esforços vêm sendo empreendidos no sentido de se aprimorar e atualizar os procedimentos relacionados à atividade de inscrição de créditos da CVM em dívida ativa, em estreita colaboração com outras Superintendências da CVM.

A PFE-CVM realizou, como em anos passados, uma intensa atividade consultiva interna e externa, bem como a participação em diversas atividades correlatas, como o acompanhamento de projetos de lei e a participação direta ou indireta em normas baixadas pela CVM, conforme a competência das três Subprocuradorias, assim definida:

## Extrato das Normas e Diretrizes de Funcionamento da PFE-CVM

### Distribuição das tarefas

Visando a atingir melhores níveis de eficiência, a PFE-CVM está estruturada segundo os seguintes critérios de consultas:

Livre Distribuição	Distribuição Preventa		
PFE	GJU-1	GJU-2	GJU-3
<p><b>COL, CGP, SGE, SOI e SDM*</b></p> <p>1 – Estudos, projetos, normas e estatísticas.</p>	<p><b>SMI</b></p> <p>1 – Acompanhamento das operações realizadas no mercado à vista, de opções e de futuros em conjunto com as BV's;</p> <p>2 – Análise dos desvios detectados gerando procedimentos de fiscalização externa e PAS;</p> <p>3 – Registro e acompanhamento de sistemas de liquidação e custódia;</p> <p>4 – Registro e acompanhamento de sistemas escriturais de VM's;</p> <p>5 – Credenciamento de intermediários;</p> <p>6 – Acompanhamento de DF's de distribuidoras, corretoras e BV's; e</p> <p>7 – Registro e acompanhamento dos FMIE Emergentes.</p>	<p><b>SEP</b></p> <p>1 - Registro e acompanhamento de cias. abertas, DF's, IAN's, ITR's, estatuto social, atas de AG's e de reuniões dos CA's, fatos relevantes, incorporação, fusão e cisão, transformação do tipo jurídico, aquisição de ações para tesouraria, participações recíprocas, aquisição de sociedade mercantil, aquisição de lote expressivo de ações com direito a voto;</p> <p>2 – Registro e acompanhamento de programas de negociação de ações emitidas por empresas estrangeiras (DR's) no Brasil; e</p> <p>3 – Registro e acompanhamento de sociedades beneficiárias de incentivos fiscais.</p>	<p><b>GAC</b></p> <p>1 – Atividade de consultoria referente à apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza.</p>
<p><b>ASC, AUD, SRS, SRB, SAD e SSI</b></p>	<p><b>SIN</b></p> <p>1 – Registro de investimento de capital estrangeiro;</p> <p>2 – Registro e acompanhamento dos FMIA e dos demais fundos de investimento sujeitos ao poder de polícia da CVM e fiscalizados pela SIN;</p> <p>3 – Registro e acompanhamento dos clubes de investimento;</p> <p>4 – Registro de consultor e analista de VM's; e</p> <p>5 – Registro de administrador de carteiras.</p>	<p><b>SRE</b></p> <p>1 – Registro de distribuições públicas, primárias e secundárias, de VM's;</p> <p>2 – Aprovação de programas de lançamento de ações no exterior (DR's);</p> <p>3 – Registro de OPA, inclusive decorrentes de cancelamento de registro de cia. aberta;</p> <p>4 – Registro e acompanhamento de FI Imobiliários;</p> <p>5 – Registro e acompanhamento de FIDC;</p> <p>6 – Registro e acompanhamento de títulos de Cic's, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração; e</p> <p>7 – Registro e acompanhamento das empresas emissoras de certificados de investimento em empreendimentos audiovisuais.</p>	<p><b>NDA</b></p> <p>1 – Inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.</p>

Ações e Solicitações Judiciais	SFI	SNC 1 – Em especial, registro e acompanhamento de auditores independentes.	EF
	Julgamento PAS e Comissões de Inquérito.		
	Solicitações MP e Comunicações a Órgãos Públicos.		
<i>Amicus Curiae</i>	CCP Termo de Compromisso	SRI 1 – Relacionamento com organismos internacionais e com órgãos de outros países.	

\* Nessa coluna, as tarefas serão distribuídas levando-se em conta o seu objeto e tendo em vista as competências designadas para as Subprocuradorias.

Encontra-se abaixo uma tabela com o quantitativo de consultas formuladas à PFE-CVM no ano de 2006.

### Quantitativo de Consultas Formuladas à PFE

TAREFAS	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
1 - Ações Judiciais	4	6	2	1	0	1	8	2	5	6	2	4	<b>41</b>
2 - <i>Amicus Curiae</i>	2	2	2	0	1	7	3	2	3	5	0	4	<b>31</b>
3 - Atos Normativos	3	2	3	3	2	1	0	4	0	0	1	1	<b>20</b>
4 - Consultas	102	126	121	109	158	103	170	153	124	143	102	136	<b>1547</b>
5 - Convênios	1	1	0	1	2	1	0	2	1	1	4	1	<b>15</b>
6 - COPúblicos	2	6	3	6	8	2	4	3	3	6	1	4	<b>48</b>
7 - Diversos	41	34	47	37	54	46	46	63	41	21	20	33	<b>483</b>
8 - In Portaria	1	2	0	0	0	0	1	3	0	0	0	17	<b>24</b>
9 - Licitações e Ou	14	4	15	8	4	12	12	43	3	15	10	12	<b>152</b>
10 – MCFiscal e Ou	63	75	148	85	126	154	118	124	157	157	137	220	<b>1564</b>
11 – SMPúblico	2	4	11	5	7	10	4	3	7	3	7	5	<b>68</b>
<b>TOTAL 1</b>	<b>235</b>	<b>262</b>	<b>352</b>	<b>255</b>	<b>362</b>	<b>337</b>	<b>366</b>	<b>402</b>	<b>344</b>	<b>357</b>	<b>284</b>	<b>437</b>	<b>3993</b>
<b>TOTAL PFE</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>22</b>	<b>16</b>	<b>144</b>	<b>240</b>	<b>260</b>	<b>247</b>	<b>232</b>	<b>225</b>	<b>196</b>	<b>306</b>	<b>1920</b>
<b>TOTAL GJU-1</b>	<b>44</b>	<b>41</b>	<b>62</b>	<b>84</b>	<b>77</b>	<b>39</b>	<b>37</b>	<b>60</b>	<b>42</b>	<b>53</b>	<b>26</b>	<b>55</b>	<b>620</b>
<b>TOTAL GJU-2</b>	<b>46</b>	<b>32</b>	<b>45</b>	<b>68</b>	<b>74</b>	<b>32</b>	<b>35</b>	<b>58</b>	<b>33</b>	<b>43</b>	<b>33</b>	<b>43</b>	<b>542</b>
<b>TOTAL GJU-3</b>	<b>42</b>	<b>27</b>	<b>44</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	<b>479</b>
<b>TOTAL ASS.</b>	<b>85</b>	<b>148</b>	<b>179</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>432</b>
<b>TOTAL 2 (%)</b>	<b>849 (21,26%)</b>			<b>954 (23,89%)</b>			<b>1112 (27,84%)</b>			<b>1078 (27,01%)</b>			<b>3993</b>

Fonte: Entrada de Documentos do Sistema de Acompanhamento Jurídico de 2006 (Chefia de Seção da PFE-CVM).

Sem prejuízo das atividades regulares desenvolvidas pelos procuradores federais no âmbito da Procuradoria Federal Especializada, vem sendo cada vez mais estimulado o relacionamento direto entre os procuradores e os servidores da CVM, na solução de questões de natureza jurídica de menor complexidade, por meio de resposta verbal ou via e-mail, com posterior reporte à chefia imediata. Dessa forma, uma expressiva atividade de assessoramento às áreas técnicas da CVM, não incluída no quantitativo acima, foi desenvolvida pelos membros da Procuradoria ao longo do ano de 2006.

### **2.4.3. REPRESENTAÇÃO JUDICIAL**

A Subprocuradoria Jurídica GJU-3, responsável direta pela inscrição e cobrança dos créditos da CVM, no exercício, promoveu a inscrição na Dívida Ativa da CVM de 1.836 processos referentes à taxa de fiscalização, no montante de R\$ 74.978.141,47 (R\$ 62.481.784,56 + R\$ 12.496.356,91 referente a 20% de encargos), e 1.218 processos administrativos referentes a multas, no montante de R\$ 80.405.543,80, sendo que o estoque de execuções fiscais ajuizadas atingiu o total de 17.650.

A atividade de cobrança de créditos inscritos na Dívida Ativa da CVM alcançou a cifra de R\$ 244.603,68 (à vista) + R\$ 463.672,52 (parcelamento), perfazendo um total de R\$ 708.276,20 referentes à multa, e de R\$ 1.751.875,29 (à vista) + R\$ 1.422.261,73 (parcelamento), perfazendo um total de R\$ 3.174.137,02 referentes à taxa de fiscalização.

Acrescente-se, ainda, que foram deferidos 52 parcelamentos, no valor de R\$ 2.296.603,98, por períodos que variam de 12 a 60 meses.

As demais Subprocuradorias (GJU-1 e GJU-2) tiveram atuação ativa na representação judicial da CVM em processos relativos à matéria especializada, isto é, em demandas judiciais relacionadas com as competências ordinárias da CVM, merecendo destaque a bem sucedida atuação nos processos judiciais envolvendo o rodízio de auditorias, previsto na Instrução CVM nº 308/99 (notadamente no processo nº 2005.61.00.008467-0, em trâmite na 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, ajuizado pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES e pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES em face da CVM e da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU BRASIL); a não admissão de corretora como membro de Bolsa de Mercadorias e Futuros (processo nº 2006.61.00.002836-0, em trâmite perante a 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, ajuizado pela TOV Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em face da CVM e da BM&F); a não entrega de papéis de trabalho à CVM (processo nº 2005.51.01.019618-0, ajuizado pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para julgamento da Apelação interposta contra a respeitável sentença que denegou a segurança pleiteada), e reclamações trabalhistas ajuizadas por servidores ou prestadores de serviços.

Em 2006, as referidas Subprocuradorias (GJU-1 e GJU-2) tiveram sob sua responsabilidade aproximadamente 1.600 processos judiciais.

#### **2.4.4. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA**

Aqui vale destacar que a PFE e as Subprocuradorias GJU-1 e GJU-2 realizaram extenso trabalho no caso notoriamente conhecido como “Arcelor-Mittal” (conforme Memos/PFE-CVM/N<sup>OS</sup> 1004 e 1138, de 2006), tendo opinado, com fulcro no art. 10 do Estatuto Social da Arcelor Brasil e nos artigos 9º da LICC e 116, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, que a Mittal Steel, adquirente do poder de controle indireto da Arcelor Brasil, teria o dever legal de cumprir a obrigação estatutariamente prevista de realização de OPA (Oferta Pública de Aquisição de Ações) para os acionistas ordinários minoritários da Arcelor Brasil. A SEP e a SRE acolheram a opinião acima e o Colegiado da CVM manteve o entendimento das duas áreas no sentido da necessidade de realização de oferta pública.

Além disso, cumpre destacar que o Colegiado, por unanimidade, aprovou o entendimento da PFE, consubstanciado no Memo/PFE-CVM/GJU-2/Nº 062/06, a respeito da correta interpretação do art. 8º da Lei nº 10.303/01, precisamente no tocante à eleição em separado de membros do conselho de administração de companhias abertas por titulares de ações preferenciais.

#### **2.4.5. ATIVIDADE NORMATIVA**

No âmbito normativo, cabe mencionar a manifestação da Procuradoria em diversos projetos de lei/normativos relativos a matérias afetas à competência da CVM, tais como o pronunciamento da GJU-1 a respeito da possibilidade jurídica de ratificação da “Convenção sobre a Lei Aplicável a Certos Direitos sobre Valores Mobiliários sob Custódia de um Intermediário”.

Em 2006, a Procuradoria Federal Especializada também ofereceu contribuições na elaboração de diversos normativos editados pela CVM, merecendo destaque os seguintes: (i) as *stop orders* baixadas por intermédio das Deliberações CVM nº 497, 508 e 513; (ii) a Deliberação CVM nº 501, que dispõe sobre a incidência de juros de mora sobre débitos provenientes de multas aplicadas em processo administrativo sancionador e multas cominatórias; (iii) a Deliberação CVM nº 502, que dispõe sobre a autorização para reprodução e utilização da sigla e do logotipo da CVM; (iv) a Deliberação CVM nº 504, que alterou diversas regras a serem observadas na tramitação de processos administrativos sancionadores; (v) a Instrução CVM nº 432, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento dos fundos de investimento destinados à garantia de locação imobiliária e a cessão fiduciária, em garantia de locação imobiliária, de cotas de emissão de outros fundos de investimento; (vi) a Instrução CVM nº 441, que dispõe sobre o empréstimo de valores mobiliários por entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários e (vii) a Instrução CVM nº 445, que aprova o Plano Contábil dos Fundos de Investimentos Regionais – COFIR (FINAM, FINOR e FUNRES).

#### **2.4.6. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL**

A PFE-CVM vem desenvolvendo esforços para bem representar a CVM perante os Tribunais Superiores e demais órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do próprio Poder Executivo, havendo designado diversos dos seus membros para, inclusive, auxiliar servidores desta Autarquia em reuniões com autoridades públicas diversas, assim como na prestação de depoimentos em procedimentos judiciais e inquéritos policiais e civis relacionados com a esfera de competência pertinente à CVM, na condição de testemunhas.

De se salientar, também, a participação da PFE-CVM em curso sobre o mercado de capitais ministrado no âmbito de convênio celebrado pela CVM com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, que reuniu, como alunos, além de Procuradores da CVM, diversos Magistrados em atuação nas Varas Empresariais da Comarca do Rio de Janeiro, e como palestrantes, o Procurador-Chefe da PFE-CVM e o Subprocurador-Chefe da GJU-2.

Acrescente-se que, em 2006, diversos integrantes da PFE-CVM compareceram como palestrantes, assistentes ou integrantes de grupos de trabalho, no Brasil e no exterior, em diversos eventos do interesse da CVM, do mercado mobiliário e da Administração Pública em geral.

Por derradeiro, vale registrar que a PFE-CVM teve, em 2006, intensa atuação na análise prévia de Termos de Acusação apresentados por Superintendentes da CVM, bem como participou, por meio do Procurador-Chefe, dos Comitês de Regulação, de Termo de Compromisso e de Informática da CVM.

## **2.5. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO – SDM**

### **2.5.1. COMPETÊNCIA DA SDM**

A SDM tem como missão organizacional elaborar estudos, projetos e normas relativas às matérias sujeitas à competência da CVM.

Do ponto de vista interno, as tarefas da SDM consistem na revisão periódica dos atos normativos da CVM, adequando-os às necessidades das demais Superintendências e do próprio mercado, bem como na elaboração e proposta de edição de novas regras, necessárias à disciplina de matérias sujeitas à competência da Autarquia.

Desde 2005, com a criação do Comitê de Regulação, pela Portaria CVM/PTE/nº 042, de 06 de maio de 2005, o debate e exame das propostas de regulamentação passaram a ser centralizados nesse comitê. De acordo com a Portaria, a SDM funciona como a principal Superintendência responsável pelo encaminhamento ao Comitê dos projetos de regulação, e também como órgão de apoio ao Superintendente Geral, responsável pela coordenação dos trabalhos do grupo. 2006 é o primeiro exercício completo em que puderam ser colhidos resultados da atuação do Comitê, como pode ser visto adiante.

Além disso, a SDM também é responsável por manter contato com os diversos agentes do mercado de capitais, seja para aperfeiçoar, discutir ou tomar conhecimento do impacto das regras editadas, e com outros órgãos do Governo. Com relação aos demais órgãos governamentais, as funções da SDM consistem, primordialmente, na discussão de propostas de elaboração normativa relacionadas a matérias que estejam sob competência da CVM, ou que sejam de interesse da Autarquia. Por fim, a SDM também se relaciona com entidades e agências reguladoras internacionais, em conjunto com a Superintendência de Relações Internacionais – SRI, com o objetivo de manter as normas que edita, alinhadas com as principais discussões internacionais.

As atribuições da SDM são as seguintes:

- assessorar o Colegiado da CVM no planejamento de regulamentação do mercado de capitais;
- funcionar como órgão de apoio ao Comitê de Regulação, assessorando o SGE em sua coordenação e encaminhando ao comitê propostas de alteração ou edição normativa;
- acompanhar e analisar as tendências e características dos mercados financeiros e de capitais internacionais com o fim de recomendar a adoção de medidas voltadas à modernização, consolidação e desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro;
- revisar, periodicamente, atos normativos emanados da CVM, adequando-os às necessidades de mercado e das demais Superintendências;
- elaborar estudos e projetos normativos, por iniciativa própria ou a pedido das áreas técnicas ou do Colegiado, contribuindo para disseminar o conhecimento sobre o mercado de capitais;
- apresentar projetos, estudos e atos normativos da CVM aos componentes organizacionais da Autarquia e aos demais participantes do mercado de capitais.

## 2.5.2. PROJETOS E TRABALHOS CONCLUÍDOS EM 2006

Relacionamos abaixo os projetos de regulação conduzidos pela SDM, ou nos quais a Superintendência teve participação ativa, e que foram concluídos em 2006:

NORMATIVO	ASSUNTO
<b>Instrução nº 427, de 27.01.2006</b>	Dispõe sobre o cancelamento de ofício e a suspensão do registro de sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais. Fruto da Audiência Pública nº 10/2005.
<b>Instrução nº 428, de 06.02.2006</b>	Altera a Instrução CVM nº 67/87, autorizando a constituição, como fundo de investimento ou sob forma equivalente no país de origem, de entidade que mantiver, no país, carteira de valores mobiliários constituída e administrada em conformidade com o disposto no Anexo III à Resolução nº 1.289/87, do Conselho Monetário Nacional.
<b>Instrução nº 429, de 22.03.2006</b>	Institui o registro automático de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nas hipóteses que especifica, e altera as Instruções <u>400/03</u> e <u>155/91</u> .
<b>Instrução nº 430, de 30.03.2006</b>	Revoga o § 5º do art. 3º da Instrução <u>388/03</u> .
<b>Instrução nº 431, de 29.05.2006</b>	Altera as Instruções <u>331/00</u> e <u>332/00</u> , que dispõem, respectivamente, sobre o registro das companhias abertas, ou assemelhadas, emissoras dos valores mobiliários que servem de lastro para Programas de <i>Brazilian Depositary Receipts</i> , e o registro de emissão de tais Programas. Fruto das Audiências Públicas nºs 02/2006 e 06/2005.
<b>Instrução nº 432, de 01.06.2006</b>	Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento dos fundos de investimento destinados à garantia de locação imobiliária e a cessão fiduciária, em garantia de locação imobiliária, de cotas de emissão de outros fundos de investimento. Fruto da Audiência Pública nº 01/2006.
<b>Instrução nº 433, de 05.06.2006</b>	Altera a Instrução <u>260/97</u> , que dispõe sobre a emissão e distribuição de certificados de investimento para a produção, distribuição, exibição e infraestrutura técnica de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras
<b>Instrução nº 434, de 22.06.2006</b>	Dispõe sobre a atividade de agente autônomo de investimento e revoga as Instruções <u>355/01</u> e <u>366/02</u> . Fruto da Audiência Pública realizada em 2004.
<b>Instrução nº 435, de 05.07.2006</b>	Altera as Instruções <u>209/94</u> , <u>356/01</u> , <u>391/03</u> , <u>398/03</u> , e <u>399/03</u> , dispendo sobre o envio de informações, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, pelo administrador dos fundos de investimento que menciona (FIEE, FIDC, FUNCINE e FIP).
<b>Instrução nº 436, de 05.07.2006</b>	Acrescenta o Anexo III e altera a Instrução <u>361/02</u> , estabelecendo procedimentos a serem observados na elaboração de laudos de avaliação a serem apresentados nas ofertas públicas de aquisição de ações.
<b>Instrução nº 437, de 05.07.2006</b>	Altera a Instrução <u>387/03</u> , que estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários, em pregão e em sistemas eletrônicos de negociação e de registro em bolsas de valores e de bolsas de mercadorias e futuros.

<b>Instrução nº 440 de 18.10.2006</b>	Altera a Instrução <u>243/96</u> , que dispõe sobre o funcionamento do mercado de balcão organizado.
<b>Instrução nº 441 de 10.11.2006</b>	Dispõe sobre empréstimo de valores mobiliários, altera as Instruções <u>40/84</u> e <u>310/99</u> e revoga as Instruções <u>249/96</u> , <u>277/98</u> e <u>300/99</u> . Amplia o escopo do serviço de empréstimo, antes restrito a ações, de forma a abranger valores mobiliários em geral. Originada da Audiência Pública 05/2006.
<b>Instrução nº 442 de 08.12.2006</b>	Altera as Instruções <u>356/01</u> , e <u>400/03</u> , fixando novas regras para os FIDC e criando um anexo III-B na Instrução nº 400, contendo regras para elaboração de prospecto de FIDC. Originada da Audiência Pública 04/2006.
<b>Instrução nº 443 de 08.12.2006</b>	Altera a Instrução <u>414/04</u> , que dispõe sobre os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI. Originada da Audiência Pública 04/2006.
<b>Instrução nº 444 de 08.12.2006</b>	Dispõe sobre o funcionamento de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados. Originada da Audiência Pública 04/2006.
<b>Deliberação 501 de 03.03.2006</b>	Dispõe sobre a incidência de juros de mora sobre débitos provenientes de multas cominatórias aplicadas em Processo Administrativo Sancionador.
<b>Deliberação 502, de 10.03.2006</b>	Dispõe sobre a autorização para reprodução e utilização da sigla e do logotipo da CVM.
<b>Deliberação 504 de 12.05.2006</b>	Altera e acrescenta dispositivos à Deliberação <u>457/02</u> , que estabelece procedimentos a serem observados na tramitação de processos administrativos sancionadores.
<b>Deliberação 507, de 10.07.2006</b>	Dispõe sobre o Procedimento Administrativo-Fiscal relativo à Taxa de Fiscalização do mercado de valores mobiliários instituída pela Lei nº <u>7.940/89</u> .
<b>Deliberação 511 de 24.10.2006</b>	Dispõe sobre o registro especial de emissor e o registro para a distribuição pública das Obrigações de emissão da IFC - <i>International Finance Corporation</i> .
<b>Portaria CVM/PTE/nº 68 de 05.07.2006</b>	Institui o Manual de Redação de Atos Normativos da CVM.

A SDM realizou, acompanhou e analisou, ainda, as seguintes audiências públicas:

<b>Audiência Pública nº 01/2006, encerrada em 30 de abril.</b>	Regulamentação do art. 88 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõe sobre os fundos de investimento constituídos com a finalidade de permitir a cessão fiduciária de cotas em garantia de locação imobiliária. Deu origem à Instrução nº 432, de 01/06/2006.
<b>Audiência Pública nº 02/2006, encerrada em 21 de abril.</b>	Alteração das Instruções CVM nºs 331 e 332, ambas de 4 de abril de 2000, que dispõem, respectivamente, sobre o registro das companhias abertas, ou assemelhadas, emissoras dos valores mobiliários que servem de lastro para Programas de <i>Brazilian Depositary Receipts</i> , e o registro de emissão de tais Programas. Complementou a Audiência Pública nº 06/2005, e as propostas de ambas foram analisadas conjuntamente, dando origem à Instrução nº 431, de 29 de maio de 2006.
<b>Audiência Pública nº 03/2006, encerrada em 30 de junho.</b>	Aperfeiçoamento da regulamentação que dispõe sobre os fundos de investimento e seus administradores. Trata-se da modificação de vários pontos da Instrução nº 409. A edição da nova Instrução está programada para acontecer em janeiro de 2007
<b>Audiência Pública nº 04/2006, encerrada em 30 de junho.</b>	Alteração da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, que dispõe sobre os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, que disciplina os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI e minuta de Instrução que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de FIDC-NP (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados). Complementou as Audiências Públicas nº 01/2005, que visava ao aperfeiçoamento da Instrução CVM nº 414, e nº 11/2005. A audiência 04/2006 foi lançada em virtude de se haver constatado a necessidade de se conferir uniformidade aos aspectos comuns da regulamentação aplicável aos CRI e aos FIDC. Deu origem às Instruções nºs 442, 443 e 444, de 08 de dezembro de 2006.
<b>Audiência Pública nº 05/2006, encerrada em 03 de julho.</b>	Minuta de instrução dispoendo sobre empréstimo de valores mobiliários e revogando as Instruções nºs 249/96 277/98 e 300/99. Tratava-se de ampliar o escopo do serviço de empréstimo, antes restrito a ações, de forma a abranger valores mobiliários em geral. Deu origem à Instrução nº 441, de 10 de novembro de 2006.
<b>Audiência Pública nº 06/2006, encerrada em 10 de novembro.</b>	Minuta de Instrução que dispõe sobre a atividade de captação de ordens pulverizadas de venda de ações. Edição da nova Instrução prevista para o primeiro semestre de 2007.
<b>Audiência Pública nº 07/2006, encerrada em 8 de dezembro.</b>	Proposta de regulamentação dos fundos de investimento vinculados exclusivamente a planos de previdência complementar aberta (“planos de previdência”) ou a seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência (“seguros de vida”), estruturados na modalidade de contribuição variável, a que se refere o art. 76 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
<b>Audiência Pública nº 08/2006, a ser encerrada em 22 de janeiro de 2007.</b>	Alteração da Instrução CVM nº 358/02, visando ao aperfeiçoamento da regulamentação da CVM sobre: (i) divulgação de informações relativas à negociação de valores mobiliários e à aquisição de participação igual ou superior a 5% de ações de emissão de companhia aberta, e (ii) vedações e condições para negociação de ações de companhia aberta na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado.

### **2.5.3. PROJETOS DE REGULAÇÃO EM ESTUDO**

A SDM trabalhou, ao longo de 2006, em diversos projetos de regulação, dentre os quais se destacam os seguintes, ainda em fase de elaboração:

- Minuta de Instrução que dispõe sobre a constituição e funcionamento das bolsas de valores e das bolsas de mercadorias e futuros. Substituirá a Resolução nº 2.690/00, do Conselho Monetário Nacional;
- Reforma da Instrução CVM nº 205/94, que dispõe sobre os Fundos de Investimento Imobiliários;
- Reforma das normas que regulam a constituição e o funcionamento dos clubes de investimento;
- Reforma das Instruções CVM nºs 89/88 e 115/90, que dispõem sobre os serviços de custódia, e escrituração de valores mobiliários;
- Elaboração de minuta de Instrução que dispõe sobre a aprovação de modelos de contratos derivativos para negociação nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros;
- Reforma da Instrução CVM nº 122/90, que dispõe sobre a identificação de comitentes finais nas operações cursadas nas bolsas de valores, de forma a abranger as operações cursadas nas bolsas de mercadorias e futuros e nas entidades do mercado de balcão organizado;
- Instrução sobre captação de ordens pulverizadas para execução em pregões e venda de cotas de fundos por bancos comerciais;
- Minuta de Instrução que institui normas visando à atualização do cadastro de participantes do mercado de valores mobiliários;
- Uniformização de critérios para credenciamento de participantes do mercado, abrangendo as Instruções CVM nºs 306/99, 308/99, 355/01 e 388/03;
- Estabelecimento de critérios de rateio em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários;
- Alteração da Instrução CVM nº 301/99, visando a sua adequação aos princípios da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO, na sigla em inglês) e às recomendações do *Financial Action Task Force* – FATF;
- Criação dos Certificados de Investimento Financeiro – CIF, instrumentos derivativos de emissão exclusiva de instituições financeiras, atrelados às mais diversas espécies de ativos subjacentes (ações, índices ou cestas de ações, taxas de juro, taxa de câmbio, etc);
- Revisão da Instrução CVM nº 388/03, que dispõe sobre o analista de valores mobiliários, incluindo a realização de estudo comparativo entre as atividades de analista e consultor de valores mobiliários, bem como proposta de regulamentação da atividade de consultor de valores mobiliários;

- Estudos sobre a prestação de serviço de empréstimo de valores mobiliários por custodiantes em geral, e não apenas por entidade de compensação e liquidação, conforme sugestão recebida durante a Audiência Pública nº 05/2006;
- Estudos sobre a possibilidade de instalação de sistema eletrônico de negociação (*trading screens*);
- Estudos acerca da regulamentação estrangeira relativa às exigências de verificação e adoção de salvaguardas por intermediários quanto à adequação da venda e de ofertas de produtos financeiros a seus clientes (*suitability*) para subsidiar eventual edição de normativo; e
- Estudos relativos ao papel das entidades independentes de avaliação de conformidade (*compliance*) na legislação internacional, com ênfase na área de fundos de investimentos, para subsidiar eventual edição de normativo.

## **2.6. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – SRI**

### **2.6.1. COMPETÊNCIA**

À Superintendência de Relações Internacionais - SRI compete administrar a execução dos convênios de cooperação técnica, de troca de informações de fiscalização conjunta entre a CVM e os órgãos correspondentes de outros países, assim como representar a CVM junto às instituições internacionais relacionadas aos órgãos reguladores, ou outros organismos atuantes na área de valores mobiliários, coordenando a execução de trabalhos que se façam necessários.

### **2.6.2. COMENTÁRIO GERAL SOBRE AS ATIVIDADES**

Ao longo do ano de 2006, a CVM deu continuidade à sua participação em diversos foros que congregam reguladores de valores e de integração econômica no mundo. Todavia, devido a restrições orçamentárias, em diversos casos a participação restou prejudicada.

De um modo geral, as atividades internacionais da CVM podem ser assim divididas:

#### **A. Relações multilaterais**

A.1 - Organismos que congregam reguladores de valores: Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), Conselho de Reguladores de Valores da América (COSRA), Instituto Iberoamericano de Mercado de Valores (IIMV), Conferência de Boca Raton, *Enlarged Contact Group on Supervision of Investment Funds* (ECG)

A.2 - Processos de integração econômica: Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A.3 – Organização das Nações Unidas (ONU)

A.4 – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

A.5 – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial

A.6 – Conferência de Haia e Unidroit

A.7 - *Financial Action Task Force* – FATF

#### **B. Relações bilaterais**

B.1 - Acordos de Cooperação Técnica e Troca de Informações – MoU

B.2 - Relações bilaterais com entidades pares no exterior

#### **C. Difusão de informações**

C.1 - Atendimento a pessoas físicas e jurídicas do exterior

C.2 - Manutenção da seção de relações internacionais da *homepage* da CVM

C.3 - Treinamentos no exterior

C.4 - Relações com o Ministério das Relações Exteriores (MRE)

As atividades em cada um desses segmentos encontram-se, a seguir, detalhadas:

### **2.6.3. RELAÇÕES MULTILATERAIS**

Seguimos com a política de se alocar, em reuniões técnicas internacionais, as áreas-fim da CVM vis-à-vis os assuntos de sua competência, o que traz um benefício mais direto às ditas áreas. Dessa forma, participam atualmente dos foros de caráter permanente a SIN (Comitê Permanente da IOSCO sobre Fundos e *Enlarged Contact Group*), a SMI (Comitê Permanente da IOSCO sobre Mercados Secundários) e a SNC (Comitê Permanente da IOSCO sobre Contabilidade e ISAR da ONU), cabendo à SRI a coordenação do processo, bem como a participação no Comitê Permanente da IOSCO sobre *enforcement* e troca de informações.

#### **A.1 Organismos que Congregam Reguladores de Valores**

##### **A.1.1 Organização Internacional das Comissões de Valores - IOSCO**

A IOSCO é a organização que congrega, mundialmente, os reguladores de valores no mundo, tendo como membros ordinários 108 reguladores de 106 países. Membro fundador da IOSCO, a CVM participou, em 2006, de várias reuniões de grupos de trabalhos, assim como da elaboração de trabalhos técnicos.

##### **Comitê Executivo**

O Comitê Executivo composto por 19 jurisdições, sendo 9 eleitas pela totalidade dos membros para mandatos de 2 anos. A CVM foi eleita em 2002 para o biênio 2003/2004. A partir de então, permaneceu com assento, devido a sua eleição para a presidência do Comitê Interamericano (COSRA) e, posteriormente, para a vice-presidência.

O Comitê Executivo se reuniu por três ocasiões durante o ano de 2006. A primeira ocorreu em fevereiro, na cidade de Wellington (Nova Zelândia), a segunda em junho, em Hong Kong (China) e a terceira em novembro, em Londres (Inglaterra), tendo sido a CVM representada pelo seu Presidente e por seu Superintendente de Relações Internacionais. Em pauta, destacam-se as discussões sobre a proposta de Resolução sobre Conglomerados de Ativos. Jane Diplock, da Nova Zelândia, foi reeleita presidente do Comitê Executivo e ressaltou a importância dos contatos diplomáticos que a IOSCO manteve com outras instituições financeiras internacionais, dentre elas o FMI e o Banco Mundial. Por meio desses contatos é possível estabelecer e manter comunicação e ligações diplomáticas nos mais altos níveis hierárquicos, o que possibilita maior diálogo e coordenação entre a IOSCO e essas instituições. Além disso, o Comitê Executivo nomeou o órgão regulador da Austrália (*Australian Securities & Investments Commission*), representado por Greg Tanzer, como novo Presidente da ITF (*Implementation Task Force* – Força-Tarefa sobre Implementação dos Princípios da IOSCO).

## Comitê de Mercados Emergentes

Esse Comitê reuniu-se por três vezes ao longo de 2006. Nas três reuniões ocorridas em Madri (fevereiro), Xangai (setembro) e Tóquio (novembro), a CVM foi representada pelo Superintendente Carlos Sussekind, da SIN. Nas reuniões foi aprovado o relatório final do trabalho sobre fundos de investimento em países emergentes no período de 1999 a 2003, que se encontra agora publicado no *site* da IOSCO. Também foi decidido que a base de dados quantitativos do trabalho seria atualizada, para incluir dados referentes a 2005. Além disso, o grupo definiu e iniciou seu novo mandato, que envolverá uma pesquisa para avaliar o arcabouço regulatório referente à administração de fundos de investimento nos países do grupo. O questionário final desta pesquisa foi aprovado pelo grupo e as respostas deverão ser enviadas até o fim de janeiro para consolidação e elaboração de relatório. Foram também discutidos, entre outros, os seguintes assuntos: padrões internacionais de relatórios financeiros e regulação de fundos *hedge*. Na reunião realizada na cidade de Xangai, a CVM também contou com a representação do Superintendente de Relações Internacionais, Eduardo Manhães, que proferiu uma palestra sobre aspectos macroeconômicos do Brasil e seu mercado de capitais.

## Comitê Técnico

O Comitê Técnico é dividido em cinco grupos denominados “*Standing Committees*” (SC).

Apesar de não ser membro do Comitê Técnico, a CVM tem assento nos grupos SC-1 (Contabilidade), SC-2 (Mercados Secundários), SC-4 (*Enforcement* e Troca de Informações) e SC-5 (Fundos de Investimento). Em relação ao SC-4, os trabalhos mais importantes desse ano continuaram relacionados ao memorando de entendimento multilateral.

Ao longo de 2006, houve três reuniões do **SC-1**. A CVM foi representada na reunião realizada em Washington (EUA) no mês de março pelo inspetor Uwe Kehl, da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e pelo titular da Superintendência de Relações Internacionais (SRI), Eduardo Manhães. Na segunda reunião, realizada em junho na cidade de Paris, a CVM foi mais uma vez representada pelo mesmo inspetor, assim como na terceira reunião do grupo, realizada em Madri, no mês de outubro.

Na área de Contabilidade, destacaram-se os seguintes projetos: comentários da administração; Memorando de Entendimento IASB (*International Accounting Standards Board*) & FASB, visando à convergência das normas contábeis internacionais e americanas; bases de mensuração e apresentação de demonstrações financeiras; estatuto do IFRIC; contabilização de programas de fidelidade de clientes; e estrutura conceitual da contabilidade. Além desses projetos, foi desenvolvido um banco de dados com interpretações regulatórias das normas internacionais de contabilidade, no âmbito da IOSCO, que está em fase final de testes e deverá entrar em operação no início de 2007.

Na área de Auditoria, os seguintes projetos devem ser mencionados: linguagem clara e objetiva nas normas internacionais; materialidade; partes relacionadas; auditoria de grupos de empresas; confirmações externas; fragilidades em controles internos; utilização de perícias; e objetivos gerais da auditoria de demonstrações financeiras. Destacam-se, ainda: (a) criação do IFIAR - *International Forum of Independent Audit Regulators*, do qual a CVM é membro fundador; (b) acompanhamento dos trabalhos do Conselho de Ética do IFAC; (c) estudo sobre as exigências de controles internos aplicáveis aos emissores de valores mobiliários em cada membro da IOSCO; e (d) estudo sobre a prestação concomitante de serviços ‘não-auditoria’ aos clientes de auditoria.

Finalmente, cabe ressaltar discussões sobre temas atuais, tais como qualidade de auditoria, concentração do trabalho de auditoria, responsabilidade de auditores, curso de ação a tomar em caso de falência de mais uma das grandes firmas e conseqüências da adoção não plena das normas internacionais no texto dos pareceres de auditoria.

Na área de Divulgação de Informações (*Disclosure*), o trabalho se concentrou no desenvolvimento dos Princípios para Divulgação de Informações nas Emissões Internacionais de Títulos Representativos de Dívida Corporativa (*International Disclosure Principles for Cross-Border Offerings and Listings of Debt Securities by Foreign Issuers*). Houve uma audiência pública, seguida de debates, sobre o aperfeiçoamento do texto final, mas devido a novas divergências em relação a alguns tópicos e definições, chegou-se a um impasse que poderá resultar em uma reformulação da estrutura mesma dos Princípios.

O **SC-2** reuniu-se duas vezes em 2006, tendo a CVM sido representada pelo Gerente de Acompanhamento de Mercado, Marcos Galileu Lorena Dutra, na reunião de Frankfurt, em maio, e na reunião de Toronto, em setembro. Nessa última reunião, a CVM também contou com a representação de seu Superintendente de Relações Internacionais, Eduardo Manhães. Em pauta, foi discutida a evolução do tema de “*desmutualização*” das bolsas, sendo realizada uma avaliação da minuta de relatório enviada aos participantes. No tocante ao relatório sobre transparência no mercado de *corporate bonds*, foram avaliadas diversas respostas recebidas pela indústria a respeito da eficiência na formação de preços, impacto de transparência pré e pós-realização de negócios e relação entre transparência e liquidez no mercado de *bonds*. A conclusão final foi a de que as informações obtidas não constituíam motivação suficiente para a revisão do relatório já publicado em 2004. Houve ainda discussões a respeito da pesquisa sobre o compartilhamento de informações sobre mercados em que atuam em mais de uma jurisdição (*multi-jurisdictional information sharing for market oversight*). As respostas enviadas pelos países foram objeto de análise pelo grupo de redação. Quanto ao tema “riscos relativos aos mercados secundários”, foi decidido que a lista de pontos considerados relevantes pelo SC-2 seria assim composta: fragmentação de mercados, terceirização de infra-estrutura das bolsas, regulação de infra-estrutura de mercados que operam em mais de uma jurisdição, planos de continuidade de negócios para entidades mantenedoras de infra-estrutura e, por fim, uso de incentivos por bolsas ou outros sistemas de negociação para atração de negócios. Quanto ao relatório sobre os novos paradigmas da regulamentação das bolsas de valores, cada representante apresentou os desenvolvimentos recentes nessa área em seu país de origem. No tocante aos estudos sobre troca de informações entre os diferentes órgãos reguladores, decidiu-se que comentários seriam solicitados às entidades auto-reguladoras (que sejam membros do comitê consultivo), para incorporação ao relatório final.

O **SC-4** se reuniu três vezes em 2006, tendo a CVM sido representada pelo seu Superintendente de Relações Internacionais, Eduardo Manhães, em Roma, Londres e Canadá. O grupo trabalhou na proposta de Resolução e notas explicativas sobre congelamento de ativos, a qual foi aprovada pelo Comitê de Presidentes durante a Reunião Anual da IOSCO, em Hong Kong. O grupo continuou o diálogo confidencial com as jurisdições identificadas como apresentando problemas na troca de informações (Prioridade 1). Concomitantemente, iniciou-se o trabalho de identificação do 2º conjunto de jurisdições (Prioridade 2).

O **SC-5** reuniu-se em Madri, Espanha, no mês de fevereiro, em Paris, França, em junho, e em Tóquio, Japão, no mês de novembro, tendo a CVM sido representada pelo Superintendente Carlos Sussekind, da SIN. Foram discutidas questões relacionadas a fundos *hedge*, com conclusão de relatório que deverá ser disponibilizado em breve no *site* da IOSCO. Foram também discutidos aspectos relacionados à remuneração indireta de administradores de fundos de investimento (*soft commissions*), distribuição de cotas de fundos de investimento (incluindo discussão sobre possível trabalho a ser feito em conjunto com o SC-3) e princípios de governança de fundos de investimento e sua supervisão independente. Foram também apresentados e discutidos dados que poderão vir a compor uma base permanente sobre abordagem de supervisão baseada em risco.

O **Comitê Técnico Permanente sobre Administração de Recursos de Terceiros** se reuniu em Paris no mês de junho, sendo a CVM representada por seu Superintendente de Relações Internacionais, Eduardo Manhães, e pelo Superintendente Carlos Sussekind, da SIN, sendo finalizado o relatório sobre governança de fundos de investimento.

A **Força-Tarefa sobre Implementação dos Princípios da IOSCO** reuniu-se por três vezes no ano de 2006: a primeira em fevereiro, na Nova Zelândia, a segunda em julho, na cidade de Madri e a terceira em Londres, no mês de novembro. O representante da CVM foi seu Superintendente de Relações Internacionais, Eduardo Manhães, e os principais resultados das reuniões foram:

- 1) A Força-Tarefa sobre Implementação dos Princípios da IOSCO (*Implementation Task Force* - ITF) considerou favorável a continuação do trabalho com o FMI e o Banco Mundial. Da mesma forma pensam os membros de IOSCO que participaram do processo de avaliação assistida para identificar e dirigir-se a áreas da Metodologia de Avaliação, do processo de avaliação propriamente dito e do acompanhamento do plano de ação. Sobre esse tema, a ITF considera de grande valia a contribuição da Secretaria da IOSCO em analisar o progresso da avaliação assistida;
- 2) A ITF completou uma parte significativa do trabalho relativo ao "Guia de Referência a Termos usados na Metodologia de Avaliação" foi acordado que a edição do Guia de Referência deveria ser revisada pelos membros da ITF de modo a identificar quaisquer definições que devessem ser corrigidas ou retiradas quando não refletissem a linguagem da metodologia ou quando criassem mais problemas que soluções. Além disso, deve-se incluir um exame do potencial impacto das recentes Diretivas Europeias antes de submeter o glossário à aprovação;
- 3) Foi debatido em detalhes o relatório das instituições financeiras internacionais com um representante do FMI (Arne Petersen), com o propósito de elaborar um relatório sobre o assunto para o Comitê Executivo;
- 4) Foi acordado que, como uma primeira etapa, seria muito útil organizar um *workshop* para assessores, a fim de debater suas experiências práticas em realizar avaliações (tanto em relação ao programa FSAP das instituições financeiras internacionais quanto ao Programa de Avaliação da IOSCO).

### **XXX Conferência Anual da Iosco**

As autoridades reguladoras de valores mobiliários reuniram-se em junho, na cidade de Hong Kong, na China. A CVM foi representada por seu Presidente, Marcelo Trindade, e por seu Superintendente de Relações Internacionais, Eduardo Manhães.

Os painéis públicos da conferência anual de 2006 abordaram as seguintes questões envolvendo regulação:

- Padrões Internacionais de Relatório Financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS): a instituição do IFRS representará uma nova era de padrões internacionais da qualidade elevada e uma melhor forma para que os investidores avaliem suas decisões do investimento. No curso de sua discussão, o painel confirmou que embora tendo sido pouco o tempo desde a adoção do IFRS, o debate sobre sua execução tem sido intenso. Embora as expectativas tenham sido elevadas, acordou-se que controlá-las significará um papel decisivo em seu sucesso final.
- Fundos de *Hedge*: o setor dos fundos de *hedge* alcançou um crescimento espetacular nos anos recentes, mas essa expansão foi acompanhada por uma preocupação crescente sobre os riscos associados às suas atividades. Esse painel referiu-se a algumas das tendências atuais e das questões regulatórias associadas ao desenvolvimento do fundo de *hedge*. Foi também extremamente útil esboçar as oportunidades, os desafios e a dinâmica comercial concernente a esse setor financeiro.
- Mercados de Títulos: reguladores de todas as partes do mundo tomaram diferentes medidas no sentido de melhorar e harmonizar a divulgação de informações a respeito de valores mobiliários. Esse painel, que contou com a participação do Presidente da CVM, Marcelo Trindade, foi útil em identificar os desafios excepcionais que devem ser encontrados no setor de mercados de títulos, particularmente na busca de uma maior transparência e nas questões a serem enfrentadas por reguladores nesse processo.
- A Implementação dos Princípios da IOSCO e o MoU da IOSCO nos Mercados Emergentes: o conjunto abrangente dos princípios internacionais de valores mobiliários que foram apresentados pela IOSCO e que servem como padrão para o *enforcement* transfronteiriço em relação à cooperação e à troca de informação foi o foco dessa discussão. O painel mostrou os desafios específicos encontrados em mercados emergentes e os esforços de implementação. Concluiu-se que, apesar dos desafios que estão sendo enfrentados, a adoção de melhores práticas regulatórias nesses mercados traz benefícios numerosos e faz com que esses mercados se tornem mais atrativos aos investidores.

#### **A.1.2. Conselho de Reguladores de Valores da América - COSRA**

O COSRA, fundado em 1992, oferece um foro para estimular a cooperação mútua e o intercâmbio de informações com o intuito de melhorar os esforços realizados por cada um dos países da região para desenvolver e aumentar o crescimento de mercados de valores saudáveis e justos para todos os investidores.

De estrutura mais informal que a IOSCO, as atividades do COSRA são baseadas em debates técnicos. Ao longo de 2006, houve duas reuniões de trabalho, tendo sido uma delas realizada em Miami, em maio, e outra em setembro, no Rio de Janeiro. A CVM foi representada em ambas por seu Presidente e por seu Superintendente de Relações Internacionais, sendo que na reunião de Miami ainda contou com a representação do Superintendente Henrique Vergara, da Superintendência de Desenvolvimento de Mercado (SDM).

Em pauta, discussões sobre os resultados do Fórum sobre Pequenas e Médias Empresas e a Proposta de alteração na Resolução da IOSCO sobre congelamento de ativos.

### **A.1.3. Instituto Ibero-americano de Mercado de Valores – IIMV**

A Fundação Instituto Ibero-americano de Mercado de Valores (IIMV) é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Madri (Espanha) e que tem por objetivo favorecer um melhor conhecimento da estrutura e regulação dos mercados de valores nos países ibero-americanos, desenvolver mercados de valores transparentes e íntegros, assim como incrementar a relação entre os reguladores, a iniciativa privada e os profissionais do mercado.

A CVM, por conta do instituto, disponibiliza anualmente servidores para atuarem como instrutores de treinamentos em países da América Latina.

Em 2006, a CVM foi representada na reunião do Conselho de Autoridades do IIMV por seu Superintendente de Relações Internacionais. Foi realizado trabalho sobre a Indústria de Fundos de Investimento nos países Ibero-Americanos, o qual foi aprovado e publicado.

A CVM contribuiu também com artigos publicados na Revista Ibero-americana de Mercado de Valores.

### **A.1.4. *Enlarged Contact Group on Supervision of Investment Funds* – ECG**

A reunião anual desse foro informal de troca de informações sobre fundos de investimento ocorreu em Oslo, Noruega, no mês de setembro, com participação do Superintendente de Investidores Institucionais (SIN), Carlos Sussekind. No encontro, foram discutidos temas ligados à indústria de fundos de investimento, como a administração dos fundos e implicações jurídicas, recentes alterações regulatórias, divulgação de informações, fiscalização e relatórios, distribuição de quotas (incluindo erros de apreamento e *disclosure* aos cotistas), entre outros.

## **A.2. Organismos de Integração Regional**

### **A.2.1. Mercado Comum do Sul – MERCOSUL**

Desde que foi criado, a CVM vem coordenando a Comissão de Mercado de Capitais do Subgrupo de Assuntos Financeiros (SGT-4) do tratado de livre comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Sob o regime de presidências *pro tempore* (seis meses para cada país-membro), o SGT-4 é coordenado pelo Banco Central de cada país.

A presidência *pro tempore* do bloco ficou a cargo da Argentina, no primeiro semestre, e do Brasil, no segundo, o que fez com que as reuniões fossem sediadas nos respectivos países. Em ambas as ocasiões, foi convidada a República Bolivariana de Venezuela. A delegação da Venezuela participa das reuniões nos termos do artigo 7º da Decisão CMC Nº 28/05 e do Acordo Marco para a Adesão da República Bolivariana de Venezuela ao MERCOSUL, de 8 de dezembro de 2005, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

A CVM coordena nacionalmente a Comissão de Mercado de Capitais que, atualmente, encontra-se debatendo os seguintes temas:

1. Integração Regional dos Mercados de Valores Mobiliários - O representante da CNMV de Espanha realizou uma apresentação sobre as dificuldades e obstáculos enfrentados pela Espanha e pelos estados-membros da União Européia, a fim de integrar e desenvolver um mercado regional. Os países aprovaram o documento final referente à integração dos mercados regionais, o qual aborda os temas: Títulos Públicos, Oferta Pública de Títulos Privados e Fundos de Investimento. A representante da BOVESPA apresentou os avanços do Projeto Piloto de integração da BOVESPA com a Bolsa de Valores do México, expondo o estágio atual das negociações e os seus principais desafios.
2. Estatística do Mercado de Valores Mobiliários no Mercosul - Foi apresentada e aprovada a proposta de modificação do quadro estatístico do Mercosul.
3. Assimetrias das Legislações do Mercado de Capitais no Mercosul - Os países acordaram sobre um novo modelo de mapa de assimetria, discriminando o que seria de competência do setor bancário e o que seria de competência do mercado de capitais. Este quadro mantém a proposta original, segregando as informações de Acesso a Mercado e Tratamento Nacional em dois documentos.

#### **A.2.2. Área de Livre Comércio das Américas – ALCA**

Com a Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994, os Chefes de Estado e de Governo de 34 países da região decidiram constituir a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA e concluir as respectivas negociações até o ano de 2005.

A CVM vem acompanhando desde o ano de 1999 a negociação dos grupos de serviços e investimentos, sobretudo no que toca à arquitetura do acordo geral e ao acordo específico sobre serviços financeiros. A partir de 2003, as negociações sobre o acordo foram suspensas. No ano de 2006, o acordo não avançou. Todavia, continuamos acompanhando o assunto junto ao MRE, participando do Grupo Interministerial de Comércio Internacional (GICI) de serviços, e da Seção Nacional da ALCA (SENALCA).

#### **A.2.3. Organização Mundial do Comércio – OMC**

A OMC é o organismo internacional que lida com as regras de comércio exterior entre as nações. Fundada em 1º de janeiro de 1995, descende do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), existente desde 1948. Após a rodada Uruguai, passou, também, a tutelar o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS.

A CVM tem participado do processo negociador relativo a serviços financeiros desde a rodada específica realizada em abril de 1997, da qual resultaram compromissos específicos de cada país nesse setor, agrupados no que se denominou ‘V Protocolo’. Ao longo de 2006, a CVM foi representada por seu Gerente de Relações Internacionais, Alexandre Diniz de Freitas, nas três reuniões realizadas em Genebra, Suíça, nos meses de fevereiro, abril e julho.

O foco das negociações de 2006 se voltou para a revisão da lista de compromissos dos países membros, buscando-se avançar sobre a consolidação dos compromissos em acesso a mercado e em tratamento nacional, assim como para uma profunda discussão sobre a revisão do capítulo VI.4 do GATS, que trata das limitações em regulamentação doméstica adotada pelos países signatários do acordo. No primeiro aspecto, não houve avanço, por parte dos países desenvolvidos, no que diz respeito à concessão de maior acesso aos países em desenvolvimento a seus mercados de serviços e agrícola, o que resultou na suspensão das negociações por tempo indeterminado. Quanto à negociação sobre a revisão do texto do GATS em regulamentação doméstica, foram colocadas quatro propostas na mesa, tendo sido a primeira do Brasil, levando em consideração as peculiaridades das agências reguladoras do mercado financeiro (Banco Central, CVM e SUSEP). Ainda não se chegou a um texto final que atenda a todos os membros. A negociação sobre esse tema terá seguimento em 2007.

#### **A.2.4. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE**

A OCDE reúne os países desenvolvidos com o objetivo de promover o desenvolvimento de políticas econômicas e sociais. O Brasil é observador da organização.

Ainda no âmbito da OCDE, a CVM acompanha as reuniões plenárias do FATF (*Financial Action Task Force*), conhecido em português pela sigla GAFI. Esse ano a CVM esteve presente à reunião da FATF em fevereiro, na África do Sul, tendo sido representada pelo analista Marcus Vinicius de Carvalho, da SMI.

Dentre os inúmeros temas que foram discutidos, pode-se destacar a ampliação do conceito das *Non-Profit Organisations* (NPOs), instituições que desempenham um papel vital na economia mundial. Registrou-se a preocupação de que deve ser introduzida uma série de recomendações visando a salvaguardar a integridade e a transparência de suas atividades fins.

Outro ponto relevante que foi abordado foi a necessidade de clarificar conceitos relacionados às Recomendações Especiais XXIV, que tratam inclusive das atividades dos cassinos, e XXXIV que abordam as entidades sem personalidade jurídica (*legal arrangements*). Foi também discutida a necessidade da revisão de algumas metodologias de avaliação das “40 + 9” recomendações referentes às medidas necessárias a serem inseridas na legislação visando ao combate da lavagem de dinheiro, sem prejuízo da tendência premente da implantação efetiva de padrões uniformes quando das avaliações para se observar a aderência a tais recomendações de maneira uniforme por todos os países avaliados.

Foi também salientada a existência de elo entre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e a corrupção. Sem prejuízo dos trabalhos realizados em relação as NPOs, há uma grande preocupação em inserir pontos relativos ao combate à corrupção quando das avaliações focadas nas medidas adotadas pelos países contra lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (*Anti Money Laundering/ Combat Terrorism Financing - AML/CFT*). A antiga ENCLA, agora denominada ENCCLA, passou a incluir o tema do combate à corrupção em seus trabalhos.

Cabe ressaltar que este grupo, do qual o Brasil faz parte através do COAF, faz, anualmente, inspeção no Brasil para analisar o efetivo combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Essas visitas à CVM e aos participantes do mercado de capitais são coordenadas em conjunto pela SRI e SMI.

### **A.3. Organização das Nações Unidas - ONU**

A CVM participa, na pessoa do Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria, Antonio Carlos de Santana, do Grupo Intergovernamental de Trabalho da ONU de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR), destinado a promover a harmonização contábil. Somos o representante oficial do Brasil nesse foro. Nesse contexto, participamos da 23ª Reunião ocorrida em Genebra, no mês de outubro, na qual foram discutidos os avanços no processo de convergência às normas contábeis internacionais, destacando situações práticas e dificuldades surgidas e os aspectos regulatórios e legais inerentes à implementação dos Padrões dos Relatórios Financeiros Internacionais. Ainda nessa reunião foi dada continuidade à apresentação de orientações sobre a divulgação voluntária de informações relacionadas à responsabilidade social das empresas. Essas informações compreendem um conjunto de indicadores que seriam divulgados juntamente com as informações financeiras anuais. Finalmente, foi realizada uma apresentação sobre a criação recente e os objetivos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no Brasil.

### **A.4. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID**

A CVM segue com a operacionalização da doação de US\$ 2 milhões, que terá dela igual contrapartida, a cargo da GAP/SAD.

### **A.5. Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial**

A CVM continua acompanhando os trabalhos do *Financial Stability Forum* (FSF). No que tange ao Banco Mundial, as atividades foram centradas na operacionalização do empréstimo à CVM, a cargo da GAP/SAD.

### **A.6. Conferência de Haia**

Uma vez aprovado o texto básico do acordo da Conferência Internacional de Direito Privado de Haia, sobre Lei Aplicável ao Penhor de Valores Mobiliários, a qual tenta definir qual a jurisdição aplicável em caso de execução de garantias (colaterais), a CVM fez a tradução do referido acordo para a língua portuguesa, e está acompanhando os trâmites de internalização do mesmo.

Nesse contexto, foi também convidada a participar de reuniões informais organizadas pela CBLC, e de reuniões formais pelo Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), que concentram esforços para a elaboração de direito substantivo sobre o processo em cada país signatário daquele acordo.

Para tanto, houve duas reuniões do UNIDROIT na cidade de Roma, Itália. A primeira aconteceu no mês de março, tendo a CVM sido representada por seu Superintendente de Relações Internacionais, Eduardo Manhães, e a segunda no mês de novembro, dessa vez sendo a CVM representada pela Subprocuradora-Chefe Julya Sotto Mayor Wellisch, da Subprocuradoria Jurídica 1 (GJU-1).

## **2.6.4. RELAÇÕES BILATERAIS**

### **B.1. Acordos de Cooperação Técnica e Troca de Informações – MoU**

São os seguintes os países com os quais a CVM tem Memorandos de Entendimento (*Memoranda of Understanding* ou MoU, na sigla em inglês) em vigor no momento: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá (Quebec), Chile, China, Cingapura, Equador, Espanha, EUA (SEC), EUA (CFTC), França, Grécia, Hong Kong, Itália, Luxemburgo, Malásia, México, Paraguai, Peru, Portugal, Romênia, Tailândia, Taipei. Em 2006, a SRI assinou dois outros MoU, sendo um com Israel e outro com a Rússia, visando a dar uma maior abrangência à cooperação internacional, alternativamente em relação ao MMOU da IOSCO, para o qual continuamos o esforço no intuito de viabilizar nossa participação, tendo em vista que, futuramente, esse poderá vir a substituir a teia de MoU bilaterais existente. Atualmente, aguardamos modificações na legislação sobre sigilo bancário, pois não podemos hoje receber do BACEN e transmitir a terceiros, ainda que sob sigilo, informações protegidas por esse instituto.

### **B.2. Relações bilaterais com entidades pares no exterior**

Foram respondidas pela CVM questões de natureza diversas vindas de muitos países, sobretudo daqueles membros do COSRA. Exemplo de tais consultas são as referentes à estrutura da CVM, supervisão de mercado, mercados derivativos, fundos de investimento, fusões e aquisições, informação privilegiada, transparência, entre outras.

## **2.6.5. DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES**

### **C.1. Atendimento a pessoas físicas e jurídicas do exterior**

No ano de 2006, dando prosseguimento à tendência verificada nos anos anteriores, além das referentes aos reguladores, recebemos numerosas consultas de pessoas físicas e jurídicas do exterior sobre diversos temas.

A GRI recebeu as visitas de três delegações oficiais estrangeiras: China, Indonésia e Índia (a última composta por representantes da Bolsa de Valores indiana juntamente com representantes de outros órgãos de mercado). As três delegações vieram com a intenção de melhor conhecer a realidade do mercado de capitais brasileiro.

### **C.2. Aprimoramento da seção de Relações Internacionais da Homepage**

A SRI realizou reformulação geral das informações disponibilizadas na página criada na internet dentro do *site* da CVM em português, a qual se destina a informar sobre as atividades internacionais da Autarquia. Foram inseridos novos itens que melhor explicam o funcionamento da superintendência. São eles:

- *HOME*: apresenta a competência e as atividades desenvolvidas pela área de Relações Internacionais da CVM;

- INFORMAÇÕES AOS INVESTIDORES ESTRANGEIROS: apresenta os passos necessários a um investidor estrangeiro que planeje aplicar seus recursos no Brasil (fonte: BOVESPA);
- LEGISLAÇÃO: apresenta uma relação de normas pertinentes à área internacional;
- SITES RELACIONADOS: apesar desse item já pertencer ao *site* da CVM, ele não constava no menu da página da SRI;
- CONTATOS: apresenta os meios necessários a quem queira entrar em contato com a Superintendência de Relações Internacionais.

Além disso, foram iniciados os trabalhos para a reformulação da página da SRI dentro do *site* da CVM no idioma inglês.

### **C.3. Treinamentos**

Devido à Portaria 38/2000 do Ministério da Fazenda e a restrições orçamentárias, não foi possível enviar treinandos com ônus para o exterior. Por restrições orçamentárias, deixamos também de enviar treinandos a eventos tradicionais, como os treinamentos anuais da IOSCO e da *Commodities and Futures Trade Commission* – CFTC. A participação em outros eventos só foi viabilizada sob o acordo da CVM com o Banco Mundial.

### **C.4. Relações com o Ministério das Relações Exteriores - MRE**

Continuamos a interagir com o MRE nos Grupos negociadores de serviços. A CVM atendeu a uma série de demandas daquele órgão. A SRI é o representante da CVM junto ao GICI (Grupo Interministerial de Comércio Internacional e seus Subgrupos de Investimentos e Serviços), à Senalca (Sessão Nacional da ALCA) e à Seneuropa (Sessão Nacional das Negociações Mercosul – União Européia).

Em 2006, foram retomadas as relações com o Chile que, por ora, a pedido daquele país, foi excluído do setor 7 da negociação de serviços, que trata especificamente de Serviços Financeiros.

### **C.5. Outros**

O Superintendente de Relações Internacionais, Eduardo Manhães, foi convidado pela IOSCO para participar de reunião do “*Joint Forum Working Group on Conglomerate Principles*”, em Basiléia, Suíça, em novembro de 2006. O *Joint Forum* foi estabelecido, em 1996, pelo *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), a IOSCO, e a *International Association of Insurance Supervisors* (IAIS), para lidar com assuntos comuns aos três setores financeiros (setores bancário, de valores mobiliários e de seguros), incluindo a supervisão de conglomerados financeiros.

O SRI e o SDM participaram, juntamente com o Diretor Sérgio Weguelin, das reuniões do BEST: *Brazil Excellence in Securities Transactions*, criado para a divulgação do mercado de capitais brasileiro nos principais mercados internacionais (Nova Iorque, Boston, Londres, Hong Kong e Cingapura). As reuniões também contaram com a presença de representantes do BACEN, BOVESPA, BM&F, CBLC e Tesouro Nacional.

## 2.7. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA – SFI

### 2.7.1. COMPETÊNCIA

A Superintendência de Fiscalização Externa (SFI) tem como principais atribuições a realização de inspeções (fiscalização direta) nas entidades integrantes do mercado de valores mobiliários e a instrução de inquéritos administrativos.

### 2.7.2. RESULTADOS E INDICADORES

São apresentados os indicadores de gestão da SFI, com dados até **31 de dezembro de 2006**.

DESCRIÇÃO		2002	2003	2004	2005	2006	2007 (*)
1	Nº inspeções realizadas	255	313	176	346	378	350
2	Nº inquéritos administrativos instaurados	14	28	17	30	27	30

(\*) Previsão

**Item 1** – Em 2006, foram efetuadas inspeções em 378 jurisdicionados da CVM (9% a mais que 2005). Desse total, 194 (51%) ocorreram em Fundos de Investimentos, 55 (15%) em escritórios de pessoas não autorizadas a: (i) intermediar valores mobiliários (27); (ii) administrar carteira/fundo/clube de investimentos (20); e (iii) prestar consultoria no mercado de valores mobiliários (8); e 42 (11%) em entidades integrantes do sistema de distribuição (corretoras e distribuidoras).

INSPECIONADAS	QUANTIDADE
CORRETORA DE VALORES	28
CORRETORA DE MERCADORIAS	04
DISTRIBUIDORA DE VALORES	10
ADMINISTRADOR DE CARTEIRA	17
AUDITOR INDEPENDENTE	05
PESSOA NÃO AUTORIZADA A INTERMEDIAR VALORES MOBILIÁRIOS	27
PESSOA NÃO AUTORIZADA A ADMINISTRAR CARTEIRA E A PRESTAR CONSULTORIA	28
COMPANHIA ABERTA	19
FUNDO DE INVESTIMENTO	194
OUTROS	46
<b>TOTAL</b>	<b>378</b>

A exemplo de 2005, os fundos de investimentos, por representarem a maior parcela do universo fiscalizável desta Autarquia, foram, mais uma vez, contemplados com o maior número de inspeções. Dos 194 fundos inspecionados, 75 corresponderam ao programa de inspeções de rotina, previsto para abranger 143 fundos.

Em razão de diversas reuniões internas entre servidores da SFI, da GII-2/SIN e da GMA-3/SMI para aprimoramento do roteiro a ser cumprido nas inspeções de rotina de fundos, bem como em virtude do intenso treinamento a que foram submetidos os novos inspetores (a grande maioria dos servidores em atividade na SFI), a conclusão dessas inspeções sofreu um pequeno atraso, devendo, portanto, os relatórios correspondentes aos 68 fundos restantes do programa estar concluídos no decorrer do primeiro trimestre de 2007.

O eixo Rio/São Paulo, onde ocorreram 296 inspeções, concentrou 78% do total geral de 378, de acordo com o demonstrativo infra, que mostra a distribuição geográfica, por estado, das inspeções levadas a efeito em 2006:

TIPOS DE INSTITUIÇÃO	ES	MT	SC	SP	RJ	GO	RS	MG	DF	PR	CE	Σ
Bolsa de mercadorias e futuros				5								5
Corretora de valores mobiliários				17	8		2				1	28
Corretora de mercadorias e de futuros				3							1	4
Distribuidora de valores mobiliários				3	6			1				10
Administrador de carteira				9	2		2	1	2	1		17
Custodiante de títulos e valores mobiliários				6								6
Fundo de investimentos			4	73	103		5	1	2	5	1	194
Companhia aberta		1		3	3			3	9			19
Sociedade controladora, controlada, coligada à emissora de valores mobiliários, ou sob controle comum				1								1
Banco de investimentos/ múltiplo/comercial não enquadrado nos demais itens					1							1
Auditor independente				2					1	2		5
Pessoa não autorizada a intermediar valores mobiliários			2	6	7		8		1	3		27
Pessoa não autorizada a administrar carteira /fundo/clube de investimentos				7	2		1	1	6	3		20
Pessoa não autorizada a prestar consultoria de valores				6	1	1						8
Pessoa não autorizada a emitir e/ou colocar publicamente valores mobiliários				4	1	1	2	2				10
Outros	1			12	5		1	3		1		23
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>157</b>	<b>139</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>378</b>

O quadro a seguir demonstra as incidências (396), por assuntos, das inspeções realizadas durante o ano de 2006. A verificação do cumprimento de normas operacionais e administrativas por fundos de investimentos e respectivos administradores, com 205 incidências, correspondeu a 52% do total dos assuntos abordados nas inspeções. A verificação de eventual exercício irregular de atividade por pessoas não credenciadas a atuar no mercado de valores mobiliários, com 19%, foi a segunda maior incidência (74 casos): 33 sob suspeita de agirem como intermediários; 25 como administradores de carteira e 16 como consultores.

<b>PRINCIPAIS ASSUNTOS OBJETO DAS INSPEÇÕES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Exercício do poder de auto-regulação	<b>1</b>
Ocorrência de práticas não-equitativas, fraudes, manipulação e criação de condições artificiais de oferta e demanda	<b>11</b>
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por fundo de investimentos e respectivos administradores	<b>205</b>
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por custodiante/depositário/prestador de serviço de valores mobiliários escriturais	<b>10</b>
Cumprimento das normas de combate à lavagem de dinheiro	<b>9</b>
Cumprimento das normas de administração de carteira	<b>15</b>
Adequação das demonstrações financeiras e ITR's de companhia aberta	<b>6</b>
Transações de Cias Abertas com sociedade controladora, controlada, coligada ou sob controle comum, em condições desfavoráveis	<b>10</b>
Não prestação de informações obrigatórias	<b>1</b>
Exercício abusivo de poder pelo acionista controlador	<b>9</b>
Aspectos de gestão de administrador de companhia aberta	<b>9</b>
Adequação dos procedimentos de auditoria	<b>5</b>
Intermediação de valores mobiliários por pessoa não autorizada	<b>33</b>
Administração de carteira / de fundo / de clube de investimento por pessoa não autorizada a atuar no M.V.M.	<b>25</b>
Consultoria por pessoa não autorizada a atuar no M.V.M.	<b>16</b>
Emissão e/ou colocação pública de valores mobiliários sem registro na CVM	<b>10</b>
Outros	<b>21</b>
<b>TOTAL</b>	<b>396</b>

Para a instrução de inquéritos e/ou complementação de trabalhos de campo (inspeções) as 7 Gerências da SFI, em 2006, emitiram 1856 ofícios com pedidos de esclarecimentos por escrito e 165 com convocação para depoimentos pessoais, contra, respectivamente, 1244 e 123 em 2005, um acréscimo total de 48%.

OFÍCIOS/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
INTIMAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS POR ESCRITO	169	83	90	167	185	77	363	182	112	164	221	43	<b>1856</b>
CONVOCAÇÃO PARA DEPOIMENTOS PESSOAIS	15	03	17	10	10	08	14	48	10	13	13	4	<b>165</b>

Em 31.12.06, existiam na SFI 44 inquéritos em instrução e um estoque de 29 processos com o inquérito a instaurar. Há que se ressaltar o forte aumento do grau de complexidade dos inquéritos nos últimos três anos e seu conseqüente impacto no prazo médio de instrução dos inquéritos, em razão, principalmente, da grande incidência de casos tratando de uso de informação privilegiada e de intrincados conflitos societários e operações de Bolsa (BOVESPA/BM&F), que, não raro, envolvem pessoas de difícil contato residentes no exterior, tendo em vista o vertiginoso crescimento do mercado e sua cada vez maior internacionalização.

## **2.8. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS – SIN**

### **2.8.1. COMPETÊNCIA**

A Superintendência de Relação com Investidores Institucionais – SIN é responsável por coordenar, supervisionar e fiscalizar os registros de fundos e clubes de investimento, bem como por credenciar e acompanhar o exercício das atividades de administrador de carteira, consultor e analista de valores mobiliários. A Superintendência também coordena, supervisiona e fiscaliza o registro e o acompanhamento de carteiras de investidores não residentes.

### **2.8.2. COMENTÁRIOS GERAIS**

A SIN é composta por duas gerências e hoje suas atribuições quanto a Fundos e Carteiras de Investimento abrangem as seguintes modalidades:

- Prestadores de Serviços de Administração de Carteiras de Valores Mobiliários;
- Consultores de Valores Mobiliários;
- Analistas de Valores Mobiliários;
- Entidade Credenciadora de Analistas de Valores Mobiliários;
- Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409/04), nas seguintes classes:
  - Ações
  - Cambial
  - Curto Prazo
  - Dívida Externa
  - Multimercado
  - Referenciado
  - Renda Fixa
- Fundos de Privatização - FGTS;
- Fundos de Privatização – FGTS – Carteira Livre;
- Fundos de Índice;
- Fundo de Aposentadoria Programada Individual;
- Carteira de Títulos e Valores Mobiliários de Investidor não Residente;
- Fundos de Privatização - Capital Estrangeiro;
- Fundos de Conversão - Capital Estrangeiro;
- Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes - Capital Estrangeiro;
- Questões relacionadas à administração profissional de carteiras de investimento;
- Questões relacionadas aos consultores de valores mobiliários;
- Questões relacionadas aos analistas de valores mobiliários; e,
- Questões relacionadas aos clubes de investimento.

No que concerne ao acompanhamento sistemático da participação dos investidores institucionais no mercado de valores mobiliários, a SIN administra um sistema de informações sobre a atuação dos administradores e investidores institucionais no Mercado de Valores Mobiliários, incluindo o cadastro de todos os agentes que estão sob sua esfera de competência.

Pode-se inferir, pelo exame do quadro abaixo, a responsabilidade da Superintendência quanto ao acompanhamento desse mercado, em função do expressivo patrimônio alocado nessas entidades:

	Qntd/ 2005	PL em DEZ/05*	Qntd / 2006	PL em NOV/06*
Fundos de Investimento (Instrução CVM n° 409/04)	5742	751,36	6192	905,13
Fundos de Cotas em Fundos de Investimento (Instrução CVM n° 409/04)		438,66		525,45
FMP-FGTS	93	8,92	90	10,43
Fundo de Índice	1	2,33	1	2,49
FITVM	14	0,0005	-	-
FIC-FITVM	1	-	-	-
FIF	36	0,16	-	-
FAC-FI	7	0,0022	-	-
FAPI	-	-	20	0,53
ANEXO III	1	1,93	-	-
Carteiras de Investidores não Residentes	372	125,46	452	202,65
<b>TOTAL**</b>	<b>6267</b>	<b>890,16**</b>	<b>6755</b>	<b>1121,23**</b>

\* Patrimônios líquidos em R\$ bilhões.

\*\* No Total do Patrimônio Líquido não está sendo considerado o PL dos Fundos de Cotas para impedir dupla contagem.

Como mostra o quadro, a Superintendência tem a missão de supervisionar mais de 6.700 fundos de investimento e carteiras de investidores não residentes que detêm patrimônio líquido de mais de 1 trilhão de reais. Dos fundos de investimentos e dos fundos de cotas participam 11,1 milhões de cotistas, cabendo ressaltar que é possível que um mesmo investidor aplique em mais de um fundo.

### 2.8.3. RESULTADOS E INDICADORES

Nesta subseção, são detalhados resultados qualitativos e quantitativos gerais, bem como os indicadores de gestão.

#### Resultados Qualitativos

- **Aprimoramento da Supervisão dos Fundos e Carteiras de Investimento**

**Meta 1** – Aprimoramentos na Regulamentação dos Fundos de Investimento. Em conjunto com as demais áreas envolvidas, a SIN atuou durante o ano de 2006 na elaboração de minuta de Instrução com o objetivo de aprimorar a Instrução CVM nº 409/04, principalmente no que diz respeito às regras que tratam de limites por emissões e ativos que podem fazer parte dos fundos. Com a edição da Resolução CMN nº 3.265, de 04/03/2005, foi atribuída competência à CVM para definir regras relativas à aplicação de recursos de fundos de investimento no exterior. A minuta de Instrução tratando desses assuntos passou por processo de audiência pública em 2006 e está sendo discutida pelo Colegiado. Espera-se que tal minuta seja aprovada ainda no primeiro semestre de 2007.

**Meta 2** - Fiscalização Indireta de Fundos de Investimento e de Administradores de Carteira de Valores Mobiliários. A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais vem aprimorando seus procedimentos de fiscalização indireta dos fundos e dos administradores de carteiras. Em conjunto com a Superintendência de Fiscalização Externa, a SIN intensificou o programa de inspeções regulares nos administradores de carteira, que havia se iniciado em 2005. Tal programa concentra o foco na avaliação da existência de separação entre as atividades necessárias para o bom funcionamento dos fundos de investimento (*Chinese Wall*). O programa possui caráter preventivo e inicialmente pretende avaliar a citação dos maiores administradores de fundos destinados ao varejo e daqueles que tradicionalmente adotam estratégias mais arrojadas. Está se discutindo com a SFI a melhor maneira de se implementar um programa preventivo destinado aos representantes de investidores não residentes. Ao longo de 2006, a SIN adotou ainda outros procedimentos específicos para avaliar a adequação da indústria de fundos de investimento à legislação, especialmente na análise por amostragem de regulamentos e prospectos dos fundos.

**Meta 3** – Ações de Fiscalização Eletrônica. A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais, em conjunto com a SSI, desenvolveu em 2006 a implementação de uma série de rotinas de ações de fiscalização por meio eletrônico. Caso atrase o envio das informações mensais de carteiras de investidor não residente, o representante do investidor recebe uma mensagem automática do sistema da CVM determinando que a informação seja enviada. Também foram desenvolvidas consultas no *CVM Web*, permitindo aos analistas da Superintendência enviarem de forma eletrônica ações de fiscalização determinando que administradores de fundos de investimento enviem para a CVM regulamento, prospectos e demais documentos relacionados, bem como corrijam informações cadastrais na base de dados da CVM. Em 2006 foram emitidas 228 ações de fiscalização, sem contar as que são enviadas de forma automática pelo sistema.

**Meta 4** – Consultor de Valores Mobiliários. No âmbito do Convênio da CVM com o Banco Mundial, foi feito um estudo preliminar sobre os consultores de valores mobiliários. A conclusão desse estudo apontou em direção a um processo de certificação destes profissionais, como já ocorre com os analistas de valores mobiliários. Inicialmente, previa-se a contratação de empresa de consultoria com o objetivo de dar continuidade a um diagnóstico a ser submetido ao Colegiado, com vistas ao estabelecimento de um novo marco para a atuação dos consultores de valores mobiliários.

A CVM, no entanto, optou por preparar internamente minuta de Instrução para alterar a Instrução CVM n° 43, de 05/03/1985, que estabelece as normas para o exercício da atividade.

**Meta 5** – Analistas de Valores Mobiliários. O Colegiado delegou à SIN e à SDM competência para preparar a revisão da Instrução CVM n° 388, de 30/04/2003, que dispõe sobre a atividade de analista de valores mobiliários. A SIN já entregou à SDM uma lista com os principais pontos da Instrução que devem ser aprimorados. Já no ano de 2006 houve uma pequena alteração da Instrução CVM n° 388/03, com a edição da Instrução CVM n° 430, de 30/03/2006, que revogou o § 5º do art. 3º.

**Meta 6** – Clubes de Investimento. A SIN vem discutindo uma nova Instrução para aprimorar a antiga legislação referente aos Clubes de Investimento, que data de 1984. Em 2006, a SIN participou de reunião com a BOVESPA, que é a entidade auto-reguladora da atividade dos clubes, onde foi discutida uma proposta de revisão das normas. A SIN já encaminhou à SDM uma proposta por escrito de pontos que devem ser melhorados. A intenção é de que em 2007 tenhamos uma minuta disponível para apreciação do Colegiado e audiência pública.

**Meta 7** – Alteração da Legislação do Anexo III. A CVM, atendendo solicitação dos administradores do chamado Anexo III, editou a Instrução CVM n° 428 e a Deliberação CVM n° 499, ambas de 06/02/2006, que flexibilizaram regras relativas às Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários previstas no Regulamento Anexo III à Resolução CMN n° 1289/87 (“Fundo Brasil”), permitindo que o fundo pudesse se transformar em fundo aberto. Em 23/02/2006, foi editada a Resolução CMN n° 3.349, que fixou prazo para que o “Fundo Brasil” transferisse seus ativos para a modalidade de investimento prevista na Resolução CMN n° 2.689/2000. Tal transferência foi efetivada e o Regulamento Anexo III foi revogado em 30/06/2006.

**Meta 8** – Reformulação dos Informes Mensais de Investidores não residentes. A edição da Medida Provisória n° 281, de 15/02/2006, reduziu a zero a alíquota de Imposto de Renda para aplicações de investidores não residentes em títulos públicos federais. Como resultado, houve maior demanda dos investidores por títulos públicos, motivando solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional para que os informes mensais das carteiras dos investidores não residentes sejam acompanhados dos dados agregados por tipo e vencimento de cada título público federal. A SIN, em conjunto com a SSI, está desenvolvendo um novo modelo de informativo que atenderá não só a demanda do Tesouro Nacional, mas também permitirá o acompanhamento mais detalhado por parte da CVM das carteiras dos investidores não residentes.

**Meta 9** – Participação em Seminários. A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais participou durante o ano de 2006 de Seminários promovidos por associações de classe, como ANBID e APIMEC, com o objetivo de esclarecer dúvidas dos participantes do mercado a respeito de normas da CVM relativas a fundos de investimento, prestadores de serviço de administração de carteiras, consultores e analistas de valores mobiliários.

**Meta 10** – Participação em Fóruns Internacionais. A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais continua participando do SC-5 e do ECG, grupos de trabalhos que discutem o tema “Administração de Recursos de Terceiros” no âmbito da IOSCO, organização que congrega as comissões de valores mobiliários dos países que possuem agências reguladoras de seus mercados de capitais.

Finalmente, ressaltamos que a SIN, representando a CVM, exerce ainda, desde novembro de 2000, a presidência do *Working Group on Investment Management* (WG-5) da IOSCO, que trata de administração de recursos de terceiros.

## Resultados Quantitativos

Itens	2004	2005	2006	Meta para 2006
1 - Registro de FMP – FGTS- Carteira Livre	0	0	0	0
2 - Cancelamento de FMP – FGTS- Carteira Livre	1	0	0	0
3 - Registro de FMP – FGTS	0	0	0	0
4 - Cancelamento de FMP-FGTS	4	2	3	3
5 - Registro de FITVM	57	0	0	-
6 - Cancelamento de FITVM	63	481	2	-
7 - Registro de FIC-FITVM	17	2	0	-
8 - Cancelamento de FIC-FITVM	18	185	0	-
9 - Registro de FIF	3039	2	0	-
10 - Cancelamento de FIF	518	2480	14	-
11 - Registro de FAC-FI	2952	4	0	-
12 - Cancelamento de FAC-FI	456	2495	3	-
13 - Registro de FIEIX	70	0	0	-
14 - Cancelamento de FIEIX	11	76	0	-
15 - Registro de Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409/04)	175	6260	1176	ND
16 - Cancelamento de Fundos de Investimento (Instrução CVM nº 409/04)	13	717	679	ND
17 - Registro de FICART	0	0	0	0
18 - Registro de FMAI	0	0	0	0
19 - Cancelamento de FMAI	0	0	0	0
20 - Registro de Administradores de Carteira	171	226	221	198
21 - Cancelamento de Registro de Administradores de Carteira	59	64	100	62
22 - Registro de Consultores de Valores Mobiliários	14	13	45	14
23 - Cancelamento de Registro de Consultores de Valores Mobiliários	5	5	18	5
24 - Registro de Analistas de Valores Mobiliários	459	419	48	ND
25 - Cancelamento de Analistas de Valores Mobiliários	26	61	25	ND
26 - Registro de Carteiras de Investidores não Residentes	81	82	134	82
27 - Cancelamento de Registro de Carteiras de Investidores não Residentes	51	47	55	49
28 - Registro de Participantes em Carteiras de Investidores não Residentes	1118	2789	2371	1954
29 - Cancelamento de Participantes em Carteiras de Investidores não Residentes	811	1891	733	1341
30 - Registro de Fundos de Investimento para Investidores Estrangeiros e Carteiras Anexo III	0	0	0	0
31 - Cancelamento de Registro de Fundos de Investimento para Investidores Estrangeiros e Carteiras Anexo III	2	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>10191</b>	<b>18301</b>	<b>5628*</b>	

### \* Observação:

O critério tradicionalmente utilizado para estabelecer as metas anuais consiste na média do realizado nos últimos dois anos e desta forma tais metas nem sempre se mostram um bom parâmetro. Particularmente, adotando-se o mesmo critério, as metas para 2006 ficariam distorcidas em decorrência da adaptação dos fundos às regras da Instrução CVM nº 409/04. Assim, preferiu-se não estimar metas para o registro de tais fundos. Da mesma forma, a fixação de meta relativa ao registro de analistas de valores mobiliários seria distorcida, uma vez que o universo dos analistas que já prestavam tal serviço foi registrado durante os anos de 2004 e 2005.

## **2.9. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS – SMI**

### **2.9.1. COMPETÊNCIA**

A Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários – SMI coordena as atividades de acompanhamento e fiscalização das entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, assegurando a observância de práticas comerciais eqüitativas e o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa, balcão, balcão organizado e derivativos.

A SMI é responsável também pela definição de diretrizes para o credenciamento dos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e das entidades que atuam nesse mercado, fiscalizando sua atuação quanto ao cumprimento das normas estabelecidas.

Suas atribuições incluem a proposição de normas relacionadas ao funcionamento do sistema de distribuição de valores mobiliários e ao funcionamento dos mercados derivativos, participando de sua elaboração;

Cabe ainda à Superintendência acompanhar as atividades dos administradores e gestores dos fundos, fiscalizando a observância das normas relacionadas à composição e diversificação das carteiras de investimentos, bem como à divulgação de informações aos cotistas e a aderência da gestão ao regulamento do fundo.

### **2.9.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A SMI está estruturada de acordo com a seguinte divisão:

- **Gerência de Acompanhamento de Mercado 1 – GMA-1**

Principais atribuições:

- Acompanhamento dos negócios: (i) com ações que não fazem parte do IBOVESPA; (ii) com ações negociadas na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos - SOMA; e (iii) realizados no mercado de balcão não organizado;
- Análise dos negócios que apresentam distorções em relação a preço e quantidade;
- Análise dos editais de leilão de oferta pública;
- Análise dos negócios submetidos a leilão nos termos da Instrução CVM nº 168/91;
- Aprovação de contratos de estabilização;
- Instrução de Inquéritos de Rito Sumário e Termos de Acusação.

- **Gerência de Acompanhamento de Mercado 2 – GMA 2**

Principais atribuições:

- Acompanhamento dos negócios: (i) com ações que fazem parte do IBOVESPA; (ii) com todos os derivativos negociados na BOVESPA; (iii) com todos os derivativos negociados na BM&F; e (iv) recibos de depósito de ações negociados no exterior;
- Análise dos negócios que apresentam distorções em relação a preço e quantidade;
- Análise dos negócios submetidos a leilão pela BOVESPA;
- Avaliação de minutas de novos contratos derivativos;
- Instrução de Inquérito de Rito Sumário e Termos de Acusação.

- **Gerência de Acompanhamento de Mercado 3 – GMA 3**

Principais atribuições:

- Supervisão e fiscalização indireta das carteiras (i) dos fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409/04, (ii) dos fundos mútuos de privatização – FGTS e (iii) dos fundos de investimento em índice de mercado;
- Análise das informações divulgadas pelos fundos, incluindo material promocional de venda e operações realizadas pelos fundos;
- Planejamento de inspeções externas visando a verificar a veracidade das informações disponibilizadas à Autarquia e aos cotistas;
- Instrução de Inquérito de Rito Sumário e Termos de Acusação.

- **Gerência de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos – GME**

Principais atribuições:

- Credenciamento de bolsas de valores; entidades de balcão organizado; câmaras de compensação e liquidação; sociedades corretoras de valores e de mercadorias; sociedades distribuidoras de valores; agentes autônomos de investimentos; prestadores de serviços de custódia de valores mobiliários; prestadores de serviços de emissão de valores mobiliários escriturais;
- Autorização para dirigentes de corretoras, distribuidoras, bolsas de valores e entidades de balcão organizado;
- Análise das demonstrações financeiras de bolsas de valores e de entidades de balcão organizado;
- Atualização do cadastro dos integrantes do sistema de intermediação e de outras identidades do mercado de valores mobiliários;
- Instrução de Inquérito de Rito Sumário e Termos de Acusação.

- **Gerência de Análise de Negócios – GMN**

Principais atribuições:

- Acompanhamento dos negócios envolvendo (i) debêntures negociadas no BOVESPAFIX da BOVESPA; (ii) no Sistema Nacional de Debêntures – SND; (iii) CETIP-Net da CETIP; e (iv) os contratos futuros registrados na CETIP;
- Análise de (i) negócios que apresentem distorções em relação a preço e quantidade; (ii) de denúncias da atuação dos intermediários e (iii) de operações irregulares;
- Edição de Ato para suspender atuação irregular de intermediários;
- Elaboração de pareceres sobre reclamação ao Fundo de Garantia;
- Instrução de Inquéritos de Rito Sumário e Termos de Acusação.

### 2.9.3. RESULTADOS QUANTITATIVOS

A tabela a seguir demonstra as estatísticas referentes aos trabalhos da Superintendência no ano de 2006:

ATIVIDADES	TOTAIS
1- ANÁLISES	
Em elaboração	120
Concluídas	359
2- PARECERES SOBRE FUNDO DE GARANTIA	
Em elaboração	13
Concluídos	9
3- RITO SUMÁRIO	
Em elaboração	4
Concluídos	2
4- TERMO DE ACUSAÇÃO	
Em elaboração	22
Concluídos	11
5- AGENTES AUTÔNOMOS	
Registro	631
Indeferimento	18
Cancelamento	43
6- INTERMEDIÁRIOS E BOLSAS	
Registro	0
Cancelamento	18
Atualização	51
Eleição de Dirigentes	39
7- PRESTADORES DE SERVIÇOS	
Registro	9
Cancelamento	0
Atualização	0
8- CONTRATOS DERIVATIVOS	28
9- CONTRATOS DE ESTABILIZAÇÃO	58
10- LEILÕES	
Operações Especiais	17
Instrução CVM nº 168/91	103
11- AÇÃO FISCALIZADORA DE FUNDOS	
Fiscalização Eletrônica – AFE	13.068
Pedidos de Esclarecimentos – e-mail	403
Pedidos de Esclarecimentos – ofício	148

#### **2.9.4. PLANEJAMENTO PARA 2007**

Para o próximo ano está prevista a conclusão das Instruções que tratam das novas atribuições da CVM. Entre outras, a nova instrução que trata do registro e funcionamento das bolsas de valores, de mercadorias e futuros; a que trata da liquidação e custódia de títulos. Também, estão sendo aperfeiçoadas as normas que tratam do registro dos contratos de derivativos e a de operações especiais.

Em virtude da desistência da empresa contratada para desenvolvimento do sistema de acompanhamento de mercado, torna-se necessário a realização de um novo termo de referência, esse com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visando a contratar outra empresa para dar continuidade ao projeto, ficando a contratação prevista para o segundo semestre de 2007 e a implantação do sistema de acompanhamento de mercado para o primeiro semestre de 2008.

## **2.10. SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA – SNC**

### **2.10.1. COMPETÊNCIA**

A Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria tem sob sua responsabilidade as seguintes atribuições:

- elaborar normas de contabilidade a serem observadas pelas companhias abertas, pelos fundos de investimento e demais entidades reguladas pela CVM;
- regular, registrar, manter cadastro e acompanhar a atuação dos auditores independentes, pessoas físicas e jurídicas, no âmbito do mercado de valores mobiliários;
- atender consultas internas e externas sobre assuntos contábeis e de auditoria;
- interagir com organismos profissionais, entidades governamentais e de ensino na realização e desenvolvimento de trabalhos técnicos contábeis e de auditoria;
- apresentar Termos de Acusação e propor a instauração e conduzir Inquérito Administrativo, visando a apurar a prática de atos ilegais e o descumprimento de normas pelos auditores independentes;
- examinar as republicações de demonstrativos financeiros das companhias abertas que forem determinadas pela Superintendência de Relações com Empresas – SEP; e
- assessorar tecnicamente o Colegiado e os demais componentes organizacionais nas matérias que lhe competem.

### **2.10.2. ESTRUTURA INTERNA**

A Superintendência está dividida em duas Gerências (Normas Contábeis – GNC e Normas de Auditoria – GNA). Em decorrência do concurso realizado em 2003, foram empossados cinco novos técnicos, passando o quadro permanente de pessoal a ser composto por um superintendente, dois gerentes, 12 técnicos, e 3 agentes executivos.

### **2.10.3. ACOMPANHAMENTO E NORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA (SNC/GNA)**

#### **Audidores Registrados**

	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Pessoas Físicas	110	100
Pessoas Jurídicas	314	320
Responsáveis Técnicos	785	725

### **Acompanhamento da Atuação dos Auditores Independentes (desde 1978):**

<b>Total de casos registrados</b>	<b>Em 2006</b>	<b>Em 2005</b>	<b>Desde 1978</b>
Análises pendentes	27	24	----
Análises concluídas	29	19	832
Auditores advertidos por ofício	11	8	320
Não considerados	13	7	347
Inquéritos e Termos de Acusação	5	4	165
Inquéritos Pendentes de Julgamento	8	20	----

### **Edição e Acompanhamento das Instruções CVM Nº 381/03 e 386/03** (divulgação de informações sobre a prestação de serviço de não auditoria):

De acordo com a Instrução CVM Nº 381/03, as companhias devem divulgar no Relatório dos Administradores as seguintes informações sobre esses outros serviços:

1. a data da contratação, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado;
2. valor total dos honorários contratados e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa; e
3. a política ou procedimentos adotados pela companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

A SNC/GNA procedeu ao levantamento efetuado nos meses de janeiro a julho/2006, sobre a observância das disposições contidas na Instrução CVM Nº 381/03, de modo a fornecer subsídios à SEP para a adoção das medidas cabíveis. Foram analisados os Relatórios dos Conselhos de Administração de 426 companhias registradas na CVM, tendo sido apurado que:

- 363 companhias divulgaram as informações adequadamente;
- 10 companhias divulgaram as informações de forma incompleta, e
- 53 companhias não divulgaram qualquer informação.

### **Revisão do Controle Externo de Qualidade – Revisão pelos Pares**

Em 2006, foi dada continuidade ao Programa de Revisão instituído pela Instrução CVM Nº 308/99. O artigo 33 dessa Instrução determina que os auditores independentes devem ter seus controles internos de qualidade revisados por seus congêneres, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes – IBRACON.

Dessa forma, a Resolução CFC Nº 964/03, determina que no mínimo a cada 4 anos os auditores independentes registrados na CVM se submetam ao processo de revisão pelos pares. Além disso, o Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade – CRE vem determinando que os auditores independentes cujos relatórios elaborados pelo auditor revisor contenham ressalvas, opinião adversa ou abstenção de opinião, elaborem um plano de ação para solução das falhas apontadas e se submetam a um novo processo de revisão.

A SNC/GNA vem acompanhando a aplicação desse Programa de Revisão Externa de Qualidade junto ao CRE, servindo ainda de instância de recurso aos pleitos dos auditores. Com base nesse acompanhamento, a SNC/GNA apresenta o relatório de atividades exercidas em 2006 sobre o programa de revisão externa de qualidade, como segue:

### **Auditores Envolvidos no Programa de Revisão Externa de Qualidade**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>AIPF</b>	<b>AIPJ</b>	<b>TOTAL</b>
Auditores Selecionados	19	67	86
Auditores Cancelados	3	4	7

#### E-MAILS ACUMULADOS NO ANO:

#### **RECEBIDOS: 89**

Assuntos: agendamentos de reuniões, atualização cadastral, informe sobre intimações, relatórios de atividades, movimentação cadastral (registro e cancelamento de auditores), acompanhamento na troca de revisores, revisões recíprocas, encaminhamento de planilhas, confirmações de viagens, mudanças de endereços, atas de reuniões, pedidos de adiamento de revisões, oitivas, ofícios circulares e respostas a ofícios da CVM via Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade -CRE.

#### **TRANSMITIDOS: 39**

Assuntos: atualizações cadastrais, informes sobre intimações, relatório de atividades, movimentação cadastral (registro e cancelamento de auditores), acompanhamento na troca de revisores, revisões recíprocas, encaminhamento de planilhas, confirmações de viagens, mudanças de endereços, atas de reuniões, pedidos de adiamento de revisões e oitivas.

#### **TOTAL: 128**

Ações quanto aos Auditores que não cumpriram o Programa:

<b>AUDITOR INDEPENDENTE</b>	<b>EXERCÍCIO 2005/ANO-BASE 2004</b>	<b>EXERCÍCIO 2006/ANO-BASE 2005</b>	<b>Total</b>
Pessoa Física	3	5	8
Pessoa Jurídica	2	10	12
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>20</b>

- Em relação ao ano exercício/ano base 2005/2004, todos os auditores intimados apresentaram esclarecimentos à CVM, dos quais 3 se submeteram à revisão externa cujos relatórios de revisão aprovados pelo CRE, restando pendentes de solução 2 auditores inadimplentes.
- Quanto ao ano exercício/ano base 2006/2005, foi fixado pelo CRE prazo até 31/03/2006 para os auditores que deveriam se submeter ao Programa de Revisão Externa do Controle de Qualidade indicassem seus respectivos auditores revisores. Os auditores que não cumpriram o cronograma fixado pelo CRE foram intimados pela CVM para se submeterem ao referido programa, dos quais 9 casos ainda permanecem pendentes de definição das medidas a serem adotadas.
- Tanto em relação aos inadimplentes referentes ao ano exercício/ano base 2005/2004 quanto ano exercício/ano base 2006/2005, a CVM está aguardando o posicionamento final do CRE/CFC, para então adotar as medidas que forem julgadas adequadas a cada caso.

### **Programa de Educação Continuada**

A Instrução CVM Nº 308/99 determina que os auditores independentes devem manter uma política de educação continuada do seu quadro funcional, com vistas a garantir a qualidade e o pleno atendimento das normas que regem o exercício da atividade de auditoria de demonstrações contábeis. No ano de 2006, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC editou a Resolução Nº 1074/06 em substituição à anterior (Resolução Nº 945/02) estabelecendo novos parâmetros a serem observados em relação ao programa de educação continuada. De acordo com a nova regra, os auditores independentes deverão cumprir um mínimo de 96 pontos de Educação Profissional Continuada por triênio calendário, definindo o primeiro triênio para o período de 2006/2008.

A SNC/GNA acompanhou o desenvolvimento do Programa, participando de reuniões e mantendo contato direto com o pessoal do Conselho Federal de Contabilidade. Atualmente a CVM está aguardando a manifestação do CFC informando os profissionais que não estão cumprindo o Programa.

### **Exame de Qualificação Técnica**

A partir da regulamentação editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC na forma da Resolução Nº 1.031/05, a CVM baixou a Deliberação Nº 466, estabelecendo que a partir de 1º de janeiro de 2004, os auditores independentes, para fins de registro na Comissão, devem ser aprovados em Exame de Qualificação Técnica, atualmente regulamentado pela Resolução CFC Nº 1077/06.

O Exame tem por objetivo aferir o conhecimento dos interessados a obter registro na CVM, para atuar no mercado de valores mobiliários, seja como Auditor Independente – Pessoa Física, ou como Responsável Técnico de empresa de auditoria (Auditor Independente – Pessoa Jurídica) sobre: Contabilidade Geral; Contabilidade de Custos; Contabilidade Pública; Contabilidade Gerencial; Teoria de Contabilidade; Direito Público e Privado; Matemática Financeira; Legislação e Ética Profissional; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade; Auditoria Contábil; Legislação e Normas de Organismos Controladores do Mercado; Informática

Aplicada; Português; e Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do país. Desde a sua edição, já foram realizados 3 Exames de Qualificação Técnica.

De acordo com a regulamentação, foram realizados em 2006, dois Exames, respectivamente, em 29 de maio e 27 de novembro. Em números gerais, inscreveram-se para os exames, 971 candidatos, dos quais 221 obtiveram aprovação, 133 reprovados e 31 não compareceram ao 1º Exame. Em relação ao 2º Exame, não recebemos informações estatísticas até o presente momento.

### **Rotatividade dos Auditores Independentes**

Nesse exercício foi dada continuidade ao acompanhamento quanto ao cumprimento dos prazos regulamentares para efeito do rodízio, do qual resultou na instauração de 2 Processos Administrativos Sancionadores contra auditores independentes que não observaram a referida norma.

Além disso, a SNC/GNA respondeu a consultas formuladas por representantes de segmentos do mercado sobre assuntos relacionados à rotatividade obrigatória dos auditores independentes, especialmente, dúvidas suscitadas por instituições financeiras administradoras de fundos de investimento, que solicitaram a prorrogação do prazo para aplicação do rodízio dos auditores desses fundos, objetivando a equiparação do prazo do rodízio de auditores das próprias instituições financeiras, *vis-à-vis* o advento da Resolução CMN Nº 3.332, de 22/12/2005, observada no âmbito de regulação do Banco Central do Brasil, havendo sido negados os referidos pedidos. Nessa mesma linha, companhias abertas *holdings* de instituições financeiras solicitaram a compatibilização dos prazos dos rodízios da controladora com as instituições financeiras controladas, o que motivou a manifestação do Colegiado desta CVM, em reunião realizada em 21/02/2006, cuja decisão foi no sentido de *“permitir a compatibilização do prazo do rodízio do auditor independente da instituição financeira e sua holding, exclusivamente para aquelas companhias abertas que não detiverem nenhum outro investimento a não ser na instituição financeiras, isto é, quando se tratar de holding pura”*.

Outras consultas relativas ao assunto foram apresentadas por companhias abertas seguradoras, solicitando a compatibilização do prazo do rodízio de seus auditores com o prazo do rodízio estabelecido em norma específica pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, solicitação que, em princípio, foi negada pela SNC.

Após o primeiro levantamento sobre os efeitos do rodízio de auditores no MVM, realizado em dezembro/2005, a SNC/GNA, ao longo do exercício de 2006, encaminhou diversas solicitações à SSI, visando ao aperfeiçoamento das ferramentas e soluções de informática, objetivando a otimização do controle e acompanhamento da observância da regra do rodízio pelos participantes do mercado.

### **Consultas Atendidas**

Ao longo desse exercício, a SNC/GNA atendeu a 126 consultas externas formuladas pelo mercado, esclarecendo dúvidas e orientando quanto a procedimentos a serem adotados nos mais diversos assuntos, sendo 55 formais e 71 verbais, por via telefônica.

#### **2.10.4. *NORMATIZAÇÃO E ACESSORAMENTO CONTÁBIL (SNC/GNC)***

A SNC/GNC atendeu a 666 consultas, sendo 341 consultas internas (51% do total) e 325 consultas externas (49% do total) durante o ano de 2006, além de assessoramento técnico permanente ao Colegiado. A maioria das consultas é oriunda da Superintendência de Relações com Empresas - SEP, tendo como motivação dúvidas de companhias abertas quanto à aplicação de determinado procedimento contábil ou, ainda, determinações de republicações de demonstrações financeiras, ou de reapresentações de informações trimestrais - ITR, que devem, por força da Deliberação CVM Nº 388, de 2 de maio de 2001, ser precedidas de concordância da SNC, nos aspectos relacionados a práticas e procedimentos contábeis.

Os assuntos a que se referiram as consultas em 2006 foram bastante diversos, incluindo temas como manutenção de ativo fiscal diferido, contingências ativas e passivas, reconhecimento de ativo intangível, transações com partes relacionadas, reconhecimento de passivos, divulgação de instrumentos financeiros, efeitos decorrentes de operações de incorporação e reavaliação de ativos.

#### **2.10.5. *PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS***

Em 2006, representantes da SNC participaram de 59 eventos externos, relacionados a assuntos técnicos e de normatização, notadamente em reuniões da Comissão Consultiva e do Grupo de Trabalho sobre Normas Contábeis, reuniões da IOSCO, bem como palestras e seminários sobre assuntos diversos, tais como: regras sobre auditores, procedimentos contábeis e práticas de governança corporativa, entre outros. Os referidos eventos estão relacionados no quadro abaixo:

Comissão Consultiva sobre Normas Contábeis	09
Comissão Consultiva – Fundos de Investimentos	02
IOSCO	03
Grupo SPED Contábil	08
Outras	21
Palestras e Participação em Seminários	16
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>

### **Participação em Eventos Internacionais**

- a) IOSCO – participação nas três reuniões do Comitê Permanente nº 1 do Comitê Técnico (*Standing Committee* No. 1 – SC-1), que trata de contabilidade, auditoria e divulgação de informações. Os encontros foram realizados em Washington (março/2006), Paris (junho/2006) e Madri (outubro/2006). Os trabalhos do SC-1 visam principalmente à troca de informações entre seus membros e à convergência de normas contábeis e de auditoria. O grupo acompanha contínua e detalhadamente os projetos de normas internacionais de contabilidade e de auditoria, além de examinar estudos e interpretações relacionadas;
- b) ONU - participação na 23ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade (ISAR). Em continuidade à 22ª reunião (2005) foram discutidos temas sobre governança corporativa, indicadores de responsabilidade social da empresas e harmonização com as práticas contábeis internacionais (Genebra – outubro/2006);
- c) BID – participação na reunião do *Cluster* de Contabilidade e de Auditoria organizado pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Washington DC – novembro/2006).

### **Participação em Eventos Nacionais Externos (proferindo palestras)**

a) *Workshop* - Watson Wyatt sobre compromissos atuariais; b) *Workshop* sobre convergência de normas contábeis - Organização das Cooperativas Brasileiras; c) Seminário BACEN sobre convergências às normas internacionais; d) Seminário sobre fundos de investimentos, promovido pela CVM e IDC; e) Seminário “Como a CVM pode auxiliar o mercado e seus participantes”; f) Café com Finanças – “O rodízio de auditores independentes”, promovido pelo BACEN, CVM, ASBACE e o governo dos EUA; g) XXI Encontro Nacional dos Contadores das Empresas do Setor Elétrico - ENCONSEL; h) III Seminário Internacional sobre a convergência das Normas Contábeis – APIMEC/SP; i) 11ª Semana de Contabilidade do BACEN.

### **Reuniões com os membros do CRE – Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade**

Acompanhamento dos trabalhos relativos à revisão pelos pares, realizadas nos meses de março, julho e setembro.

### **Participação em Reuniões de Intercâmbio Técnico**

- a) Secretaria da Receita Federal - SRF; b) Associação Brasileira das Companhias Abertas – Comissão de Auditoria de Normas Contábeis e Comissão Jurídica, e c) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

### **2.10.6. PROJETOS NORMATIVOS CONCLUÍDOS**

- Instrução CVM Nº 438 – aprovou o Plano Contábil dos Fundos de Investimentos - COFI.
- Instrução CVM Nº 444 – aprovou o Plano Contábil dos Fundos de Investimentos Regionais - COFIR.
- Deliberação CVM Nº 505 – aprovou o Pronunciamento NPC Nº 10 do IBRACON sobre “Eventos Subseqüentes à Data do Balanço Patrimonial”.
- Deliberação CVM Nº 506 – aprovou o Pronunciamento NPC Nº 12 do IBRACON sobre “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros”.
- Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/Nº 01 – oferece orientação sobre a elaboração de Informações Contábeis pelas Companhias Abertas.

### **2.10.7. PROJETOS NORMATIVOS EM ANDAMENTO**

<b>PRAZO ESTIMADO</b>	<b>ASSUNTO</b>
Janeiro/2007	Ofício-Circular SNC/SEP às Companhias Abertas e Auditores.
2º Trimestre/2007	Minuta de Instrução sobre Investimentos Societários no Exterior.
3º Trimestre/2007	Minuta de Deliberação sobre Subvenções Governamentais.
3º Trimestre/2007	Minuta de Deliberação sobre Redução no Valor Recuperável de Ativos – <i>Impairment</i> .
3º Trimestre/2007	Minuta de Instrução que dispõe sobre normas contábeis aplicáveis aos FIDCs e outros fundos de investimento regulados pela CVM.
3º Trimestre/2007	Implementação de Plano de Contas para os fundos de investimento vinculados a PGBL/VGBL.
4º Trimestre/2007	Minuta de Deliberação sobre Segmento de Negócios.
4º Trimestre/2007	Minuta de Deliberação sobre Contabilização de Concessões.

### **2.10.8. PROJETOS PARA O TRIÊNIO 2007/2009**

#### **Harmonização com as Práticas Contábeis Internacionais:**

a) Emissão das seguintes Normas, em conjunto com o IBRACON:

- Valor de Recuperação dos Ativos (IAS 36);
- Subvenções Governamentais (IAS 20);
- Informações Financeiras por Segmento (IAS 14);

- Investimentos Societários no Exterior (IAS 21);
- Divulgação de Operações Descontinuadas (IAS 35);
- Contabilização das Receitas (IAS 18);
- Contabilização das Remunerações em Ações (IFRS 2);
- Contabilização das Operações *Hedge* (*Hedging Accounting*) (IAS 39);
- Contabilização e Divulgação de Instrumentos Financeiros (IAS 39).

b) Acompanhamento do PL N° 3.741 (reformulação da parte contábil da Lei Societária) e emissão de normas regulamentando suas disposições, quando da sua transformação em lei.

#### **Desenvolvimento de Planos de Contas e Relatórios Contábeis:**

- Fundos de Investimento Vinculados a PGBL/VGBL;
- Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs e outros fundos de investimento regulados pela CVM.

#### **Normas sobre Critérios de Avaliação e Relatórios Contábeis:**

- Empresas Securitizadoras;
- Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios;
- Fundos de Investimentos em Participação;
- Fundos de Investimentos Imobiliários;
- Outros Fundos.

#### **Consolidação das Normas Contábeis da CVM:**

- Consolidação das Notas Explicativas Obrigatórias das Companhias Abertas;
- Consolidação dos Pareceres de Orientação sobre Assuntos Contábeis;
- Criação do Manual de Normas Contábeis (MNC) das Companhias Abertas, consolidando em um só documento todas as normas que tratam de demonstrações contábeis e de divulgação de informações contábeis.

#### **REGULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

- Consolidação e Acompanhamento do Programa de Educação Continuada dos Auditores Independentes, e do Exame de Qualificação Técnica;
- Acompanhamento do Programa de Revisão Externa do Controle de Qualidade dos Auditores Independentes;

- Regulamentação e implementação do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) no CFC - Conselho Federal de Contabilidade, e firmar convênio com aquele órgão para aceitação do CNAI para fins de registro de auditores na CVM;
- Revisão e Atualização das Instruções sobre Auditores Independentes (Instruções CVM N<sup>os</sup> 308 e 381);
- Implementação de um sistema de acompanhamento preventivo (além do acompanhamento por demanda) da atuação dos auditores independentes no âmbito do mercado de valores mobiliários, em função do aumento do quantitativo de analistas da GNA, ocorrido a partir de 2005;
- Realização de pesquisa sobre os efeitos do Rodízio dos Auditores no Brasil.

### **OUTROS PROJETOS**

- Realização de pesquisa, no âmbito do Banco Mundial, sobre comparação das práticas contábeis internacionais com as práticas brasileiras;
- Realização de pesquisa, no âmbito do Banco Mundial, sobre normas contábeis e relatórios gerenciais dos Fundos de Investimentos adotados nos países com mercado de valores mobiliários desenvolvido;
- Implantação de Banco de Dados informatizado sobre normas, orientações emitidas e consultas atendidas pela SNC, sobre matéria contábil.

## 2.10.9. INDICADORES DE GESTÃO

### Objetivos, Metas Quantitativas e Resultados Alcançados no Período

Item	Descrição	Unidade de Medida	2005	2006		B/A (%)*	2007
			Realizado	Metas (A)	Realizado (B)		Metas
1	Nº de Registros Concedidos de AI e de Responsáveis Técnicos	Registros	96	100	76	76	100
2	Nº de Acompanhamentos AI	Casos	43	50	56	112	50
3	Nº de Desvios de Performance	Desvios	19	40	16	40	40
4	Análise de Pedidos de Registro de AI e de Responsáveis Técnicos	Pedidos	164	170	225	132	200
5	Consultas Internas	Consultas	258	200	341	170	200
6	Consultas Externas	Consultas	543	500	451	90	500
7	Atualizações cadastrais - AI corretiva	Solicitações Internas /Externas	232	160	218	136	200
8	Reuniões Técnicas Externas	Quantidade de Reuniões	42	40	48	120	50
9	Palestras Proferidas sobre Regulação	Quantidade de Palestras	13	15	16	106	15

(\*) Índices superiores a 100 representam superação da meta proposta.

### Indicadores de Gestão

Item	Indicador	Unidade de Medida	2005	2006	2006	B/A (%)	2007
			Realizado	Metas(A)	Realizado (B)		Metas
1	Registros Concedidos/Total registrado	%	5,6	10	10,5	187,5	10
2	Acompanhamentos/Total Auditores Registrados	%	10,4	15	4,5	30	15
3	Desvios Performance/Casos Acompanhados	%	123	75	29	39	75
4	Tempo médio de análise de pedido de registro como AI	dias	06	8	6	----	5
5	Tempo médio de atendimento a consultas	dias	2	8	6	----	5
6	Atualizações cadastrais corretivas / AI Registrados	%	1	1	1	100	1
7	Consultas Atendidas / Técnicos SNC	média	67	65	53	81,5	65

(\*) Índices superiores a 100 representam superação da meta proposta.

## **Observações**

**Item 1** – Representa a evolução percentual de ano para ano do Cadastro de Auditores Independentes. A meta da Superintendência/CVM é ter o maior número possível de auditores registrados, evitando a concentração da atividade de auditoria em poucos auditores registrados.

**Item 2** – Representa o número de acompanhamentos realizados (preventivos ou por demanda) relativamente aos auditores independentes registrados na CVM.

**Item 3** – Representa os casos de acompanhamento (item 2) que ensejaram medidas administrativas em relação aos auditores, englobando advertência pela SNC ou proposta de abertura de inquérito administrativo. Desse trabalho de acompanhamento são originadas as demandas de normatização que ensejam na elaboração e publicação de normas de auditoria independente. Esse indicador está diretamente relacionado com o número de analistas disponíveis para o acompanhamento.

**Item 4** – Representa o tempo médio gasto pela Gerência de Normas de Auditoria para análise do pedido de registro de Auditor Independente e a emissão de Ofício com o resultado da análise (deferimento, indeferimento ou em exigências). Embora o prazo previsto para o exame dos documentos seja de 30 dias, via de regra, o tempo gasto é de 8 dias, e por esta razão esse número foi mantido como meta.

**Item 5** – Representa o tempo médio gasto pela Superintendência para a análise e emissão de respostas a consultas efetuadas.

**Item 6** – Representa o número de atualizações corretivas de dados cadastrais, em relação ao número total de auditores registrados. A meta está sendo reduzida, considerando haver sido disponibilizada a possibilidade da atualização de dados cadastrais pelos próprios auditores, pela internet, na expectativa de que isso poderá reduzir o número de devolução de correspondências expedidas.

**Item 7** – Representa a média anual de atendimento a consultas por analista em cada Gerência.

## **2.11. SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS – SRE**

### **2.11.1. COMPETÊNCIA**

A Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE tem como sua atribuição principal examinar as informações apresentadas para a captação de recursos junto à poupança pública, mediante distribuição de valores mobiliários, e, em consequência, registrar as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos do art. 19 da Lei Nº 6.385/76.

A SRE analisa também os pedidos e concede registros para as Ofertas Públicas de Aquisição de Ações – OPA.

Em decorrência da atividade de registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, a Superintendência concede ainda registros para o funcionamento de determinados emissores, tais como:

- I. Emissores de títulos ou contratos de investimento coletivo, como os Certificados de Investimento Audiovisual e os Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC; e
- II. Fundos de Investimento, tais como:
  - a. Fundo de Investimento Imobiliário - FII;
  - b. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC;
  - c. Fundo de Investimento em Participações - FIP;
  - d. Fundo de Investimento em Empresas Emergentes - FIEE;
  - e. Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINE.

Como resultado dos registros concedidos a esses emissores, a SRE tem a seu encargo o acompanhamento das informações por eles prestados ao público investidor.

Também são monitorados os programas de recibos de depósito de ações de emissão de empresas brasileiras no exterior e as atividades de agentes fiduciários nas emissões de debêntures, de certificados de recebíveis imobiliários e de contratos de investimento coletivo.

Finalmente, são desempenhadas pela área funções relacionadas à aplicação da legislação – *enforcement* – culminando em processos administrativos sancionadores em razão de ilícitos cometidos no âmbito de atuação da SRE, conforme acima descrito.

### **2.11.2. COMENTÁRIOS GERAIS**

Em 2006 observou-se a continuação do movimento de aumento significativo da dimensão do mercado de capitais brasileiro, representado pelo volume registrado de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

No ano anterior, quando as ofertas atingiram montante superior a R\$ 70 bilhões, já havia sido registrado um vigoroso crescimento de 142% em relação ao volume registrado no ano de 2004.

Em 2006, o montante atingiu R\$ 125 bilhões, acréscimo de 76% sobre os excelentes números de 2005 e mais de quatro vezes o volume de ofertas registradas em 2004.

A exemplo dos volumes ofertados, o número de operações registradas vem também apresentando constante evolução, apresentando um acréscimo de mais de 90 operações em relação a 2005, representando incremento de 25%.

Tal performance é fruto de diversos fatores, já relatados no ano anterior, resumidos abaixo:

- i. A expansão do crédito no país, que explica, pelo menos em parte, o crescimento das ofertas de ações de empresas do ramo imobiliário, das debêntures de companhias de *leasing* e das securitizações de crédito consignado e de veículos;
- ii. O continuado interesse do investidor estrangeiro em ativos, principalmente ações e agora também em operações de securitização, ofertados no mercado de capitais doméstico;
- iii. O início, embora tímido, de um processo de diversificação de aplicações por parte dos investidores institucionais;
- iv. A redução do custo de desconto de créditos pelos instrumentos de securitização de recebíveis;
- v. O aprofundamento do mercado de capitais, expondo seus benefícios a novas empresas, mediante, por exemplo, inversões de fundos de participação ou securitização de recebíveis, que no futuro, diante de experiência de êxito, podem tornar-se companhias abertas por meio do lançamento de ações e outros valores mobiliários de sua emissão diretamente ao público; e
- vi. O moderno arcabouço regulatório existente, que favorece e agiliza a realização das ofertas de valores mobiliários, ao mesmo tempo em que busca proteger o investidor e a poupança popular.

Vale ressaltar os seguintes fatos ocorridos:

- a) A maciça participação das companhias de arrendamento mercantil na captação de recursos via emissão de debêntures, pelo segundo ano consecutivo, sendo responsáveis por 67% do volume recorde ofertado em debêntures. As empresas do setor de energia elétrica e de mineração foram responsáveis por cerca de 8%, cada, do total de quase R\$ 70 bilhões registrados.
- b) As ofertas públicas iniciais de ações cresceram cerca de 130% em volume financeiro, com a abertura de capital de novas empresas, processo de abertura que continuou a ser destaque, a exemplo do ano anterior, assinalando a entrada no mercado de 26 empresas, que buscaram se posicionar nos mais altos níveis de conduta das companhias listadas em bolsa – Novo Mercado e Nível II, comprometendo-se a adotar práticas de governança corporativa e de ampla divulgação de informações, superiores às adotadas pelas demais empresas listadas.
- c) A moderna técnica de engenharia financeira parece ter fincado raízes no mercado de capitais, tendo as operações estruturadas de securitização de recebíveis, através do lançamento de cotas de FIDC e de Certificados de Recebíveis Imobiliários, atingido o montante de quase R\$ 14 bilhões, crescimento próximo a 40% em relação ao volume registrado em 2005, que por sua vez já apresentava significativo crescimento, de cerca de 89%, em relação ao ano de 2004.

- d) O ágil regime de colocações propiciado pelos registros de prateleira continuou ser utilizado de forma crescente pelas empresas, com a aprovação de 12 programas de distribuição, de valor superior a R\$ 43 bilhões, cujas ofertas realizadas em 2006 apresentaram volume de R\$ 23 bilhões.
- e) Os valores mobiliários ofertados por outros emissores que não as companhias abertas responderam por 59% do número das ofertas primárias e sua fatia no volume das ofertas primárias atingiu mais de 18% do total.
- f) O valor de patrimônio líquido da indústria dos fundos de investimento de direitos creditórios, participações e empresas emergentes, e imobiliários ultrapassou o montante de R\$ 33 bilhões em 2006.

Em relação aos processos de Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA, vale mencionar a decisão da área no caso Mittal, que determinou a realização da oferta aos minoritários da Arcelor, em razão da aquisição do controle da Arcelor Europa.

Apesar da grande demanda pelos registros, a atividade consultiva, de supervisão e aplicação da legislação exigiu dos participantes da área técnica um grande esforço para atingir as metas traçadas.

Em consequência, manteve-se significativo o crescimento do serviço prestado ao público externo pela SRE, consubstanciado na contínua evolução, em relação aos anos anteriores, do número de processos tramitados e encerrados pela área em 2006, que correspondeu a quase 14% do total dos processos abertos na CVM nesse ano.

A expansão do mercado de capitais já se refletiu em termos de recolhimento da taxa de fiscalização decorrente dos registros das ofertas de distribuição de valores mobiliários, cujo valor recolhido teve acréscimo de cerca de 58%, valendo ressaltar que em 2005 já havia apresentado evolução considerável de 60%.

Para atingir tal resultado, foi importante ter uma equipe técnica e administrativa aplicada que contribuiu efetivamente para o bom desempenho da área.

### ***2.11.3. OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO***

A exemplo do ano anterior, o volume financeiro dos registros das ofertas primárias de valores mobiliários em 2006 atingiu R\$ 110 bilhões, quase dobrando o volume verificado em 2005 de R\$ 61 bilhões e quatro vezes o observado em 2004. Foram concedidos 411 registros, 21% a mais que em 2004.

Já as ofertas secundárias, restritas às operações de distribuição de ações, certificados de depósito de ações e cotas de fundos imobiliários, evoluíram para cerca de R\$ 15 bilhões, com 38 registros concedidos, enquanto as ofertas secundárias de ações em 2005 atingiram o montante de R\$ 9.8 bilhões, mediante 18 registros concedidos.

<b>OFERTAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO REGISTRADAS NA CVM - Volume em R\$ milhões</b>								
<b>Valores Mobiliários</b>	2003		2004		2005		2006	
	Número	Volume	Número	Volume	Número	Volume	Número	Volume
Notas Promissórias	12	2.128	5	2.241	9	2.632	17	5.279
Debêntures	17	5.282	38	9.614	45	41.539	47	69.464
Cotas de FIDC	14	1.540	39	5.135	67	8.579	67	12.777
CRI	17	288	29	403	34	2.102	77	1.071
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>60</b>	<b>9.238</b>	<b>111</b>	<b>17.393</b>	<b>155</b>	<b>54.852</b>	<b>208</b>	<b>88.591</b>
Ações e <i>Units</i>	9	2.723	21	9.153	31	14.142	70	31.307
Cota FIP/FMIEE	4	163	10	1.463	7	2.125	26	4.838
Cota FII	15	281	32	403	7	35	6	138
Cota Outros Fdos Fech.	0	-	1	2	1	30	1	3
Titulo Invest. Coletivo	180	521	174	836	156	200	138	136
<b>Total Renda Variável</b>	<b>208</b>	<b>3.688</b>	<b>238</b>	<b>11.857</b>	<b>202</b>	<b>16.532</b>	<b>241</b>	<b>36.422</b>
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>12.926</b>	<b>349</b>	<b>29.250</b>	<b>357</b>	<b>71.384</b>	<b>449</b>	<b>125.013</b>

<b>PARTICIPAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS NO VOLUME DAS OFERTAS DE DISTRIBUIÇÃO REGISTRADAS NA CVM</b>				
<b>Valores Mobiliários</b>	2003	2004	2005	2006
Notas Promissórias	16%	8%	4%	4%
Debêntures	41%	33%	59%	56%
Cotas de FIDC	12%	18%	12%	10%
CRI	2%	1%	3%	1%
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>71%</b>	<b>59%</b>	<b>77%</b>	<b>71%</b>
Ações e <i>Units</i>	21%	31%	20%	25%
Cota FIP/FMIEE	1%	5%	2%	4%
Cota FII	2%	1%	0%	0%
Cota Outros Fdos Fech.	0%	0%	0%	0%
Título Invest. Coletivo	4%	3%	0%	0%
<b>Total Renda Variável</b>	<b>29%</b>	<b>41%</b>	<b>23%</b>	<b>29%</b>
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

<b>EVOLUÇÃO DO VOLUME DE OFERTAS DE DISTRIBUIÇÃO REGISTRADAS NA CVM - 2002 = 100</b>				
<b>Valores Mobiliários</b>	2003	2004	2005	2006
Notas Promissórias	100	105	124	248
Debêntures	100	182	786	1315
Cotas de FIDC	100	333	557	830
CRI	100	140	730	372
<b>Total Renda Fixa</b>	100	188	594	959
Ações e <i>Units</i>	100	336	519	1150
Cota FIP/FMIEE	100	898	1304	2968
Cota FII	100	143	12	49
Título Invest. Coletivo	100	160	38	26
<b>Total Renda Variável</b>	100	321	448	988
<b>Total</b>	100	226	552	967

#### **2.11.4. OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES – OPA**

O número de OPA registradas em 2006 foi superior ao do ano anterior, embora o valor das ações a serem retiradas de circulação com essas operações tenha sido menos expressivo, conforme demonstra o quadro abaixo.

Tipo de OPA	2004		2005		2006	
	Nº	Valor R\$ mil	Nº	Valor R\$ mil	Nº	Valor R\$ mil
Alienação de Controle	2	906.153	3	4.397.560	8	1.152.888
Aumento de Participação	1	2.521	1	50	2	157.316
Cancelamento	15	1.203.700	13	662.388	9	273.353
Voluntária	1	20.217	-	--	-	--
Concorrente	-	--	-	--	-	--
TOTAL	19	2.132.591	17	5.059.998	20	1.583.557

Os processos examinados em que se verificou a hipótese de não-aplicação de realização de OPA ou a concessão de dispensa de requisitos da oferta, conforme o artigo 34 da Instrução 361/02, cresceram 19%, resultando em 32 manifestações favoráveis quanto à dispensa de OPA, enquanto em 2005 tal número ficou restrito a 27 casos.

#### **2.11.5. SUPERVISÃO DE OUTROS EMISSORES DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A Superintendência, através de uma gerência especializada – a Gerência de Registros 3 – supervisiona as atividades e acompanha as informações prestadas por Fundos de Investimento e pelos emissores de Títulos ou Contratos de Investimento Coletivo e de Certificados de Investimento Audiovisual.

Também são acompanhados os programas de recibos de depósito de empresas brasileiras no exterior e as atividades de agentes fiduciários nas emissões de debêntures, de certificados de recebíveis imobiliários e de contratos de investimento coletivo.

Nessas atividades de supervisão foram realizadas cerca de 815 intervenções da área técnica, em sua maioria envolvendo atualizações de registro de produtoras audiovisuais e de fundos de direitos creditórios, imobiliários e de participações.

No ano de 2006 foram informatizadas e disponibilizadas ao público as seguintes informações:

- i. Documentos periódicos, eventuais e fatos relevantes dos fundos de investimento em participações, mútuos de investimento em empresas emergentes e de financiamento da indústria cinematográfica nacional, bem como o regulamento e prospecto de emissão desses fundos de investimento.
- ii. Formulário de primeira integralização de cotas, identificando a data de início das atividades dos fundos, para efeitos de cobrança de envio de documentos periódicos e de taxa de fiscalização com base no valor de patrimônio líquido do fundo.

- iii. Criação de cadastro de produtoras audiovisuais e atualização cadastral por meio do Sistema CVMWeb.

Essa última iniciativa tem como objetivo informatizar todos os procedimentos relativos à oferta pública e negociação de Certificados de Investimento Audiovisual no mercado. Em prosseguimento, também deverão ser informatizados, ao longo de 2007, procedimentos como pedidos de registro, cancelamento e prorrogação, bem como envio de informações periódicas (formulários IMA, IFA e ISA da Instrução CVM nº 260/97) e eventuais. Destaca-se que há 328 produtoras ativas e aproximadamente 601 projetos em circulação.

Ainda para o ano de 2007, pretende-se implementar um plano contábil para os fundos acompanhados pela SRE, com impacto na qualidade da informação disponibilizada, o que permitirá acompanhar mais racionalmente a apresentação das informações.

Com a disponibilidade das informações por meio eletrônico, pretende-se investir em um sistema de filtros para verificar, através de varredura eletrônica, o cumprimento das disposições da legislação vigente por parte desses fundos de investimento.

Abaixo são apresentados dados relativos aos fundos supervisionados pela área.

Fundos	2004		2005		2006		Variação 2005/6	
	Número	VPL-R\$ milhões	Número	VPL-R\$ milhões	Número	VPL-R\$ milhões	Número	VPL-R\$ milhões
Direitos Creditórios	54	5.982	101	14.862	146	20.180	44%	36%
Cotas de FIDC	4	163	5	197	5	305	-	55%
Participações	15	nd	27	2.453	44	8.925	63%	263%
Cotas FIP	1	nd	1	nd	1	685	-	nd
Empresas Emergentes	22	329	22	277	22	279	-	1%
Imobiliário	61	2.174	63	2.453	67	2.880	6%	17%
Cinema	2	-	3	7	2	14	-33%	100%
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>nd</b>	<b>221</b>	<b>nd</b>	<b>287</b>	<b>33.268</b>	<b>30%</b>	<b>nd</b>

### 2.11.6. ATIVIDADE DE ENFORCEMENT

Foram adotados alguns procedimentos de *enforcement*, envolvendo a apresentação de cinco termos de acusação, de um rito sumário, envolvendo a aplicação de multa de R\$ 12 mil, e de uma proposta de abertura de inquérito administrativo.

Dos processos julgados pela CVM em 2006, 6 eram termos de acusação oriundos da SRE, abrangendo 47 indiciados e 56 imputações. Das decisões do órgão julgador, extraem-se os seguintes dados: 30 absolvições, 16 multas (em montante superior a R\$ 22 milhões), 7 advertências e 3 inabilitações. Destaca-se que, em apenas um processo conduzido pela SRE, todas as duas imputações geraram absolvições.

### **2.11.7. ATIVIDADE CONSULTIVA**

Prosseguiu intensa a atividade consultiva aos membros da área técnica, envolvendo o atendimento de diversas consultas formuladas por órgãos governamentais, profissionais de mercado e investidores por meio de correspondências, *e-mails* e contato telefônico.

Em 2006, foram respondidas 109 consultas formais, que envolveram a abertura de processo específico, registrando queda de 25% em relação ao ano anterior. Todavia, se computarmos o atendimento de consultas por *e-mail* o número apresentado dobra de tamanho.

Deve se ressaltar, ainda, que se manteve o crescimento qualitativo da atividade consultiva, pois enquanto em 2004 aproximadamente 80% das consultas efetuadas se relacionava à situação dos projetos da indústria do audiovisual, em 2005 tal percentual chegou próximo a 60%, e em 2006, atingiu 46%.

Cabe destacar as consultas respondidas concernentes à securitização de recebíveis, responsáveis por 18% do total das respostas.

Por sua vez, foram realizadas diversas palestras externas por integrantes da SRE, apresentando esclarecimentos sobre os vários aspectos da regulação sob a esfera de competência da Superintendência.

### **2.11.8. ATIVIDADE DE NORMATIZAÇÃO**

Neste tópico vale ressaltar a edição de várias Instruções relacionadas à área de atuação desta Superintendência, a seguir listadas:

- (i) Instrução CVM nº 429, que instituiu o registro automático de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nas hipóteses especificadas, alterando as Instruções CVM nºs 155/91 e 400/03;
- (ii) Instrução CVM nº 433, que instituiu o regime de prorrogação automática de prazo de distribuição de Certificado de Investimento Audiovisual e de remanejamento de recursos dos projetos aprovados na Ancine, alterando a Instrução CVM nº 260/97;
- (iii) Instrução CVM nº 435, que instituiu a obrigatoriedade de envio de informe trimestral para FIP, FMIEE e FUNCINE, além de promover outros ajustes importantes nas Instruções nºs 209/94, 356/01, 391/03, 398/03 e 399/03, especialmente, no que tange ao prazo de envio de informações periódicas à CVM;
- (iv) Instrução CVM nº 436, que acrescentou o Anexo III à Instrução CVM nº 361/02, com o objetivo de instituir parâmetros mínimos quando da elaboração de laudos de avaliação de companhias; e
- (v) Instruções CVM nºs 442, 443, 444 e 446, que instituíram alterações nas regras de securitização de recebíveis (CRI e FIDC), além de dispor sobre o funcionamento de FIDC não-padronizados.

## **2.12. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS – SEP**

### **2.12.1. COMPETÊNCIA TÉCNICA**

Na forma do artigo 15 do Decreto nº 4.763, de 24 de junho de 2003, que aprova a estrutura regimental da CVM e dá outras providências, compete à Superintendência de Relações com Empresas – SEP, em essência, coordenar, supervisionar e fiscalizar os registros de companhias abertas, de companhias beneficiárias de incentivos fiscais e de outros emissores, bem como sua atualização. À Superintendência cabe, ainda, propor e fiscalizar a observância de normas sobre atividades relacionadas aos registros e à divulgação de informações pelas companhias abertas, companhias beneficiárias de incentivos fiscais e outros emissores, bem como sobre operações especiais.

Nesse sentido, seguem abaixo as principais atividades abarcadas na esfera de competência da SEP:

- Análise de pedidos de abertura e de cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos da Instrução CVM Nº 202/93;
- Análise de pedidos de concessão e de cancelamento de registro de companhia beneficiária de incentivos fiscais, nos termos da Instrução CVM Nº 265/97;
- Acompanhamento permanente da atualização do registro de companhia aberta, nos termos da Instrução CVM Nº 202/93 e da Instrução CVM Nº 358/02;
- Acompanhamento permanente da atualização do registro de companhia beneficiária de incentivos fiscais nos termos da Instrução CVM Nº 265/97 e da Instrução CVM Nº 358/02;
- Verificação da atualização dos registros de companhia aberta por ocasião de pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, nos termos dos artigos 13, 16 e 17 da Instrução CVM Nº 202/93;
- Análise de editais de convocação de assembléia, atas de assembléias gerais e reuniões de conselho de administração, formulário de Informações Anuais - IAN, formulário de Informações Trimestrais - ITR, Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP e Demonstrações Financeiras Completas - DF, priorizando-se a análise das DF's das companhias abertas que apresentem elevada dispersão acionária, daquelas cujo parecer de auditoria contenha ressalvas ou parágrafos de ênfase, bem como aquelas que apresentem as condições prescritas pelo art.8º, inciso V, da Lei Nº 6.385/76;
- Atendimento a consultas de companhias abertas e de companhias beneficiárias de incentivos fiscais, bem como de investidores sobre aspectos relacionados tanto à apresentação quanto ao conteúdo das informações periódicas e eventuais, bem como sobre o entendimento da área sobre a aplicação e interpretação de atos normativos CVM e da legislação societária, nos termos do art.13 da Lei Nº 6.385/76;
- Atendimento a consultas de Agências Reguladoras - ANEEL, ANTT, ANATEL, ANP, ANTAQ, do Ministério Público e do Ministério da Fazenda;

- Análise de reclamações e denúncias de investidores e demais participantes do mercado, bem como de irregularidades em companhias abertas, inclusive as detectadas pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários (SMI);
- Análise de pedidos de acionistas de adiamento/interrupção de assembléias gerais de companhias abertas e incentivadas, nos termos do art.124, §5º, inciso II da Lei Nº 6.404/76 e Instrução CVM Nº 372/02;
- Análise de pedidos de dispensa de publicação na imprensa de aquisição de participação acionária relevante em companhia aberta, nos termos do art.12 da Instrução CVM Nº 358/02;
- Propositura de instauração de Inquérito Administrativo de Rito Ordinário com Comissão de Inquérito para apurar eventuais responsabilidades de administradores e controladores de companhias abertas e incentivadas;
- Instrução de Inquéritos Administrativos de Rito Sumário e de Termos de Acusação;
- Elaboração e divulgação da lista das companhias abertas inadimplentes, há mais de seis meses, em relação ao envio à CVM das informações obrigatórias, nos termos da Deliberação CVM Nº 178/95, e respectivo *enforcement* no sentido de que as mesmas atualizem seus registros;
- Propositura de suspensão de ofício do registro de companhias abertas por estarem há mais de 3 anos em atraso com a obrigação de prestarem informações à CVM, nos termos do art. 3º da Instrução CVM Nº 287/98;
- Propositura de cancelamento de ofício do registro de companhias abertas, nos termos do art. 2º da Instrução CVM Nº 287/98;
- Análise das prévias de multas cominatórias a serem aplicadas pela SEP, em função de atraso, ou não-envio de informações obrigatórias previstas em atos normativos;
- Aplicação de multa cominatória aos administrados que deixarem de prestar informações, apresentar documentos ou proceder a publicações, dentro do prazo assinalado em ordem específica, nos termos da Instrução CVM Nº 273/98;
- Análise de recursos contra a aplicação de multas cominatórias, e, ainda, contra decisões ou entendimentos exarados pela SEP, nos termos da Deliberação CVM Nº 463/03;
- Análise de operações de aquisição, para cancelamento ou permanência em tesouraria, e alienação de ações de emissão da própria companhia, nos termos da Instrução CVM Nº 10/80;
- Análise de operações de aquisições de sociedade mercantil, nos termos do art. 256 da Lei Nº 6.404/76, e de reestruturação societária, envolvendo cisão, fusão e incorporação de companhias, nos termos do art.223 e seguintes da Lei Nº 6.404/76 e da Instrução CVM Nº 319/99;
- Análise de Fatos Relevantes publicados pelas companhias abertas e atuação quanto à determinação de divulgação, correção, aditamento ou republicação de informação sobre ato ou fato relevante, nos termos do art. 3º, §6º, da Instrução CVM Nº 358/02;

- Determinação de refazimento e republicação de demonstrações financeiras de companhias abertas, bem como análise de eventuais recursos dessa decisão; e
- Acompanhamento de cumprimento de Termos de Compromisso.

### **2.12.2. RESULTADOS QUALITATIVOS**

#### **Reforma da Instrução CVM N° 202/93**

Após apreciar e consolidar as sugestões propostas pelas 8 entidades ouvidas durante a audiência restrita realizada no final de 2002, a SEP teve a oportunidade de fazer três apresentações públicas sobre o projeto, no IBEF, na BOVESPA e na APIMEC-SP.

Posteriormente, em conjunto com a SDM, foi elaborada a minuta da nova Instrução, encaminhada para apreciação do Colegiado em 04.11.03.

Trata-se de medida de adequação às novas necessidades do mercado, acompanhando sua evolução, contemplando, sobretudo, a segmentação do registro de companhia aberta. Além disso, está previsto estabelecer novo regulamento sobre o conteúdo das informações divulgadas pelas companhias abertas: Informações Trimestrais (ITR), Informações Anuais (IAN) e Demonstrações Financeiras, dentre outras.

Em 2004, a pedido do PTE, após uma segunda audiência restrita (BOVESPA e ANBID), a SEP efetuou alterações na referida minuta, retornando-a ao Colegiado para deliberação.

Em 2006, a SEP fez novas alterações na minuta de Instrução, que se encontra atualmente em fase de revisão pelo Colegiado.

#### **Reforma da Instrução CVM N° 358/02**

Os estudos sobre a reforma da Instrução CVM N° 358/02 iniciaram-se a partir da verificação de situações específicas no decorrer de alguns processos de análise, bem como em função de consulta de companhia aberta sobre a extensão de um de seus dispositivos. Diante disso, a SEP entendeu oportuna a revisão do normativo.

A reforma teve como foco o art. 11, que trata dos valores mobiliários detidos e negociados por administradores e pessoas ligadas à companhia; o art. 12, que regula as participações acionárias relevantes; e o art. 13, que disciplina os períodos de vedação dos administradores à negociação de valores mobiliários de sua propriedade.

Quanto ao art. 11, com o objetivo de otimizar o fluxo de informações e possibilitar o controle do cumprimento desse dispositivo, a proposta da SEP consistiu, essencialmente, na transposição da obrigação de comunicação por parte do administrador para a Companhia, que, posteriormente, encaminharia essas informações à CVM.

Já as alterações propostas no art.12 auxiliariam na eliminação dos numerosos pedidos de dispensa de publicação, passando-se a obrigar o adquirente a enviar à CVM, em meio eletrônico, unicamente o Comunicado ao Mercado contendo as informações objeto da declaração anteriormente passível de publicação na imprensa, tal como previsto no normativo, e limitando-se a obrigatoriedade da referida publicação aos casos previstos nos artigos 3º e 10º da Instrução.

No que concerne ao art.13, foi proposta a inclusão de uma excepcionalidade aos casos de vedação previstos no parágrafo 4º, quando as negociações ocorrerem exclusivamente no âmbito e em decorrência de programas de benefícios aos empregados de companhias abertas ou de suas coligadas/controladas, desde que previamente submetidos à aprovação da CVM e previstos na sua política de negociação.

A proposta de alteração da Instrução CVM Nº 358/02 foi encaminhada pela SEP à Superintendência de Desenvolvimento do Mercado – SDM, discutida no Comitê de Regulação e, posteriormente, submetida à apreciação do Colegiado que decidiu submeter a proposta de alteração da Instrução CVM Nº 358/02 à audiência pública, nos termos do Edital de Audiência Pública Nº 008/06, disponibilizado na página eletrônica da CVM.

### **Instrução CVM Nº 427/06**

Em 03.03.06, entrou em vigor a Instrução CVM Nº 427/06, que dispõe sobre o cancelamento de ofício e a suspensão do registro de sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais, com o objetivo principal de depurar o cadastro de companhias incentivadas, registradas e não registradas, em função da inadimplência dessas no que se refere à obrigatoriedade de prestação de informações conforme exigido pela Instrução CVM Nº 265/97.

O trabalho está sendo desenvolvido pelos analistas da SEP encarregados do acompanhamento das mencionadas empresas, com previsão de conclusão até o final do primeiro semestre de 2007.

### **Instrução CVM nº431/06**

Em 30.05.06, entrou em vigor a Instrução CVM nº 431/06, que alterou alguns dispositivos da Instrução CVM nº 331/00, que dispõe sobre o registro de companhia para emissão e negociação de certificado de depósito de valores mobiliários – Programas de BDRs Níveis II e III com lastro em valores mobiliários de emissão de companhias abertas ou assemelhadas, com sede no exterior.

A Instrução CVM nº 431/06 introduziu alterações tais como:

- necessidade de prévio registro da companhia na CVM apenas para negociação de certificado de depósito de valores mobiliários – BDRs Níveis II e III em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado (a Instrução CVM nº 331/00 previa a necessidade de registro também para negociação em sistema de negociação eletrônico);

- necessidade de que o representante legal seja domiciliado e residente no Brasil e que sua designação seja por ele expressa e formalmente aceita, com indicação, inclusive, da ciência quanto às responsabilidades a ele impostas pela lei e pela regulamentação brasileiras;
- prazo de 20 dias para que a companhia promova a substituição do representante legal em caso de renúncia, falecimento, incapacidade ou impedimento permanente;
- a companhia, juntamente com o representante legal, passou a ser responsável pela prestação das informações previstas na Instrução aos investidores, à CVM, à bolsa de valores ou à entidade de mercado de balcão organizado, bem como por manter atualizado o registro de companhia; e
- dispensa para apresentação das demonstrações financeiras da companhia e consolidadas, bem como das informações trimestrais do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do trimestre, elaboradas de acordo com o padrão contábil brasileiro, caso tenham sido apresentadas à CVM as demonstrações financeiras da companhia e as demonstrações consolidadas, bem como as informações trimestrais do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do trimestre como apresentadas no país de origem, elaboradas em consonância com as normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

### **Organização Interna da Superintendência**

A SEP tem como filosofia avaliar internamente o seu desempenho, sujeitando-se a reorganizações sistemáticas, decididas em reuniões mantidas com os gerentes.

Em 2006, foram mantidos os seguintes procedimentos gerenciais implementados em 2005 (i) a distribuição entre os respectivos analistas dos setores/empresas alocados ao componente, de modo que cada técnico passou a ficar responsável por um determinado conjunto de companhias; (ii) uniformização das atividades entre analistas, reservando os mais experientes para tarefas/análises de maior complexidade, bem como para auxiliar no treinamento dos novos; e (iii) análise das informações divulgadas via CVMWIN (IAN/ITR/DFP) e DF, priorizando-se as empresas em que os pareceres de auditoria contenham ressalva ou parágrafo de ênfase e aquelas que não apresentem lucro em balanço ou que deixem de pagar o dividendo mínimo obrigatório (inciso V, art. 8º, Lei Nº 6.385/76), salvo nos casos em que o processo se inicie por força de demanda (reclamação de investidor, atualização de registro, etc.) ou quando se tratar de empresas que obtiveram o registro de companhia aberta no exercício imediatamente anterior ao ano em curso, atentando-se, sempre, para os critérios de dispersão, relevância e materialidade.

Ademais, objetivando intensificar e aprimorar o acompanhamento das empresas sujeitas à supervisão da CVM, foram fixados critérios e prioridades específicos para esse acompanhamento, salientando-se a necessidade de dar maior atenção às análises de demonstrações financeiras e ao acompanhamento rotineiro das empresas. Dessa forma, em que pese a excessiva demanda decorrente do grande número de ofertas de distribuição ocorridas no ano de 2006, bem como o grande número de pedidos de registro inicial de companhia, a SEP teve um desempenho melhor em termos do acompanhamento propriamente dito do que nos anos anteriores, o que pode ser verificado a partir dos resultados quantitativos apresentados a seguir.

Para viabilizar essa melhoria, a partir de 22.05.06, as análises de operações de reestruturação societária foram transferidas do âmbito das GEA 1 e GEA 2 para as GEA 3 e GEA 4, resultando igualmente em benefício para o trabalho da SEP como um todo.

Cabe destacar ainda que as companhias abertas em situação “paralisada” passaram a ser acompanhadas pela GEA-1 e GEA-2 a partir de 28.03.06.

Dessa forma, atualmente, as atividades são divididas entre as gerências da seguinte forma:

GEA-1 e GEA-2: atividades relacionadas às análises de pedido de registro inicial, de atualização de registro de companhia e o acompanhamento da divulgação de fatos relevantes e comunicados a mercado de companhias abertas com registro ativo, com exceção àquelas que estejam em concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, falidas, em liquidação ou liquidação extrajudicial.

GEA-3 e GEA-4: análise de reclamações/denúncias de investidores e administradores, de pedidos de adiamento ou interrupção de assembléia-geral (§ 5º do art. 124 da Lei Nº 6404/76), de operações de reorganização societária (Fusão, Cisão e Incorporação), acompanhamento de cumprimento de Termo de Compromisso (exceção feita aos casos de republicação de DF's), acompanhamento de companhias com registro ativo que estejam em situação de concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, falidas, em liquidação ou liquidação extrajudicial, bem como com registro suspenso, preparação e divulgação da lista de companhias inadimplentes (Deliberação CVM Nº 178/95), suspensão e cancelamento de ofício do registro de companhias abertas (Instrução CVM Nº 287/98), aplicação de multas cominatórias pela não entrega das informações periódicas e análise dos recursos, processos administrativos sancionadores de Rito Sumário, Termo de Acusação e Proposta de Abertura de Inquérito.

### **Orientação e educação às companhias abertas**

Desde 2000, a SEP vem divulgando Ofícios-Circulares com o objetivo principal de orientar as companhias abertas sobre aspectos e procedimentos que devem ser observados quando do encaminhamento das informações periódicas e eventuais.

Em 2006, a SEP divulgou o Ofício-Circular CVM/SEP/ Nº 002/06, de 14.03.06, que consolidou os Ofícios-Circulares anteriores, principalmente, os de Nº 01, de 2003, 02, de 2004, e 01, de 2005, resumindo o disposto no Ofício Circular/CVM/SGE/Nº 01/03, bem como acrescentando novas orientações.

Em 27.10.06, foi divulgado o Ofício-Circular CVM/SEP/ N° 03/06, alertando as companhias acerca da necessidade de atualização de seus dados cadastrais, notadamente quanto ao “Histórico do Auditor”.

Ademais, a SEP, juntamente com a Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC, divulga anualmente os Ofícios-Circulares SNC/SEP, visando alertar sobre os principais desvios observados na aplicação das normas contábeis e fornecer às companhias abertas orientação mais detalhada sobre a aplicação dessas normas e daquelas relativas à auditoria independente, incentivando a adoção de novos procedimentos e divulgações, bem como antecipando futura regulamentação por parte da CVM e, em alguns casos, esclarecendo questões relacionadas às normas internacionais. Nesse sentido, cabe destacar que, em 22.02.06, foi divulgado o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/N° 01/06.

Com esta iniciativa, a SEP pretende fomentar a divulgação das informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios e, conseqüentemente, reduzir a necessidade de formulação de exigências e aplicação de penalidades.

### **Portal do Investidor**

No âmbito do processo de expansão do portal do investidor, a SEP teve a oportunidade de participar da elaboração e revisão do conteúdo da página nas matérias que lhe são pertinentes. A previsão é que o Portal do Investidor seja lançado em março de 2007.

### **Sistema IPE – Informações Periódicas e Eventuais - Sistemática de Recebimento de Informações das Companhias Abertas por meio eletrônico**

O Sistema IPE, implantado em fevereiro de 2003, permite o recebimento de todos os documentos periódicos e eventuais enviados pelas companhias abertas à CVM e à BOVESPA, em meio eletrônico.

Esse sistema representa um avanço para o mercado, pois tornou viável agilizar o envio de quaisquer documentos das companhias abertas via internet, possibilitando a desburocratização do processo de entrega. Além disso, os documentos e informações enviados pelas companhias podem ser consultados por investidores, pesquisadores e público em geral, sem deslocamento até a CVM.

Em 2006, foram implementadas as seguintes alterações no Sistema IPE:

- Criação, na Categoria “Informações de Companhias em Recuperação Judicial e Extrajudicial”, de um novo tipo de documento, qual seja, “Assembléia de Credores”, subdividido em 4 espécies (“Proposta para a Assembléia”, “Edital de Convocação”, “Sumário das Decisões” e “Ata”); e
- Criação do assunto “Orçamento de Capital” na categoria “Assembléia”, tipo “AGO” ou “AGO/E”, espécie “Proposta da Administração”.

## **Melhoria das informações do sistema CVMWIN**

Em 2006, foram disponibilizadas as versões 7.0, 7.1 e 7.2 do Sistema CVMWIN, contendo as seguintes alterações nos formulários (ITR, DFP e IAN):

- Criação de novos setores de atividade em substituição ao setor "Emp. Adm. e Part."; e
- Criação das situações de companhia aberta "Recuperação Judicial" e "Recuperação Extrajudicial".

Com relação ao formulário de Informações Anuais (IAN), além das modificações acima mencionadas, foram implementadas outras alterações, dentre as quais destacam-se:

- Inclusão de campo para informar quanto à existência de ações preferenciais com classe;
- Inclusão de campo para identificar, por classe, as ações preferenciais em circulação no mercado;
- Aumento da capacidade do número de itens do quadro que indica posição acionária, de modo que seja incluída a posição acionária dos detentores de mais de 5% de ações ordinárias e/ou preferenciais;
- Inclusão de campo para identificar, por classe, a quantidade de ações preferenciais detidas por acionista;
- Inclusão de campo para informar o valor total de ações judiciais e de campo para incluir observações a respeito; e
- Inclusão, no *help* do Sistema, da definição de "Pessoa vinculada", para orientar o preenchimento dos campos relativos a ações em circulação no mercado, no "Grupo 3 – Distribuição do Capital", "Quadro 1 – Eventos relativos à Distribuição do Capital".

Conforme comunicado pelo Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 04/2006, de 28.12.06, a partir de 29.12.06, notadamente em razão da exigência prevista na Deliberação CVM Nº 488/06, as companhias devem utilizar a versão 8.0 do CVMWIN, que conterà, como principal modificação, o novo elenco de contas adaptado ao referido normativo.

## **Sistema de Atualização Cadastral (CVMWEB)**

Foi implantado, a partir de 16.02.04, um sistema com o propósito de exigir que as companhias abertas mantenham atualizadas suas informações cadastrais, como denominação social, denominação comercial, endereço, entre outras. As companhias foram informadas e orientadas a respeito por meio do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2004, de mesma data.

Antes disso, grande parte dessas informações vinham sendo atualizadas através dos formulários IAN, ITR ou DFP. No entanto, os resultados obtidos da migração desses registros para o sistema CADASTRO não eram satisfatórios, gerando algumas inconsistências.

O sistema CVMWEB foi implantado, ainda, com o objetivo de obter informações das companhias sobre o histórico dos auditores independentes que lhes prestam serviços. Essa informação é primordial para que a Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC possa fiscalizar se o art. 31 da Instrução CVM Nº 308/99, que trata da rotatividade dos auditores, vem sendo cumprido.

Em 2005, com o auxílio da BOVESPA, foi implementado um *disclaimer* quando do envio dos formulários ITR, DFP e IAN através do Sistema CVMWIN, avisando as companhias da importância e da necessidade em manter seus dados cadastrais atualizados através do Sistema CVMWEB, e alertando-as, inclusive, quanto às multas cominatórias a que estão sujeitas se não o fizerem.

Em 2006, a SEP iniciou um processo de revisão das informações a serem prestadas pelas companhias abertas por meio do Sistema CVMWEB, com o objetivo de melhorar a qualidade das informações constantes do Sistema de Cadastro da CVM, tendo em vista que as principais informações são provenientes do Sistema CVMWEB, exceções para os valores de patrimônio líquido, faturamento e exercício social (informações migradas do formulário DFP), e responsável pela companhia perante a CVM (DRI, síndico, etc.), que tem origem no Sistema IPE.

### **Sistema de Cadastro da CVM**

Desde 2005, e notadamente em 2006, a SEP vem depurando o cadastro das companhias abertas com o objetivo de torná-lo o mais confiável possível. Nesse sentido, em que pese a responsabilidade pela atualização dos dados cadastrais ser das próprias companhias, a SEP vem incluindo, nesse sistema de cadastro, informações obtidas com terceiros (Juntas Comerciais, Poder Judiciário, entre outros), principalmente no âmbito dos processos de suspensão e cancelamento de ofício do registro e processos administrativos sancionadores.

Cabe ressaltar, ainda, com relação às companhias com registro em bolsa ou balcão organizado, que a SEP vem utilizando as informações cadastrais obtidas com a BOVESPA para detectar e corrigir inconsistências no Sistema de Cadastro da CVM.

### **Automatização da aplicação de multas cominatórias**

Ao longo de 2006, a SEP, com o auxílio da Superintendência de Informática - SSI e da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, promoveu diversos ajustes nos parâmetros dos documentos periódicos que devem ser encaminhados pelas companhias abertas, estrangeiras e incentivadas, bem como nos critérios de agendamento desses documentos no Sistema SCRED, a fim de aperfeiçoar o processo de prévias.

Além disso, foram incluídos todos os documentos periódicos previstos na Instrução CVM Nº 202/93 no processo de prévias de multas cominatórias, cabendo ressaltar que, em razão da edição da Deliberação CVM Nº 501/06, as prévias nºs 31 e 32 (geradas, mas não efetivadas) serão canceladas e substituídas, tendo em vista os citados ajustes feitos no processo de agendamento de entrega de documentos periódicos.

Merece destaque ainda que, desde o início de 2006, as companhias vêm sendo alertadas por *e-mails*, encaminhados aproximadamente 5 dias após a data de vencimento de entrega dos documentos periódicos, nos casos em que o Sistema SCRED não acusa seu recebimento.

### **Relação de Companhias Inadimplentes**

Nos termos da Deliberação CVM Nº 178/95, foram divulgadas e publicadas, em janeiro e julho de 2006, relações de companhias abertas inadimplentes, há mais de 6 meses, com o dever de informar. O objetivo do comunicado é alertar os investidores e a sociedade sobre as companhias que não vêm mantendo atualizados seus registros de companhia aberta na CVM.

Além dessas publicações, importa destacar que a SEP instaurou processos administrativos sancionadores para apurar a responsabilidade pela não atualização do registro de todas essas companhias abertas.

### **Suspensão de registro de companhias abertas**

Dando prosseguimento ao trabalho de depuração do cadastro de companhias abertas que vem sendo desenvolvido desde 2002, a SEP, após aprovação do Colegiado, suspendeu de ofício, em 28.03.06, o registro de 3 companhias abertas que estavam há mais de 3 anos inadimplentes com a prestação de informações exigidas, sobretudo, nos artigos 16 e 17 da Instrução CVM Nº 202/93, nos termos da Instrução CVM Nº 287/98.

Essas suspensões de registro foram publicadas por meio de Editais de Notificação no Diário Oficial da União, na edição de 10.04.06, bem como divulgadas na página da CVM na rede mundial de computadores.

Ainda nos termos da Instrução CVM Nº 287/98, foi dada ciência das referidas suspensões à Secretaria da Receita Federal, ao BACEN, ao Departamento Nacional de Registro de Comércio e à BOVESPA.

Cabe destacar que a SEP já havia instaurado processos administrativos sancionadores para apurar a responsabilidade pela não atualização do registro dessas 3 companhias abertas.

### **Cancelamento de Ofício de registro de companhias abertas**

Em 2006, a SEP cancelou de ofício o registro de 49 companhias.

Dessas, 35 se encontravam com seus registros suspensos e tiveram seus registros cancelados com as formalidades previstas na Instrução CVM Nº 287/98. As outras 14 companhias tiveram seus registros cancelados por terem sido incorporadas.

## **Termos de Acusação e Ritos Sumários**

Em 2006, a SEP apresentou 21 Termos de Acusação e instaurou 34 Ritos Sumários em face de administradores ou controladores de companhias abertas, sendo que a grande maioria se referiu à não prestação de informações periódicas e eventuais, previstas, notadamente, nas Instruções CVM N<sup>os</sup> 202/93 e 358/02.

Vale destacar que, no caso de Termos de Acusação, desde a entrada em vigor da Deliberação CVM N<sup>o</sup> 504/06, em 15.05.06, a SEP passou a ter que diligenciar no sentido de obter dos acusados esclarecimentos sobre os fatos descritos, o que tornou a instrução dos Termos de Acusação mais lenta, conforme refletem os resultados apresentados no quadro quantitativo (item 1.3).

## **Adiamento e interrupção do prazo de convocação de assembléia geral**

Esse dispositivo foi instituído pela Lei N<sup>o</sup> 10.303/01, que alterou a Lei N<sup>o</sup> 6.404/76. Nesses casos, conforme disposto no art. 124, § 5<sup>o</sup>, da Lei N<sup>o</sup> 6.404/76, qualquer acionista pode solicitar à CVM o adiamento de assembléia geral ou a interrupção do curso do prazo de antecedência de convocação de assembléia geral extraordinária de companhia aberta.

Em 2006, foram analisados pela SEP 6 casos de pedido de adiamento/interrupção de assembléias, tendo o Colegiado acompanhado o entendimento da Superintendência, no sentido de não adiar/interrromper o curso do prazo de convocação das assembléias.

Não restam dúvidas de que o poder que a legislação conferiu à CVM veio ao encontro da necessidade dos acionistas minoritários de uma decisão rápida e preventiva contra abusos dos acionistas controladores em assembléias de companhias abertas, reforçando a missão da CVM de proteger o investidor de forma imparcial, à luz da legislação societária.

## **Acordo de cooperação técnica entre a ANEEL e a CVM**

Em julho de 2006, foi celebrado novo acordo de cooperação técnica entre a CVM e a ANEEL, com vistas ao desenvolvimento e intercâmbio de informações sobre as companhias abertas que estejam sob a égide de ambos os órgãos reguladores.

O convênio, que possui validade de 24 meses, permite o intercâmbio de informações sobre as companhias abertas concessionárias e permissionárias de energia elétrica, o que inclui as demonstrações financeiras e os indícios de infração à legislação societária.

### **Convênio de cooperação técnica entre a ANTT e a CVM**

Em 12.12.06, foi aprovado pelo Colegiado da CVM novo acordo de cooperação técnica entre CVM e ANTT, que se encontra atualmente pendente de assinatura.

O convênio permitirá o desenvolvimento e intercâmbio de informações sobre as companhias abertas que estejam sob a égide de ambos os órgãos reguladores, o que inclui as demonstrações financeiras e os indícios de infração à legislação societária.

Em 2005 e 2006, foram intensificados os trabalhos conjuntos das duas agências, não apenas no que diz respeito a consultas, como também no que se refere a reclamações de investidores e inspeções.

### **Convênio de cooperação técnica entre a ANATEL e a CVM**

Em 11.07.06, foi aprovado pelo Colegiado da CVM acordo de cooperação técnica entre CVM e ANATEL. O referido acordo foi assinado em 26.01.07 e visa ao desenvolvimento e intercâmbio de informações sobre as companhias abertas que estejam sob a égide de ambos os órgãos reguladores.

Espera-se que, assim como nos casos dos convênios firmados com a ANEEL e com a ANTT, sejam intensificados os trabalhos conjuntos no que diz respeito a consultas e no que se refere a reclamações de investidores e inspeções.

### 2.12.3. RESULTADOS QUANTITATIVOS

#### ATIVIDADES TÍPICAS

Descrição	2004	2005	2006	Previsão 2007
Registros de Cias. Abertas	16	24	52	60
Atualização de Registro de Cias. Abertas	91	86	113	150
Análise de demonstrações contábeis <sup>(1)</sup>	10	31	30	30
Análise de negociações com ações de própria emissão	35	27	21	30
Análise de aquisição/alienação de participação acionária relevante (Instrução CVM N° 358/02)	72	135	190	150
Análise de operações de reorganização societária	16	18	26	30
Análise de consultas envolvendo Cias. Abertas <sup>(2)</sup>	118	99	115	120
Análise de pedidos de Adiamento/Interrupção de assembleias	4	3	6	8
Análise de reclamações envolvendo Cias. Abertas <sup>(3)</sup>	168	179	193	200
Análise de recursos contra entendimentos da SEP	23	26	20	25
Aplicação de multas cominatórias	713	1578	0	2000
Análise de recursos contra aplicação de multas cominatórias	61	57	4	50
Determinação de Republicações/Refazimentos de Demonstrações Contábeis	1	4	5	10
Termos de Acusação	3	47	21	25
Ritos Sumários	0	7	34	20
Suspensão de registros de Cias. Abertas (Instrução CVM N° 287/98)	44	17	3	2
Cancelamento de registros de Cias. Abertas (Instrução CVM N° 361/02)	31	28	26	25
Cancelamento de ofício de registro de Cias. Abertas (Instrução CVM N° 287/98)	4	116	35	25
Cancelamento de ofício por incorporação ou transformação	12	5	14	10
Registros de Cias. Incentivadas	7	13	10	10
Atualização Cadastral (Cias. Incentivadas)	224	176	99	100
Cancelamento de Registros de Cias. Incentivadas	24	25	34	25

<sup>(1)</sup> inclui análise das demonstrações financeiras (DF's) e formulários DFP e ITR;

<sup>(2)</sup> inclui consultas do público em geral, de companhias abertas, de participantes do mercado, de conselheiros e de Agências Reguladoras;

<sup>(3)</sup> inclui reclamações ou denúncias de investidores e público em geral, bem como de diretores e conselheiros.

## INDICADORES DE GESTÃO

Indicador	Unidade de Medida	2004	2005	2006
Tempo médio de Análise Técnica da documentação para concessão de registro de Cias. Abertas	dias	27	31*	34*

\* Refere-se aos pedidos concedidos e não concedidos (nesse último caso, inclui tanto os pedidos desconsiderados quanto os indeferidos).

### 2.12.4. PLANEJAMENTO PARA 2007

Ao longo do tempo, a carência de recursos vigente na área, em conjunto com a necessidade de dar andamento às ilimitadas atribuições da SEP e suas Gerências, resultou em grave prejuízo à atividade de acompanhamento propriamente dito.

Considerando que esse cenário começou a ser revertido com o ingresso, em 2005, dos novos técnicos, aliado ao fato de o Sistema IPE permitir a realização de consultas que facilitam o acompanhamento, o principal objetivo da SEP para o ano de 2007 é o de continuar intensificando e aprimorando a atividade de acompanhamento das empresas, desempenhada pelas GEA-1 e GEA-2.

Visando a atender a esse objetivo, e considerando o aumento do número de pedidos de registro inicial em 2006, foram tomadas algumas medidas gerenciais, quais sejam, fixação de critérios e prioridades específicos para a atividade de acompanhamento das companhias abertas, e transferência das análises de operações de reestruturação societária para GEA-3 e GEA-4, conforme anteriormente mencionado no item “Organização Interna da Superintendência”.

### Fiscalização das Companhias Abertas pela Análise das Demonstrações Financeiras

Paralelamente, constitui objetivo da SEP, incrementar a fiscalização das companhias abertas por meio da análise de suas demonstrações financeiras e informações.

Desse modo, em 2006, foram estabelecidos os seguintes critérios para priorização das análises de demonstrações financeiras:

- Dispersão acionária da(s) companhia(s) envolvida(s);
- Relevância da informação ou da irregularidade a ser apurada;
- Materialidade da informação ou da irregularidade a ser apurada;
- Pareceres de auditoria ressalvados, com parágrafos de ênfase ou com negativa de opinião;
- Demanda em função de reclamação de investidor;
- Infrações de natureza grave, cuja apenação proporcione maior efeito educativo e preventivo para os participantes do mercado (§ 4º do art. 9º, Lei Nº 6.385/76).

Em vista disso, pretende-se, no próximo ano, promover a efetiva incorporação dessas práticas às atividades dos analistas, de modo a obter resultados mais produtivos, cujas principais orientações já foram consignadas em Memorando direcionado às Gerências.

### **Principais projetos junto à Superintendência de Informática**

Os principais projetos para 2007 relacionados à área de informática consistem em:

- Desenvolvimento de sistema integrado de informações de companhias abertas;
- Reformulação da tabela de situação do participante, de modo que haja segregação, no Sistema de Cadastro da CVM, das situações do registro e da companhia;
- Desenvolvimento de interface automática entre o Sistema de Controle de Recebimento de Documentos (SCRED) da CVM e o SAF/IAN;
- Automação da recepção de informações periódicas e eventuais de companhias incentivadas.

### **Implantação do Sistema de Acompanhamento de Empresas objeto do ToR-3A (Termo de Referência – 3A do Projeto Banco Mundial)**

Trata-se da instalação de um sistema que controle as operações da SEP relacionadas ao acompanhamento de empresas e de registro inicial de companhia aberta, contendo módulos para revisão e análise prévia das informações contábeis, de gerenciamento de informações legais, operações de análise, controle e gestão e a entrega, via internet, dos documentos eletrônicos. Ademais, a disponibilidade *on-line* de todos os documentos divulgados pelas companhias propiciará melhor acesso por parte do público. O sistema deve, ainda, integrar dados da Superintendência de Relações com Empresas com os de outras superintendências.

Após a aprovação da versão final do ToR pelo Colegiado, em 2005, o processo licitatório foi iniciado, mas não foi concluído até a presente data.

### **Fórum de órgãos reguladores**

Pretende-se realizar um encontro nacional dos órgãos reguladores com o objetivo de (a) discutir as sistemáticas de fiscalização, no intuito de estabelecer métodos e técnicas que facilitem o intercâmbio de informações e (b) disseminar conhecimentos técnicos inerentes a cada órgão regulador. Dentre os órgãos reguladores participantes estão o BACEN, ANEEL, SRF, SDE, SPC e a própria CVM.

## **2.13. SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO AOS INVESTIDORES – SOI**

### **2.13.1. *COMPETÊNCIA***

- Atuar em conjunto com outros setores da CVM, ou com outras entidades, na realização de projetos educacionais no âmbito do mercado de valores mobiliários;
- Prestar orientação aos investidores por diferentes canais de comunicação (internet, central de atendimento telefônico, entre outros), desenvolvendo material educativo e informacional para distribuição gratuita, e promovendo seminários, congressos, cursos, palestras e outras atividades de cunho educacional ou informativo, que aumentem o grau de informação do público e contribuam para a promoção e o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários;
- Administrar serviço de atendimento ao público – capaz de acolher denúncias, reclamações, consultas e sugestões, bem como de fornecer informações periódicas prestadas à CVM –, dele extraíndo estatísticas, bem como, colhendo subsídios que possam ser de utilidade para a atuação de outras Superintendências;
- Encaminhar aos setores competentes, para apreciação e adoção de providências, os processos e mensagens eletrônicas que não possam ser atendidos diretamente pela Superintendência, inclusive com a solicitação de inspeção para averiguar denúncias e reclamações formuladas pelo público e, eventualmente, proposição de abertura de processo administrativo sancionador;
- Acompanhar o andamento dos processos e mensagens encaminhados aos demais componentes, visando a abreviar, quando possível, o prazo para resposta aos interessados;
- Encaminhar ao SGE e ao Colegiado propostas de regulamentação ou de aperfeiçoamento de regulamentação existente no que diz respeito às atividades da Superintendência.

### **2.13.2. *PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E DEFESA DO INVESTIDOR – PRODIN***

O Programa de Orientação e Defesa do Investidor – PRODIN foi lançado em março de 1998 com o objetivo de aprofundar o processo de interação dos investidores com a CVM, focado, inicialmente, nos pequenos e médios investidores, de menor poder econômico e, teoricamente, mais vulneráveis, com menor capacidade de mobilização e de compreensão dos riscos inerentes ao mercado, seus direitos e deveres em relação a emissores, agentes e intermediários.

A maior capacitação do investidor contribui para a existência de graus superiores de confiabilidade no mercado, pela sua menor vulnerabilidade a golpes e ofertas irregulares, bem como para uma maior eficiência, pois o aplicador mais consciente e informado busca condições mais favoráveis e de menor custo, comparando opções e induzindo concorrência entre participantes do mercado.

### **2.13.3. ESTRUTURA DA SUPERINTENDÊNCIA**

Acompanhando a reorientação estratégica da atuação da SOI, com o desenvolvimento de novos projetos, a Superintendência teve sua estrutura organizacional reformulada para acomodar novas funções, com a criação do Centro de Estudos em Mercado de Capitais - COE, além de ter recebido novos servidores, ao longo de 2006, graças, em parte, ao ingresso de um novo contingente de concursados.

Durante o exercício de 2006, a SOI observou a seguinte estrutura:

- Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores - SOI

Composta do titular, de um assistente ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, e uma vaga de estagiário de nível superior (a outra vaga foi cedida à Biblioteca/COE). Com a extinção da Gerência de Orientação e Educação de Investidores e a manutenção das atividades educacionais, os servidores de nível superior alocados à educação foram lotados na SOI, perfazendo três pessoas, sob coordenação direta do Superintendente.

- Gerências de Orientação aos Investidores (GOIs) com a seguinte distribuição:

#### **GOI-1 – Rio de Janeiro**

Ao final do exercício de 2006 a Gerência era composta de 6 analistas, sendo 1 em meio período, 3 Agentes Executivos e 2 Auxiliares de Serviços Gerais, voltados ao processamento das reclamações e consultas recebidas dos investidores, bem como ao funcionamento dos serviços de apoio administrativo necessários ao funcionamento desse sistema de atendimento ao público.

A gerência também tem a responsabilidade pela concessão de vistas em processos e pelo fornecimento de cópias de prospectos e outras informações de interesse do público, cujos trabalhos são realizados no Centro de Consultas do Rio de Janeiro, contando, para isso, com uma assistente e 2 colaboradores externos, para a realização de trabalhos de arquivo e operação de copiadora.

#### **GOI-2 – São Paulo**

No final de 2006, a Gerência contava com 2 Analistas e 4 Agentes Executivos, além de seu titular, dispondo, também, de uma vaga de estágio, de nível superior, preenchida em 2006.

Com a mudança para as novas instalações, em São Paulo, foi reativado o Centro de Consultas, que passou a ser coordenado por um Agente Executivo, com DAS, o que permitiu compatibilizar a responsabilidade decorrente da guarda de numerário, decorrente das indenizações pelo fornecimento de cópias, com a situação funcional do responsável.

- Centro de Estudos em Mercado de Capitais - COE

Mediante proposta da SOI, o Centro de Estudos em Mercado de Capitais – COE foi criado pela Deliberação Nº 503, de 22 de março de 2006, para desenvolver novas funções na área de estímulo a pesquisas e, com o propósito de apoiar pesquisadores, organizar os serviços da Biblioteca da CVM, anteriormente sob responsabilidade da GAD/SAD. A instituição do COE objetivou atender aos seguintes objetivos:

- Prover, no âmbito da CVM, o apoio administrativo e técnico às pesquisas e trabalhos acadêmicos realizados no âmbito dos convênios acadêmicos firmados pela Autarquia;
- Organizar e facilitar o acesso de pesquisadores às informações detidas pelos diversos componentes organizacionais da CVM, ressalvadas aquelas protegidas por sigilo;
- Arquivar e divulgar os trabalhos acadêmicos conduzidos no âmbito dos convênios acadêmicos firmados pela CVM;
- Diligenciar pela atualização do acervo bibliográfico da CVM, com obras nacionais e estrangeiras, de forma a apoiar pesquisas e estudos conduzidos no âmbito do Convênio, bem como o público em geral; e
- Coordenar a realização de seminários, eventos e outros projetos de interesse, em torno de temas relacionados ao mercado de valores mobiliários.

A partir de junho, com a indicação do titular, o COE pôde assumir plenamente suas funções, até então exercidas interinamente, com acúmulo de funções na SOI. Com o novo coordenador e a remoção de servidores da SAD para o Centro de Estudos, este passou a ser composto pelo titular, uma servidora de nível superior, bibliotecária, um servidor do cargo de Agente Executivo, em meio período, uma colaboradora (bibliotecária) e duas estagiárias.

#### ***2.13.4. ATUAÇÃO EDUCACIONAL***

Com a reorganização da estrutura da Superintendência, ocorrida ao final de 2005, as atividades educacionais do PRODIN foram redistribuídas no âmbito da Superintendência, sob a coordenação direta do titular, que as executou diretamente ou com o apoio de analistas lotados na SOI e de servidores das duas Gerências de Orientação aos Investidores. As principais ações estão resumidas a seguir:

##### **Cadernos CVM**

O PRODIN desenvolve cadernos, guias e cartilhas para orientação aos investidores, distribuídos gratuitamente nos eventos e feiras dos quais a CVM participa, bem como mediante solicitação de pessoas físicas e outras instituições.

Em 2006, 120.526 exemplares de nossos cadernos e cartilhas foram distribuídos ao público.

### Promoção do Circuito Universitário

O Circuito Universitário consiste na realização de palestras gratuitas em universidades de todo o país, bem como em outros eventos educacionais, com conteúdo introdutório sobre mercado de capitais, divulgando, também, o papel da CVM como órgão regulador e fiscalizador.

O programa, suspenso no final de 2005 para reavaliação, foi retomado em 2006. Nesse reinício, foi desenvolvido formulário, adotado sempre que possível, para que alunos avaliassem a qualidade e utilidade do Circuito Universitário, com resultados favoráveis à manutenção do projeto.

Sua retomada incluiu, também, o esforço pela redução de custos por evento, os quais passaram a ter apenas um representante da CVM, em vez de 2, salvo quando o número de alunos ou a diversidade de temas exigiu uma maior presença de servidores. Exemplo do último caso foi a realização de uma palestra para duas turmas da Faculdade de Direito da Universidade de Goiás, em junho, em parceria com a PFE-CVM, em que, além da introdução sobre mercado de capitais, com enfoque econômico, ocorreu uma aula sobre direito societário.

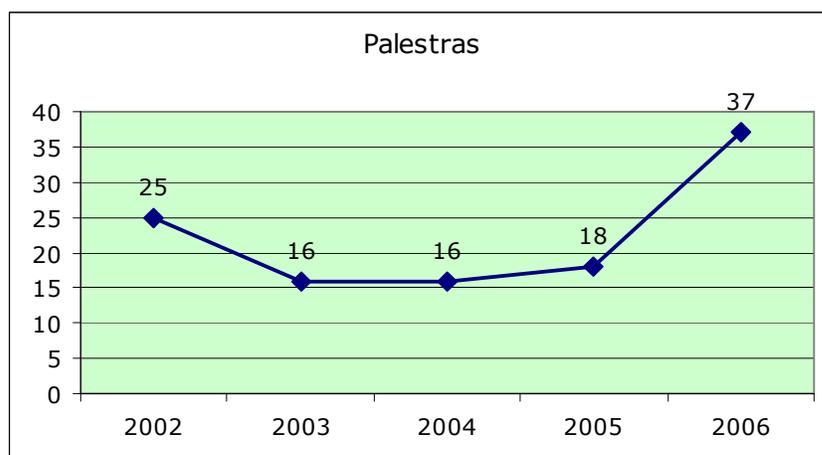
Em 2006, a Superintendência também buscou habilitar outros servidores a conduzirem o Circuito Universitário, caso em que os mesmos acompanharam um servidor mais experiente. O incremento na capacitação do pessoal da SOI possibilitaria aumentar a capacidade de atender a tais demandas, com o mesmo quadro de pessoal.

No que se refere ao resultado dessa ação, em 2006, foram realizados 37 eventos do Circuito Universitário, incluindo a participação em feiras educacionais, atingindo diretamente 6.742 alunos: no primeiro semestre foram 4.007 alunos, em 25 palestras, tendo ocorrido pequena queda no ritmo, no segundo semestre, em função de restrições orçamentárias, superadas apenas no final do exercício. Não estão computadas no total outras participações e palestras educacionais, como, por exemplo, a semana acadêmica da PUC-RS, em que o PTE falou para cerca de 2 mil estudantes, o que elevaria o número para cerca de 8.700 estudantes.

Segundo levantamento realizado entre os estudantes alvos do programa, basicamente de cursos de Administração e Economia, cerca de 30% nunca tinham ouvido falar da CVM, ao passo que 77% nunca tinham acessado o *site* da Autarquia. Mesmo se tratando de alunos de cursos ligados ao mercado financeiro, cerca de 15% afirmaram não ter nenhum conhecimento de mercado. O quadro abaixo resume a avaliação das palestras:

<b>Avaliação da Palestra</b>	<b>Ótima</b>	<b>Boa</b>	<b>Razoável</b>	<b>Péssima</b>
1) Importância da palestra	68%	30%	2%	0%
2) Utilidade do assunto para sua formação profissional	66%	28%	6%	0%
3) Grau de importância atribuída ao estudo do mercado de capitais	63%	32%	5%	0%
4) Grau de conhecimento dos palestrantes sobre a matéria	75%	19%	6%	0%

O gráfico abaixo evidencia o crescimento no número de eventos do Circuito Universitário:



Desde o seu início, o Circuito Universitário realizou eventos em quase todos os Estados brasileiros, faltando ainda atingir os seguintes: Acre, Amapá, Roraima, Paraíba, Piauí e Mato Grosso. Em 2007, nossa meta é cobrir essas regiões.

Em 2006, foi realizada, também, a primeira palestra para alunos de nível médio, pela GOI-2. Planeja-se, para 2007, que todos os eventos realizados em universidades localizadas fora do eixo RJ-SP sejam acompanhados de locuções para estudantes secundários.

### **Promoção do Concurso de Monografias**

Em 2006, em parceria com a Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, foi lançado o VII Concurso CVM de Monografias, cujo tema foi “Investimento Coletivo como Instrumento de Mercado”. Considerando as dificuldades operacionais observadas em anos anteriores, o encerramento do certame foi transferido, de dezembro para o primeiro trimestre do ano seguinte. Portanto, a edição atual deverá ser encerrada até março de 2007.

Patrocinado pela BOVESPA, o concurso é dirigido a universitários matriculados em cursos de graduação regulares e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC.

A Comissão Julgadora é composta por representantes não apenas da CVM e da BOVESPA, mas também de outras instituições representativas do mercado, como a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, a Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID.

Os dois primeiros colocados recebem como prêmio uma viagem de 7 dias aos Estados Unidos, incluindo passagens e estadas pagas, e um programa de visitas a várias instituições ligadas ao mercado de valores mobiliários, além de terem suas monografias divulgadas no *site* da CVM.

### **Participação na *Expomoney***

A SOI, representando a CVM, participou das edições desse evento educacional, ampliado em 2006, proferindo palestras em Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Foz do Iguaçu. A feira é dirigida ao público investidor, tendo o objetivo de aproximá-lo de instituições do mercado de capitais, por meio de ações de divulgação e de educação, como as palestras.

### **Encontros com Investidores (*Town Meetings*)**

Essa iniciativa do PRODIN foi retomada em 2006, com um evento conjunto em Porto Alegre (ANBID, APIMEC-Sul, BOVESPA, IBRI e CVM), em 16 de maio, com a presença do Presidente da CVM e de três Superintendências (SEP, SMI e SRE), além do apoio da Assessoria de Comunicação Social - ASC. Durante o encontro, realizado em auditório da PUC-RS, os investidores e o público em geral puderam dirigir livremente perguntas e sugestões aos representantes da CVM. Como as questões eram encaminhadas por escrito, aquelas não respondidas durante o evento, por falta de tempo, o foram posteriormente, por *e-mail*.

O público, de aproximadamente 360 pessoas, era composto de estudantes (32%) e investidores (68%). Conforme pesquisa realizada durante o evento, 70% dos respondentes apontaram o interesse na sessão expositiva como o principal motivo de sua ida, enquanto que para 11% a motivação maior decorreu da possibilidade de realizar perguntas. O mesmo levantamento apontou que 87% tinham interesse em novo encontro em Porto Alegre, em 2007, enquanto 91% em outros eventos educacionais para investidores.

### **Comitê Consultivo de Educação**

Em 2006, foi criado, pelo Colegiado, o Comitê Consultivo de Educação, por meio da Deliberação CVM Nº 498, com os seguintes objetivos:

- Propor e apoiar projetos visando a melhores padrões de educação financeira da população, com vistas ao desenvolvimento do mercado de valores mobiliários;
- Opinar sobre as iniciativas educacionais em curso, visando ao seu aprimoramento;
- Sugerir projetos de atos normativos que concorram para facilitar a compreensão, pelo público em geral, dos direitos dos investidores, bem como para fortalecer sua proteção; e
- Propor parcerias e mecanismos de cooperação, com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, que contribuam para a educação financeira da população.

O Comitê é composto, além da CVM, por representantes das seguintes instituições: ABRASCA, ANBID, ANDIMA, APIMEC Nacional, BM&F, BOVESPA, IBRI e INI.

Como primeiras atividades, realizou um programa de imersão para professores (Programa TOP – Treinando os Professores), de uma semana, em São Paulo, com o apoio logístico da GOI-2, durante as férias escolares de julho, voltado para docentes que lecionassem ou tivessem lecionado disciplinas relativas ao mercado de capitais. Buscava-se, assim, desenvolver multiplicadores desses conhecimentos, criando um canal de informação e apoio ao desenvolvimento de suas aulas, com as instituições integrantes do Comitê.

As inscrições foram gratuitas, tendo sido realizadas por meio do *site* próprio do programa, permitida a inscrição de docentes de todo o País, cabendo aos inscritos, ou às instituições de ensino que os indicaram, custear os gastos com deslocamento e estada em São Paulo. O programa foi composto por palestras técnicas e visitas às instituições de mercado. Cerca de 50 docentes concluíram todo o TOP.

Em 2006 também foi lançada a segunda edição (TOP II), com realização prevista para janeiro de 2007, com ajustes no conteúdo desenvolvidos a partir de sugestões colhidas na primeira edição, as quais foram examinadas e refletidas no programa, consoante proposta apresentada por um Grupo de Trabalho formado por representantes da ANBID, BM&F e BOVESPA.

O Comitê Consultivo de Educação também lançou, em 2006, o Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor, por proposta da ASC, voltado para reconhecer e premiar reportagens e artigos que, por seu conteúdo técnico e clareza, contribuam para aumentar o nível de informação de investidores e do público em geral sobre o mercado de capitais. Com o apoio de todas as instituições, o Prêmio concederá 3 bolsas de MBA para jornalistas, oferecidas pela BM&F, incluindo viagem técnica aos EUA, no final do curso.

### **Portal do Investidor**

Em 2006, coube à SOI, no âmbito do Comitê Gestor da Internet, a proposição do conteúdo de um novo *site* da CVM, de objetivo educacional e com uma abordagem mais acessível aos investidores: o Portal do Investidor. Esse projeto, constante do Plano Estratégico da CVM, sofreu uma reorientação estratégica, de molde a permitir que atingisse maior grau de aderência aos objetivos que inspiraram sua concepção pela Presidência da CVM.

Desenvolvido por meio de Termo de Compromisso, a Superintendência, por meio de um novo analista, dedicado ao projeto em tempo integral, propôs um escopo que se alinhava a outras iniciativas similares de reguladores financeiros e de mercado de capitais do Reino Unido (FSA) e da Austrália (ASIC).

Além da linguagem mais acessível, quase integralmente desenvolvida na CVM e revista por responsáveis técnicos designados formalmente por diferentes superintendências, conforme o tema, o *site* contará, também, com ferramentas de *e-learning*, histórias em quadrinhos para crianças, histórias interativas, desafios e vídeos.

Para os investidores, o principal produto a ser disponibilizado no portal será uma ferramenta de consulta e comparação entre fundos de investimento, já desenvolvida pela SSI. Esse instrumento permitirá ao usuário fazer pesquisas na base de dados da CVM, utilizando parâmetros que facilitem a seleção de fundos mais adequados ao perfil do investidor, considerando risco, retorno e custos. Espera-se, com essa poderosa ferramenta, proporcionar aos consulentes informações que permitam a melhor decisão, o que, decerto, contribuirá para aumentar a concorrência entre as instituições, em benefício da eficiência.

Todas essas atividades, incluindo as iniciadas em 2006, que têm conteúdo educacional, passaram a ser coordenadas diretamente pela Superintendência, com a extinção da GOE em 2005, com o apoio de servidores das Gerências de Orientação e de outros que passaram à subordinação da própria SOI.

### 2.13.5. ATUAÇÃO DAS GERÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO AOS INVESTIDORES – GOI

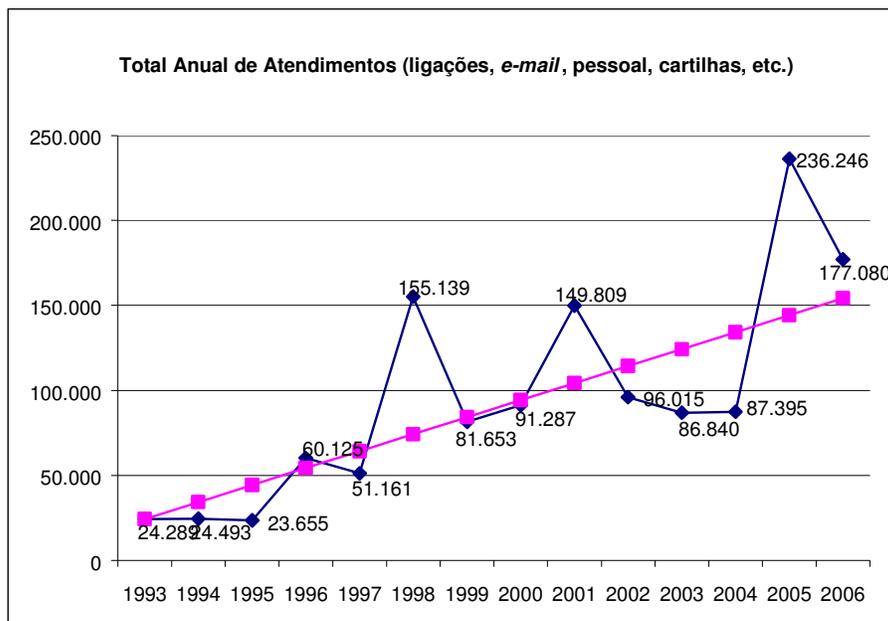
No exercício de 2006, observamos uma redução no número de atendimentos, decorrente, principalmente, da menor demanda de serviços na Central de Atendimento 0800, onde grande parte das consultas, em 2005, referiu-se a pedidos de informação sobre investimentos no Fundo 157.

Em 2006, como reflexo da mudança no contrato da Central de Atendimento, que passou a ser fixado em número de atendimentos, limitado à quantidade máxima de 4 mil por mês, ou 48 mil por ano, não se mostrou possível atender ao mesmo patamar de 2005, quando tivemos quase 160 mil consultas. A fim de evitar a interrupção desse importante serviço público, em 2005 a SOI envidou esforços adicionais de divulgação dessa facilidade, a fim de não contribuir para a geração de demandas que não poderiam ser satisfeitas, estimulando mais a utilização de mensagem eletrônicas. Espera-se, em 2007, alterar as condições contratuais, permitindo sua ampliação.

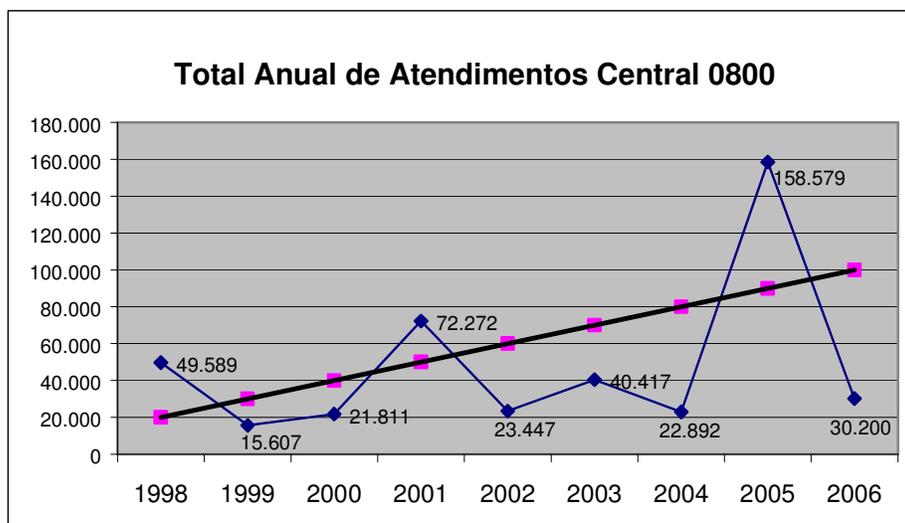
No que se refere aos demais tipos de atendimentos, observamos a manutenção da tendência de crescimento de solicitações, consultas e reclamações pela internet, utilizando o Sistema de Atendimento ao Investidor, disponível no *site* da CVM, bem como de mensagens eletrônicas dirigidas diretamente à SOI ou às suas Gerências, além daquelas enviadas ao Ouvidor.

Em consonância com esse movimento, as áreas de atendimento procuraram agilizar o atendimento às demandas, principalmente aquelas efetuadas pela internet, o que ocasionou a abertura de menos processos, cabendo ressaltar que, em média, 85% dos processos abertos referentes a reclamações de investidores foram atendidos diretamente por esta Superintendência, sem a necessidade de consulta às demais áreas da CVM.

Como consequência das iniciativas educacionais, vimos observando melhoria qualitativa nas reclamações e consultas, o que, por outro lado, resulta em demandas que exijam um tempo maior para a resposta às questões apresentadas.



O gráfico abaixo evidencia que, apesar da redução em 2006, fruto das questões contratuais já mencionadas, a Central Telefônica (0800) mantém a tendência de alta:



No que se refere aos assuntos, as tabelas abaixo resumem os principais temas demandados, com sua importância relativa, cabendo mencionar que, embora no que diz respeito a categoria “Fundos”, o Fundo 157 ainda represente a maior parte dos atendimentos, vimos observando um incremento nas consultas/reclamações relativas aos demais Fundos de Investimento.

<b>EMPRESAS</b>	<b>%</b>
Informações sobre companhias	49%
Demonstrações Financeiras	6%
Reclamação contra companhias	5%
Reestruturação de companhias	4%
Contratos de Parceria	1%
Regulamentação	13%
Andamento de Processo	15%
Outros	7%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

<b>FUNDOS</b>	<b>%</b>
Localização /Aplicação 157	65%
Informações sobre administradores	7%
Reclamação contra administradores	3%
Informações sobre aplicações	5%
Regulamentação	11%
Andamento de Processo	4%
Outros	5%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

<b>MERCADO</b>	<b>%</b>
Informações / Intermediários / Bolsa	32%
Reclamação / Intermediários	9%
Reclamação / Custódia	3%
Mercado Marginal / Venda ações	10%
Regulamentação	21%
Andamento de Processo	12%
Outros	13%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

**Dados quantitativos relativos ao PRODIN:**

<b>TIPOS DE ATENDIMENTO</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
PESSOAL	4.147	3.406	4.042	1.759	2.537
TELEFÔNICO	14.535	10.451	6.704	8.177	9.878
CENTRAL 0800	23.447	40.417	22.892	158.579	30.200
PROCESSOS	2.636	3.248	5.759	4.158	1.314
CONSULTAS POR <i>E-MAIL</i>	7.621	12.685	8.056	23.586	12.625
CARTILHAS ENVIADAS	43.629	16.633	39.942	38.987	120.526
<b>TOTAL</b>	<b>96.015</b>	<b>86.840</b>	<b>87.395</b>	<b>235.246</b>	<b>177.080</b>

## DENÚNCIAS RECEBIDAS DE INVESTIDORES

Em atendimento ao prescrito na Norma de Execução CGU nº 3, de 28.12.2006, apresentamos, a seguir, as denúncias de investidores recebidas, ao longo de 2006, classificadas por assunto, informando, também, as providências adotadas e a situação atual.

### Mercado Marginal

**Assunto:** Processos relatando denúncias de propostas recebidas de pessoas que dizem que os contatados possuem ações mas, para o resgate dos eventuais títulos, teriam que fazer o depósito prévio de quantia que estipulam.

**Providências:** Orientação ao consulente alertando-o das regras que regem o mercado, assim como sobre o procedimento correto para verificar a eventual existência de ações e, normalmente, solicitação de melhores informações para a apuração do ocorrido. Nos processos em que há elementos suficientes para a apuração dos fatos, os mesmos são remetidos à Fiscalização para apuração, ou para a SMI, quando envolvem o exercício de atividade sujeita à credenciamento naquela área.

PROCESSOS	ASSUNTO	PROVIDÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL
RJ2006/6466	Exercício de atividade irregular de Agente Autônomo.	Apuração realizada pela SMI sem evidências de irregularidades.	Extinto.
RJ2006/2553	Mercado Marginal através do <i>Orkut</i> .	Apurado pela SFI, tendo sido encontradas evidências de investimento de pirâmide, fato comunicado ao Ministério Público do Rio de Janeiro.	Extinto.
RJ2006/4024	Relato de proposta de mercado marginal.	Sem elementos para prosseguimento do fato, apesar de termos solicitado.	Processo aguardando mais dados para o prosseguimento da questão.
RJ2006/0813	Denúncia de mercado marginal através de <i>site</i> .	O <i>site</i> informado disponibiliza, tão somente, informações referentes a cursos, tendo sido pedido mais elementos ao denunciante, por duas vezes.	Processo aguardando mais dados para o prosseguimento da questão.
RJ2006/3118	Relato de proposta de mercado marginal.	Orientado o investidor e pedido mais elementos.	Processo ainda em andamento.
RJ2006/1789	Relato de proposta de mercado marginal.	Orientado o investidor e pedido mais elementos.	Processo aguardando mais dados para o prosseguimento da questão.
RJ2006/2992	Denúncia de <i>site</i> que simula investimentos.	Não foram encontradas irregularidades.	Extinto.

RJ2006/2515	Relato de proposta de mercado marginal.	Apurado pela SMI. Comunicação aos Ministérios Públicos de Santa Catarina e do Paraná, nos autos do Processo CVM nº RJ2005/7888, que tratou da questão.	Extinto.
RJ2006/3141	Relato de proposta de mercado marginal.	Orientado o consultante e pedido de dados.	Processo aguardando mais dados para o prosseguimento da questão.
RJ2006/0775	Relato de proposta de mercado marginal.	Orientado o consultante e pedido de dados.	Processo aguardando mais dados para o prosseguimento da questão.
RJ2006/2220	Atuação de pessoa como Agente Autônomo de Investimento sem credenciamento nesta Comissão.	Apurado pela SFI, não tendo sido encontradas evidências do fato.	Extinto.
RJ2006/3566 / RJ2006/3572	Relato de proposta de mercado marginal.	Ainda sendo apurado pela SFI, conforme pedido de inspeção GOI-1 nº 12/2006.	Em andamento.
RJ2006/4874/ RJ2006/4745 / RJ2006/4919 / RJ2006/5133	Relato de mercado marginal pela internet.	Sendo apurado conforme pedido de inspeção GOI- 1 nº 018/2006.	Em andamento.

#### Denúncias de Participantes do Mercado

PROCESSOS	ASSUNTO	PROVIDÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL
RJ2006/0084 e RJ2006/6027	Denúncia de favorecimento e práticas contábeis irregulares realizadas pela Kepler Weber.	Apurado pela SEP, que não encontrou irregularidades nos procedimentos adotados. Informado ao reclamante.	Extinto.
RJ2006/1435	Denúncia de gestão irregular de representantes da GAZOLA.	Solicitado ao denunciante que informasse quem seriam as pessoas denunciadas, não tendo sido informado. A denúncia foi remetida à SEP para conhecimento.	Extinto.

RJ2006/1787	Manipulação de preços da Iochpe-Maxion.	Apurado pela SMI, que não encontrou irregularidades. Informado o reclamante.	Extinto.
RJ2006/2853	Denúncia de vazamento de informações sobre dividendos da Eletrobrás.	Apurada a questão pela SEP, não foram encontrados indícios de manipulação.	Extinto.
RJ2006/6294	Proposta de aquisição de CCB.	Orientado a apresentar a questão ao Banco Central do Brasil, que tem competência na matéria.	Extinto.
RJ2006/3659	Contratos irregulares realizados pela SANEPAR.	Apurado e arquivado pela SEP por se tratar de denúncia anônima.	Extinto.

#### Denúncia de Negociações no Mercado Forex

PROCESSOS	ASSUNTO	PROVIDÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL
RJ2006/1797	Captação irregular para o mercado Forex pela internet.	Apurado pela SMI, não restou caracterizada a intermediação irregular.	Extinto.
RJ2006/0255	Negociação irregular no mercado Forex.	Está sendo apurado pela SFI e SMI.	Em andamento.
RJ2006/3573	Negociação irregular no mercado Forex.	A SFI não conseguiu localizar a companhia.	Extinto.

#### Denúncia de Lavagem de Dinheiro

PROCESSOS	ASSUNTO	PROVIDÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL
RJ2006/3984	Denúncia de lavagem de dinheiro.	Sendo apurado pela SMI.	Em andamento.

### **2.13.6. ATUAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS EM MERCADO DE CAPITAIS**

#### **SEMINÁRIOS**

Durante o ano de 2006 a SOI/COE participou da organização de 2 seminários comemorativos, em alusão aos 30 anos da Lei Nº 6.385/76, os quais foram idealizados pela Presidência da CVM e executados com o apoio de diversas Superintendências e da Assessoria de Comunicação Social.

O primeiro ocorreu em São Paulo no dia 25 de maio, ainda antes da efetivação plena do COE. Intitulado “Fundos de Investimento: Tutela do Investidor e Responsabilidade dos Administradores”, o evento reuniu cerca de 380 participantes e contou com a coordenação científica do Instituto de Direito Civil - IDC. Dividido em quatro painéis, ao longo do dia, o seminário tratou de temas como o ambiente macroeconômico e seu reflexo na indústria de fundos; regulamentação e auto-regulamentação da indústria de fundos; fiscalização dos administradores; fundos de investimento e a proteção jurídica dos investidores; e a relevância do dever de informação e a responsabilidade dos administradores de fundos.

O segundo evento teve caráter internacional e foi realizado no Rio de Janeiro nos dias 4 e 5 de setembro. Sob o título “Analisando o presente e pensando o futuro”, o seminário tratou do papel que deve ser exercido por um órgão regulador do mercado de valores mobiliários, abordando questões como regulação e auto-regulação; cultura de mercado de capitais e educação do investidor; função atual da regulação do mercado; e funções de fiscalização e punitiva. O evento reuniu autoridades de outras Comissões de Valores, além de autoridades brasileiras, economistas e acadêmicos. As 27 palestras foram assistidas por mais de 600 pessoas, incluindo representantes de 88 instituições de diferentes países: Argentina, Austrália, Bahamas, Barbados, Bermuda, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos, Jamaica, México, Trinidad & Tobago, Uruguai e Venezuela.

Ambos os seminários foram gravados em DVD, de modo a ampliar a disseminação das informações. Os vídeos, que podem ser assistidos na Biblioteca da CVM, também foram encaminhados à GAH, para utilização em programas de treinamento, e às superintendências de São Paulo e Brasília, para divulgação entre os servidores daquelas regionais.

#### **PALESTRAS**

A organização de palestras em torno de temas relacionados ao mercado de valores mobiliários também foi outra atividade que a Superintendência planejou para o COE.

Nesse sentido, o COE realizou em dezembro sua primeira palestra técnica, intitulada “Código de Defesa do Consumidor e Investimentos: repercussões do julgamento da ADI nº 2591”. A palestra foi ministrada pelo Procurador do Estado de São Paulo e ex-Conselheiro do CADE, Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, e contou com mais de 60 participantes de 17 diferentes instituições.

A exemplo da prática adotada com relação aos seminários, foi efetuada a confecção de um DVD da palestra, que está disponível na Biblioteca da CVM e foi encaminhado à GAH e às superintendências regionais de São Paulo e Brasília.

## CONVÊNIOS

Em 2006, foram celebrados 2 convênios de cooperação técnica e acadêmica em torno de temas relacionados ao mercado de valores mobiliários.

- **Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC.**

Visando ao desenvolvimento de estudos e pesquisas e a realização de eventos acadêmicos e de outros projetos de interesse, como programas de intercâmbio e estágio, em torno de temas relacionados ao mercado de valores mobiliários, no primeiro trimestre de 2006 foram iniciadas tratativas para a celebração de um convênio de cooperação técnica e acadêmica com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, assinado, ao final, em 19 de junho de 2006. A gestão administrativa do convênio está sob a responsabilidade do Departamento de Economia da PUC.

Trazendo a primeira referência à atuação do COE, em modelo de atuação que será estendido a outras instituições, caberá ao Centro de Estudos organizar e facilitar o acesso dos pesquisadores e estudantes às informações detidas pela CVM – exceto àquelas protegidas por sigilo –, arquivar e divulgar os trabalhos acadêmicos conduzidos no âmbito do convênio e, finalmente, apoiar pesquisas por meio da Biblioteca.

- **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

Com o intuito de promover uma parceria técnica direcionada à concepção, planejamento, estruturação, implementação e administração de projetos educacionais e de capacitação profissional voltados ao corpo de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, especialmente no âmbito das varas especializadas em direito empresarial, foram iniciadas tratativas, no primeiro trimestre de 2006, para a celebração de um convênio de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJ-RJ e a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, formalizado ao final do primeiro trimestre.

A celebração do convênio atendeu a objetivo fixado, pelo Colegiado, no Plano Estratégico da CVM, considerando que a especialização e a capacitação do Poder Judiciário para solucionar lides oriundas de operações ou condutas no mercado de valores mobiliários pode contribuir, sobremaneira, para a plena consecução das finalidades legais da CVM.

Embora o conteúdo dessa parceria esteja mais voltado para a atuação educacional – promovendo cursos de capacitação e não estudos e pesquisas, como os demais convênios típicos do Centro de Estudos – sua gestão administrativa, após sua celebração, foi atribuída a esse componente, considerando a inexistência de uma Gerência de Educação.

O primeiro projeto educacional organizado no âmbito do convênio foi o “Curso de Direito Societário e Mercado de Capitais”, que teve início em 28 de agosto de 2006. As aulas foram ministradas às segundas-feiras, de 18h30min às 21h30min, nas dependências da EMERJ. O curso teve duração de 3 meses, com carga horária de 39 horas-aula, abrangendo, dentre outros, os seguintes assuntos: Economia Brasileira; Poder sancionador da CVM e do CRSFN; Estudo de casos; Governança Corporativa; Capitalização das companhias; Reorganização societária; Assembléia geral; Acionista controlador; e Tutela da informação. A coordenação científica, com o desenvolvimento dos temas e convite aos professores, bem como o acompanhamento das aulas, coube à Assessoria da Presidência da CVM.

### **Avaliação dos programas de proteção e educação e de atendimento de investidores**

A avaliação dos programas da CVM de proteção e educação e de atendimento dos investidores é uma atividade prevista no âmbito do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Financeiro (*Financial Sector Technical Assistance Project*), proveniente do acordo de empréstimo celebrado com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD.

Essa atuação seria contratada com consultores externos, todavia, após avaliação do titular da Superintendência, conclui-se que o estudo poderia ser realizado com recursos próprios, sem a necessidade de gastos com consultoria. No que se refere à avaliação do Sistema de Atendimento ao Investidor, também foi considerado que essa tarefa poderia ser realizada pela AUD, sem custos adicionais para a CVM. Por essa razão, a Superintendência solicitou àquele TCO que realizasse auditoria na SOI, o que foi realizado em 2006, tendo gerado diversas recomendações que estão em fase de implementação.

Quanto à avaliação das demais iniciativas da Superintendência, o Termo de Referência elaborado pela SOI e atualizado, no segundo semestre de 2006, pelo COE, foi aprovado pelo Colegiado no início do mês de dezembro. Propôs-se a realização, inicialmente, de um diagnóstico sobre os diversos programas de educação e proteção de investidores adotados pela CVM e de similares implementados por órgãos reguladores estrangeiros e entidades privadas nacionais e externas. Em seguida, seriam levantados os procedimentos adotados no processo de atendimento aos investidores, com base nas conclusões da AUD.

Com as informações obtidas através do diagnóstico e com base nas informações e esclarecimentos obtidos junto aos órgãos reguladores estrangeiros, prevê-se apresentar as recomendações de iniciativas a serem adotadas no aprimoramento desses programas até maio de 2007.

### **Biblioteca**

No ano de 2006 foi implementado um novo sistema de automação de biblioteca. Trata-se do Sysbibli – Sistema de Automação de Bibliotecas e Centros de Documentação, em substituição ao Sistema ISIS, que não tinha mais capacidade de atender às necessidades do serviço e ao volume de registros de publicações. O novo sistema tem por objetivo auxiliar a Biblioteca na administração e execução de todas as suas rotinas, facilitar o acesso do usuário ao acervo e, principalmente, aprimorar os controles gerenciais do componente, mediante a utilização das seguintes funcionalidades:

- Cadastramento e recuperação de acervo: rotinas de cadastramento e tratamento, geração de estatísticas, relatórios e consultas dos documentos existentes no acervo;

- Controle de empréstimo: gerenciamento das rotinas de empréstimo, como devolução de publicações, controle de renovação, reserva, entre outras;
- Controle de periódicos e coleções: gerenciamento de todo o processo de assinatura, desde o pedido até a renovação, incluindo relatório de vencimento de assinatura por período;
- Controle de aquisição: gerenciamento das rotinas de controle de processo de aquisição de publicações monográficas, desde o cadastramento do pedido do usuário até o recebimento da publicação;
- Sistema de vocabulário: automação das atividades próprias do processo de controle de vocabulário, conforme a utilização pela Biblioteca de listas hierarquizadas e estruturadas de descritores;
- Banco de atendimento: gerenciamento de todas as solicitações feitas à Biblioteca, internas ou externas, inclusive por meio de *e-mail*, permitindo a produção de relatórios gerenciais e estatísticas de controle sobre levantamentos, pesquisas e outras informações;
- Controle de consultas: terminais de consulta para os usuários, garantindo a integridade dos dados e evitando que os usuários danifiquem/alterem a configuração da máquina. Atualmente, há dois terminais de consulta na biblioteca; e
- Consultas via internet/intranet: possibilidade de pesquisa através da internet dos dados cadastrados no sistema. A implementação desse módulo (Sysweb) já foi solicitada à SSI e está prevista para ocorrer no mês de janeiro de 2007.

Além da implementação do novo sistema de automação, foram criadas, nas dependências da Biblioteca, duas salas de leitura, uma delas dotada de televisor e aparelhos de vídeo-cassete e leitor DVD, onde podem ser assistidos vídeos com seminários e palestras, além de cursos.

#### DADOS ESTATÍSTICOS – BIBLIOTECA

ATIVIDADE	2006
Aquisição de livros (Termo de Compromisso)	303
Aquisição de livros (Processo de Compras)	75
Atendimento ao público interno	2003
Atendimento ao público externo	579
Catálogo/classificação de livros - Sysbibli	378
D.O.U. Leitura/indexação	454
Empréstimo entre Bibliotecas	19

### 2.13.7. INDICADORES DE GESTÃO

Item	Indicador	Unidade Medida	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1	Índice de Eficiência	%	81,45	88,03	93,21	93,99	96,48	93,26

**Item 1** - Esse indicador segue uma mesma regra de formação desde 2000, a fim de permitir uma comparação de desempenho, mensurando, em cada ano, da demanda total (considerando apenas as consultas por *e-mail* e os processos) o percentual que foi atendido. O dado de 2006 está compatível com o patamar dos demais anos, exceto 2005, quando houve um pico no atendimento. A forma de composição desse indicador será alterada em 2007, a fim de atender recomendação da AUD, o que poderá trazer algum prejuízo para a comparação com anos anteriores.

Índice	Indicador	Unidade medida	2006 (previsão)	2006 (executado)	2006 (%)	2007 (previsão)
2	Seminários	% executado	2	2	100	2
3	Palestras	% executado	N/A	1	N/A	6
4	Convênios	% executado	N/A	2	N/A	4

**Itens 2, 3 e 4** - Os indicadores de gestão acima relacionados demonstram a relação entre as atividades planejadas para o exercício e aquelas efetivamente executadas. A respeito dos seminários, a quantidade executada reflete o planejamento inicial da Autarquia para o ano. No que se refere às palestras e aos convênios, não foi estimado previamente um quantitativo a ser executado, tendo em vista que o COE foi implementado durante o exercício e, ainda, que a realização de palestras foi idealizada somente no segundo semestre. Para o ano de 2007, as metas já estão estabelecidas. No tocante aos seminários, o planejamento inclui a realização de um por semestre, a exemplo do ocorrido neste ano, embora a execução dessa meta possa depender de fatores externos, como eventual limitação orçamentária, e de nova orientação estratégica, da Autarquia, a partir de julho de 2007. Com relação às palestras técnicas, pretende-se que essas ocorram a cada bimestre, totalizando 6 ao longo do exercício. A respeito dos instrumentos de cooperação técnica e acadêmica, foi estipulada como meta a celebração de 4 novos convênios.

## **2.14. SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO – SPL**

### **2.14.1. COMPETÊNCIA**

Criada pelo Decreto Nº 5.946, de 26 de outubro de 2006, que altera e acresce dispositivos ao Decreto Nº 4.763, de 24 de junho de 2003, a Superintendência de Planejamento – SPL tem as seguintes competências:

*I - promover e articular ações organizacionais de planejamento e gestão com vistas à obtenção de ganhos de eficiência e à otimização da qualidade dos serviços da CVM;*

*II - supervisionar as atividades de formulação de diretrizes, implementação, estruturação e avaliação do Plano Plurianual e do Planejamento Estratégico da CVM, mediante a coordenação e sistematização das ações dos demais componentes organizacionais, assim como da elaboração de relatórios de gestão; e*

*III - implementar no plano administrativo e operacional os projetos desenvolvidos com recursos decorrentes de empréstimos e doações de organismos internacionais e outros. (NR)*

### **2.14.2. MOTIVAÇÃO PARA CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA**

O Presidente da CVM, através do OFÍCIO/CVM/PTE/Nº 044/2006, de 23 de março de 2006, apresentou ao Ministro da Fazenda uma proposta de nova Estrutura Regimental, em face da necessidade de um novo desenho organizacional para a CVM, que venha a permitir a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados pela Autarquia.

Em sua justificativa, é destacado que *tal transformação faz-se imperiosa em virtude da necessidade identificada de um componente organizacional capaz de promover e articular de forma centralizada as ações de planejamento e gestão no âmbito da autarquia. Tal necessidade também já foi objeto de manifestação por parte da Controladoria-Geral da União, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Além de coordenar e sistematizar os projetos de outras áreas da CVM, esta nova superintendência seria também a interlocutora única de agências de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, resultando em maior transparência e eficácia.*

Um aspecto relevante, esclarecido pelo Presidente da CVM, é que a proposta *pode ser implementada sem qualquer custo adicional, já que se resume, na prática, à mudança de nomenclatura e das atribuições de uma das superintendências da CVM (a Assessoria Econômica seria extinta para criação da Superintendência de Planejamento), complementada pela transferência de subordinação da Gerência de Projetos, que passaria a responder diretamente à nova superintendência.*

Os objetivos que a CVM pretende alcançar com a criação do novo componente, assim como suas respectivas justificativas, encontram-se a seguir relacionados:

I - Promover e articular ações organizacionais de planejamento e gestão com vistas à obtenção de ganhos de eficiência e à otimização da qualidade dos serviços da CVM;

**Justificativa** – A criação de uma unidade especializada na função de planejamento, a exemplo das que existem na maioria das instituições congêneres, é um imperativo. Tal necessidade também já foi objeto de manifestação por parte da Controladoria-Geral da União, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme apontado em seu Relatório nº 139733, de 02/04/2004, por ocasião da Avaliação de Gestão da CVM, relativa ao exercício 2003.

Nesse sentido, ao propor a criação da superintendência em tela, a CVM não inovou, mas apenas se adequou a um padrão já consolidado na Administração Pública.

II – Supervisionar as atividades de formulação de diretrizes, estruturação e avaliação do Plano Plurianual e do Planejamento Estratégico da CVM, mediante a coordenação e sistematização das ações dos demais componentes organizacionais, assim como da elaboração de relatórios de gestão;

**Justificativa** – Já há hoje na CVM alguns componentes organizacionais e setores voltados para as atividades típicas de planejamento e controle. Contudo, a dispersão de tais componentes no organograma vem dificultando a necessária coordenação de esforços, assim como gerando superposições desnecessárias. Com a nova superintendência, deverá existir maior homogeneidade na condução de estratégias organizacionais.

III – Implementar no plano administrativo e operacional os projetos desenvolvidos com recursos decorrentes de empréstimos e doações de organismos internacionais e outros.

**Justificativa** – Ao centralizar num único componente organizacional os instrumentos de acompanhamento e controle de projetos desenvolvidos em regime de parceria ou mediante empréstimos, a CVM define um único interlocutor – ao invés de vários, dispersos por várias instâncias da Autarquia – para dialogar com os agentes de financiamento de projetos. Conseqüentemente, dá um passo no sentido de obter maior rapidez nas negociações e maior transparência na aplicação dos recursos disponíveis.

### ***2.14.3. ESTRUTURA DA SUPERINTENDÊNCIA E INÍCIO DE ATIVIDADES***

A estrutura da Superintendência de Planejamento, estabelecida na Deliberação CVM Nº 512, de 13 de dezembro de 2006, conta com dois componentes:

- a) Gerência de Projetos – GPE, oriunda da transferência da Gerência de Projetos – GAP da Superintendência Administrativo-Financeira – SAD para a SPL;
- b) Coordenação de Planejamento – CPA, criada através da Deliberação citada.

Em 02 de janeiro de 2007 tiveram início as atividades da Superintendência de Planejamento.

## **3. GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAS**

### **3.1. SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA – SAD**

#### **3.1.1. *COMPETÊNCIA***

- Supervisionar e orientar a execução de atividades referentes à administração de recursos humanos;
- Supervisionar e coordenar a execução da administração financeira e a administração de bens e serviços gerais; e
- Fiscalizar o pagamento e a arrecadação da taxa de fiscalização, das multas provenientes de penalidades aplicadas em julgamentos e das multas cominatórias.

#### **3.1.2. *ESTRUTURA***

A SAD, em 31 de dezembro de 2006, estava subdividida em seis Gerências, a saber:

- Gerência de Arrecadação (GAC);
- Gerência de Orçamento e Finanças (GAF);
- Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG);
- Gerência de Documentação (GAD);
- Gerência de Recursos Humanos (GAH); e
- Gerência de Projetos (GAP).

#### **3.1.3. *RESULTADOS E INDICADORES***

Nesta subseção, são detalhados resultados qualitativos e quantitativos gerais, bem como indicadores de gestão. Nas subseções posteriores, comentam-se as demais atividades executadas por gerência da SAD, e que não foram aqui incluídas.

## RESULTADOS QUALITATIVOS

Comentam-se, a seguir, os acontecimentos mais relevantes em 2006:

- **Recomposição do quadro de pessoal da CVM**

Com a admissão de concursados para provimento de 54 vagas de Agente Executivo, assim como de 14 novas vagas de Analista e Inspetor, criadas em 2005, sem falar em 15 reposições de cargos de nível superior liberados ao longo do ano em virtude de exonerações e vacâncias, a CVM atingiu em 2006, a melhor relação entre vagas existentes e aquelas efetivamente ocupadas desde a vigência da Lei nº 8.112/90. O quadro a seguir dá conta da evolução do quadro de pessoal da CVM nos últimos cinco anos, indicando a situação a cada 31 de dezembro:

CARGO	2002	2003	2004	2005	2006
Analistas	104	104	104	162	168
Inspetores	65	63	62	97	100
Procuradores	32	43	41	37	33
Agentes Executivos	71	65	63	61	109
Auxiliares de Serviços Gerais	51	51	50	49	48
TOTAL	323	326	320	406	458

A ampliação do quadro de pessoal permitirá um aumento significativo da capacidade de supervisão da CVM, conforme previsto no Plano Estratégico estabelecido para o Triênio 2005-2007.

- **Aumento do investimento em treinamentos**

Em 2006, houve um acentuado aumento no montante investido em treinamentos de servidores, bem como na carga horária aplicada, conforme se verifica no quadro a seguir (aumento de 31% em R\$ e 17% em quantidade horas):

### Comparativo de Treinamentos 2005 e 2006

Cursos / Programas	R\$/h	2005	2006	Var %
Treinamentos Técnico-administrativos - Externos	R\$	32.949	103.538	214%
	horas	824	4.464	442%
Treinamentos Técnico-administrativos - Corporativos	R\$	27.200	17.100	-37%
	horas	13.515	16.067	19%
Programa de treinamento em língua inglesa	R\$	136.990	146.697	7%
	horas	10.939	9.063	-17%
Programa de educação regular	R\$	10.492	5.246	-50%
	horas	160	200	25%
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>207.631</b>	<b>272.581</b>	<b>31%</b>
	<b>horas</b>	<b>25.438</b>	<b>29.794</b>	<b>17%</b>

fonte: GAH

- **Mudança de Superintendente**

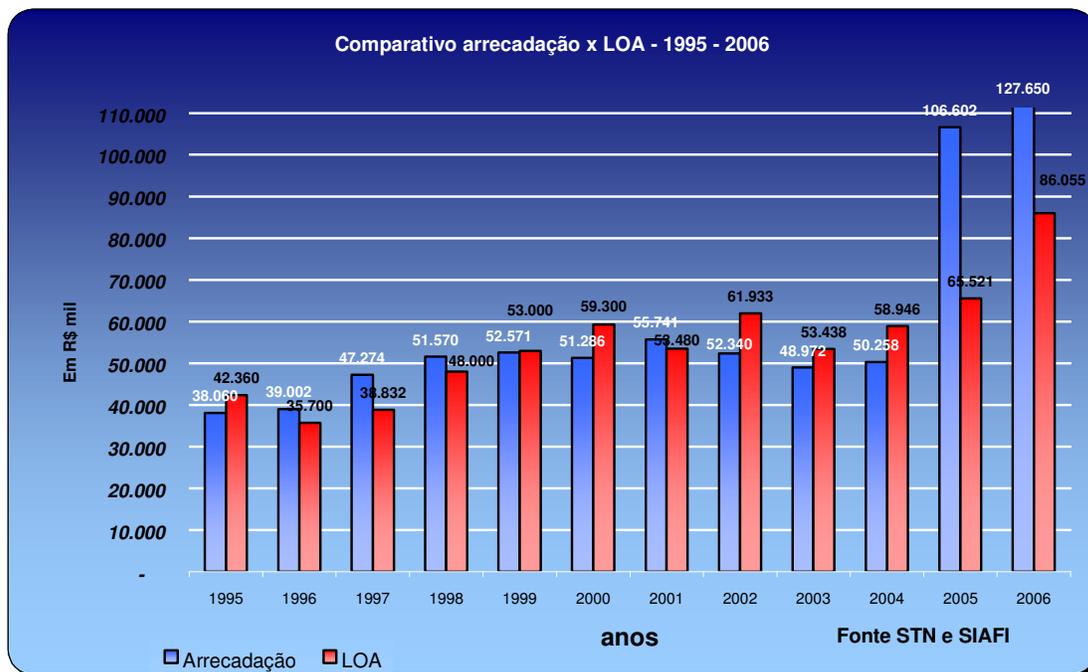
A partir de 1º de junho de 2006, conforme Portaria CVM/PTE/Nº 054 de 31/05/2006, a SAD passou a contar com um novo titular. Em substituição ao inspetor Leonardo Mattos Sultani, assumiu o inspetor Mário Luiz Lemos.

- **Transferência da GAP para a Superintendência de Planejamento - SPL**

A SPL foi criada por força da Deliberação CVM Nº 512, de 13 de dezembro de 2006. O mesmo normativo determinou a transferência da Gerência de Projetos – GAP da Superintendência Administrativo-Financeira para a Superintendência de Planejamento. Outro reflexo dessa mudança foi a cisão de parte da Gerência de Orçamento e Finanças – GAF, especificamente aquela que cuida de matéria orçamentária, para a SPL. Tais mudanças vigorarão a partir de 2 de janeiro de 2007.

- **Recorde de arrecadação**

Em 2006, a CVM ultrapassou em 19,4% o recorde de arrecadação da Taxa de Fiscalização atingido em 2005. Segundo dados da Secretaria do Tesouro, até 31 de dezembro de 2006, a arrecadação de 2006 atingiu R\$ 127.649.748, contra R\$ 106.601.866, na mesma data do ano anterior.

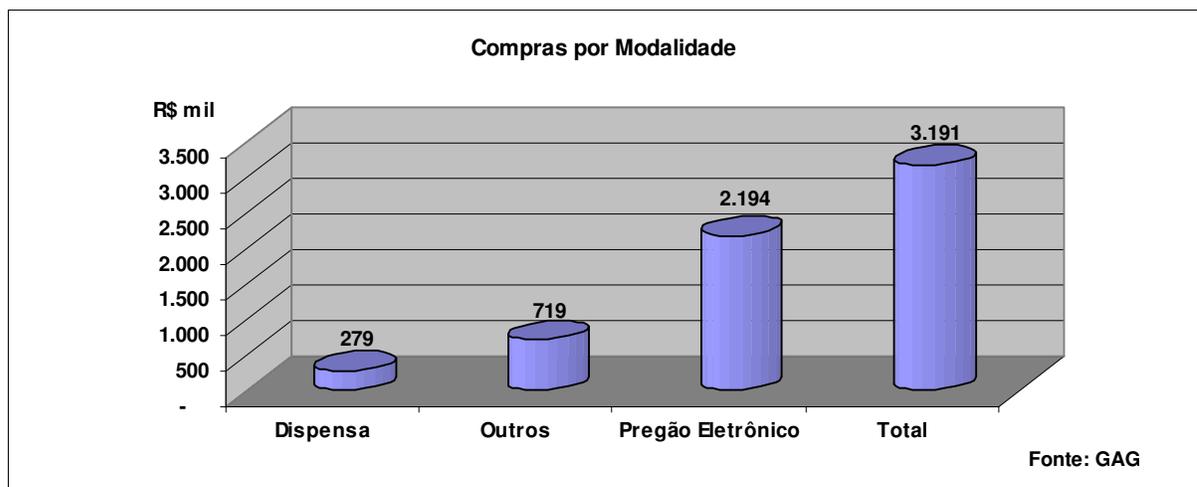


- **Redução de custos nas compras e contratos da CVM**

Dando continuidade aos esforços dos anos anteriores, a GAG concentrou-se na adoção de medidas que resultassem na redução de custos nas compras e contratos da CVM, com ênfase, novamente, na utilização do Pregão Eletrônico.

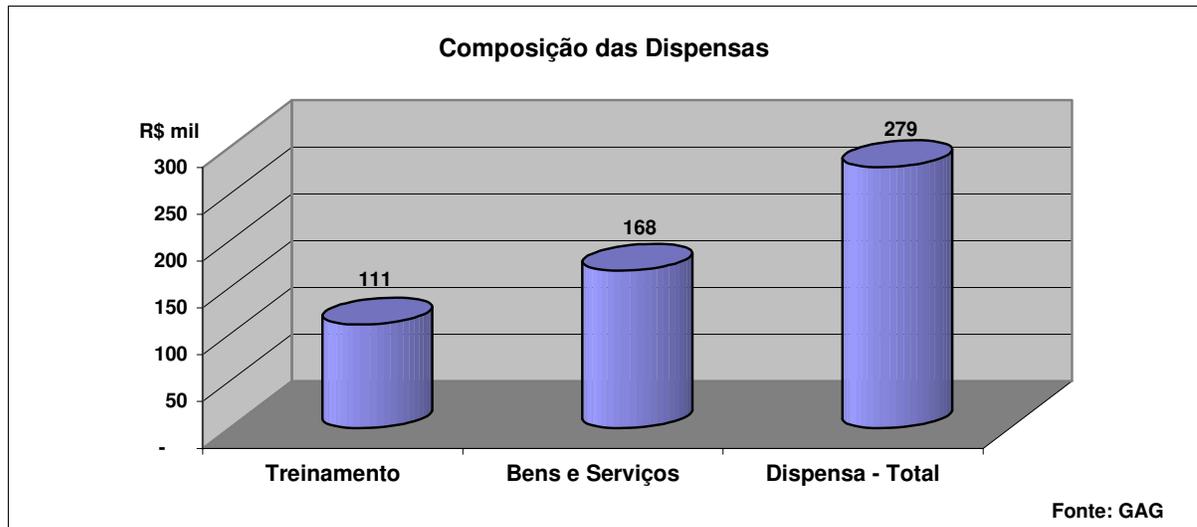
Em 2006, o valor de referência para contratações, por meio de Pregão Eletrônico, foi da ordem de R\$ 4.476.696, enquanto o valor efetivo de compras foi de R\$ 2.193.985, proporcionando uma redução média de aproximadamente 51%. Para efeito de comparação, informamos que, segundo dados da Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República, o percentual de redução ficou em 11,7% para todo o Governo Federal, na mesma modalidade.

O quadro a seguir demonstra a distribuição das compras da CVM por modalidade:



- **Planejamento de Compras/Redução de Dispensas**

Durante o ano de 2006, foi dada continuidade ao planejamento das compras visando a manter reduzida a quantidade de dispensas realizadas. Dos 140 processos de compras abertos no exercício, 98 foram registrados como dispensas, sendo que a maior parte delas (54) foi para despesas com treinamento de servidores. Apesar de a quantidade de dispensas ter sido relevante com relação ao total de processos de compras, em termos financeiros, o número não é tão significativo (8,7% com relação às compras totais em R\$), conforme se comprova no gráfico anterior. Vide no gráfico a seguir a distribuição, em R\$, das dispensas de 2006.



- **Transferência da Superintendência Regional de São Paulo**

Transferência da Superintendência Regional de São Paulo (SRS) das instalações cedidas pela BM&F para as novas instalações da CVM na Rua Cincinato Braga nº 340.

**METAS PARA 2007**

- Implantar um novo sistema informatizado de Recursos Humanos em substituição ao atual, que está tecnologicamente defasado. O pregão foi realizado em dezembro de 2006 e o processo de contratação do serviço encontra-se em andamento;
- Aprimorar o Sistema de Compras. Em 2006, houve uma evolução quando os processos de compras, que eram controlados manualmente, passaram a ter seus controles dentro do Sistema de Acompanhamento de Processos - SAP. Em 2007, a SAD tem por meta inserir, no módulo de compras do SAP, a função de acompanhamento de contratos;
- Implantar o Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED.

## RESULTADOS QUANTITATIVOS

	Descrição	Unidade de Medida	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Meta 2007
1	Arrecadação (Taxas e multas)	R\$ (mil)	62.132	55.097	53.588	54.820	112.571	129.901	136.396
2	Notificações de Lançamento	Unidade	1.363	6.309	238	47	58	5.316	10.000
3	Multas Cominatórias	Unidade	2.862	1.351	1.903	1.997	1524	147	1.400
4	DARFs/GRUs encaminhados	Unidade	26.000	26.800	28.000	28.000	48.000	64.000	64.000
5	Ofícios de cobrança	Unidade	441	427	885	1.057	1.081	1.003	1.042
6	Processos de parcelamento	Unidade	22	19	43	29	77	22	50
7	Número de processos de compra	Unidade	430	238	266	236	224	227	200
8	Atendimentos SICAF	Unidade	3.000	3.106	2.363	2.352	3.280	4.920	5.000
9	Nº de Servidores Treinados em cursos técnico-administrativos	Unidade	674	746	740	327	1.113	534	600
10	Nº de Servidores Treinados em Língua Inglesa	Unidade	4	7	138	131	97	84	80
11	Nº de Servidores Inscritos no Programa de Educação Regular	Unidade	12	9	43	44	8	7	6
12	Documentos emitidos pelo SIAFI	Unidade	7.705	6.034	7.243	8.988	9.757	6.286	N/A

### Observações:

**Item 1** – Está computada somente a arrecadação administrativa afeta à SAD. Adicionando-se os Termos de Compromisso (R\$ 1.137 mil), Dívida Ativa (R\$ 6.047 mil) e Outras Receitas (R\$ 432 mil), a arrecadação total da CVM totaliza R\$ 137.517 mil.

**Item 2** – É uma das maiores prioridades da GAC a constituição do crédito tributário dentro do prazo legal.

**Item 3** – O volume depende do maior ou menor grau de atendimento às normas pelos participantes do mercado.

**Item 6** – Estão considerados apenas os parcelamentos aprovados pelo SGE e administrados pela GAC, não incluindo aqueles aprovados e administrados pela PFE.

**Item 7** – Representa o total de processos de compras, que tiveram a seguinte composição:

<b>Modalidade</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Inexigibilidades	55	22	27	16	19	7
Dispensas	311	124	94	88	80	98
Pregões	15	21	44	41	32	29
Cotação Eletrônica e SRP	0	0	0	0	0	4
Nº de Convites, Tom. de Preço e Concorrências	49	22	14	7	5	2

**OBS:** Os demais Processos abertos (60) referem-se a assuntos aos quais não se aplica nenhuma modalidade prevista na Lei Nº 8.666/93, como é o caso dos processos destinados a reembolso, contribuições anuais internacionais e suprimento de fundos (Decreto Nº 93.872, de 23/12/86).

### **3.1.4. GERÊNCIA DE ARRECAÇÃO - GAC**

Compete à GAC gerar e enviar as cobranças relativas à Taxa de Fiscalização e Multa Cominatória; controlar os fluxos das Guias de Recolhimento da União - GRU e notificações geradas, emitidas e devolvidas; analisar as impugnações relativas às Notificações de Lançamento, preparando/encaminhando minuta de julgamento do SGE; preparar respostas às impugnações das Notificações de Lançamento ao SAD, quando as Notificações forem indevidas; promover a inscrição no CADIN dos contribuintes/multados devedores de Taxa de Fiscalização e Multas aplicadas pela CVM; analisar documentação de pedido de parcelamento, preparando o processo para julgamento do SGE; consolidar e controlar os pagamentos de Taxa de Fiscalização, Multas e parcelamentos.

No que tange à Multa Cominatória, cabe à GAC gerar prévia de cobrança para autorização das Superintendências responsáveis; preparar e encaminhar processo de cobranças administrativo-fiscais para inscrição em Dívida Ativa (Taxa de Fiscalização e Multas).

#### **RESULTADOS QUALITATIVOS (GAC)**

Comentam-se, a seguir, as realizações mais relevantes em 2006:

- Foram encaminhados cerca de 900 processos para inscrição em Dívida Ativa relacionados às Multas Cominatórias e Inquéritos e Taxa de Fiscalização.

- A GAC analisou 170 processos de impugnação de Notificação de Lançamento, que são objeto de ações judiciais, conferindo os valores dos depósitos judiciais.
- Foram analisados, com posterior deferimento pela autoridade competente, processos de Taxa de Fiscalização (10) e Multa Cominatória (12).
- A GAC deu continuidade ao procedimento de análise de impugnações formuladas pelos contribuintes notificados, respondendo cerca de 600 processos.
- Foi criada, na página da CVM na internet, ferramenta de cálculo de multa e encargos para as taxas de fiscalização em atraso.

### RESULTADOS QUANTITATIVOS (GAC)

	Descrição	Unidade de Medida	2002	2003	2004	2005	2006	Metas 2007
1	Arrecadação (Taxas e multas)	R\$ (mil)	55.097	53.588	54.820	112.571	129.901	136.396
2	Notificações de Lançamento	Unidade	6.309	238	47	58	5.316	10.000
3	Multas Cominatórias	Unidade	1.351	1.903	1.997	1.524	147	1.400
4	DARF's/GRU's encaminhados	Unidade	26.800	28.000	28.000	48.000	64.000	64.000
5	Ofícios de cobrança	Unidade	427	885	1.057	1.081	1.003	1.042
6	Processos de parcelamento	Unidade	19	43	29	77	22	50

Fonte: STN/MF e SSI

### NOTIFICAÇÕES DE LANÇAMENTO EM 2006

Visando a cumprir o prazo legal para constituição do crédito tributário, foram notificados 5.316 contribuintes, principalmente dos exercícios de 2002 a 2004 (5.258).

### INDICADORES DE GESTÃO

	Em R\$				
Taxa de Fiscalização	2002	2003	2004	2005	2006
DARF/GRU's emitidos	61.627.830	59.118.766	58.121.670	166.867.357	117.301.336
Arrecadação do ano de competência	35.242.740	39.280.310	38.068.067	87.181.547	97.064.161
Diferença	26.385.090	19.838.456	20.053.603	79.685.810	20.237.175
Índice de inadimplência - Exercício	42,81%	33,23%	34,51%	47,75%	17,25%

Fonte: STN/MF e Sctax

O montante em DARF/GRU é uma aproximação do total devido, pois nos casos em que não temos em nossos registros o valor do Patrimônio Líquido do ano anterior ao de competência da Taxa,

adotamos, a partir do final de 2001, o valor máximo, até que o contribuinte atualize sua informação na Comissão de Valores Mobiliários.

Vale ressaltar a arrecadação total daqueles exercícios:

Em R\$					
<b>Taxa de Fiscalização*</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Arrecadação do ano de competência	35.242.740	39.280.310	38.068.067	87.181.547	97.064.161
Arrecadação outras competências	9.492.185	3.873.800	4.879.968	2.909.550	4.726.632
Arrecadação de Taxa por Registros**	7.604.880	7.155.470	8.725.596	16.510.769	25.858.955
<b>Arrecadação total do ano</b>	<b>52.339.805</b>	<b>50.309.580</b>	<b>51.673.631</b>	<b>106.601.866</b>	<b>127.649.748</b>

Fonte: STN/MF e Sctax

(\*) Não estão incluídos os valores oriundos de dívida ativa.

(\*\*) Recolhimento da Taxa em virtude de Registros de Emissão (tabela "D" da Lei nº 7.940/89), montante que varia em função do mercado.

Em R\$					
<b>Multas*</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006**</b>
Multas emitidas (a)	15.504.271	17.604.879	55.083.543	329.663.921	43.533.672
Total de Recursos Deferidos (b)	387.450	550.822	13.934.533	274.082.675	612.600
Passível de Cobrança (a – b)	15.116.821	17.054.057	41.149.010	55.581.246	42.921.072
Total Multas Suspensas (Inquéritos)	-	-	-	-	40.032.111
Arrecadação do ano de competência	1.931.898	2.548.339	2.681.563	3.890.698	1.200.479
Arrecadação outras competências***	-	-	-	2.077.941	1.050.635

Fonte: SSI

(\*) Multa Cominatória, Multa de Inquérito e de Inadimplemento de Contrato, não incluídos os valores oriundos de dívida ativa.

(\*\*) Os valores de multas emitidas estão considerando uma multa de Inquérito de R\$ 27 milhões.

(\*\*\*) Valor calculado somente a partir de 2005.

### **3.1.6. GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – GAF**

Compete à GAF o controle e a execução orçamentária e financeira dos recursos da Autarquia; a consolidação da proposta orçamentária; o acompanhamento da execução orçamentária e elaboração de pedidos de créditos adicionais; a inserção dos dados no Sistema de Informações Gerencial e de Planejamento do Governo Federal – SIGPLAN; o controle do numerário disponibilizado aos servidores para realização de despesas de pequeno vulto (suprimento de fundos); o registro dos atos e fatos contábeis previstos na contabilidade pública; a consolidação das peças integrantes do

processo de prestação de contas; o gerenciamento do sistema de diárias e passagens; e controle da prestação de contas das viagens.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2006

Durante o ano de 2006, a Gerência de Orçamento e Finanças - GAF executou as seguintes tarefas: consolidação, análise, codificação e envio da proposta orçamentária; controle e execução orçamentária; acompanhamento e controle do Plano Plurianual – PPA; processamento da folha de pagamento de pessoal, dos pagamentos aos fornecedores e das diárias aos servidores; recolhimento de tributos; controle das prestações de contas de viagens e de suprimentos de fundos; contabilização dos atos e fatos contábeis ocorridos, além de outras atividades de execução orçamentária e financeira e de controle.

Resumimos a seguir os principais fatos de maior relevância, organizadas pelas áreas que compõem o setor: Orçamento, Finanças, Contabilidade e Passagens e Diárias.

## ORÇAMENTO

### Lei Orçamentária 2006.

O orçamento aprovado para a CVM, estabelecido pela Lei Nº 11.306, de 16 de maio de 2006, foi de R\$ 93.989.510,00, dos quais R\$ 86.054.672,00 estavam vinculados às receitas provenientes da arrecadação da Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, Dívida Ativa, Multa e Termos de Compromisso, R\$ 1.164.878,00 vinculados ao rendimento de aplicação dos recursos próprios, R\$ 3.806.817,00 vinculados a recursos externos advindos dos contratos de empréstimo do Banco Mundial - BIRD e R\$ 1.912.000,00 relativo à doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, além de R\$ 1.051.143 oriundo de receita diretamente arrecadada.

Orçamento 2006 por fonte de recursos e grupo de natureza de despesa – em R\$								
Fonte	Pessoal	Juros	ODC	INV	IFI	AMT	RES	TOTAL
148	-	-	3.589.157,00	217.660,00	-	-	-	3.806.817,00
174	66.114.881,00	105.573,00	16.051.878,00	2.782.340,00	1.000.000,00	-	-	86.054.672,00
195	-	-	1.912.000,00	-	-	-	-	1.912.000,00
250	-	-	1.051.143,00	-	-	-	-	1.051.143,00
280	1.164.878,00	-	-	-	-	-	-	1.164.878,00
<b>Total</b>	<b>67.279.759,00</b>	<b>105.573,00</b>	<b>22.604.178,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	-	-	<b>93.989.510,00</b>

<b>Nacional</b>	67.279.759,00	105.573,00	17.103.021,00	2.782.340,00	1.000.000,00	-	-	88.270.693,00
<b>Externo</b>	-	-	5.501.157,00	217.660,00	-	-	-	5.718.817,00
<b>Total</b>	<b>67.279.759,00</b>	<b>105.573,00</b>	<b>22.604.178,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	-	-	<b>93.989.510,00</b>

LEGENDA

Fontes		Grupo de natureza de despesa	
148	Banco Mundial – BIRD	Pessoal	Pessoal Ativo inativo e encargos
174	Receita oriundas do poder de polícia (tx, multa, D.A, termo de compromisso)	Juros	Juros
195	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	ODC	Outras despesas de custeio
250	Receitas diretamente arrecadadas – alugueis, cópia de docs. e demais.	INV	Investimentos
280	Aplicação de receitas diretamente arrecadadas	IFI	Inversão financeira
		AMT	Amortização
		RES	Reserva de contingência

Fonte: SIAFI

**Contingenciamentos orçamentários.**

No ano de 2006, o Governo Federal editou, com base no art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 74 da Lei Nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 – LDO/2006, o Decreto Nº 5.698, de 02 de fevereiro de 2006, que dispunha acerca dos limites de empenho e pagamento até a aprovação da Lei Orçamentária Anual. Em 07 de março de 2006 foi publicado o Decreto Nº 5.715/06 que tratava de limites específicos para despesas de diárias e passagens no ano de 2006 e, finalmente, em 16/05/2006 foi publicada a Lei Nº 11.306 – Lei Orçamentária Anual – LOA /2006 e em 19/05/2006 o Decreto Nº 5.780/06 – Decreto de Programação Financeira.

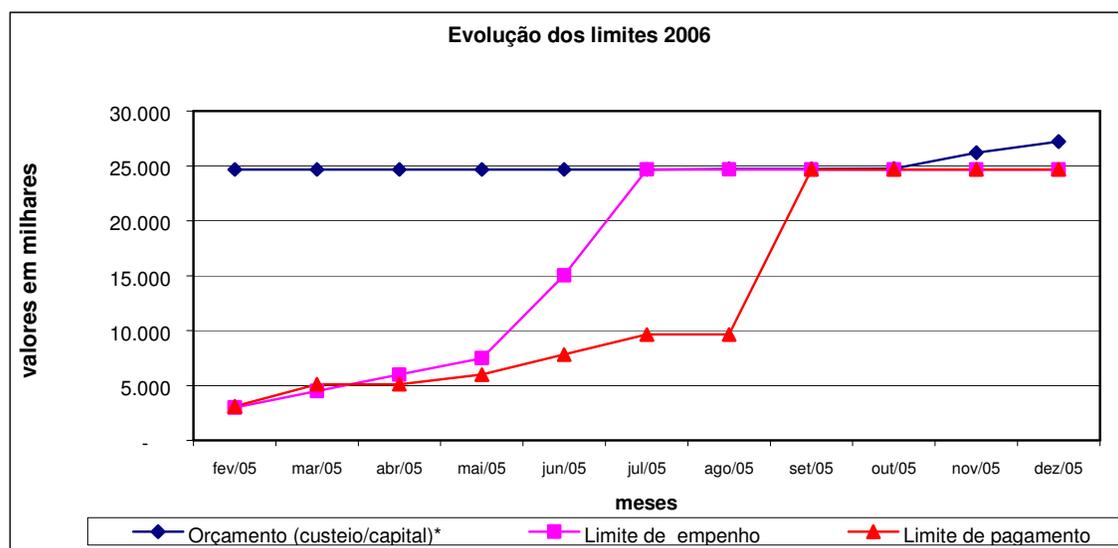
O referido Decreto de Programação Financeira, ao dispor sobre compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, definiu a programação financeira para o exercício, além de estabelecer limites mensais para empenho e pagamento de despesas de custeio e de capital (exceto doação do BID), separados por fontes de recursos.

De acordo com o resultados primários alcançados pelo Governo Federal e também pela execução de despesa em confronto com a arrecadação da CVM, foi concedida a expansão aos limites da LOA/2006 anteriormente estabelecidos.

Ressaltamos que do orçamento total aprovado, no montante de R\$ 93.989.510,00, foram alvo de contingenciamento as despesas de capital e custeio, exceto os recursos oriundos da doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, as despesas de pessoal, e as destinadas ao pagamento de juros da dívida. A dotação orçamentária sujeita ao contingenciamento totalizou R\$ 24.692.178,00, que foi ao longo do ano, com ações da Gerência de Orçamento e Finanças e da Superintendência Administrativo-Financeira, junto aos órgãos de Governo, e também de acordo com o resultados primários alcançados pelo Governo Federal e também pela execução de despesa em confronto com a arrecadação da CVM, sendo expandida, como se observa no quadro que se segue:

Orçamento de custeio e capital (Objeto do contingenciamento - Decreto nº 5.780/06)											
Em milhares de R\$	fev/06	mar/06	abr/06	mai/06	jun/06	jul/06	ago/06	set/06	out/06	nov/06	dez/06
Orçamento (custeio/capital)*	24.692	24.692	24.692	24.692	24.692	24.692	24.742	24.742	24.772	26.220	27.217
Limite de empenho (custeio/capital)*	3.000	4.500	6.000	7.500	15.044	24.692	24.692	24.692	24.692	24.692	24.692
Limite de pagamento	3.117	5.117	5.117	5.989	7.815	9.641	9.641	24.692	24.692	24.692	24.692

\* Exceto doação do BID



Fonte: SIAFI

### Créditos Suplementares

Além da dotação aprovada na LOA/2006 fez-se necessária a solicitação de créditos suplementares no montante de R\$ 7.295.316,00, objetivando suprir as seguintes despesas:

- Pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista – R\$ 4.770.716,00;
- Pagamento de juros – Projeto de crédito externo – R\$ 80.000,00
- Pagamento de Benefícios (aux. creche e aux. transporte) – R\$ 28.600,00;
- Diárias e passagens para as ações de Fiscalização e Regulamentação - R\$ 296.000,00
- Aquisição de bens de capital R\$ 200.000,00;
- Pagamento de despesas de custeio: terceirização, condomínio, luz, telefone e demais despesas – R\$ 1.300.000,00;
- Sistema Informatizado – Aquisição de Sistema *Business Intelligence* e de Recursos Humanos; R\$ 620.000,00;

A execução orçamentária em 2006 foi de R\$ 89.134.206,97, distribuída pelas ações conforme o estudo a seguir:

Programa	Descrição	Dotação aprovada	Créditos suplementares/ anulação de dotação	Loa + créditos (orçamento total)	Dotação empenhada	Saldo	
						Valor R\$	%
CONTREGPREV	Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Federais	8.161.479,00	916.564,00	9.078.043,00	9.032.125,85	45.917,15	1%
ADMUNIDADE	Despesa de manutenção	7.842.705,00	1.500.000,00	9.342.705,00	8.390.678,36	952.026,64	10%
ATIVO	Despesa com pessoal ativo	42.804.421,00	3.409.577,00	46.213.998,00	44.550.868,78	1.663.129,22	4%
AMORTENCFIN	Amortização do empréstimo - Projeto do BM	105.573,00	80.000,00	185.573,00	175.694,19	9.878,81	5%
CAPACPROAT	Capacitação de servidores - Projeto do BM	457.137,00	-	457.137,00	300.000,00	157.137,00	34%
ESTUDOPROAT	Estudos p/ aperfeiçoamento - Projeto do BM/BID	5.500.905,00	-	5.500.905,00	1.194.750,06	4.306.154,94	78%
MVMCAPRECH	Treinamento de servidores	450.000,00	-	450.000,00	279.926,68	170.073,32	38%
MVMFISEMPRE	Fiscalização	800.000,00	96.000,00	896.000,00	838.711,94	57.288,06	6%
MVMINATPEN	Inativos e pensionistas	15.622.491,00	444.575,00	16.067.066,00	15.977.898,46	89.167,54	1%
MVMMEDODONT	Benefício - Assistência médica	620.000,00	-	620.000,00	431.198,11	188.801,89	30%
MVMORGINT	Contribuição a organismos internacionais	35.000,00	-	35.000,00	28.896,10	6.103,90	17%
MVMPRESCOLA	Benefícios - auxílio creche	35.862,00	14.500,00	50.362,00	50.362,00	-	0%
MVMREFAMPRJ	Reforma e modernização	1.720.000,00	-	1.720.000,00	635.395,29	1.084.604,71	63%
MVMREFAUX	Benefícios - auxílio alimentação*	881.280,00	(14.100,00)	867.180,00	773.096,12	94.083,88	11%

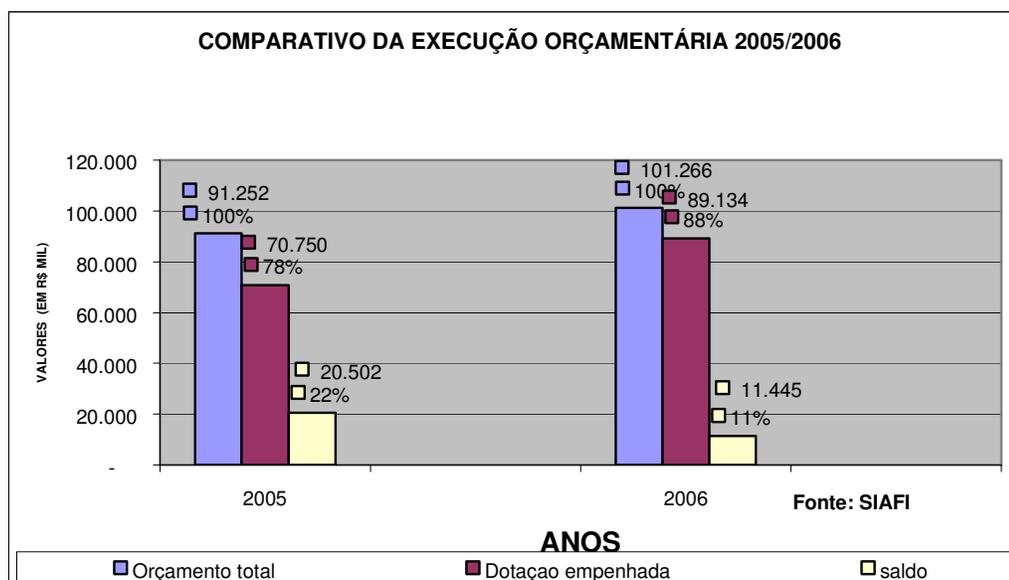
MVMREGULA	Regulamentação do MVM	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00	866.010,83	133.989,17	13%
PRODINVEST	Programa de defesa do investidor	710.714,00	-	710.714,00	577.709,28	133.004,72	19%
SISTINFCVM	Sistemas informatizados	6.585.215,00	620.000,00	7.205.215,00	4.856.613,80	2.348.601,20	33%
VALETRANSP	Benefício - Vale transporte	165.360,00	14.100,00	179.460,00	174.271,12	5.188,88	3%
SENTENJUD	Sentenças Judiciais**	691.368,00	(5.188,00)	686.180,00			0%
<b>TOTAL</b>		<b>93.989.510,00</b>	<b>7.276.028,00</b>	<b>101.265.538,00</b>	<b>89.134.206,97</b>	<b>11.445.151,03</b>	<b>11%</b>

\* anulação para remanejamento orçamentário

\*\* Precatórios - execução realizada por descentralização externa do crédito a cargo dos Tribunais da Justiça Trabalhista e com a anulação de parte da dotação descentralizada.

Fonte : SIAFI

Para fins comparativos, segue abaixo a execução orçamentária de 2005 e 2006:



Em termos comparativos dos valores globais, o orçamento de 2006 apresentou-se superior ao ano de 2005 em 11%, notadamente por conta do acréscimo das despesas com pessoal, conforme detalhado a seguir:

Comparativo 2005 x 2006									
Ano		Pessoal	Juros	ODC	INV	IFI	AMT	RES	Total
2005	R\$	59.247.010	282.486	26.340.540	4.571.700	500.000		310.000	91.251.736
2006	R\$	72.045.287	185.573	24.834.678	3.200.000	1.000.000		-	101.265.538
Variação 2005 x 2006	R\$	12.798.277	(96.913)	(1.505.862)	(1.371.700)	500.000	-	(310.000)	10.013.802
	%	22%	-34%	-6%	-30%	100%	0%	-100%	11%

Fonte: SIAFI

Legenda	
Pessoal	Pessoal Ativo inativo e encargos
Juros	Juros
ODC	Outras despesas de custeio
INV	Investimentos
IFI	Inversão financeira
AMT	Amortização
RES	Reserva de contingência

### Proposta Orçamentária 2007

Em atendimento ao disposto na Lei Nº 11.178 LDO (2006), de 20 de setembro de 2005, a proposta orçamentária da CVM para 2007 foi elaborada com base nas atividades previstas para o exercício, considerando-se, sobretudo, o estabelecido no Plano Plurianual e no Plano Estratégico da Autarquia. O trabalho desenvolvido pela GAF consistiu na tabulação, codificação e ajuste dos dados demandados pelos componentes organizacionais. Foram observados, para tanto, os limites impostos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda – SPOA/MF.

A proposta orçamentária apresentada pela CVM para o exercício de 2007 totalizava R\$ 143.505.819,00. No entanto, após ajustes necessários ao atendimento dos limites estabelecidos pela SOF e SPOA/MF, o Projeto de Lei Orçamentária 2007 foi aprovado no Congresso Nacional no valor de R\$ 140.208.722,00, incluindo nesse montante o valor de R\$ 21.112.289,00 como reserva de contingência.

A seguir, quadro demonstrativo da proposta e suas alterações:

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2007 – em R\$						
Ação	PROPOSTA CVM 2007		PROJETO DE LEI 2007		PROPOSTA X PROJETO DE LEI	
PESSOAL	92.343.552	64%	79.395.332	57%	(12.948.220,03)	-9%
Ativo	57.809.651	40,3%	48.496.353	34,6%	(9.313.298,39)	-6%
Inativo/Pensionista	17.274.620	12,0%	19.016.699	13,6%	1.742.079,48	1%
Contribuição PSSS	12.221.862	8,5%	9.950.640	7,1%	(2.271.221,72)	-2%
Benefícios (saúde, vale-transporte, refeição e creche)	5.037.419	3,5%	1.931.640	1,4%	(3.105.779,40)	-2%
PROG. FINALÍSTICOS	20.347.126	14%	17.819.950	13%	(2.527.176,28)	-2%
Prodin	2.097.490	1,5%	1.261.000	0,9%	(836.490,12)	-1%
Fiscalização	3.095.755	2,2%	2.531.068	1,8%	(564.686,76)	0%
Regulamentação	3.523.056	2,5%	2.397.057	1,7%	(1.125.999,12)	-1%
Oicv/Iosco	40.000	0,0%	40.000	0,0%	-	0%
Sistemas informatizados	11.590.825	8,1%	11.590.825	8,3%	(0,28)	0%
ADMINISTRATIVOS	20.400.000	14%	11.400.000	8%	(9.000.000,00)	-6%
Reaparelhamento da Sede	2.000.000	1%	200.000	0%	(1.800.000,00)	-1%
Admuidade	18.400.000	13%	11.200.000	8%	(7.200.000,00)	-5%
Treinamento	450.000	0%	450.000	0%	-	0%
OUTROS PROGRAMAS	9.965.141	7%	10.031.151	7%	66.010,05	0%
Estudo para o Proat II (BIRD)	4.052.288	2,82%	4.052.288	2,75%	-	0%
Capacitação para o Proat II (BIRD)	43.300	0,03%	43.300	0,06%	-	0%
Sistema informatizado (BIRD)	15.000	0,01%	15.000	1,41%	-	0%
Estudo para o Proat II(BID)	3.861.436	2,69%	3.861.436	84,94%	-	0%
Sistema informatizado (BID)	80.000	0,06%	80.000	15,06%	-	0%
Amortização	1.913.117	1,33%	1.979.127	100,00%	66.010,05	0%
SUBTOTAL	143.505.819	100%	119.096.433	85%	(24.409.386,26)	-17%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0%	21.112.289	15%	21.112.289,00	15%
<b>TOTAL</b>	<b>143.505.819</b>	<b>100%</b>	<b>140.208.722</b>	<b>100%</b>	<b>(3.297.097,26)</b>	<b>-2%</b>

Fonte: SIAFI

### Plano Plurianual (PPA)

Os dados fornecidos pelas áreas finalísticas envolvidas com as ações, referentes aos produtos das metas físicas, foram devidamente lançados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN para acompanhamento e controle. A propósito, é importante mencionar que, no exercício de 2006, as metas físicas superaram significativamente a previsão inicial.

Abaixo, quadro com a tabela de execução mensal 2006 das ações finalísticas do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários:

DESENV. DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS				Metas Físicas												
Nº	Ação	Produto	Unid. Medida	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Percent
	Âmbito	Referência	Prev./Realiz													Atingim.
2203	Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários NACIONAL	Fiscalização Realizada	Unidade													
		Mensal	Previsto	260	260	260	260	260	260	260	260	260	260	260	260	
			Realizado	259	275	265	337	354	279	372	494	277	323	391	385	
		Acumulado	Previsto	260	520	780	1.040	1.300	1.560	1.820	2.080	2.340	2.600	2.860	3.120	
		Realizado	259	534	799	1.136	1.490	1.769	2.141	2.635	2.912	3.235	3.626	4.011	128,56	
2205	Orientação e defesa aos investidores - PRODIN NACIONAL	Investidor atendido	Unidade													
		Mensal	Previsto	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	
			Realizado	4.127	5.917	16.811	11.582	11.619	4.437	7.015	9.412	53.964	17.457	5.881	28.859	
		Acumulado	Previsto	5.000	10.000	15.000	20.000	25.000	30.000	35.000	40.000	45.000	50.000	55.000	60.000	
		Realizado	4.127	10.044	26.855	38.437	50.056	54.493	61.508	70.920	124.884	142.341	148.222	177.081	295,14	
2204	Disseminação De Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários NACIONAL	Informação Disponibilizada	Gbyte													
		Mensal	Previsto	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	
			Realizado	11,30	11,80	12,10	12,90	13,00	13,70	14,30	15,10	15,80	16,20	16,50	17,20	
		Acumulado	Previsto	8,00	16,00	24,00	32,00	40,00	48,00	56,00	64,00	72,00	80,00	88,00	96,00	
		Realizado	11,30	23,10	35,20	48,10	61,10	74,80	89,10	104,20	120,00	136,20	152,70	169,90	176,98	

Fonte: SIAFI

## FINANCEIRO

Durante o ano de 2006, o setor de execução financeira efetuou pagamentos aos credores e ao pessoal, além de outras atribuições de controle dos recursos financeiros da Autarquia.

No período foram efetuadas 2.483 ordens bancárias e procedido o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, Municipal e da Previdência Social dos valores retidos no ato do pagamento, conforme legislação em vigor. O total de documento de emitidos correspondem a 1.417 – Documentos de Arrecadação de Tributos Federais - Darf, 79 documentos de arrecadação de tributos municipais - DAR e 296 Guias de Recolhimento da Previdência Social - GRPS.

### Registro da Arrecadação

Em 2006 a arrecadação total da CVM registrada no SIAFI foi de R\$ 137.517.150,43, merecendo destaque a arrecadação da Taxa de fiscalização do MVM que totalizou, 127.679.748,32, enquanto que as multas montaram R\$ 2.251.114,19, a arrecadação da Dívida Ativa foi de R\$ 6.046.718,30, além de ter sido arrecadado o montante de R\$ 1.137.262,62 em termos de compromissos e R\$ 432.307,00 em receitas diretamente arrecadadas e sua aplicação, como detalhado a seguir:

<b>Total da arrecadação – em R\$</b>	<b>137.517.150,43</b>	<b>%</b>
Fonte Tesouro (0174)	137.084.843,43	99,58%
Taxa de Fiscalização	127.649.748,32	92,73%
Multas	3.388.376,81	2,46%
Multa cominatória	1.766.433,19	1,28%
Multa de Inquérito	484.681,00	0,35%
Termo de compromisso	1.137.262,62	0,83%
Dívida Ativa	6.046.718,30	4,39%
de Taxa	4.790.991,24	3,48%
de Multa	1.255.727,06	0,91%
Fonte própria (0250)	69.354,27	0,05%
Dividendos	4.144,68	0,00%
Aluguel de garagem	19.093,53	0,01%
Cópia de documentos	31.200,04	0,02%
Venda de Cd's com pareceres CVM	-	0,00%
Multas previstas em contratos	-	0,00%
Outras receitas	14.916,02	0,01%
Fonte própria (0280)	362.952,73	
Receita remun. de aplic. financeira	362.952,73	0,26%

Fonte: SIAFI

## Execução da Despesa x Arrecadação

A despesa realizada no ano de 2006 totalizou R\$ 89.134.206,97, enquanto que a arrecadação foi de R\$ 137.517.150,43, demonstrando a capacidade da Autarquia em se manter considerando os recursos oriundos de seu esforço de arrecadação e de sua responsabilidade na execução das despesas.

Além dos recursos financeiros arrecadados, a CVM efetuou pagamentos de despesas por conta de recursos oriundos de fontes externas, mais precisamente de repasse ao PNUD de dotação relativa ao projeto - Proat II (fonte 0148) e também de execução de despesas por conta de créditos adicionais que foram concedidos, com o respectivo repasse dos recursos financeiros em fonte de recursos do Tesouro Nacional (fontes 0100 e 0300), além de custear as despesas com saldo de recursos próprios. Segue abaixo um resumo da execução orçamentária em confronto com a arrecadação e outros ingressos de recursos financeiros:

Execução orçamentária 2006 por fonte de recursos / grupo de despesas – em R\$								
Fonte descrição	Pessoal	Juros e encargos da dívida	Outros custeios	Capital	Total	Arrecadação	Outros ingressos (repases orçamentários, saldos financ. 2005)	Saldo
0100	2.973.495,36	70.121,19	802.123,48		3.845.740,03	-	3.845.740,03	-
0300			10.457,00		10.457,00	-	10.457,00	-
0148			1.494.750,06		1.494.750,06	-	1.494.750,06	-
0174	65.423.513,00	105.573,00	14.029.174,82	2.155.455,65	81.713.716,47	137.084.843,43		55.371.126,96
0195						-		-
0250/0280	1.163.884,73	-	905.658,68		2.069.543,41	432.307,00	4.274.377,98	2.637.141,57
Total	69.560.893,09	175.694,19	17.242.164,04	2.155.455,65	89.134.206,97	137.517.150,43	9.625.325,07	58.008.268,53

Fonte: SIAFI

LEGENDA	
0100	Recursos do Tesouro Nacional
0300	Recursos do Tesouro Nacional
0148	Banco Mundial - BIRD
0174	Receita Oriunda do Poder de Polícia
0195	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
0250	Recursos Nacionais – Destinados a despesas nacionais
0280	Recursos Nacionais – Rendimento de aplicação de recursos próprios

## CONTABILIDADE

A contabilidade vem mantendo o acompanhamento de todos os fatos e atos de gestão que tenham repercussão nos balanços, visando a sua adequada representação, por meio da análise, controle e ajuste no Plano de Contas da União. Em 2006, elaborou e entregou, dentro do prazo, a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF, bem como efetuou a montagem final e entregou, também dentro do prazo, a Prestação de Contas da CVM.

Com base nas informações prestadas pela Procuradoria Federal Especializada, também foram contabilizados os valores referentes à Dívida Ativa de Curto e Longo Prazos, bem como a Provisão para Perda de Dívida Ativa, os quais compõem os seguintes valores:

Em R\$	
<b>Dívida Ativa de Curto Prazo</b>	<b>2.072.780,60</b>
- Taxa	886.868,14
- Multas	1.185.912,46
<b>Dívida Ativa de Longo Prazo (Valor líquido)</b>	<b>466.580.137,52</b>
<b>Créditos Inscritos em Dívida Ativa</b>	<b>714.596.191,62</b>
- Taxa	383.371.460,12
- Multas	331.224.731,50
<b>(-) Provisão para Perda de Dívida Ativa</b>	<b>(248.016.054,10)</b>

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando continuidade ao processo de transparência e controle às despesas de baixo valor e de pronto pagamento, bem como de se inserir no contexto de *e-gov* (governo eletrônico), o Governo Federal, por meio do Banco do Brasil, manteve o “Cartão Corporativo do Governo Federal”.

Com amparo nos Decretos N<sup>os</sup> 93.872/86 e 3.892/01, nas Portarias MP N<sup>os</sup> 265/01 e 095/01, e na Instrução Normativa STN N<sup>o</sup> 04/04, e contando com o suporte operacional descrito na macro-função do SIAFI 02.11.33, o Cartão Corporativo tem como finalidade básica substituir a conta de suprimento de fundos (conta tipo b) para aquisição de bens e serviços.

Dentro dessa realidade, tendo iniciado um projeto-piloto em 2004, a CVM instituiu suprimento de fundo por meio do Cartão Corporativo para mais um servidor.

Foram concedidos Suprimentos de Fundos com cartão em 2006 para 2 servidores, cujo demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito, discriminando o total de despesas pagas mediante fatura e saques e a série histórica do exercício e os dois exercícios anteriores, segue abaixo:

DESCRIÇÃO	2004	2005	2006
Saques efetuados para pagamento em espécie de materiais e serviços	-	1.330,00	11.300,00
Pagamentos efetuados por meio da fatura do Cartão Corporativo	-	3.024,84	6.157,11

## **PASSAGENS E DIÁRIAS**

A atuação do setor de diárias e passagens no ano de 2006 pode ser medida pela quantidade de requisições cadastradas no Sistema de Diárias e Passagens - SDP, que obrigatoriamente ensejam ações do setor no sentido de monitorar a reserva junto à agência de viagem, acompanhar o andamento da autorização interna, bem como controlar eventuais reembolsos de viagem, receber e expedir os bilhetes adquiridos, controlar o faturamento dos bilhetes emitidos, controlar a prestação de contas de viagens, abrir os processos de pagamento de diárias e encaminhar o mesmo ao setor financeiro, enviar aviso de crédito aos usuários, além de dar apoio aos usuários do SDP e gerar informação anual das diárias pagas aos servidores.

A quantidade de requisições cadastradas no ano de 2006 foi cerca de 1.300, fato que demandou grande dedicação no desempenho das fases das viagens acima relatadas. Acrescenta-se ainda o fato de que os valores de diárias e bilhetes pagos, que tiveram a supervisão do servidor responsável, totalizaram R\$ 1.617.759,49 no ano.

Com base nas informações acima, acrescido ao fato de que grande parte das ações finalísticas da Autarquia depende do deslocamento de servidores no país e exterior, entendemos que o rendimento do setor foi satisfatório.

### **Viagens iniciadas em fins de semana (incluindo sextas-feiras e excluindo domingos) ou feriados**

Anexamos a relação dos valores pagos relativos a diárias iniciadas em finais de semana (incluindo sextas-feiras e excluindo domingos) ou feriados, com o detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos, motivação e resultados da viagem. Ressaltamos que em 2006 foram realizadas 22 viagens que se iniciaram na sexta, sábado ou feriado, sendo que 20 delas foram viagens internacionais que, por força do roteiro das mesmas, tiveram que ser iniciadas nos dias especificados, a fim de garantir a participação do servidor no evento, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando a garantir condição laborativa produtiva.

As outras duas ocorrências foram em viagens nacionais, que encontram justificativas nos Memo/CVM/GST/Nº 066/2006 e Memo/CVM/GDR/Nº 001/2006 pelos seguintes motivos:

- a) Com relação à requisição RJ-2006-858, inexistia voo de retorno na sexta-feira, o que obrigou o servidor a retornar no sábado;
- b) Quanto à requisição RJ-2006-818, a viagem na sexta-feira deveu-se à participação em treinamento gratuito no curso “Liquidação e Custódia de Ações” promovido pela Ancor, realizado durante todo o dia de sábado, tendo em vista a impossibilidade de participação do servidor nos outros dias da semana, (segunda, terça e quarta à noite). Nesse último caso, foi observado, também, o princípio da economicidade, conforme justificado no Memo/CVM/GDR/Nº 001/2006.

Requisições	Beneficiário	Valor das diárias	Local de destino	Objetivo	Motivação	Resultado da viagem
1 RJ-2006-143	ALINE DE MENEZES SANTOS	2.075,04	RIO DE JANEIRO-RJ/PARIS/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAR DA REUNIÃO DO "STERING GROUP ON CORPORATE GOVERNANCE", ORGANIZADO PELA "OECD".	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/3	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO
2 RJ-2006-640	ANTONIO CARLOS DE SANTANA	5.565,95	RIO DE JANEIRO-RJ/GENEVRA (Suíça)/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAR DA 23ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERGOVERNAMENTAL DE PERITOS EM PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE - ISAR DAS NAÇÕES UNIDAS.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/151	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO
3 RJ-2006-521	CARLOS EDUARDO PECEGO SUSSEKIND	10.896,38	RIO DE JANEIRO-RJ/SHANGHAI-CHINA/NORUEGA/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAR DE ENCONTROS DA IOSCO EM SHANGHAI E OSLO.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/123	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO
4 RJ-2006-692	CARLOS EDUARDO PECEGO SUSSEKIND	5.907,17	RIO DE JANEIRO-RJ/TOKIO/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAR DE ENCONTRO DA IOSCO.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/185	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO
5 RJ-2006-855	EDUARDO MANHÃES RIBEIRO GOMES	10.155,60	RIO DE JANEIRO-RJ/MADRID (ESPANHA)/RIO DE JANEIRO-RJ	Reunião da Força Tarefa de Implementação dos Princípios da IOSCO. Reuniões na CNMV (Espanha) para tratar de Conglomerados Financeiros e MoU. Reunião do Grupo 4 de Enforcement do Comitê Técnico da IOSCO.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/201	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO
6 RJ-2006-729	EDUARDO MANHÃES RIBEIRO GOMES	8.902,40	RIO DE JANEIRO-RJ/LONDRES/SEVILHA/RIO DE JANEIRO-RJ	Participar da reunião da Força-Tarefa de implementação dos princípios da IOSCO; da reunião dos Comitês da IOSCO; da Conferência do Comitê Técnico da IOSCO e da reunião do IIMV.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/193	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO
7 RJ-2006-99	EDUARDO MANHÃES RIBEIRO GOMES	7.439,17	RIO DE JANEIRO-RJ/ROMA/ARÁBIA SAUDITA/RIO DE JANEIRO-RJ	Compor a delegação brasileira que participará da próxima rodada de negociações internacionais no âmbito do "UNIDROIT" e acompanhar a missão comercial brasileira, capitaneada pelo Itamaraty, à Arábia Saudita.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/023	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO

8	RJ-2006-290	EDUARDO MANHÃES RIBEIRO GOMES	8.597,47	RIO DE JANEIRO- RJ/LONDRES/MOSCOU/MIAMI/RIO DE JANEIRO-RJ	Participar da reunião do SC4 (enforcement) da IOSCO; da delegação do MRE à Moscou para assinatura de MoU com a SFMF para cooperação e fiscalização dos respectivos mercados de capitais; e da reunião semestral do COSRA em Miami.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/0 66	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO
9	RJ-2006-9	EDUARDO MANHÃES RIBEIRO GOMES	3.896,10	RIO DE JANEIRO-RJ/NOVA ZELÂNDIA/RIO DE JANEIRO-RJ	Participar da reunião do Comitê Executivo da IOSCO, da reunião do Grupo Assessor do Comitê de Mercados Emergentes, bem como da reunião da Força Tarefa para implementação dos princípios de regulação de valores mobiliários.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/0 03	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO
10	RJ-2006-291	HENRIQUE DE REZENDE VERGARA	2.973,74	RIO DE JANEIRO-RJ/MIAMI/RIO DE JANEIRO-RJ	Participar do evento "SMALL & MEDIUM-SIZED ENTERPRISES (SME)" nos dias 15 e 16 de Maio em que a CVM é presidente do Conselho dos Reguladores de Valores Mobiliários das Américas - COSRA.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/0 07	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO
11	RJ-2006-776	JULYA SOTTO MAYOR WELLISCH	8.598,80	RIO DE JANEIRO-RJ/ROMA/RIO DE JANEIRO-RJ	III SESSÃO DO COMITÊ DE ESPECIALISTA DE GOVERNO PARA PREPARAÇÃO DO PROJETO DE CONVENÇÃO SOBRE REGRAS SUBSTANTIVAS RELATIVAS A TÍTULOS INTERMEDIADOS, DE 6 A 15 DE NOVEMBRO DE 2006.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/1 82	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO
12	RJ-2006-269	MARCELO FERNANDEZ TRINDADE	4.336,71	RIO DE JANEIRO-RJ/MIAMI/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAR DA 1ª REUNIÃO DE 2006 DO "COUNCIL OF SECURITIES REGULATORS OF THE AMERICAS COSRA", SOBRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/0 66	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO
13	RJ-2006-293	MARCELO FERNANDEZ TRINDADE	7.275,59	RIO DE JANEIRO-RJ/HONG KONG/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAR DA 31ª CONFERÊNCIA ANUAL DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE COMISSÕES DE VALORES (OICV/IOSCO)	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/ 07	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO
14	RJ-2006-818	MÁRCIO GONÇALVES MARTINS	233,98	RIO DE JANEIRO-RJ/SÃO PAULO- SP/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTO DA ANCOR SOBRE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA DE AÇÕES	CONFORME AUTORIZAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTO EXTERNO	PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTO

15	SP-2006-208	MARCOS GALILEU LORENA DUTRA	3.371,41	SÃO PAULO-SP/Toronto/SÃO PAULO-SP	PARTICIPAR DO COMITÊ PERMANENTE 2 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS COMISSÕES DE VALORES	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/0	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO
16	SP-2006-18	MARCUS VINICIUS DE CARVALHO	5.708,56	SÃO PAULO-SP/CAPE TOWN/SÃO PAULO-SP	2ª REUNIÃO PLENÁRIA DO GAFI/FATF.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/0	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO
17	RJ-2006-858	RUBENS JÚNIOR MAGNO CABRAL	244,28	RIO DE JANEIRO-RJ/BRASÍLIA-DF/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO SOBRE INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS - ICP/BRASIL, NO MINISTÉRIO DA FAZENDA.	CONVITE SPOA	PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO
18	RJ-2006-319	SERGIO EDUARDO WEGUELIN VIEIRA	5.243,93	RIO DE JANEIRO-RJ/NEW YORK/SÃO FRANCISCO (EUA)/RIO DE JANEIRO-RJ	REUNIÕES DE DIVULGAÇÃO EM NY; PARTICIPAÇÃO NO EVENTO "BRAZIL EXCELLENCE IN SECURITIES TRANSACTIONS - BEST" EM NY E EM SAN FRANCISCO.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/0	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO
19	RJ-2006-318	SULI DA GAMA FONTAINE	6.054,40	RIO DE JANEIRO-RJ/NEW YORK/SÃO FRANCISCO (EUA)/LOS ANGELES/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAR DO EVENTO BEST EM NOVA IORQUE E EM SÃO FRANCISCO E DE REUNIÕES DE DIVULGAÇÃO EM NOVA IORQUE E COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS EM LOS ANGELES.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/0	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO
20	RJ-2006-511	SULI DA GAMA FONTAINE	8.595,99	RIO DE JANEIRO-RJ/CINGAPURA/HONG KONG/CINGAPURA/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAÇÃO NO EVENTO BESTBRAZIL - ASIA2006 E, EM 18/09, EM CINGAPURA, DA "2006 BRAZIL ECONOMIC CONFERENCE THE GROWING BRAZILIAN ASIAN CONNECTION SIMULTÂNEO À REUNIÃO ANUAL DO FMI.	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/1	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO
21	RJ-2006-689	UWE KEHL	4.693,49	RIO DE JANEIRO-RJ/MADRI (ESPANHA)/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DO COMITÊ PERMANENTE Nº 1 DO COMITÊ TÉCNICO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS COMISSÕES DE VALORES (OICV/IOSCO).	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/1	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO
22	RJ-2006-415	UWE KEHL	5.665,56	RIO DE JANEIRO-RJ/PARIS/RIO DE JANEIRO-RJ	PARTICIPAR DA REUNIÃO DO COMITÊ PERMANENTE Nº 1 DO COMITÊ TÉCNICO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS COMISSÕES DE VALORES (OICV/IOSCO)	CONFORME EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ANEXA AO OFÍCIO/CVM/PTE/0	CONFORME SUMÁRIO EXECUTIVO

### **3.1.7. GERÊNCIA DE COMPRAS E DE SERVIÇOS GERAIS – GAG**

A GAG está subdividida, basicamente, em 5 setores: Compras, Contratos, Patrimônio, Almoxarifado e Serviços Gerais, resumindo-se, a seguir, os aspectos mais relevantes não comentados nos tópicos anteriores.

#### **SETOR DE COMPRAS**

O setor de Compras tem por objetivo a aquisição de bens e serviços para atender à demanda da entidade como um todo, atuando na abertura de processos de compras, provocada por pedido (via memorando) e autorizada pelo Ordenador de Despesas; na pesquisa de mercado; na elaboração de estimativa de custos e quadro comparativo de preços; no preenchimento de Informativo de recursos; na elaboração de Edital/Contrato; no cadastramento dos processos no sistema; no envio de informações para as publicações necessárias (D.O.U./Jornal), e na realização das licitações e julgamento dos processos.

Em 2006, a Gerência implantou o sistema de compras por registro de preços, reduzindo os custos de divulgação e implementação de certames, adquirindo produtos de melhor qualidade. Destacam-se, importantes licitações realizadas pela GAG com o escopo de atender às demandas da Autarquia:

- **Informática**

Aquisição de 312 microcomputadores, 22 multifuncionais, licenciamento de diversos *softwares* e da contratação de serviços especializados de segurança lógica, além de melhorias na infra-estrutura de TI.

- **Reforma de andares da Sede da CVM (24º e 25º)**

A transferência do setor de almoxarifado para o 25º andar integraram o projeto de aparelhamento da CVM e o Plano Estratégico estabelecido para o triênio 2005/2007, tendo sido feita, também, a sua separação física do setor de patrimônio atendendo a recomendação da Auditoria Interna. O contrato de obras referentes ao 24º andar foi aditado, o que permitiu a construção de uma nova passagem de acesso à escada de incêndio, bem como a instalação de novas salas de treinamento e de estações de trabalho para o pessoal da Superintendência de Planejamento.

- **Licitações específicas para as Regionais São Paulo e Brasília**

Considerando que as regionais não são *Unidades Administrativas de Serviços Gerais Executoras*, as mesmas não realizam seus próprios processos de compras. Diante disto, em 2006, foram realizadas **licitações específicas** para as unidades de São Paulo e Brasília. Tal ação permite que as regionais tenham um efetivo controle de suas necessidades e de seus estoques, torna mais próximo o fornecedor do usuário e reduz os custos da aquisição. Todavia, pelo reduzido tamanho das regionais, a quantidade de material, muitas vezes, não viabiliza economicamente a realização de licitação específica.

- **Ação do Plano Plurianual – PPA: Reforma e ampliação das instalações da CVM**

O alcance da meta desta ação ficou, em grande parte, prejudicado por falta de tempo hábil para dar prosseguimento ao processo de aquisição de dois andares no prédio onde está instalada a sede desta Autarquia. O mencionado processo foi iniciado somente em junho de 2006, por motivo de restrição orçamentária no primeiro semestre daquele ano. Os trâmites relativos à avaliação dos imóveis estenderam-se até o final do ano, quando já não houve mais tempo hábil para a emissão do respectivo empenho, cuja data limite era 15 de dezembro de 2006.

#### **SETOR DE CONTRATOS/CONVÊNIOS**

O setor de Contratos faz o acompanhamento das aquisições que geram contratos, incluindo a convocação da outra parte para assinatura, a publicação do extrato do contrato no D.O.U. e o controle de todos os contratos existentes no âmbito da gerência, especialmente com relação ao prazo de vigência. Analisa, ainda, os pedidos de repactuação de preços e elabora os termos aditivos.

No que se refere à execução dos contratos, a CVM tem envidado seus maiores esforços no acompanhamento e na fiscalização das obrigações contratualmente estabelecidas, aplicando, sempre que necessário e cabível, penalidades aos fornecedores faltosos.

Os convênios realizados por intermédio da GAG são não-onerosos, conseqüentemente, sem movimentação financeira.

#### **SETOR DE PATRIMÔNIO**

O setor de Patrimônio é o responsável pelo tombamento, cadastramento e zelo dos bens da Autarquia. Procede ao controle de todos os bens móveis e imóveis da CVM, zelando pela regularidade documental, o que inclui a emissão e o controle dos Termos de Responsabilidade sobre bens móveis.

No que concerne aos bens móveis da CVM, foi realizado inventário físico para conferência e verificação, incluindo as regionais de São Paulo e Brasília.

#### **SETOR DE ALMOXARIFADO**

O setor de Almojarifado cuida da guarda e distribuição do material de consumo adquirido, administrando um estoque de aproximadamente 420 itens. Controla os gastos, elaborando previsões de consumo, e entrega os materiais solicitados pelas áreas demandantes, entre outras tarefas, como a administração de equipamentos fornecidos aos servidores, como *notebooks*, aparelhos celulares e aparelhos *headset*.

- **Controle de estoque**

Com relação ao controle de estoque do Almoxarifado, destacamos que foi dada continuidade à elaboração dos inventários rotativos, realizados com periodicidade semanal, que são confrontados com o quantitativo lançado no sistema de patrimônio. Tal prática permite o acompanhamento mais próximo da evolução do estoque, identificando-se e solucionando-se, prontamente, pequenas divergências que, de outra forma, somente seriam identificadas no final do exercício, por ocasião do inventário anual. Com relação aos materiais utilizados pelos diversos componentes organizacionais, destacamos que a GAG disponibiliza na intranet, mensalmente, os bens que foram solicitados pelas áreas, bem como os valores dos mesmos. No que diz respeito ao consumo de materiais pelos servidores que trabalham no Almoxarifado, registra-se que o mesmo somente ocorre após a devida aprovação do Gerente.

- **Planejamento de estoque**

Dando continuidade ao método de trabalho de planejamento de estoque utilizado, o Almoxarifado realiza, anualmente, um levantamento do material necessário para suprir as necessidades da CVM, que é adquirido por meio de processos licitatórios específicos (material de escritório, cartuchos, impressos, material de higiene, gêneros alimentícios, etc). Buscando economicidade, o Almoxarifado iniciou um controle de consumo por parte das Superintendências Regionais de São Paulo e Brasília, de forma que as compras possam ser feitas em uma única licitação, atendendo à Sede e às Regionais.

#### **SETOR DE SERVIÇOS GERAIS**

O setor tem como principais atividades: abertura e fechamento da Sede; funcionamento da central reprográfica e da telefonia; manutenção predial da CVM, na Sede, incluindo as redes elétricas, de comunicação estruturada, de fibra óptica, bem como os sistemas hidráulicos e de ar condicionado; controle da utilização de veículos de propriedade da CVM; limpeza, conservação e vigilância da CVM; a movimentação de materiais e equipamentos entre os diversos setores; administração dos contratos correlatos.

Em 2006, foi implantado um rigoroso controle na central de reprografia e criada uma sala de segurança para controle dos sistemas de segurança e alarmes, tendo sido preparado o sistema de gravação das imagens das câmeras de vigilâncias existentes ficando no aguardo da entrega dos novos computadores, adquiridos em dezembro, para implantar o sistema.

- **Limpeza do sistema de dutos de ar-condicionado, bebedouros e dedetização**

Foram realizados pela área de serviços gerais o acompanhamento da limpeza do sistema de ar-condicionado, higienização dos bebedouros da Sede e dedetização de todos os andares.

### **3.1.8. GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS – GAH**

Nesta primeira parte, apresentam-se a missão e as atividades permanentes de cada um dos setores em que se estrutura a GAH, a saber:

#### **Administração de Recursos Humanos**

- Acompanhamento de vida funcional
  - Registro e Movimentação
  - Frequência
  - Aposentadoria e Pensão
- Folha de Pagamentos
  - Relações trabalhistas<sup>2</sup>
  - Normatização
  - Análise e Aplicação de Legislação de Pessoal
- Assistência e suporte ao servidor
  - Benefícios
  - Serviço Social
  - Serviço Médico

#### **Desenvolvimento de Recursos Humanos**

- Provimento de pessoal
  - Concursos Públicos
  - Programa de Estágios
  - Recrutamento e seleção – outros processos
- Capacitação de Pessoal
  - Programa Geral de Treinamento
- Projetos prospectivos

---

<sup>2</sup> Deveria ser incluída nessa apresentação uma área de Administração de Cargos e Salários. Contudo, a realidade do serviço público, com a centralização de decisões na SRH/MP, faz com que não exista mais, no âmbito de cada Ministério ou Autarquia, uma administração de cargos e salários no sentido tradicional.

## ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

### Acompanhamento de Vida Funcional

As áreas de **Registro e Movimentação, Aposentadoria e Pensão, e Frequência** da Gerência de Recursos Humanos desenvolvem atividades relacionadas com o acompanhamento da vida funcional do servidor, da admissão até sua saída da CVM, além do atendimento às consultas formuladas pelos servidores e por instituições públicas ou privadas e do gerenciamento de banco de dados informatizado que controla todos os aspectos da vida funcional, incluindo, por exemplo, contagem de tempo de serviço para concessão de licença-capacitação e aposentadoria.

#### • **Registro e Movimentação**

A área de Registro e Movimentação faz o acompanhamento do servidor, ocupante de cargo efetivo ou de cargo em comissão, desde a admissão até o desligamento – por motivo de exoneração de ofício ou a pedido, por posse em outro cargo público inacumulável ou por falecimento – passando por todas as alterações ocorridas em sua vida funcional e, sob alguns aspectos, em sua vida pessoal.

As atividades **exclusivas** da área estão relacionadas com:

- Atualizações cadastrais de qualquer natureza;
- Designações e dispensas de função gratificada;
- Nomeações e exonerações de cargo efetivo ou em comissão;
- Remoções;
- Substituições;
- Acompanhamento e controle de licença-prêmio por assiduidade;
- Publicação do Boletim de Pessoal e do Informe GAH;
- Consultas à legislação, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos casos dos indicados para os cargos em comissão;
- Organização e guarda das pastas funcionais dos servidores ativos e desligados, dos boletins de pessoal, dos informes, das declarações de bens, rendas e valores e dos demais materiais documentários relativos, por exemplo, aos concursos públicos, às auditorias realizadas, cargos e salários e promoção.

Compete à área também a manutenção do arquivo corrente e permanente da GAH, a atualização do banco de dados SRH e SISAC, a atualização do relatório anual de prestação de contas para a Gerência Regional de Controle Interno/MF/RJ e do quadro de vagas da CVM, o cálculo do índice de rotatividade de pessoal, e o acompanhamento das mutações na legislação e da publicação de atos do interesse da CVM mediante a leitura do Diário Oficial da União, seções 1 e 2.

- **Aposentadoria e Pensão**

É a área da GAH que providencia a contagem, averbação e emissão de Certidão de Tempo de Serviço, bem como a aposentadoria ou concessão de pensão, de acordo com o estabelecido na legislação e nas disposições da Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União. As concessões de aposentadoria são antecedidas da instrução dos respectivos processos – sempre envolvendo significativo investimento em análise de questões legais decorrentes da mudança de regime (CLT para RJU), alterações na legislação previdenciária e situações especiais (servidores redistribuídos, efetivados, ocupantes de cargo DAS, etc.) – e do cálculo de tempo de contribuição, que inclui a análise da frequência do servidor e a averbação de tempo de contribuição, de acordo com as certidões de tempo apresentadas. Complementarmente, a área presta também atendimento a aposentados, pensionistas e servidores ativos, seja em consultas pessoais e telefônicas, seja mediante respostas formais (memorandos e ofícios), além de produzir e distribuir a publicação mensal “Notícias da GAH”, pela qual os aposentados e pensionistas são informados sobre assuntos gerais da CVM e temas de interesse específico. Realiza-se também o efetivo controle sobre as atualizações cadastrais dos servidores inativos e pensionistas, que devem comparecer anualmente no mês de aniversário, conforme determinação legal (Decreto Nº 2.251/97).

- **Frequência**

Controla as licenças médicas dos servidores, junto ao Serviço Médico da CVM e à Delegacia Administrativa do Ministério da Fazenda, no Rio, em Brasília e São Paulo; confere os Demonstrativos de Frequência e atualiza esses dados na Ficha de Acompanhamento de Frequência, além de tirar dúvidas dos servidores quanto ao preenchimento do Formulário de Frequência.

- **Folha de Pagamentos**

O setor da Folha de Pagamento tem por missão efetuar todos os procedimentos que resultam no pagamento da remuneração para servidores ativos, inativos e pensionistas. Aparentemente é um setor voltado para cálculos e conferências, mas seu espectro de atividades vai bem mais além, incluindo a análise da legislação pertinente, as projeções de gastos de pessoal, a instrução de processos e a implantação e manutenção de sistemas informatizados.

No que se refere à geração da folha propriamente dita, são atribuições do setor a crítica e entrada de dados mensais no sistema SIAPE; o controle e cálculo de férias; a atualização e cálculo de quintos; a elaboração de projeções de gastos com pessoal visando à adequação da disponibilidade orçamentária e, finalmente, a prestação de informações de gastos com pessoal a instituições públicas.

Na área trabalhista, o setor é encarregado da instrução de ações conduzidas pela PFE, além de fazer a crítica das parcelas devidas e cálculo dos valores a serem pagos, inclusive de caráter retroativo com aplicação de indexadores.

No que se refere às Gratificações de Desempenho, o setor desenvolveu e administra um instrumental próprio, totalmente informatizado, de controle dos processos de avaliação de desempenho e de contingenciamento de servidores para concessão das gratificações.

Mensalmente, prestam-se informações à Previdência Social sobre contribuições dos servidores sem cargo efetivo nomeados para cargo em comissão.

Anualmente, enviam-se, após a devida crítica, a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – ao Ministério do Trabalho e a DIRF – Declaração de Imposto Retido na Fonte – à Receita Federal.

## **Relações Trabalhistas**

- **Normatização**

A atividade normatizadora da GAH consiste na produção de propostas de normas ou portarias que disciplinem as relações trabalhistas no âmbito da CVM. Desde o advento do Regime Jurídico Único a GAH tem se voltado, especialmente, para a adequação do arcabouço normativo interno à legislação que rege o pessoal da União, ou à produção de regulamentação específica que complementa, no âmbito interno, as diretrizes gerais estabelecidas por lei, por atos do Poder Executivo ou por decisões da SRH/MP.

- **Análise e aplicação de Legislação de Pessoal**

Sendo a CVM um órgão integrante da Administração Pública Federal, suas relações trabalhistas são regidas por um conjunto de normativos que, em parte, é válido para todos os servidores do Poder Executivo e, em parte, resulta de atos internos ou externos aplicáveis apenas à CVM ou a setores da Administração Federal. Como complicador, há o fato de que o pessoal da CVM esteve submetido até 1990 ao regime da CLT, passando, a partir do advento da Lei N<sup>o</sup> 8.112/90, para o RJU (estatutários). São freqüentes, portanto, as demandas referentes a direitos adquiridos em um ou outro regime, assim como as exigências de adequação das normas e procedimentos internos às práticas estabelecidas na legislação vigente. A atividade desse setor concentra-se, portanto, na análise da legislação especializada e na produção de pareceres, documentos técnicos ou memoriais, com vistas à apresentação de propostas ou atendimento de exigências no relacionamento com a SRH/MP ou dos órgãos de controle externo, como o TCU.

## **Assistência e Suporte ao Servidor**

- **Benefícios**

A área de Benefícios tem hoje como missão principal garantir o acesso do servidor a serviços de saúde no âmbito de planos coletivos e a direitos garantidos pela legislação em vigor, como auxílio-alimentação, auxílio-transporte e reembolso parcial de despesas de creche. Nesse sentido, a área de Benefícios é responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato entre a CVM e a Golden Cross, relativo ao Contrato de Seguro Saúde, o que inclui conferência e controle das faturas mensais e o acompanhamento de pendências entre servidores e empresa contratada, quanto à aplicação de itens contratuais.

O setor desenvolve ainda o acompanhamento e o controle do pagamento dos benefícios de auxílio pré-escolar, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

- **Serviços Médico e Social**

Os Serviços Médico e Social, além de suas atribuições específicas, apresentam uma grande área de superposição, razão pela qual podem ser tratados em conjunto.

O Serviço Médico tem, especificamente, a missão de garantir a assistência à saúde de servidores e outros profissionais a serviço da CVM mediante orientação preventiva, realização de exames periódicos para detecção precoce de patologias e atendimento ambulatorial de pacientes ou encaminhamento destes a serviços médicos especializados. Complementarmente, o Serviço Médico atua mantendo controles burocráticos e estatísticos dos casos de afastamento por doença e dos níveis de absenteísmo (a análise do absenteísmo tem por objetivo um diagnóstico das causas de afastamento do trabalho e sua prevenção e tratamento).

Ao Serviço Social compete dar assistência aos servidores ativos e aposentados e seus familiares, facilitando o acesso a serviços de saúde, a direitos previstos em lei e a outros recursos promotores de qualidade de vida disponibilizados pela organização ou por órgãos congêneres. Atua em campanhas institucionais, na intermediação de conflitos, no encaminhamento de problemas de desempenho ou de casos de absenteísmo e no apoio a dependentes químicos, pacientes terminais, portadores de deficiências e outros casos de natureza social.

No âmbito da atuação conjunta, os Serviços Médico e Social desenvolvem campanhas de promoção à saúde e à qualidade de vida. Responsabilizam-se também pelo acompanhamento dos casos de afastamento de servidores enfermos, assim como das licenças por motivo de doença em pessoa da família.

## **DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

### **Provimento de Pessoal**

O processo de provimento das necessidades de pessoal da CVM desdobra-se em três distintos processos, se bem que relacionados pela missão comum: **Planejamento de Concursos Públicos, Estágios, e Recrutamento e Seleção – Outros processos.**

- **Concursos Públicos**

Os concursos públicos vêm se realizando, a partir de 1994, à razão de um a cada 2,2 anos. Compete à GAH planejá-los tecnicamente, em função das necessidades observadas, subsidiar a GAG na contratação de empresa especializada na promoção de processos seletivos e acompanhar todas as etapas de sua execução.

- **Programa de Estágios**

O Programa de Estágios consiste na contratação de estagiários com recursos próprios, com base em parâmetros fixados pela Administração Pública no que tange a valor de bolsa-auxílio, duração de estágio e quantitativo de estudantes admitidos simultaneamente.

O recrutamento é realizado em parte pela GAH, em parte pelos Agentes de Integração com os quais a CVM mantém convênio: MUDES (RJ) e FUNDAP (SP). O processo seletivo é coordenado pela

GAH, constando da aplicação de provas objetivas (caráter eliminatório) e redação. A seleção final é feita pelas áreas interessadas, geralmente por meio de entrevistas.

Compete à GAH zelar pela qualidade e legalidade do processo de estágio, adequando o perfil dos selecionados às necessidades da organização, administrando a documentação necessária e acompanhando a execução do estágio, de forma a evitar que este seja desviado de suas verdadeiras finalidades. O Setor de Estágio participa de todos os procedimentos de seleção, manutenção do cadastro/arquivo de candidatos, pagamento da bolsa de estágio e acompanhamento junto ao Agente de Integração.

- **Recrutamento e Seleção – Outros processos**

O suprimento de pessoal via terceirização de serviços é fruto de parceria com a GAG, tendo em vista a necessidade de processo licitatório. Compete à GAH levantar necessidades, definir perfis profissiográficos e quantificar o pessoal necessário, além de, eventualmente, conduzir diretamente o processo de seleção mediante entrevistas e testes escritos.

## **Capacitação de Pessoal**

- **Programa Geral de Treinamento**

Trata-se de um contínuo e permanente programa de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento de pessoal, cuja missão é capacitar permanentemente o corpo funcional da CVM, adequando-o às exigências decorrentes das atribuições da Autarquia e aos novos perfis profissionais requeridos no setor público. Visa-se, com isso, a contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes internos e externos.

A gestão do programa de treinamento exige a permanente otimização do orçamento destinado a essa atividade, sempre observando a racionalização e a efetividade dos investimentos.

A GAH atua diagnosticando as necessidades de capacitação da organização, buscando supri-las mediante ações educacionais, que podem ser desenvolvidas internamente, com instrutores próprios ou contratados, ou eventos oferecidos pelo mercado, com participação de servidores da CVM.

O Programa Geral de Treinamento é composto pelos seguintes itens:

### *Programa de Educação Regular*

Este programa, por meio de cursos de pós-graduação (extensão, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado), objetiva ampliar conhecimentos técnicos nas áreas específicas da CVM e desenvolver novas atitudes de gestão na Administração Pública.

Permite a um grupo de servidores, selecionado com base em critérios previamente estabelecidos, a participação em cursos de pós-graduação que venham a contribuir, ainda que indiretamente, para melhorar o desempenho da instituição.

O programa implica a liberação, em horário parcial ou integral, dos servidores selecionados para participação no programa. Em alguns casos, havendo disponibilidade orçamentária, a CVM pode também custear a participação nos cursos.

Todos os servidores participantes estão obrigados a prestar informações periódicas que permitam o adequado acompanhamento da efetividade do investimento da organização. Com o objetivo de permitir o compartilhamento dos resultados das pesquisas dos participantes do Programa de Educação Regular, estes estão agora obrigados a recolher à Biblioteca cópias de suas monografias, dissertações ou teses, assim como proferir palestras de divulgação científica.

### **Treinamentos Administrativos**

São treinamentos voltados para habilidades e conhecimentos relacionados a tarefas administrativas diárias ou voltados para mudanças de atitudes, aumento de motivação, relacionamento interpessoal, supervisão e gestão administrativa e informações sobre a organização.

### *Treinamentos Técnicos*

São treinamentos voltados principalmente para habilidades e conhecimentos relacionados a conceitos técnicos, normatização, fiscalização e acompanhamento dos mercados financeiro e de capitais, gestão pública, planejamento e execução financeira, tecnologia da informação (TI) e recursos humanos.

### *Programa de Treinamento em Língua Inglesa*

Este programa tem como finalidade capacitar os servidores da CVM na utilização do idioma em situações profissionais, com habilidades de leitura, escrita, compreensão e expressão oral.

### *Licença para Capacitação*

É o afastamento do servidor do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por período de até três meses, a cada quinquênio de efetivo exercício, para participar de ações de capacitação. Essa concessão se condiciona ao planejamento interno da CVM, à oportunidade do afastamento e à relevância da ação para a instituição.

### *Palestras Técnicas*

Visam a atender necessidades dos servidores quanto à atualização referente a assuntos técnicos e/ou administrativos relacionados diretamente com a CVM e o serviço público federal. É uma programação de encontros com palestrantes externos (convidados) ou internos, desenvolvida a partir de temas sugeridos pelos próprios servidores.

As Palestras Técnicas, ao mesmo tempo em que permitem um contato direto entre o público interno e especialistas dos mercados financeiro ou de capitais, são também um espaço para a apresentação de trabalhos desenvolvidos por servidores da CVM (vide Programa de Educação Regular) e que, de outra forma, não chegariam ao conhecimento do restante da organização.

### *Resultado da Ação “Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação” do Plano Plurianual - PPA*

A meta de execução física deste indicador ficou abaixo do previsto no PPA (179 servidores treinados em 2006 contra 400 previstos). Consigne-se, por oportuno, que o indicador utilizado no Plano Plurianual considera a média mensal de servidores treinados, cujos números contemplam cada

servidor uma única vez, não importando quantas incidências de treinamento houve. Por exemplo, um servidor, que, num mesmo mês, esteve matriculado no Programa de Treinamento em Língua Inglesa e frequentou o Curso de Contabilidade Internacional, computou apenas uma contagem, apesar dos dois cursos.

Para os próximos anos, vamos sugerir a mudança dos parâmetros de mensuração do PPA no que se refere a treinamentos, modificando os atuais índices de medição por outros mais representativos, como, por exemplo, a quantidade de horas de treinamento, como já demonstrado na Tabela “Comparativo de Treinamentos 2005 e 2006”, cujos números apresentam um aumento de 31% no investimento em capacitação e de 17% em quantidade de horas de treinamento.

### **Projetos Prospectivos**

A GAH, a par de sua atuação rotineira, desempenha também um papel de agência de planejamento e instância viabilizadora de mudanças institucionais. Considerando que todas as grandes mudanças – novos projetos, assunção de atividades finalísticas inéditas, introdução de novas tecnologias, etc. – sempre apresentam um impacto sobre o quadro de pessoal, o papel da GAH é traduzir as perspectivas futuras da organização em ações pró-ativas no âmbito de recursos humanos, seja planejando a ampliação de quadros, seja promovendo o reordenamento remuneratório ou reciclagem de conhecimentos.

Todos os processos rotineiros de hoje resultaram de uma ação pró-ativa do passado, e muitos dos projetos prospectivos de hoje resultarão em novas rotinas no futuro. Dada sua natureza difusa, os processos de planejamento em que a GAH se envolve tendem a não ter a desejada visibilidade, mas são um componente essencial no conjunto de atividades da gerência.

### **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006**

A apresentação das atividades desenvolvidas em 2006 segue a mesma ordem da apresentação das missões setoriais e atividades permanentes.

- **Registro e Movimentação**

Além das atividades rotineiras, a área de registros funcionais desenvolveu, no primeiro semestre, um esforço concentrado de admissão de 83 novos servidores, sendo 14 de nível superior (Analistas e Inspetores), habilitados no concurso de 2003, 54 Agentes Executivos, habilitados no concurso de 2005, e 15 reposições de vagas, resultantes de exonerações a pedido e vacâncias por posse em outros cargos públicos inacumuláveis. A maioria desses novos servidores entrou em exercício em 23 de janeiro de 2006.

- **Aposentadoria e Pensão**

São os seguintes os indicadores do setor de Aposentadoria e Pensão no ano de 2006:

<b>Atividades</b>	<b>jan</b>	<b>fev</b>	<b>mar</b>	<b>abr</b>	<b>mai</b>	<b>jun</b>	<b>jul</b>	<b>ago</b>	<b>set</b>	<b>out</b>	<b>nov</b>	<b>dez</b>	<b>Total</b>
Aposentadorias	-	1	-	2	-	-	1	-	-	-	-	2	<b>6</b>
Pensões	-	-	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	<b>4</b>
Reversões	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>2</b>
Certidões de tempo / Averbações	3	-	4	3	-	-	-	5	-	2	5	-	<b>22</b>
Atualizações cadastrais	11	23	12	16	17	13	12	21	11	14	7	24	<b>181</b>
Contagens de tempo de serviço	-	-	1	-	3	6	6	7	-	4	2	1	<b>30</b>
Anotações em CTPS	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>2</b>
SISAC's enviados ao TCU	-	-	-	-	5	3	3	5	7	-	4	27	<b>54</b>

No ano de 2006 foram concedidas 6 novas aposentadorias, 4 novas pensões e 2 reversões; concluíram-se 72 processos dos que aguardavam análise definitiva do Tribunal de Contas da União sobre a legalidade do pagamento da parcela referente à Vantagem Pessoal Voto CMN N° 203/91 (análise que ocorreu apenas em dezembro de 2004). Foi feito o acompanhamento das concessões de licença-prêmio e licença para capacitação. Além disso, o setor deu resposta a inúmeras consultas dos servidores, por meio de ofícios ou despachos em processos.

- **Folha de Pagamento**

Além das atividades rotineiras de processamento das folhas de pagamento mensais, a área desenvolveu as seguintes atividades extraordinárias:

- Inclusão no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE de 14 novos concursados de nível superior e 68 de nível intermediário;
- Adesão ao sistema de férias do SIAPE, incluindo no sistema a programação de todas as férias marcadas para janeiro/2007;
- Adesão ao cadastro de dependentes do SIAPE.

- **Serviço Social**

**Atividades macro:**

**Qualidade de Vida** – No âmbito do Programa de Qualidade de Vida e das ações de Responsabilidade Social, a GAH promoveu campanha de vacinação contra gripe, campanha de doação de sangue para o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (coleta realizada em 29/11/2006, com 42 doadores) e diversas ações de campanha contra tabagismo, com divulgação, via cartazes, *e-mail* e boletins, de material obtido junto ao INCA.

Na semana do Dia Internacional da Mulher foi realizado o ciclo de palestras “Três Vezes Mulher”, com temas de saúde preventiva.

**Riovoluntário** – Foi realizado contato com a Riovoluntário para conhecer os treinamentos de capacitação de voluntários, posteriormente divulgados para os aposentados e pensionistas, por meio do informativo Notícias da GAH, e para os servidores ativos e colaboradores, mediante *e-mail*, com inclusão do calendário dos treinamentos aos sábados. As inscrições dos interessados foram providenciadas pela GAH.

**A Família é o Principal Agente de Prevenção** – Foi convidada uma psicóloga para realizar palestra sobre uso/abuso de drogas e dependência química. Foram elaborados cartazes, matéria para o informativo Notícias da GAH e mensagem para divulgação por *e-mail*.

**Preparação e coordenação do Encontro de Aposentados** – Os encontros são realizados mensalmente e têm como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos aposentados e pensionistas. São abordados temas sobre saúde física e emocional, enfatizando sempre a importância de se estar aberto a mudanças. Os temas são trabalhados por meio de leituras e dinâmicas.

Gradativamente tem-se registrado aumento no número de participantes desses encontros.

**Dança de Salão** – Após visita ao Banco Central para conhecimento do Programa de Qualidade de Vida, foi feito contato com o professor Marcello Moragas, responsável pela academia e que ensina dança de salão naquela instituição. O Serviço Social responsabilizou-se pela divulgação do novo serviço e pelas inscrições dos interessados.

**Estatísticas do Serviço Médico:**

Nas páginas seguintes são apresentadas as tabelas referentes aos tipos de atendimento prestados em 2006 (Geral e por grupo de Colaboradores) e à discriminação dos exames laboratoriais solicitados aos servidores submetidos a exame periódico no período.

**Resumo geral de atendimentos em 2006, por mês:**

<b>Tipos de Atendimentos</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>	<b>Maió</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de Atendimentos a servidores</b>	142	101	144	128	228	159	117	112	89	114	128	91	<b>1553</b>
<b>Nº de Atendimentos a colaboradores</b>	111	67	114	75	102	86	78	65	57	71	75	48	<b>949</b>
<b>Nº de Vacinas Anti-Gripais aplicadas</b>	0	0	0	0	229	51	16	4	5	3	0	0	<b>308</b>
<b>Exames Clínicos Periódicos RJ</b>	54	9	13	8	2	0	3	6	4	4	3	6	<b>112</b>
<b>Exames Clínicos Periódicos SP</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Exames Clínicos Admissionais</b>	49	18	0	1	1	3	3	5	3	2	1	1	<b>87</b>
<b>Servidores Afastados p/M.F, no mês</b>	18	1	3	2	1	2	2	0	1	4	4	1	<b>39</b>
<b>Aquisição de Medicação em 2006 (Custo em R\$)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>697,32</b>	<b>6.820,00</b>	<b>131,70</b>	<b>0,00</b>	<b>5.704,81</b>	<b>2.910,45</b>	<b>1.699,00</b>	<b>7.899,99</b>	<b>0,00</b>	<b>25.863,27</b>

- **Programa de Benefícios**

São estes os indicadores referentes ao ano de 2006 (totais anuais):

Servidores cadastrados nos programas de acompanhamento e controle do pagamento de benefícios:

- Assistência pré-escolar (Creche) – **728** reembolsos processados.
- Auxílio-Transporte – **1.577** reembolsos processados.
- Auxílio-Alimentação – **5.334** benefícios concedidos.
- Auxílio-Saúde – **10.818** beneficiários.

No ano de 2006, o objetivo previsto no relatório de 2005 foi plenamente realizado. O valor do benefício Assistência à Saúde, fixado em R\$ 35,00 desde janeiro de 2004, passou a R\$ 42,00 por beneficiário, em agosto de 2006. Em novembro, nova atualização, desta vez para R\$ 56,00, totalizando um acréscimo anual de 62,5%.

- **Concurso Público**

No ano de 2006, além de admitidos os habilitados do concurso público de nível médio, realizado em 2005 (54 vagas), foram criadas 14 novas vagas de nível superior, providas por candidatos aprovados no concurso público realizado em 2003.

No decorrer do ano foram convocados novos habilitados para preenchimento de 15 vagas – 8 de nível superior e 7 de nível médio – resultantes de exonerações a pedido e vacâncias por posse em outros cargos públicos inacumuláveis.

Foram analisados e respondidos diversos questionamentos de candidatos referentes à aplicação do edital e ao andamento dos concursos públicos ainda em aberto.

Paralelamente, iniciou-se junto aos demais componentes organizacionais a quantificação de necessidades de pessoal de nível médio e superior com vistas ao planejamento de futuros concursos.

- **Programa de Estágios**

No ano de 2006 foram mantidos os procedimentos de recrutamento, seleção e acompanhamento do Programa de Estágios, utilizando-se os serviços oferecidos pelo Agente de Integração (MUDES), tais como: divulgação do Programa, aplicação de provas objetivas, inclusive redação, e providências quanto à documentação.

Foram aplicadas 23 provas, com a elaboração de aproximadamente 90 temas para redação, tendo em vista a necessidade de atualização permanente dos temas a serem abordados e a heterogeneidade dos perfis dos candidatos. Submeteram-se a teste 280 candidatos, número bastante inferior ao registrado no ano anterior (408). Foram admitidos 76 novos estagiários e 87 foram desligados. Com isso, a taxa de ocupação das vagas caiu ainda mais: de 63% para 47%, comparativamente ao ano anterior (31/12 como data-base). Foram expedidas, ainda, 45 declarações solicitadas pelos estudantes.

Houve, mais uma vez, grande rotatividade de estudantes devido, principalmente, ao baixo valor da bolsa.

- **Programa Geral de Treinamento**

O Setor de Treinamento, como forma de atender às necessidades de formação e capacitação dos servidores desta Autarquia, desenvolveu durante o ano de 2006 projetos e atividades conforme relatado a seguir.

- **Treinamentos Técnico-Administrativos**

No ano de 2006 foram registradas 534 inscrições em eventos de treinamentos técnicos e administrativos. Esse conjunto de ações alcançou um total de 20.531 horas/aula.

Destacam-se os treinamentos corporativos que, por responderem às expectativas de grande número de componentes organizacionais, tiveram prioridade na execução. Foram eles:

- Contabilidade Internacional por meio de duas turmas (básica e avançada). Ministrado por professores da FIPECAFI (FEA-USP) e custeado com recursos do Banco Mundial, o curso está sendo realizado nas dependências da sede da CVM, desde maio de 2006, com previsão de encerramento em abril de 2007;
- Renda Fixa e Câmbio, promovido pela FGV, no âmbito do Projeto Banco Mundial, com turmas no Rio de Janeiro e São Paulo (uma turma cada);
- Integração de novos Agentes Executivos (concurso de 2005), incluindo palestras e dinâmicas de grupo, realizada em janeiro;
- Integração de novos Agentes Executivos (concurso de 2005), Analistas e Inspetores (concurso de 2003), realizada em setembro;
- Direito Societário e Mercado de Capitais, atendendo aos novos Agentes Executivos, Analistas e Inspetores no Rio de Janeiro e São Paulo (uma turma cada);
- Direito Administrativo Sancionador atendendo aos novos Agentes Executivos, Analistas e Inspetores em São Paulo;
- Qualidade no Atendimento de Clientes e Arquivo, promovido pelo SENAC/RIO, destinados aos servidores de nível intermediário da CVM, em sua qualificação profissional.

Destacam-se ainda o curso *Audit Command Language* (ACL), ministrado por servidores do Banco Central, e o “Curso de Especialização em Derivativos para Servidores de Órgãos Reguladores”, realizado pela BM&F.

- **Programa de Treinamento em Língua Inglesa**

O Programa de Treinamento em Língua Inglesa, reiniciado em agosto de 2003, aberto a todos os servidores da CVM, contou no ano de 2006 com 18 turmas (média mensal), sendo 4 em São Paulo (apenas no 1º semestre), 2 em Brasília e o restante no Rio de Janeiro. O Programa beneficiou mensalmente 84 servidores (média).

A unidade São Paulo, por problemas de infra-estrutura, não pode ser beneficiada por esse Programa no segundo semestre de 2006, havendo previsão de retomada das atividades na unidade em 2007.

- **Licença para Capacitação**

Cinco servidores utilizaram a Licença para Capacitação. Essas licenças são obtidas por meio de processos analisados pela GAH-Treinamento.

- **Palestras Técnicas**

Iniciada em abril de 2001, a programação contou até agora com 55 diferentes eventos, sendo o mais recente, realizado em 06 de outubro, cujo tema foi “Conheça seu Cliente e Controles contra Atividades de Lavagem de Dinheiro: Perspectiva das Instituições Financeiras dos EUA”, proferida pelo Sr. Fernando Q. Merino.

- **Programa de Educação Regular**

Em 2006, o número de participantes do programa alcançou 7 servidores. Desses, 2 estão inscritos em cursos de Mestrado, sendo 1 no exterior, 4 em cursos de Doutorado, sendo também 1 no exterior, e o outro em curso de especialização em Direito Societário. O custo específico do Programa em 2006 foi de R\$ 5.246,08 para um único servidor. Os demais tiveram apenas o benefício da liberação de carga horária, com ônus limitado para a CVM.

- **Investimento**

O montante de investimentos em capacitação foi de R\$ 272.580,92.

#### ESTATÍSTICAS DE TREINAMENTO

TABELA 1: RESUMO GERAL

CURSOS/PROGRAMAS	CUSTO (R\$)	CARGA HORÁRIA	Nº DE TREINADOS
TREINAMENTOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS (EXTERNOS)	103.537,50	4.464	146
TREINAMENTOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS (CORPORATIVO)	17.100,00	16.067	388
PROGRAMA DE TREINAMENTO EM LÍNGUA INGLESA	146.697,34	9.063	928

PROGRAMA	CUSTO (R\$)	CARGA HORÁRIA (REDUÇÃO SEMANAL)	Nº DE TREINADOS
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO REGULAR	5.246,08	200	7

PROGRAMA	CUSTO (R\$)	DIAS DE LICENÇA	Nº DE TREINADOS
LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO	-	302	5

- **Alocação de Pessoal por Componente Organizacional** (em atendimento à Portaria CGU Nº 555/06)

A seguir, em atendimento à Portaria CGU Nº 555/06, serão apresentadas as Tabelas nºs 1, 2 e 3, que demonstram a distribuição dos servidores (níveis médio e superior, em comissão e requisitados), por componente organizacional, em 31/12/2006.

Logo depois, nas Tabelas 4 e 5, são demonstradas as quantidades de vagas disponíveis para estágio, as ocupadas, bem como a alocação dos estagiários (nível médio e superior) por componente organizacional, em 31/12/2006.

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos terceirizados por componente organizacional, destacando-se a empresa contratada e o número do contrato de terceirização. Por fim, a Tabela 7 demonstra a situação dos servidores requisitados.

**Tabela 1 - Servidores por componente organizacional – Rio de Janeiro**

Componente Rio de Janeiro	Nível / Cargo					Comissão ou Requisitado	Total de Servidores
	Superior			Médio			
	Procurador Federal	Analista	Inspetor	Agente Executivo	Auxiliar de Serv. Gerais		
PTE	0	1	0	2	0	1	4
COL	0	0	0	1	0	2	3
CGP	0	2	0	2	0	2	6
EXE	0	0	0	2	0	0	2
ASC	0	1	0	1	1	0	3
CSC	0	0	0	0	0	0	0
ASE	0	1	0	1	0	0	2
AUD	0	3	1	2	0	0	6
SGE	0	0	1	0	1	2	4
GGE	0	1	0	0	0	0	1
CCP	0	0	0	5	2	1	8
PFE	7	0	0	3	0	0	10
GJU-1	5	0	0	0	0	0	5
GJU-2	7	0	0	0	0	0	7
GJU-3	9	0	0	5	2	0	16
SAD	0	1	1	0	1	0	3
GAC	0	1	1	5	0	2	9
GAD	0	0	0	3	4	0	7
GAF	0	4	0	2	2	0	8
GAG	0	3	1	9	13	0	26
GAH	0	6	0	5	2	2	15
GAP	0	3	0	2	1	0	6
SEP	0	4	1	3	0	0	8
GEA-1	0	8	1	1	0	0	10
GEA-2	0	6	0	1	1	0	8
GEA-3	0	5	1	0	0	0	6
GEA-4	0	2	4	0	0	1	7

**Tabela 1 - Servidores por componente organizacional – Rio de Janeiro – Continuação**

Componente Rio de Janeiro	Nível / Cargo					Comissão ou Requisitado	Total de Servidores
	Superior			Médio			
	Procurador Federal	Analista	Inspetor	Agente Executivo	Auxiliar de Serv. Gerais		
SRE	0	2	0	1	0	0	3
GER-1	0	4	0	1	0	0	5
GER-2	0	5	1	1	0	0	7
GER-3	0	3	1	1	2	0	7
SIN	0	1	0	2	1	0	4
GII-1	0	6	0	1	0	0	7
GII-2	0	8	0	3	1	0	12
GII-3	0	0	0	0	0	0	0
SMI	0	0	0	1	0	0	1
GMA-1	0	7	0	3	0	0	10
GMA-3	0	9	2	1	1	0	13
GME	0	3	3	1	0	0	7
SFI	0	0	1	1	1	0	3
GFE-1	0	1	7	2	1	0	11
GFE-2	0	1	11	1	0	0	13
GFE-5	0	0	9	2	0	1	12
GFE-6	0	1	7	1	0	0	9
SOI	0	2	2	0	1	0	5
GOE	0	0	0	0	0	0	0
GOI-1	0	6	1	3	3	0	13
COE	0	1	1	1	0	0	3
SRI	0	2	0	1	0	0	3
GRI	0	2	0	2	0	0	4
SDM	1	0	1	1	0	1	4
GDN	0	3	0	0	0	0	3
GDR	0	3	0	0	0	0	3
SNC	0	1	1	1	0	0	3
GNA	0	6	0	1	0	1	8
GNC	0	6	1	1	0	0	8
SSI	0	1	0	1	1	0	3
GSI	0	9	0	4	0	0	13
GST	0	5	0	0	1	0	6
<b>Subtotal/RJ</b>	<b>29</b>	<b>150</b>	<b>61</b>	<b>94</b>	<b>43</b>	<b>16</b>	<b>393</b>

**Tabela 2 - Servidores por componente organizacional – São Paulo**

Componente São Paulo	Nível / Médio					Comissão ou Requisitado	Total de Servidores
	Superior			Intermediário			
	Procurador Federal	Analista	Inspetor	Agente Executivo	Auxiliar de Serv. Gerais		
COL	0	0	0	0	0	2	2
SRS	0	1	0	0	0	1	2
GRS	0	0	0	3	2	1	6
SMI	0	0	1	0	0	1	2
GMA-2	0	9	1	2	0	0	12
GMN	0	6	1	0	0	0	7
GFE-3	0	0	12	1	0	0	13
GFE-4	0	0	11	0	0	2	13
GFE-7	0	0	11	2	0	0	13
GOI-2	0	1	2	4	0	1	8
GJU-1	2	0	0	0	0	0	2
GJU-2	0	0	0	0	0	0	0
GJU-3	1	0	0	0	0	0	1
<b>Subtotal/SP</b>	<b>3</b>	<b>17</b>	<b>39</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>81</b>

**Tabela 3 - Servidores por componente organizacional – Brasília**

Componente Brasília	Nível / Cargo					Comissão ou Requisitado	Total de Servidores
	Superior			Médio			
	Procurador Federal	Analista	Inspetor	Agente Executivo	Auxiliar de Serv. Gerais		
SRB	1	1	0	2	1	3	8
GJU-1	0	0	0	0	0	0	0
GJU-3	0	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal/DF</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>8</b>
<b>Total Geral</b>	<b>33</b>	<b>168</b>	<b>100</b>	<b>118</b>	<b>46</b>	<b>27</b>	<b>482</b>

**Tabela 4 - Estagiários por componente organizacional – Rio de Janeiro**

Componente Rio de Janeiro	Superior Aprovadas	Superior Ocupadas	Médio Aprovadas	Médio Ocupadas	Total de Vagas Aprovadas	Total de Vagas Ocupadas
COL	7	2	0	0	7	2
PFE	0	0	1	1	1	1
GJU – 1	2	1	0	0	2	1
GJU – 2	3	3	0	0	3	3
GJU – 3	7	6	2	0	9	6
GAC	3	2	0	0	3	2
GAF	3	1	0	0	3	1
GAH	2	0	4	1	6	1
GAG	4	2	2	0	6	2
GAD	2	0	2	2	4	2
CSP	1	0	0	0	1	0
SDM	0	0	0	0	0	0
GDR	2	0	0	0	2	0
SEP	1	0	2	0	3	0
GEA – 1	3	1	0	0	3	1
GEA – 2	3	2	0	0	3	2
GEA – 3	3	3	0	0	3	3
GEA – 4	3	3	0	0	3	3
SFI	0	0	1	0	1	0
GFE – 1	0	0	1	0	1	0
SGE	2	2	1	0	3	2
ASC	3	0	1	0	4	0
ASE	3	2	0	0	3	2
AUD	1	0	0	0	1	0
CCP	1	0	0	0	1	0
SIN	0	0	1	0	1	0
GII – 1	1	1	0	0	1	1
GII – 2	1	1	0	0	1	1
SMI	0	0	1	0	1	0
GME	1	1	1	0	2	1
GMA - 3	0	0	1	0	1	0
SNC	0	0	1	0	1	0
GNC	0	0	0	0	0	0
GNA	2	0	0	0	2	0
SOI	1	1	0	0	1	1

**Tabela 4 - Estagiários por componente organizacional – Rio de Janeiro - Continuação**

Componente	Superior Aprovadas	Superior Ocupadas	Médio Aprovadas	Médio Ocupadas	Total de Vagas Aprovadas	Total de Vagas Ocupadas
<b>Rio de Janeiro</b>						
COE	2	2	0	0	2	2
GOI - 1	1	0	1	0	2	0
SRE	0	0	0	0	0	0
GER - 1	2	1	0	0	2	1
GER - 2	2	2	0	0	2	2
GER - 3	2	2	0	0	2	2
SRI	0	0	0	0	0	0
GRI	2	1	0	0	2	1
SSI	0	0	0	0	0	0
GST	2	2	0	0	2	2
<b>Subtotal/RJ</b>	<b>78</b>	<b>44</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>101</b>	<b>48</b>

**Tabela 5 - Estagiários por componente organizacional – São Paulo**

Componente	Superior Aprovadas	Superior Ocupadas	Médio Aprovadas	Médio Ocupadas	Total de Vagas Aprovadas	Total de Vagas Ocupadas
<b>São Paulo</b>						
GJU - 1	3	2	0	0	3	2
SRS	1	1	0	0	1	1
GMA - 2	2	2	0	0	2	2
COL - 05	1	0	0	0	1	0
GMN	1	0	0	0	1	0
GME	1	0	0	0	1	0
GNC	1	0	0	0	1	0
GOI2	1	0	0	0	1	0
<b>Subtotal/SP</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>5</b>

<b>Total Geral</b>	<b>89</b>	<b>49</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>112</b>	<b>53</b>
--------------------	-----------	-----------	-----------	----------	------------	-----------

**Tabela 6 - Terceirizados por componente organizacional**

<b>Empresa</b>	<b>Cargo</b>	<b>Componente Organizacional</b>	<b>Total</b>
Andef Contrato Nº 175/03	Auxiliar Administrativo	GAH	1
		GAC	1
		GAG	1
		GAF	1
		GRI	1
		GJU-3	1
		COE	1
	Bibliotecário	COE	1
	Jurídico	PFE	1
	<b>Total Contrato</b>	<b>9</b>	
Ebec Contrato Nº 065/02	Motorista	CGP	1
		GAG	1
		PTE	1
		<b>Total Contrato</b>	<b>3</b>
Essencial Contrato Nº 027/06	Servente	GRS	2
		<b>Total Contrato</b>	<b>2</b>
Essencial Contrato Nº 091/06	Motorista	GRS	2
		<b>Total Contrato</b>	<b>2</b>
Fatta Contrato Nº 018/03	Telefonista	GAG	3
	Garçom	EXE	2
	<b>Total Contrato</b>	<b>5</b>	
JHM Contrato Nº 233/02	Médico	GAH	3
		GRS	1
	Aux. Enfermagem	GAH	1
	<b>Total Contrato</b>	<b>5</b>	
Liderança Contrato Nº 045/03	Servente	SRB	1
		<b>Total Contrato</b>	<b>1</b>

Nova Rio Contrato N° 008/04	Assistente Social	GAH	1
		<b>Total Contrato</b>	<b>1</b>
Vise Contrato N° 063/03	Vigilante Masculino	GAG	2
	Vigilante Feminino		26
	Supervisora		1
		<b>Total Contrato</b>	<b>29</b>
Vise Contrato N° 080/02	Vigilante Masculino	GRS	2
		SRB	1
	Vigilante Feminino	GRS	2
		SRB	1
		<b>Total Contrato</b>	<b>6</b>
Yielding Contrato N° 044/03	Motorista		
		SRB	1
		<b>Total Contrato</b>	<b>1</b>

**Tabela 6 - Terceirizados por componente organizacional - Continuação**

<b>Empresa</b>	<b>Cargo</b>	<b>Componente Organizacional</b>	<b>Total</b>
NQ Contrato Nº 158/04	Copeira	GRS	2
		GAG	7
	Contínuo	ASC	1
		CCP	1
		CGP	1
		GAG	1
		GAD	1
		GSI	1
		EXE	1
		PFE	1
		GJU-1	1
		SDM	1
		SFI	1
		SNC	1
		SOI	1
		SRE	1
		SEP	1
		SMI	1
		SRI	1
	SAD	1	
Servente de remoções	GAG	3	
	<b>Total Contrato</b>	<b>30</b>	
Principal Contrato Nº 168/01	Servente de limpeza	GAG	14
		<b>Total Contrato</b>	<b>14</b>

Relacional Contrato Nº 272/01	Técnico Informática	GRS	1
	Técnico Suporte		1
	Analista de Sistemas	SSI	16
	Analista de Suporte		3
	Administrador Banco de Dados		2
	Apoio Adm. de Informática		1
	<i>Call Center</i>		2
	Coordenador de Tecnologia		1
	<i>Help-Desk</i>		3
	Técnico de Micro-Informática		1
	Técnico de Proc. de Dados		1
	Técnico de Suporte		4
	<i>Web Designer</i>		1
			<b>Total Contrato</b>

**Tabela 6 - Terceirizados por componente organizacional - Continuação**

<b>Empresa</b>	<b>Cargo</b>	<b>Componente Organizacional</b>	<b>Total</b>
Rio Quality Contrato Nº 013/03	Auxiliar de Arquivo	SAD	1
		GAD	3
		GAG	1
		GAH	2
		GAP	1
		PFE	1
		GJU-1	1
		GJU-2	1
		GJU-3	2
		CCP	1
		CGP	1
		GII-1	1
		GII-2	1
		SDM	1
		GME	1
		GNC	1
		GST	1
		GER-1	1
		GER-2	1
		GOI-1	1
		SEP	2
GEA-3	1		
GEA-4	1		
		<b>Total Contrato</b>	<b>28</b>
Shelt Contrato Nº 121/05	Operador Reprográfico	GAG	3
		<b>Total Contrato</b>	<b>3</b>
<b>Total Geral</b>			<b>176</b>

**Tabela 7**

<b>SERVIDORES REQUISITADOS OU COM EXERCÍCIO NA CVM</b>				
<b>Servidor</b>	<b>Cargo ocupado</b>	<b>Lotação</b>	<b>Origem</b>	<b>Tipo</b>
Dora Sílvia Ciarelli Marques de Fontes	Analista / FG-3	GAH	BACEN	Sem ônus
Lúcia Helena Amorim de Oliveira	Superintendente, DAS 101.4	SRB	SERPRO	Com ônus
Sergio Eduardo Weguelin Vieira	Diretor, DAS 101.5	COL	BNDES	Com ônus
<b>Total: 03</b>				
<b>SERVIDORES CEDIDOS OU EM LOTAÇÃO TEMPORÁRIA</b>				
<b>Servidor</b>	<b>Cargo ocupado</b>	<b>Lotação</b>	<b>Destino</b>	<b>Tipo</b>
Henri Eduard Stupakoff Kistler	Analista	SRI	SAIN/MF	Com ônus
<b>Total : 01</b>				

Esclarecemos que Dora Sílvia Ciarelli Marques de Fontes não traz ônus para CVM, pois a Autarquia paga à servidora uma Função Gratificada (FG-3). Quanto ao servidor Henri Eduard Stupakoff Kistler, a CVM arca com a remuneração do cargo de analista.

Lembramos também que em 31/12/2006, restavam pendências de pagamento, relativas a ressarcimentos dos servidores requisitados, conforme abaixo:

- Sergio Eduardo Weguelin Vieira – R\$ 86.026,75, ref. à remuneração de Dez/06, 13º Salário e diferenças salariais de Set, Out e Nov/06;
- Lúcia Helena Amorim de Oliveira – R\$ 6.473,73, ref. à remuneração de Dez/06.

## Projetos Prospectivos

### **Projeto de implementação de um sistema informatizado de Gestão de Recursos Humanos –**

Em vista da defasagem tecnológica do Sistema de Recursos Humanos atualmente em uso pela GAH, que conta com apenas 4 dos 16 módulos previstos desde 1990, e cujo desenvolvimento parcial impede a emissão de relatórios gerenciais e controles imprescindíveis ao funcionamento da gerência, a GAH desenvolveu, em 2006, projeto de implementação de um novo sistema informatizado de Gestão de Recursos Humanos via contratação de solução no mercado, conforme sugerido por relatório da consultoria Bearing Point, em 2005. O processo licitatório foi antecedido de detalhado trabalho de planejamento, que comportou as seguintes etapas:

- Análise, em conjunto com a SSI, de diversas soluções já existentes no mercado;
- Elaboração de projeto piloto, com diagnóstico de necessidades e discriminação dos módulos necessários ao sistema;
- Elaboração, com o suporte da SSI e da GAG, do edital de licitação do sistema mediante pregão eletrônico. A versão final do edital incorporou sugestões apresentadas durante Audiência Pública.

Paralelamente foi realizado o levantamento de todos os sistemas alternativos de processamento de informação hoje em uso pela GAH, com vistas à futura migração.

O pregão foi realizado em dezembro de 2006 e o processo de contratação do serviço ainda se encontra em andamento.

### **Análise da viabilidade de implementação de novo modelo de avaliação baseado em metas e**

**competências** – Em consonância com a modernização de procedimentos de gestão preconizada pela SRH e já em andamento em outros órgãos da Administração Federal, a GAH realizou visitas técnicas à Secretaria do Tesouro Nacional e iniciou troca de informações regular com a própria STN e outras entidades envolvidas em projetos semelhantes.

**E-Learning** – A GAH iniciou, em 2006, estudos para implantar um projeto de *e-learning* voltado para o público interno da CVM. Foram analisadas diversas alternativas tecnológicas relacionadas à solução de hospedagem, sistema operacional, escolha de plataforma (LMS – *Learning Management System*) e de ferramentas de autoria. Houve também troca de informação com a SOI e visita à feira de *e-learning*, em São Paulo, para contato direto com os fornecedores de soluções. Como resultado do levantamento, a GAH optou por um modelo misto, utilizando LMS *open source* (*Moodle*, preferencialmente) e ferramentas comerciais de autoria (editor de HTML e programas de *rapid e-learning*). Os *softwares* que dependem de compra já foram especificados com vistas à aquisição em 2007.

### **3.1.9. GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO – GAD**

A Gerência de Documentação está composta por dois setores: Arquivo Central e Protocolo.

#### **ATRIBUIÇÕES DO ARQUIVO CENTRAL**

As principais atribuições do arquivo central são: a) organizar, higienizar, restaurar, indexar e arquivar toda a documentação de guarda provisória ou permanente da CVM; b) disponibilizar documentos e informações ao público interno diretamente, possuindo inclusive, formulário próprio em nossa página na Intranet; c) orientar os responsáveis pelos arquivos setoriais, quanto ao modo correto de organização dos documentos para recolhimento ao Arquivo Central.

#### **DADOS ESTATÍSTICOS – ARQUIVO CENTRAL (2006)**

##### **RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS**

<b>Componente Organizacional</b>	<b>Quantidade</b>
SOI	6
GOI-1	82
SEP	137
SGE	10
SRE	176
EXE	28
GII-2	51
GAC	3
GAF	278
CCP	9
GMA-3	24
<b>TOTAL</b>	<b>804</b>

## EMPRÉSTIMOS

	Quantidade
Documentos	259
Processos	283
<b>Total</b>	<b>542</b>

A equipe do Arquivo Central tem trabalhado no sentido de organizar o maior volume possível de documentos, uma vez que, em breve, teremos a implantação do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, que provavelmente necessitará de boa parte dessas informações organizadas.

## ATRIBUIÇÕES DO PROTOCOLO

As principais funções da área de protocolo são: a) receber via balcão ou correios todos os documentos e informações enviadas à CVM, registrá-los no Sistema de Recebimento e Expedição de Correspondência (REC) e encaminhá-los aos Componentes Organizacionais; b) expedir toda a correspondência, registrando, selando e conduzindo-a aos Correios; c) carregar no Sistema de Recepção de Documentos, informações de companhias abertas, incentivadas, fundos, entre outros, que chegam pela internet e Instauração de Processos.

### DADOS ESTATÍSTICOS - PROTOCOLO (2006)

	2005	2006
Processos abertos pelo Protocolo	2.647	1586
REC (*)	26.034	26.317

(\*) REC - Sistema de Recebimento de Correspondências (sistema onde são lançadas todas as correspondências que entram no Protocolo, por meio da ECT ou diretamente no balcão). São registrados, dentre outras informações, tipo de correspondência (ofício, memorando, carta, periódicos, petições, etc), destinatário (CO), remetente e descrição do assunto.

## SISTEMA DE CONTROLE DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

	2005	2006
Companhias Abertas	5.258	5.542
Companhias Incentivadas	138	1
Fundos	690	33
Companhias Estrangeiras	9	40
<b>Total</b>	<b>6.142</b>	<b>5.616</b>

## EXPEDIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS PELO CORREIO

	2005	2006
Aviso de Recebimento – AR*	18.942	10.474
Carta Simples – CS	48.366	44.318
Malote SRB	649	612
Malote SRS	1.757	2.268
SEDEX	2.993	5.014
<b>Total</b>	<b>72.707</b>	<b>62.686</b>

\*Encontra-se em fase de implantação o AR Eletrônico, destinado ao envio de correspondência padronizada, como cobrança de Taxa de Fiscalização, Notificação e Ofício-circular, o que vai proporcionar aos Componentes Organizacionais envolvidos mais agilidade e economia de tempo no desempenho de suas funções.

Em abril de 2006, a Biblioteca deixou de fazer parte da SAD/GAD, passando para a SOI/COE.

### **3.1.10. GERÊNCIA DE PROJETOS – GAP**

Cabe à Gerência de Projetos realizar o acompanhamento físico e financeiro de projetos oriundos de Acordos e Convênios com Organismos Multilaterais de Financiamento. Atualmente, há dois projetos em andamento, sendo um oriundo de operação de empréstimo do Banco Mundial e outro proveniente de doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Tais atividades envolvem, principalmente:

- Realização do acompanhamento físico e financeiro dos bens adquiridos e dos trabalhos executados pelos consultores contratados;
- Elaboração de Revisões periódicas, Substantivas e Simplificadas, tanto para o convênio com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, quanto para o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para a renovação dos Documentos de Projeto - PRODOC's - junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - e à Agência Brasileira de Cooperação - ABC; e
- Produção de relatórios de acompanhamento de ambos os projetos (BIRD e BID) para os próprios organismos financiadores, ministérios, CGU e outros órgãos e entidades.

#### **ACORDO DE EMPRÉSTIMO COM O BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD**

De maneira a cumprir os objetivos estabelecidos no contrato de empréstimo firmado com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, estas foram as principais realizações da GAP em 2006:

- Renovação do contrato com a empresa *New Start* até o mês de junho de 2006 para ministrar aulas individuais de inglês a todos os servidores efetivos que se encontram envolvidos no projeto do Banco Mundial;
- Avaliação de Alternativas de Hospedagem de Sistemas de Informação – foi contratada a empresa *C&C Solution Technology* para comparar as alternativas de hospedagem de sistemas de informação da CVM;
- Realização de curso de Direito Societário para servidores de São Paulo, ministrado pelo consórcio formado pelos escritórios Erasmo Valladão França e Francisco Satiro, com carga horária de 60 horas;

- Realização de curso de contabilidade internacional para SNC e SEP, ministrado pela FIPECAFI-USP, com carga horária total de 256 horas, dividido em dois níveis (básico e avançado);
- Realização, pela Fundação Instituto de Administração da USP – FIA, de curso de Renda Fixa e Câmbio para servidores da CVM de São Paulo, com carga horária de 100 horas;
- Manutenção da assinatura de diversos periódicos nacionais e internacionais;
- Participação de servidores da CVM nos seguintes eventos:

Evento	Participantes	Período de Realização	Instituição	Cidade	País
<i>Arrow Risk Based Regulation Conference</i>	1	12/03/2006 a 15/03/2006	Financial Services Authority	Chipping Norton	Inglaterra
<i>US SEC's Annual International Institute of Securities Market Development</i>	2	15/04/2006 a 05/05/2006	USSEC	Washington	Estados Unidos
Formação no sistema SAP/R3 utilizado para gestão de projetos no PNUD	2	13/02/2006 a 16/02/2006	PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Brasília	Brasil
Seminário Gestão de Projetos FUMIN	3	24/04/2006	BID/FUMIN Group	Brasília	Brasil

Grande parte do trabalho da Gerência de Projetos envolve a condução de processos licitatórios para aquisições de bens e contratações de consultores. Essas atividades contam com a assistência do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, estando os seguintes componentes em andamento:

- **Produto 1.1 - Avaliação dos recursos materiais e humanos da CVM frente às necessidades atuais e futuras, bem como frente aos comparadores internacionais.** Ao fim do processo licitatório internacional, as propostas recebidas foram consideradas muito altas. Dessa forma, a CVM solicitou ao Banco Mundial não-objeção ao cancelamento da contratação de consultores e à realização de parte desse estudo com recursos próprios.
- **Produto 1.2 - Estudo sobre o aprimoramento do *enforcement*.** O processo licitatório é internacional e se encontra em fase de assinatura do contrato, com a data estimada de início dos trabalhos para 08/01/2007.

- **Produto 2.2 – Atualização das normas expedidas pela CVM.** Está em andamento a seleção de consultores para realizar estudo comparado sobre direito societário. O processo de seleção de empresas é internacional, e o processo se encontra na fase de solicitação de propostas aos licitantes.
- **Produto 3.1 - Sistema de Acompanhamento de Empresas, com as seguintes funcionalidades principais:** i) Sistema, que permita o acesso às normas legais (leis, instruções, pareceres internos de órgãos contábeis, etc.) e precedentes administrativos (ofícios, memorandos, atas das reuniões do Colegiado) com vistas à atividade de supervisão das companhias abertas; ii) Programas de computador, que permitam à CVM estabelecer um sistema de revisão seletiva com relação ao controle das políticas em Finanças Corporativas adotadas pelas companhias abertas e pelos auditores independentes; iii) Sistema que permita a disponibilização *on line* do conteúdo completo das informações das empresas necessárias ao processo de transparência total da CVM; e iv) Sistema de recepção de informações fornecidas pelas companhias abertas e auditores independentes e conformação de banco de dados para armazenamento dessas informações. Licitação internacional. Foi elaborada a lista curta e submetida à não objeção do BIRD. No entanto, há um projeto em desenvolvimento, intitulado SPED, a cargo do Governo Federal, que prevê a criação de um módulo de recebimento eletrônico de informações de Companhias Abertas, um dos objetivos deste TOR. Assim sendo, ficou definido que a CVM realizaria esse produto com recursos próprios, cancelando a respectiva contratação de consultores através do acordo de empréstimo com o Banco Mundial.
- **Produto 3.2 - Capacitação em finanças corporativas e contabilidade internacional, dentro do contexto de atuação da CVM.** Além dos cursos de Contabilidade Internacional, está previsto para este componente um curso de Finanças Corporativas, atualmente em processo de licitação.
- **Produto 3.3 - Estudo sobre padrões contábeis, com o objetivo de identificar as diferenças e similaridades entre os padrões contábeis brasileiros e os internacionais, incluindo uma análise comparativa entre grandes companhias brasileiras e estrangeiras.** A licitação também é internacional e encontra-se em fase de assinatura do contrato.
- **Produto 5.1 - Reformulação do *website* da CVM.** O processo licitatório é internacional, e o respectivo Termo de Referência para contratação de consultoria especializada está em fase de revisão pela área técnica responsável.
- **Produto 6.2 - Avaliação dos programas de proteção e de educação do Investidor, desenvolvidos pela CVM.** Foi cancelada a contratação de consultores para a realização deste estudo, que será realizado com recursos próprios da Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores (SOI). O Termo de Referência encontra-se com o BIRD, para não objeção.
- **Produto 6.3 - Estudo comparativo sobre a contabilização de fundos de investimento e treinamento específico.** O objetivo deste estudo é contratar uma instituição especializada para realizar estudo comparando a forma de contabilização de fundos de investimento em

- outros países com as práticas brasileiras. Está previsto treinamento aos servidores, ao final do estudo. O processo licitatório, internacional, está em fase de solicitação de propostas.

Ainda sobre o projeto em parceria com o Banco Mundial, e a respeito das informações a que se refere o item 8.1 do Anexo X da Decisão Normativa TCU N° 81, de 6 de dezembro de 2006, apresentamos o quadro demonstrativo a seguir:

Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado (Em dólares americanos)

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financeiro)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingida a conclusão total ou de etapa	
				Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
LN# 4637-BR	\$ 6.762.400,00	\$ 6.162.400,00	\$ 600.000,00	Taxa de Compromisso	\$ 12.151,96	\$ 51.126,22	Não houve.	Não houve.
LN# 4637-BR	\$ 6.762.400,00	\$ 6.162.400,00	\$ 600.000,00	Juros	\$ 69.579,58	\$ 136.959,05	Não houve.	Não houve.

Ainda merece destaque a revisão substantiva do PRODOC, documento que rege as relações entre a CVM e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

#### **CONVÊNIO COM O FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS – FUMIN, ATRAVÉS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID**

Em relação ao convênio firmado com o Fundo Multilateral de Investimentos – FUMIN, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para execução do Programa de Modernização e Fortalecimento Institucional da CVM, cujo objetivo é promover o fortalecimento do mercado de capitais por meio da modernização e do fortalecimento de sua agência reguladora e supervisora, a CVM, tivemos as seguintes realizações:

- **Produto 1.1: Elaboração e emissão de novas normas e/ou modificação de normas existentes, na medida do necessário, para contemplar a jurisdição da CVM sobre o mercado de derivativos.** Este produto está sendo realizado com recursos próprios da CVM, tendo sido cancelada a contratação de consultores. A atualização normativa está sendo feita especialmente em duas esferas, pela regulamentação do mercado de Forex, e pela integração entre a BOVESPA e a Bolsa Mexicana de Valores. Além disso, a CVM nos últimos anos já vem trabalhando de forma a regulamentar o mercado de derivativos, através das Instruções CVM N<sup>os</sup> 362, 387, 390, 402 e 409.
- **Produto 1.2: Proposta de consolidação das normas da CVM, a partir da atualização normativa em curso.** Este produto está sendo realizado com recursos próprios da CVM. Em um primeiro passo, foi realizado um processo de reunião e sistematização de toda a regulamentação existente, agrupado por assunto de forma a facilitar o manuseio por parte do

público em geral. Essa sistematização das normas encontra-se atualmente em fase de testes na Intranet da CVM.

- **Produto 2.1: Análise comparativa das legislações sobre os mercados de valores mobiliários dos países do Mercosul e Chile, no âmbito das decisões do Conselho do Mercado Comum do Mercosul que forem aplicáveis.** Este estudo está sendo cancelado, por solicitação da Superintendência de Relações Internacionais - SRI. Segundo a citada Superintendência, o *timing* desse estudo já teria expirado e os seus custos não compensariam os benefícios de uma análise limitada ao Mercosul.
- **Produto 2.2: Quadros comparativos sobre os serviços existentes nos mercados de capitais dos países do Mercosul e Chile.** A contratação de consultores para este componente foi cancelada, pois tal quadro comparativo foi produzido com recursos humanos da própria CVM.
- **Produto 3.1: Quadro de referência sobre as melhores práticas internacionais em mercados competitivos.** De acordo com o décimo segundo item da Carta Convênio, nenhuma atividade financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento pode sobrepor-se àquelas financiadas pelo Banco Mundial. Em respeito a essa disposição, foram canceladas as contratações de consultores para este componente, pois, por meio de iniciativas conduzidas no âmbito do acordo de empréstimo com o Banco Mundial, seus resultados serão substancialmente atendidos através das seguintes atividades: a) Estudo comparado sobre *enforcement* – Visa a compreender as limitações que a CVM e outros reguladores, escolhidos entre países tidos como modelos de *enforcement*, encontram para tornar efetivas as normas editadas em suas esferas de atuação. O produto desse estudo será um relatório de diagnóstico das limitações da CVM em termos de *enforcement* das normas editadas pela CVM e, tomando por base os modelos dos países pesquisados, recomendar alterações capazes de dotar a fiscalização de instrumentos para aprimorar o cumprimento de suas normas; b) Estudo comparado sobre normas e práticas contábeis - Práticas contábeis mais uniformes tornam as demonstrações financeiras mais facilmente comparáveis e, portanto, melhora-se o conjunto de informações necessárias para precificar os títulos das companhias às quais se referem. Alcançada essa uniformidade, o processo de integração de mercados se vê facilitado. Mercados comuns, práticas uniformes, reguladores mais aptos a ações conjuntas. Esse estudo compara as normas contábeis brasileiras, emitidas no âmbito da CVM, do Ibracon, do CFC e da legislação societária, com os padrões do IASB (*Internacional Accounting Standards Board*), órgão supra-nacional criado para promover a convergência contábil no mundo.
- **Produto 3.2: Comparação das melhores práticas internacionais com a situação atual do Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai, inclusive com elaboração de recomendações a serem aplicadas ao mercado brasileiro.** Pelos mesmos motivos citados nos comentários acerca do Produto 3.1, foram canceladas as contratações de consultores para este componente.
- **Produto 4.1: Sistema eletrônico de registro de emissões de valores mobiliários.** O governo federal, por intermédio do Tribunal de Contas da União, estipulou que devem ser consideradas pela Administração Pública, preferencialmente, opções tecnológicas baseadas em “*software* livre”. Posto que a especificação dos itens a serem licitados para o GED não

contemplava essa perspectiva, um consultor foi contratado para analisá-la e adequá-la a essa realidade. Um relatório, produto de tal serviço de consultoria, provou não ser possível essa solução para o gerenciamento eletrônico de documentos. Embora a questão tenha sido resolvida a contento, foi inevitável um significativo atraso na realização deste componente. No estágio atual, os Termos de Referência foram finalizados, tendo sido este sistema de registros de emissões de valores mobiliários juntado ao sistema de GED, por recomendação do consultor. O processo licitatório encontra-se atualmente na fase de solicitação de propostas.

- **Produto 4.2: Aproximadamente 4 milhões de documentos prioritários, do acervo de 13,5 milhões existentes na CVM, digitalizados e disponibilizados aos investidores e demais interessados, via o *website* da CVM.** Por recomendação de uma consultoria especializada na matéria, foi decidido unificar os Produtos 4.1 e 4.2 em um único Produto 4.1, a ser licitado de forma unificada. Vide comentários sobre o andamento do processo licitatório no Produto 4.1, acima.
- **Produto 5.1: Módulos complementares do sistema para acompanhamento das operações realizadas em mercados organizados.** Dado que o projeto BRA/02/008 (Banco Mundial) já tinha em seu escopo o desenvolvimento de um sistema informatizado de acompanhamento de mercado, foi decidido que o sistema de acompanhamento de derivativos previsto no projeto BRA/04/008 (BID) seria desenvolvido na forma de um módulo acessório do sistema mais abrangente de acompanhamento do mercado em geral, por recomendação de consultores do Banco Mundial. A licitação foi concluída normalmente e o contrato, assinado. No entanto, a execução do serviço sofreu atrasos oriundos de mudanças na administração da contratada, e a empresa propôs a rescisão do contrato, alegando que tinha errado nas suas estimativas iniciais. Os trabalhos foram paralisados unilateralmente pela contratada. O Projeto está tratando da rescisão contratual, que já foi aprovada pelo Colegiado da CVM. Após intensas negociações, durante as quais foi levantada a hipótese de contratação de uma entidade internacional de arbitragem, foi decidido que os prejuízos seriam minimizados através do reembolso à CVM das parcelas já pagas à consultoria, acrescidas de juros a serem negociados, e com a cessão total dos direitos de uso dos produtos entregues até então. Desta forma, será realizado novo processo licitatório, com a reformulação do Termo de Referência anterior.
- **Produto 6.1: Programa de Certificação da Qualidade Profissional no Mercado de Valores, contemplando metodologia para certificação, elaboração de normas ocupacionais e perfis profissionais, processo de avaliação e orientações de aprendizagem.** Com a certificação, objetivava-se a elevação da qualidade dos analistas de valores mobiliários. Entretanto, consultor contratado para avaliar o ambiente da certificação nacional concluiu pela sua ineficácia. Posto que o objetivo era aprimorar o nível de qualificação, passa-se a atender a este objetivo por meio de outra atividade, mais ampla e pró-ativa: o *e-learning*, cursos eletrônicos a se tornarem disponíveis na página de internet da CVM. O especialista setorial do BID concordou com a inclusão deste projeto.
- **Produto 6.2: Conselho Nacional do Sistema Brasileiro de Certificação da Qualidade Profissional no Mercado de Valores.** Cancelado. Vide comentários sobre o Produto 6.1.

- **Produto 6.3: Sistema de educação dos investidores, através de uma ferramenta de e-learning, implantado até abril de 2008.** A fim de iniciar o processo de educação dos investidores, foi concebido este produto, na forma de um sítio na internet voltado para a difusão de conhecimentos acerca do Mercado de Valores Mobiliários, através de um programa de “e-learning”. O processo licitatório encontra-se na fase de elaboração do Termo de Referência.
- **Participação de dois servidores, representando o Brasil, no evento “Reunión del Cluster de Normas de Contabilidad y Auditoria”, realizado no dia 09 de novembro em Washington.** Este evento tem o intuito de desenvolver um projeto para harmonização de normas contábeis dos países membros do FUMIN (Fundo Multilateral de Investimentos).

Foram ainda realizadas na Gerência de Projetos - GAP duas auditorias pela Controladoria-Geral da União, cujos sumários encontram-se a seguir:

### **1 - Projeto BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento**

#### **Auditoria da CGU número 176132**

Objetivo da Auditoria: A auditoria contábil realizada pela Controladoria-Geral da União objetivou examinar os Controles da Gestão, Gestão Operacional, Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Recursos Humanos e Suprimento de Bens e Serviços, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, e as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC). O exame da CGU abrangeu controles relativos aos anos de 2004 e 2005 relativos ao projeto oriundo do Convênio de Doação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Realização em abril de 2006.

Conclusão: não foram encontradas irregularidades.

Todas as recomendações foram no sentido de aprimoramento dos controles internos do Projeto.

### **2 -Projeto BIRD - Banco Mundial**

#### **Auditoria da CGU número 174450**

Objetivo da Auditoria: A auditoria contábil realizada pela Controladoria-Geral da União objetivou examinar os Controles da Gestão, Gestão Operacional, Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Recursos Humanos e Suprimento de Bens e Serviços, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, e as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC). O exame da CGU abrangeu controles relativos ao ano de 2005 relativos ao projeto oriundo do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial.

Realização em maio e junho de 2006.

Conclusão: não foram encontradas irregularidades.

Todas as recomendações foram no sentido de aprimoramento dos controles internos do Projeto.

Foram também realizadas missões de inspeção pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Agência Brasileira de Cooperação, descritas a seguir:

### **3 - Missão Banco Mundial (BIRD)**

Objetivo: revisão posterior das licitações conduzidas pela CVM em 2005 e 2006.

Realização: junho de 2006.

Conclusão: Não foi recebido o resultado desta revisão, até o momento.

### **4 - Missão Banco Mundial (BIRD)**

Objetivo: Revisão Posterior de Contratos, enfocada naqueles processos que não foram sujeitos a revisão prévia (abaixo de US\$ 200.000,00).

Realização: novembro de 2006.

Conclusão: Não foi recebido o resultado desta revisão, até o momento.

### **5 - Missão de Inspeção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

Objetivo: Inspeção do Projeto.

Realização: maio de 2006.

Conclusão: Foram acordadas com o BID providências a serem adotadas pelo Projeto, para o período de prorrogação do Convênio.

### **6 - Missão de Inspeção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) / MRE - Ministério das Relações Exteriores**

Objetivos: Verificar a execução global do projeto, com foco em áreas afetas aos trabalhos de auditoria, a respeito de Recursos Humanos, Orçamento, Patrimônio, Passagens e diárias e outros; apresentar o SIGAP - Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos.

Realização: julho de 2006.

Conclusão: Não foi recebido o resultado desta inspeção, até o momento.

## Indicadores de Gestão

Ações	Execução Física		Execução Financeira	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM, junto ao mercado de capitais	2	1	5.500.905,00	1.194.750,06

**Sobre a execução financeira:** A baixa execução financeira em 2006 foi ocasionada, em grande parte, pela rescisão do contrato com a empresa Atos Euronext. Previsto para 2006, o projeto de desenvolvimento de um sistema de acompanhamento de mercado não foi concluído, pois a contratada alegou, em maio de 2006, não ter condições financeiras de executá-lo, segundo a justificativa de erro em suas estimativas. As negociações para a rescisão do contrato se estenderam até o final de novembro de 2006.

Assim, a aquisição dos equipamentos necessários ao desenvolvimento deste sistema, estimada em 1,5 milhão de dólares, também foi cancelada. Somando-se o valor contratual para desenvolvimento do sistema pela Atos Euronext com a estimativa de custos dos equipamentos necessários, chega-se ao montante aproximado de 2,5 milhões de dólares (1 milhão relativos à consultoria e 1,5 milhão relativos aos equipamentos), o que representa mais de 37% do valor total do projeto, ocasionando o baixo percentual de execução.

### **Sobre a Execução Física:**

O valor realizado de execução física em 2006 se refere à conclusão de um trabalho de consultoria. Em 2006 foi entregue o produto final da contratada pelo Projeto financiado pelo Acordo de Empréstimo do BIRD, os Manuais de Operação da SFI. Tais manuais foram produzidos pela empresa *International Securities Consultancy - ISC*

## **3.2. SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA – SSI**

### **3.2.1. *COMPETÊNCIAS***

O papel da Informática na CVM é indispensável ao desempenho de todas as Ações do Programa de Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários, além de dar apoio às atividades administrativas. Compete à SSI:

- Planejar, coordenar e controlar todas as atividades relacionadas à informática na CVM, efetuadas diretamente ou através da contratação de serviços de terceiros;
- Planejar, coordenar e controlar a execução de serviços de terceiros relacionados com a utilização de recursos de informática na CVM;
- Planejar o desenvolvimento de tecnologia de captação e disseminação de informações, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de informações da CVM;
- Coordenar a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da CVM e suas revisões, em conjunto com as demais superintendências da Autarquia, propondo, sempre que oportuno, sua aprovação ao Colegiado da CVM;
- Participar da elaboração e acompanhamento do orçamento administrativo em relação às rubricas que digam respeito às atividades de informática;
- Assessorar o SGE e demais componentes organizacionais da CVM em matéria considerada de sua competência, inclusive propondo normas de utilização dos recursos computacionais da CVM;
- Planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informática necessários ao funcionamento da CVM, com recursos internos ou terceirizados, cuidando permanentemente de sua implementação e melhoria;
- Criar padrões, instrumentos e metodologias próprias para o bom desenvolvimento de suas atividades;
- Administrar, direta e indiretamente, os recursos humanos especializados necessários ao desenvolvimento de sistemas de informações na CVM;
- Elaborar e executar o plano anual de treinamento dos funcionários da Superintendência;
- Manter permanente atenção ao desenvolvimento de tecnologia de disseminação de informações, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de informações da CVM;
- Planejar, coordenar e controlar as redes locais e de longa distância;
- Planejar, implementar e manter, com recursos próprios ou de terceiros, a plataforma computacional da CVM;

- Propiciar os recursos técnicos necessários à captação e disseminação de informações pela CVM;
- Providenciar e controlar a manutenção periódica dos equipamentos eletrônicos sob sua responsabilidade, através da contratação de serviços especializados;
- Administrar e controlar o uso dos equipamentos eletrônicos pelos usuários da CVM para evitar sua utilização incorreta ou indevida;
- Orientar os usuários da CVM na utilização correta dos equipamentos e reparar falhas apresentadas quando solicitado.

### **3.2.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006**

#### **3.2.2.1. GERÊNCIA DE SISTEMAS – GSI**

##### **Sistema de Cadastro**

- 1) Desenvolvimento de Relatórios para:
  1. Cruzamento de informações entre o CNPJ de uma instituição vinculada ao Analista de Valores Mobiliários registrado e o cadastro de Pessoas Jurídicas registradas na CVM;
  2. Cruzamento entre o CPF do Analista de Valores Mobiliários aprovado pela APIMEC e os CPF's dos diretores de Pessoa Jurídica responsável pela administração de carteiras;
- 2) Alterações na Atualização Cadastral dos Agentes Autônomos para adaptação à nova Instrução CVM N° 434/06;
- 3) Alteração que permite que se escolha uma instituição incorporadora que não pertença ao Mercado de Valores Mobiliários, no caso de um cancelamento de uma Instituição Financeira por Incorporação;
- 4) Diversas melhorias no Sistema, com o intuito de evitar inconsistências na associação entre os participantes e detectar a violação de regras que proíbem os participantes de exercerem funções conflitantes, destacando:
  3. Criação de regra que impede o cadastro de um Consultor de Valores Mobiliários – Pessoa Física que seja responsável por um Administrador de Carteiras;
  4. Melhorias na Incorporação de Prestadores de Serviços para Fundos de Investimentos, transferindo automaticamente (quando possível) as responsabilidades e associações com outros participantes;

5. Acerto no Sistema para impedir que um vínculo entre Participantes seja informado com data de início anterior à data do credenciamento do participante que está sendo vinculado;
6. Implementação de controles via *e-mail* para a GII-2:
  - Sempre que um Prestador de Serviços de um Fundo de Investimento perca a qualidade necessária para a prestação do serviço;
  - Relacionando Administradores de Carteira e Consultores de Valores – Pessoa Jurídica que não possuem Diretores responsáveis no Sistema;
  - Alterações cadastrais efetuadas pelos Analistas de Valores Mobiliários no *site* da CVM, bem como de mudança de situação (“Suspenso” para “Ativo”), quando o Analista informante for também Administrador de Carteira, em cumprimento a instruções da CVM.
- 5) Melhorias nas informações contidas no sistema, com a inclusão dos dados de Atos Declaratórios para Administradores de Carteira, Consultores e Analistas de Valores Mobiliários;
- 6) Melhorias para o participante “Seguradoras e EAPP”, com a criação de uma consulta no sistema que permite a visualização dos fundos geridos por este participante e a disponibilização, no *site* da CVM, de uma consulta a este participante de mercado.

### **Sistema de Taxa**

- 1) Desenvolvimento do Módulo de Impugnações decorrentes de Notificações de Taxas - **Em andamento** (GAC efetuando testes);
- 2) Módulo de Parcelamento de Taxas - **Em andamento** (GAC efetuando testes);
- 3) Disponibilização no *site* da CVM de ferramenta para cálculo de encargos legais por atraso no pagamento da Taxa de Fiscalização;
- 4) Registro de operações em trilhas de auditoria (*log's*) e outras melhorias, em atendimento a recomendações do relatório de auditoria interna de 2005;
- 5) Reformulação do *layout* de GRU de Taxa de Fiscalização;
- 6) Reformulação do *layout* do arquivo eletrônico contendo Edital de Notificação de Taxa de Fiscalização.

### **Sistema de Dívida Ativa de Taxa**

- 1) Implantação de novo modelo de Certidão de Dívida Ativa;
- 2) Registro de operações em trilhas de auditoria (*log's*) e outras melhorias, em atendimento a recomendações do relatório de auditoria interna de 2005;

- 3) Implantação da nova rotina de Encerramento de Processos.

#### **Sistema de Controle de Multas**

Adequação do Sistema à Deliberação 501/06 – fase de testes internos (Com entrada de Recursos contra aplicação de MULTA e impressão de GRU de Multa Cominatória via *Web*).

#### **Novo Sistema de Dívida Ativa de Multa**

- 1) Desenvolvimento e implantação em produção dos seguintes módulos:
  7. VLP – Validação da Legalidade Processual;
  8. Inscrição;
  9. Instrução;
  10. Impressão de GRU's.;
  11. Encerramento Automático de Processos;
  12. Emissão de Ficha Financeira;
  13. Cálculo de Honorários Advocatícios.

#### **Sistema de Controle e Recepção de Documentos**

- 1) Levantamento do Estoque de Multas Cominatórias abrangendo o período 1996/2006;
- 2) Revisão geral das rotinas de Agendamento de Documentos Periódicos, com implementação de novas parametrizações;
- 3) Revisão nas rotinas de importação de Documentos Periódicos, de forma a possibilitar o registro na base de dados da CVM de documentos mesmo que não agendados.

#### **Sistema de Controle de Solicitações de Inspeção - SFI**

- 1) Alteração no Sistema para permitir que o SGE possa autorizar SOI's que estejam com autorização em nível de superintendência pendente;
- 2) Alteração no Sistema para permitir que os gerentes e superintendentes interinos assumam as permissões do titular do CO.

#### **Sistema de Acompanhamento de Processos**

- 1) Finalização do Desenvolvimento do Módulo de Compras; treinamento e implementação de diversas melhorias sugeridas pelos usuários;

- 2) Modificação no Sistema para permitir que um processo retorne à fase “Em Andamento”, com reflexo na situação do participante relacionado ao processo. Implementação de críticas para não permitir que processos com indeferimento ocorrido a mais de 20 dias úteis retornem para a fase “Em Andamento”;
- 3) Criação de facilidades, para a SFI, no manuseio com processos a serem liberados para consulta no *site* da CVM;
- 4) Implementação de críticas na suspensão e cancelamento de agentes autônomos, melhorando a integração com o Sistema de Cadastro;
- 5) Implementação de um módulo para permitir o controle interno dos processos pela SDM, substituindo aplicativo *Access* usado anteriormente.

#### **Sistema de Acompanhamento de Registros**

- 1) Inclusão das produtoras de CAV no Sistema de Cadastro, como participante de mercado, incluindo atualização cadastral pelo *site* da CVM;
- 2) Inclusão da possibilidade de interrupção de análise do pedido de registro de Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários, mostrando esta informação no *site* da CVM;
- 3) Inclusão das Ofertas na situação de desistência no *site* da CVM, junto com as Ofertas Indeferidas.

#### **Sistema de Processos Administrativos Sancionadores**

- 1) Desenvolvimento do módulo de controle de pedidos de Termos de Compromisso;
- 2) Alterações e melhorias para atender a Deliberação Nº 501/06, que trata de multas e acompanhamento de prazos de recursos;
- 3) Alterações nas rotinas de Acompanhamento de Prazo de Recurso e Defesa, com melhoria contínua e acesso direto pelas telas de Cadastro e Consulta de PAs e desenvolvimento dos Relatórios de *Follow-up* destes prazos;
- 4) Acerto nos textos de multas referentes a decisões, bem como no Cadastro de Recursos e Multas, além de acertos na geração de multas para acusados de acordo com a interposição ou não de recurso;
- 5) Criação do relatório de Pauta de Julgamento e melhorias nos relatórios de PAs Instaurados, PAs por Localização e Acompanhamento pelo PTE.

#### **Sistema de Restrição de Acesso**

Criação de Tela simples de pesquisa da existência de *login*, para uso pelo *Help-Desk*.

### **Sistema de Solicitação de Serviços – SSO**

- 1) Desenvolvimento de uma nova funcionalidade para estabelecimento da prioridade dos pedidos com *status* ‘Em Aberto’ e ‘Em Andamento’, incluindo a possibilidade de se designar permissão de acesso a esta tela para uma pessoa ou CO;
- 2) Criação da Especificação de Usuário para contemplar adição ou alteração de requisitos e/ou anexação de arquivos complementares dos usuários;
- 3) Adição do campo Justificativa do Pedido (solicitação do SGE);
- 4) Melhoria na tela de alteração do pedido, permitindo a alteração dos arquivos anexos;
- 5) Implementação do registro de atividades de Sobreaviso e Trabalho durante Sobreaviso mediante criação do Cadastro de Tipos de Atividade, com diferentes Índices de Remuneração atribuídos a cada Tipo;
- 6) Ajuste dos relatórios financeiros do sistema para calcular valores diferenciados de remuneração das atividades realizadas considerando os índices de cada tipo de atividade.

### **Sistema de Controle do Trâmite de Processos no Colegiado – TPC**

Desenvolvimento do Sistema, com término previsto para fevereiro de 2007:

14. O Sistema deverá controlar as reuniões de Colegiado, com informações a respeito dos processos discutidos em cada reunião, os votos dos diretores, as decisões e a publicação das pautas e atas.

### **CVMWEB**

- 1) Desenvolvimento dos informes dos Fundos FMIEE, FIP, FIC-FIP e FUNCINE:
  15. Balanço, Informe Trimestral (incluindo consulta pública) e CDA;
  16. Demonstrações Financeiras (incluindo consulta pública) e Informes Eventuais;
  17. Rotina de migração de Patrimônio Líquido do Informe Trimestral para o Sistema de Cadastro;
  18. Desenvolvimento de carga de exercício social dos fundos e das consultas de Patrimônio Líquido.
- 2) Implantação da funcionalidade de *download* múltiplo de Informes Diários de Fundos, via *Web Services*;
- 3) Disponibilização em produção do sistema de *Download* Múltiplo de ITRs, DFPs e IANs, desenvolvido pela BOVESPA;
- 4) Disponibilização de Atualização Cadastral de sistema cliente (usuários do *Web Service* de *download* de informes diários de fundos) e reenvio de senha;
- 5) Participante “Fundos de Investimento”:

19. Assumir o início da vigência de regulamento e prospecto, como a data de constituição do fundo, no primeiro envio do respectivo documento;
  20. Consulta de fundos que não identificaram no informe diário os cotistas que detêm mais de 20% do Patrimônio Líquido do fundo;
  21. Envio de mensagem automática para fundo aberto que mantiver, a qualquer tempo, patrimônio líquido médio diário inferior a R\$ 300.000,00 pelo período de 90 dias consecutivos;
  22. Alteração do processador para o novo plano de contas (COFI);
  23. Permitir a comunicação por parte dos administradores da incorporação de fundos que estejam em situação especial;
  24. Consulta a fundos sem prospecto e sem regulamento;
  25. Criação de uma nova funcionalidade do CVMWEB destinada a armazenar mensagens da CVM aos administradores de fundos.
- 6) Informação sobre o registro de Companhias Abertas EM ANÁLISE, CONCEDIDOS NO ANO e INDEFERIDOS;
  - 7) Envio de mensagem automática para os representantes de investidores não residentes que não enviarem o informe mensal de carteira de investidores;
  - 8) Alterações diversas introduzidas pela Instrução CVM N° 439/06;
  - 9) Integralização de cotas e registro para os fundos FIDC, FIC-FIDC, FIDC-PIPS, FIP, FIC-FIP, FMIEE e FUNCINE;
  - 10) Novo *link* e inclusão de informes de Companhias Estrangeiras e Informe Anual de Auditores;
  - 11) Alteração da sistemática de envio de demonstrações financeiras de FIDC, FIC-FIDC e FIDC-PIPS de modo que a competência do referido documento seja levantada no Sistema de Cadastro (exercício social cadastrado) e não permita que o administrador indique o período;
  - 12) Processador para recebimento de informações do Fundo 157 – **Em andamento**;
  - 13) Permitir que seja informada a data de vigência para regulamentos e documentos relacionados para os fundos FMP-FGTS quando do *upload* dos arquivos;
  - 14) Ordenação da consulta pública de CDA por tipo de aplicação e valor de mercado da posição final da carteira;
  - 15) Alteração na reapresentação de documentos, para considerar apenas o último documento apresentado com a mesma data de vigência, cancelando automaticamente os anteriores;
  - 16) Inclusão das Companhias Estrangeiras no *link* Registro Inicial de Companhia Aberta, incluindo a informação de que se trata de companhia estrangeira, entre parênteses, após o nome da companhia nas consultas existentes.

## Internet

- 1) Acompanhamento do desenvolvimento do *Site* do Investidor pela empresa CAST e verificação do atendimento aos requisitos técnicos levantados e documentados na Proposta Técnica – **Em andamento**:
  26. Projeto viabilizado por Termo de Compromisso firmado com a BM&F.
- 2) Disponibilização de RSS no *site* da CVM – **Em andamento**;
- 3) Inclusão do ORGANOGRAMA da CVM, incluindo informações completas da CVM (endereço, telefone, CEP, fax, etc.) – sede, SRB e SRS e a deliberação que o alterou;
- 4) Padronização da interface de acesso ao *Web Mail* da CVM;
- 5) Inclusão de novo conteúdo na Sala de Imprensa, destacando:
  27. Inclusão das planilhas para Investidores não residentes e Fundos de investimento no *link* Banco de dados;
  28. Espaço para informes mensais;
  29. Fatos Relevantes;
  30. Cadastramento de *mailing*.
- 6) Detecção e correção de páginas com perigo de *SQL Injection* no *site* da CVM;
- 7) Reestruturação da página de Termo de Compromisso, no *link* “Processos Administrativos Sancionadores”;
- 8) Reformulação da página da SRI (finalizada em português e em homologação em inglês).

## Intranet

- 1) Reformulação das páginas, introduzindo uma nova apresentação visual;
- 2) Disponibilização dos Manuais da SFI;
- 3) Inclusão do *link* SIAPENET, em “Links Úteis”;
- 4) Busca de Documentos CVM:
  31. Criação da Base de Pareceres Técnicos da SNC e importação dos pareceres dos anos de 1996 até 2005;
  32. Criação da Base de Deliberações, Pareceres de Orientação e Notas Explicativas da CVM, com importação dos documentos existentes.

## Sistema de Atendimento ao Investidor (SAI) – Antigo SAC

- 1) Estatísticas de consultas / reclamações;
- 2) Envio de reclamação e consulta direto aos participantes;
- 3) Inclusão de "Outros endereços de instituições" na página do 0800;

- 4) Registro de atendimento telefônico / pessoal;
- 5) Cadastro de assuntos, por tipo de participante;
- 6) Reformulação do sistema, incluindo ajuda “*on line*” e módulo de designação de atendentes – **Em andamento**.

#### **SAFIAN e Módulo de Análises Financeiras**

- 1) Implantação de filtros de pesquisa no sistema SAF para balanços com contas Contingências, Marcas, Patentes, Licenças, Intangíveis ou Direitos de Uso (pesquisa nos campos da base de dados);
- 2) Solução de diversos problemas e dúvidas de usuários e companhias abertas, destacando:
  33. Atualização automática da correspondência entre código CVM das empresas abertas e os códigos ISIN (*International Securities Identification Number*) dos valores mobiliários emitidos por elas (solicitação de usuário externo);
  34. Compatibilidade entre CVMWin, Divulgação Externa e *Word 2003*.

#### **Sistema de Pedidos à Infra-Estrutura – SPI (antigo SisDBA)**

- 1) Implementado a partir do antigo SisDBA, que passou a ser um módulo do SPI, juntamente com o módulo de Produção (SisProd) – Em testes;
- 2) Uniformização e padronização das regras de uso do módulo SisDBA, mediante reformulação dos Objetos das Solicitações;
- 3) Desenvolvimento do módulo de Produção (SisProd), para encaminhamento de pedidos para implantação de novos sistemas, bem como para implantação de manutenções efetuadas em sistemas existentes, retorno de “*backups*” e outros serviços.

#### **Segurança SSI**

- 1) Criação e aprovação do Manual de Procedimentos da equipe, abrangendo sistemas internos e de terceiros (BACEN, SERPRO, BOVESPA, etc.);
- 2) Implantação de regra de atendimento padronizado, contemplando prazos para cada nível de complexidade dos pedidos, bem como ações preventivas e corretivas a serem tomadas para assegurar o cumprimento dos prazos estimados;
- 3) Pedidos atendidos e encerrados em 2006: 883.

#### **Métricas e Pontos de Função**

- 1) Concluído o inventário dos Sistemas da CVM, tendo sido contados 21.500 Pontos de Função não ajustados (18.900 Pontos de Função após o ajuste), contemplando Sistemas Corporativos, intranet e internet;

- 2) Iniciada a atualização das contagens, com os sistemas da GSI-1 (SSO, SRA e SPI);
- 3) Iniciado o levantamento de melhores práticas para assunção da contagem de pontos de função pelos analistas da GSI.

#### **Padronização e Metodologia**

- 1) Elaboração de Termo de Referência para contratação de consultoria especializada em Metodologia de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas;
- 2) Elaboração ou Atualização dos Manuais de Sistema e Manuais de Usuário de 13 sistemas, sem ônus para a CVM;
- 3) Atualização do Manual de Usuário do Sistema de Solicitações de Serviços de Informática, sem ônus para a CVM;
- 4) Discussão, elaboração e aprovação de 10 Padrões, abrangendo todo o espectro de atividades da GSI, além de 35 Modelos de Documentos e 20 Modelos de Relatórios de Avaliação, com vistas ao novo modelo de terceirização dos serviços da GSI.

#### **Administração de Dados**

- 1) Configuração e migração dos modelos de dados dos sistemas para as novas versões do *software* de modelagem de dados (*AllFusion ErWin – Data Modeler*), adquirido pela CVM;
- 2) Revisão dos índices das tabelas de todos os sistemas da Autarquia, visando à otimização de atualizações e acessos.

#### **Treinamento**

Treinamento de servidores e de colaboradores na plataforma .Net e C#, bem como na nova ferramenta de modelagem de dados – *AllFusion*.

#### **Terceirização dos Serviços de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas**

Elaboração de edital para contratação de serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Administração de Sistemas da CVM, em substituição ao Contrato CVM/0030/2002, com base nas novas diretrizes do TCU e do Plano Estratégico de TI elaborado pela BearingPoint em 2005.

#### **Acompanhamento de Projetos – BIRD**

- 1) Elaboração de Planos de Desembolso para os Termos de Referência do novo Sistema de Acompanhamento de Companhias Abertas (ToR da SEP) e da Reformulação do Portal Institucional da CVM (ToR da Web);

- 2) Elaboração e revisão dos Critérios de Avaliação Técnica dos participantes das listas curtas do ToR da SEP e do ToR da Web, a pedido da GAP.

#### **Grupo de Trabalho de Segurança da Informação da SSI**

Identificação dos sistemas, quantidades de usuários e criticidade (expressa em tempo máximo de tolerância à indisponibilidade) para subsidiar o edital de contratação da consultoria de Segurança da Informação.

#### **Implantação de facilidades de *Business Intelligence* na CVM**

Confecção do edital, contemplando base de informes de fundos e processos administrativos sancionadores e encaminhamento ao Comitê de Informática.

#### **Novo Sistema de Acompanhamento de Processos Jurídicos**

Adaptação do Termo de Referência do novo Sistema de Acompanhamento de Processos Jurídicos (ToR da PFE), escrito pela BearingPoint, em edital para contratação através da Lei N° 8.666/93.

#### **Novo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**

Participação em diversas reuniões, bem como na especificação de requisitos funcionais e de modelagem para o módulo de Informes Periódicos, que poderá substituir o repositório de documentos das Companhias Abertas, atualmente mantido pela BOVESPA.

#### **Migração dos Sistemas Corporativos em Delphi para ADO (*ActiveX Data Objects*)**

Substituição gradativa da Interface criada pela Borland para acessar bancos de dados relacionais denominada BDE (*Borland Database Engine*), pela sua equivalente funcional produzida pela Microsoft, visando garantir maior flexibilidade e segurança e implementar a segregação entre os ambientes de Desenvolvimento e Produção, insistentemente recomendada tanto por auditorias internas e externas como por diversos estudos efetuados na CVM por empresas de consultoria.

35. Ao final de 2006, cerca de 52% dos sistemas elegíveis já estavam migrados, 39% achavam-se com a migração em andamento e apenas 9% ainda aguardavam o início do processo.

#### **Plano Estratégico de TI**

- 1) Projetos do Modelo de Gestão:
  36. Projeto MG01 – Instituição de um Comitê de Sistemas – O Comitê Gestor de Informática foi instituído pela Portaria CVM/PTE/ N° 29, de 5 de abril de 2006, tendo

sua primeira reunião ocorrido em 24 de maio do mesmo ano; até o final de 2006, foram realizadas 5 reuniões;

37. Projeto MG02 – Avaliação da alternativa de terceirização da infra-estrutura de TI – a empresa de consultoria C&C, vencedora da licitação, produziu um relatório preliminar em dezembro/2006 com diversas recomendações atualmente em análise pela GST;
  38. Projeto MG03 – Análise do uso de *software* livre pela Instituição, acha-se em andamento na GST;
  39. Projetos MG05 – Detalhamento das políticas e diretrizes para TI – e MG06 – Formulação de um plano de continuidade dos serviços de TI acham-se pendentes da conclusão dos Projetos MG03 e MG04, bem como da realização do Projeto de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas, ora em preparo de licitação, além do Projeto de Segurança da Informação, a ser implementado após conclusão do Projeto de Metodologia.
- 2) Projetos da Macroarquitetura de Aplicações:
40. Projeto MA01 – Sistema de Monitoramento de Mercado de Capitais – foi suspenso por falta de recursos para sua continuidade, tendo sido cancelado o contrato com o consórcio Atos Euronext por decisão do Colegiado. Oportunamente será estudada e proposta uma nova alternativa de implementação através do BID.
  41. Projeto MA02 – Sistema de Acompanhamento de Empresas – foi temporariamente suspenso durante o ano, no aguardo de definições do SPED, ficando decidida sua retomada ao final de 2006, através de licitação nos termos da Lei N° 8666/93, sem interveniência do Banco Mundial.
  42. Projeto MA08 – Solução de Inteligência de Negócios – Está com o edital de aquisição pronto, aguardando licitação nos termos da Lei N° 8666/93.
  43. Projeto MA11 – Solução GED & *Workflow* – Esteve em tramitação no BID ao longo do ano e acha-se atualmente em licitação (RFP) através do PNUD.
  44. Projetos MA12 – Solução de Gestão de Conteúdo e MA15 – *Site Web* Informações Institucionais – Estão semi-implementados através do *Site* do Investidor, devendo ser concluídos através da implementação do Termo de Referência da *Página Web* da CVM (ToR da *Web*), a ser também realizada por licitação nos termos da Lei N° 8666/93, sem interveniência do Banco Mundial.
  45. Projeto MA13 – Controle de Acervo – Em fase de implantação na Biblioteca da CVM.
  46. Projetos MA16 – *Site da Web* para Relações Internacionais e MA03 – *Site da Web* para Marcos Regulatórios – também se acham na dependência da implementação do ToR da *Web* referido mais acima.
  47. Projeto MA21 – Controle do Contencioso – Está com o edital de aquisição pronto, aguardando licitação nos termos da Lei N° 8666/93.

48. Os demais Projetos da Macroarquitetura de Aplicações aguardam a consecução dos projetos referidos acima, bem como os da rubrica do Modelo de Gestão.

**Estatística de Atendimentos da GSI – Pedidos Encerrados (Fonte: SSO)**

SISTEMA	2006
CONTROLE DE AUDIÊNCIAS A PARTICULARES	4
CVMWEB	109
INTERNET CVM	194
INTRANET CVM	54
MANUAIS DA SFI	1
OUTROS	93
SAFIAN	5
SISGEPRO E SISBID	10
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS	65
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS JURÍDICOS	7
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE REGISTROS	71
SISTEMA DE ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	1
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO - MULTA	40
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO - TAXA	64
SISTEMA DE ATENDIMENTO A INVESTIDORES	18
SISTEMA DE CIAS ABERTAS	6
SISTEMA DE <i>COMPLIANCE</i> DE FUNDOS	2
SISTEMA DE CONTROLE DE ATOS DECLARATÓRIOS	12
SISTEMA DE CONTROLE DE DÍVIDA ATIVA DE MULTAS	11
SISTEMA DE CONTROLE DE DÍVIDA ATIVA DE TAXAS	39
SISTEMA DE DESVIOS E PERFORMANCE DE AUDITORES	6
SISTEMA DE DIÁRIAS E PASSAGENS	39
SISTEMA DE DIÁRIAS E PASSAGENS (BANCO MUNDIAL)	12
SISTEMA DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS	210
SISTEMA DE INQUÉRITOS	75
SISTEMA DE INVESTIDORES ESTRANGEIROS	14
SISTEMA DE <i>MAILING</i>	6
SISTEMA DE RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES	29

SISTEMA	2006
SISTEMA DE RECEBIMENTO E EXPD. DE CORRESPONDÊNCIA	1
SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	61
SISTEMA DE RESTRIÇÃO DE ACESSO	2
SISTEMA DE SOLICITAÇÕES DE INSPEÇÃO	11
SOLICITAÇÕES AOS DBA'S / SUPORTE	1
SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS EM SISTEMAS	20
<b>TOTAL</b>	<b>1293</b>

### 3.2.2.2. GERÊNCIA DE TECNOLOGIA

#### Projetos específicos de Infra-estrutura de TI

##### 1) Sistemas Operacionais e Redes

- Início dos procedimentos de análise e homologação de tecnologias de assinatura digital e PKI, inicialmente previsto para 2005. **Status: Em andamento;**
- Planejamento e implementação de alterações na topologia de rede, principalmente no que diz respeito aos *firewalls*, para eliminação das brechas de segurança existentes hoje. **Status: Em andamento;**
- Colocação de *firewalls* na rede interna da CVM e reconfiguração dos *firewalls* com a rede externa. **Status: Em andamento;**
- Implementação de ferramentas de segurança (IDS - detector de intrusão) e analisadores de vulnerabilidades. **Status: Em andamento;**
- Implementação de PKI (infra-estrutura de chaves públicas) em todas as aplicações nas quais seja necessária ou vantajosa. Levantamento das aplicações envolvidas. **Status: Em andamento;**
- Licitação, contratação e implantação de VOIP na CVM (BearingPoint, projeto IE10). **Status: Em andamento;**
- Implantação de serviços de infra-estrutura de chaves públicas. **Status: Em andamento;**
- Aquisição de dois novos equipamentos servidores e de 230 novos micro-computadores para atualização do parque. **Concluída a aquisição dos microcomputadores, mas os servidores não foram adquiridos;**
- Aquisição de mais um *rack* para equipamentos servidores e de um novo *switch* central, para continuidade da reorganização do CPD. **Status: Em andamento;**

- Aquisição de cabeamento e de dois novos *switches* para a SRS. **Concluído.**

## 2) Administração de Bancos de Dados

- Disponibilização e configuração de servidores para garantir a continuidade, no menor tempo possível, do sítio institucional da CVM e das aplicações em produção em eventos de falha do *hardware*, do sistema operacional e/ou de aplicações. **Status: Em andamento.**
- Disponibilização de um servidor para ambiente de testes de administração do banco de dados, permitindo:
  - ✓ formatação, instalação e configuração de um servidor de banco de dados. **Concluído;**
  - ✓ aplicação de *patches* de atualização do sistema operacional e do banco de dados; **Concluído;**
  - ✓ migração para *SQL Server* 2005. **Status: Em andamento.**
  - ✓ migração do sistema operacional dos servidores. **Status: Em andamento.**
  - ✓ avaliação de tempo de restauração e integridade das mídias dos arquivos de *backup*. **Status: Em andamento.**
  - ✓ avaliação de funcionalidades e performance do *SQL Server* em um ambiente semelhante ao de produção. **Status: Em andamento.**
- Implementação de uma política de *backup* específica para os Servidores de Banco de dados (Corporativo e *Web*), para permitir reter cópias de segurança diárias pelo período de um ano. **Status: Em andamento.**

### **Termo de Compromisso firmado pela BM&F**

Definição dos requisitos técnicos e especificação dos recursos necessários ao desenvolvimento do *Site* do Investidor e início das atividades de desenvolvimento.

Estão previstos no projeto a implantação e customização de ferramentas de Gerenciamento de Conteúdo, de Mecanismo de Busca e de Estatísticas do *Site*.

## Projetos de Infra-estrutura

### Área de Infra-Estrutura de Redes

- Concluído o projeto de revisão da parte física da rede, ou seja, troca de *Hubs/Switches* nos andares da CVM, para aumento de performance;
- Migração para plataforma Windows 2003: Todo *Site* RJ já está trabalhando no novo domínio “intranet.cvm”, que foi definido para ser o padrão na plataforma Windows 2003;
- Elaboração do edital para contratação de serviços de acesso à internet. Projeto para *upgrade* e redundância do *link* da CVM com a internet e redimensionamento para suporte ao *Site* do Investidor ;
- Estudo para aquisição do *switch core* (em andamento);
- Elaboração e acompanhamento de projetos de infra-estrutura no CPD para adequá-lo ao recebimento dos novos servidores do *Site* do Investidor;
- Registro de novo domínio para o *Site* do Investidor (‘sitedoinvestidor.gov.br’);
- Contratação de serviços de acesso à internet. Projeto para *upgrade* e redundância do *link* da CVM com a internet e redimensionamento da capacidade (de 6 Mbps para 24 Mbps) e da disponibilidade para suporte ao *Site* do Investidor ;
- Estudo para aquisição de *software* de monitoramento de rede.
  
- CORREIO ELETRÔNICO
  - ✓ Testes para migração do *software* gerenciador de correio, do *Exchange 5.5* para *Exchange 2003*;
  - ✓ Desenvolvimento de projeto para envio de *e-mail* corporativo em massa (*e-mail marketing*);
  - ✓ Implantação de equipamentos *smartphones* para a alta direção da CVM.
  
- ANTIVÍRUS
  - 49. Revisão da política de antivírus aplicada no *desktop*;
  - 50. Programação de varredura nos servidores;

- 51. Programação de varredura nos clientes;
- 52. Programação de varredura nas caixas postais.

- Acompanhamento da mudança da Superintendência de São Paulo:

- 53. Mudança física do *site* SP;
- 54. Verificação física dos equipamentos novos do *site* SP;
- 55. Verificação da topologia lógica da rede do *site* SP.

- Acompanhamento da implantação da conexão com a rede RCCF com a BOVESPA e BM&F;
- Implantação de acesso via VPN para usuários da CVM. Proposta de Utilização de Acesso Remoto pelos inspetores;
- Troca do roteador de Brasília pelo que é cedido por contrato pela Intelig em comodato, proporcionando contingência no caso de defeito desta unidade;
- Monitoração do *site* da CVM 24h/dia, inclusive nos fins de semana.

#### **Área de Suporte ao Usuário Final**

- Implantação de aplicação para controle da quantidade de chamados por atendentes, que auxilia na identificação das demandas de treinamento de usuários e técnicos;
- Aquisição de *software* para deficientes visuais;
- Recontratação do *Broadcast*;
- Implantação de relatório da quantidade de chamados;
- Contratação de manutenção para 43 impressoras Kyocera;
- Compra de 312 microcomputadores e 15 *notebooks*.

#### **Área de Bancos de dados**

- Instalação do banco de dados do sistema de biblioteca;
- Supressão de *logins* desnecessários existentes no servidor de produção corporativo, com o objetivo de facilitar a administração de permissões neste ambiente;

- Análise de projeto de alta disponibilidade para bancos de produção;
- Levantamento de todos os índices existentes no banco de dados de produção, a fim de identificar e documentar a função específica de cada um, ou no caso de estarem em excesso, serem excluídos, liberando espaço em disco;
- Implementação de uma nova política de *backup*, acertando todos os pontos apontados nos relatórios das consultorias. Entretanto a ausência de um *software* de *backup* dificulta muito a operação dessa política;
- Adoção das normas de documentação às normas e procedimentos de banco de dados;
- Aquisição de novos discos para os servidores de desenvolvimento e de produção corporativos, tornando o ambiente de desenvolvimento robusto o suficiente para abrigar as bases de teste necessárias à homologação de sistemas;
- Especificação de infra-estrutura para suportar os Bancos de Dados corporativos;
- Avaliação das diferenças entre SQL 2000 e SQL 2005, visando à futura migração de ambiente;
- Movimentação do banco *TempDB* para um disco de maior capacidade, proporcionando assim melhor desempenho no *scripts* que utilizam tabelas temporárias;
- Avaliação da infra-estrutura para suportar novos sistemas corporativos.

### Área de Sistemas em Produção

- Implementação da segregação de funções conforme recomendação da AUD e CGU. Essa implementação consistiu de :
  - administrar senhas para conexões do tipo ADO e BDE;
  - criação de usuários e senhas para conexão com o banco (trabalho do DBA);
  - administrar o BDE;
  - compilações;
  - *backups* de códigos fontes; e
  - agendamento de tarefas de passagem para o ambiente de produção.
- Migração da administração do IIS para a GST; os novos serviços incluem:
  - administração de grupos;
  - criação de compartilhamentos;
  - administração de permissões NTFS;
  - passagem de DLLs para produção por componente *service*.

### Área de Pesquisas de Novas Tecnologias

- Acompanhamento da evolução do uso de *software* livre no Brasil e no mundo;
- Projeto de avaliação e homologação do *Open Office* 2.0.

### Área de Segurança de Redes

- *Upgrade* em nosso *Firewall* da versão ISA 2000 para ISA 2004, com melhora do nível de suporte e segurança. Aquisição de licença do *ISA Server* 2004;
- Participação do Grupo de Elaboração do Projeto de Segurança;
- Estudo para aquisição de certificado digital, onde engloba a assinatura digital e certificado para nosso *site*;
- *SPAMS*: especificação técnica e aquisição de *software* de controle de *e-mails* não solicitados;
- Elaboração do edital do projeto de Segurança da Informação;
- Implementação do projeto Painel de Controle para monitoramento da segurança na GST, com apoio da empresa de segurança 3Elos;
- Implementação das recomendações da empresa de segurança 3Elos.

### Especiais e outros

- Elaboração do edital do projeto de BI (*Business Intelligence*): *hardware*, *software*, licenciamento e treinamento;
- Projeto para implantação do *Site* do Investidor;
- Projeto para implantação do Sistema de Acompanhamento de Mercado;
- Divisão das funções na GST em Coordenações;
- Elaboração do edital para terceirização dos serviços de informática;
- Elaboração do Orçamento da SSI para 2007;
- Elaboração do Termo Aditivo com a Relacional (alteração de Funções e esquema do plantão);
- Participação no projeto SPED da Receita Federal;
- Acompanhamento elaboração edital da PFE – Procuradoria;

- Acompanhamento da elaboração de edital da GAH – Recursos Humanos;
- Consultoria para estudar viabilidade de terceirização de CPD.

### **Projetos de Melhoria da Qualidade e Segurança – Vulnerabilidades SSI**

#### Infra-estrutura

Implementação das recomendações da consultoria 3Elos.

#### **Terceirização**

Elaboração do edital de terceirização de informática;  
Alteração do contrato para permitir plantões nos finais de semana e feriados.

#### **Quadro de Servidores**

Criação de duas coordenações na GST, Segurança e Infra-estrutura.

#### **Plano Estratégico de TI**

##### **Projetos da Infra-estrutura:**

56. Projeto IE01 – Adequação das Instalações Físicas do Centro de Processamento – Em andamento;
57. Projeto IE10 - Licitação, contratação e implantação de VOIP na CVM – Em andamento.

### **3.2.3. PLANEJAMENTO PARA 2007**

#### **Sistemas de Arrecadação (Taxa, Multa e Dívida Ativa)**

- 1) Conclusão dos últimos módulos do novo Sistema de Dívida Ativa de Multas (Pedido SSO nº 674/2006) – Fevereiro/2007;
- 2) Implementação dos módulos de Parcelamento de Dívida Ativa de Multa (Pedido SSO nº 1198/2005) e de Dívida Ativa de Taxa (Pedido SSO nº 113/2005) – Dezembro/2007;
- 3) Implementação do Módulo de Parcelamento de Taxa (Pedido SSO nº 104/2005) – Fevereiro/2007;
- 4) Implantação da nova facilidade de recepção de impugnações via CVMWeb (Pedido SSO nº 1233/2006) – Março/2007;
- 5) Adequação do Sistema de Multas à Deliberação Nº 501/06 (Pedido SSO nº 1036/2006) – Fevereiro/2007;
- 6) Atendimento a recomendações de Relatórios de Auditoria Interna nos Sistemas de Taxa (Pedido SSO nº 1257/2005), Multa (Pedido SSO nº 1268/2005) e Dívida Ativa (Pedido SSO nº 1269/2005) – Junho/2007.

#### **Sistema de Cadastro de Participantes**

- 1) Atualização cadastral de Participantes via *Web* - continuação (Pedido SSO nº 123/2005) – Dezembro/2007.

#### **Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos**

- 1) Geração de Estatísticas de Atendimento a Investidores (Pedido SSO nº 941/2006) – Junho/2007.

#### **Sistema de Acompanhamento de Processos Jurídicos**

- 1) Novo módulo de Distribuição das Execuções Fiscais Novas (Pedido SSO nº 2046/2006) – Fevereiro/2007.

### **Sistema de Atendimento ao Investidor**

- 1) Atendimento ao Relatório de Auditoria no SAI (Pedido SSO nº 1996/2006) – Abril/2007.

### **Sistema de Acompanhamento de Registros**

- 1) Recepção eletrônica de informes de emissores de CAV (Pedido SSO nº 213/2005) – Abril/2007.

### **Sistema de Solicitações de Serviços de Informática**

- 1) Emissão direta dos Relatórios de Planejamento de Informática (Pedido SSO nº 1989/2006) – Fevereiro/2007;
- 2) Adequação do Sistema de Solicitações de Serviços de Informática ao novo modelo de terceirização de serviços de informática na CVM (Pedido SSO nº 50/2007) – Junho/2007.

### **Sítio Eletrônico Institucional da CVM**

- 1) Reformulação da página em inglês da SRI (Pedido SSO nº 1773/2006) – Março/2007;
- 2) *Site* do Investidor – BM&F (Pedido SSO nº 103/2006) – Abril/2007;
- 3) Implementação da Tecnologia RSS (Pedido SSO nº 193/2006) – Junho/2007.

### **Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas**

- 1) Implantação de nova Metodologia de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas mediante contratação de consultoria externa – Dezembro/2007;
- 2) Implantação de novo modelo de terceirização de serviços de informática na CVM – Junho/2007;
- 3) Implantação de processos de Gerência de Configuração e Mudança – Dezembro/2007;
- 4) Implantação do *Delphi* 2006 – Dezembro/2007.

## **Novos Projetos & Outros**

- 1) Controle do Trâmite de Processos no Colegiado (Pedido SSO nº 254/2005) – Fevereiro/2007;
- 2) Implantação do novo Pacote de RH em aquisição pela CVM (Pedido SSO nº 11/2007) – Dezembro/2007;
- 3) Arquivo de dados de cotistas de Fundos 157 (Pedido SSO nº 973/2005) – Fevereiro/2007;
- 4) Migração de aplicativos corporativos em Delphi para ADO (Diversos pedidos) – Dezembro/2007.

## **Plano Estratégico de TI – Projetos do Modelo de Gestão e Macroarquitetura de Aplicações**

- 1) Encaminhamento e/ou conclusão dos seguintes projetos:

- Projeto MG02 – Avaliação da alternativa de terceirização da infra-estrutura de TI;
- Projeto MG03 – Análise do uso de *software* livre pela Instituição;
- Projeto MG04 – Reformulação da estrutura interna da SSI – acompanhamento junto à SGE;
- Projeto MA13 – Controle de Acervo Bibliográfico;
- Projeto MA01 – Sistema de Monitoramento de Mercado de Capitais – Apoio à elaboração de Termo de Referência para contratação de desenvolvimento através do BID.

- 2) Contratação de consultoria para implementação dos seguintes projetos:

- Projeto MA02 – Sistema de Acompanhamento de Empresas (Pedido SSO nº 208/2005) – Junho/2008;
- Projeto MA08 – Solução de Inteligência de Negócios (Pedido SSO nº 211/2005) – Agosto/2007;
- Projeto MA11 – Solução GED & *Workflow* (Pedido SSO nº 212/2005) – Dezembro/2007;
- Projeto MA12 – Solução de Gestão de Conteúdo – ampliação da solução de Gestão de Conteúdo implantada no *Site* do Investidor para o restante do *Site* Institucional;
- Projeto MA15 – Reformulação do *Site* Institucional (Pedido SSO nº 207/2005) – Dezembro/2007;
- Projeto MA21 – Acompanhamento de Processos Jurídicos.

## **Plano Estratégico de TI – Projetos de Infra-estrutura**

- Projeto IE04 - Centralização das unidades de armazenamento;
- Projeto IE05 - Evolução dos equipamentos servidores;
- Projeto IE06 - Evolução do parque de estações de trabalho;
- Projeto IE09 - Adequação da infra-estrutura de segurança de rede;
- Projeto IE11 - Implantação do serviço VPN.

## **Projetos específicos de Infra-estrutura de TI**

- Colocação em produção do *Site* do Investidor;
- Contratação de manutenção de servidores do CPD;
- Contratação de serviço *e-mail marketing* (mala direta por *e-mail*);
- Implantação de processo para monitoramento do *link* redundante;
- Conclusão do estudo para terceirização de CPD;
- Aquisição de microcomputadores;
- Aquisição dos *switches core* para a CVM;
- Integração do ambiente do *Site* do Investidor com o ambiente atual da CVM.

### **3.2.4. ESTRUTURA DE PESSOAL**

A SSI conta com duas gerências:

- Gerência de Sistemas (GSI), responsável por toda a atividade de sistemas e administração de dados, e
- Gerência de Tecnologia (GST), responsável pelo planejamento, gestão e administração dos recursos ligados à tecnologia da informação.

Neste ano, a SSI recebeu um Analista do último concurso (2003), além de outro, transferido da AUD, sem experiência em Tecnologia da Informação e que se encontra em tratamento prolongado de saúde. Além desses servidores, foram recebidos dois novos Agentes Executivos concursados, todos direcionados para a GSI, estando ainda no aguardo de um terceiro Agente Executivo. Por outro lado, um Analista concursado da GST deixou a CVM, sem perspectivas para sua reposição no momento.

A estrutura de pessoal da SSI ainda é majoritariamente constituída por funcionários da Relacional Consultoria Ltda, empresa contratada para desenvolver as atividades de informática na CVM. Ao longo de 2006, diversos profissionais da Relacional foram substituídos, tanto na GSI como na GST, com significativo impacto na continuidade de vários serviços previstos.

O quadro apresentado a seguir evidencia a distribuição de pessoal na Superintendência de Informática:

#### Distribuição do efetivo da SSI

	Adm	Help Desk	Suporte Externo	Rede/ Telecom/BD	Adm. Dados	Sistemas	Total
<b>CVM</b>							
Superintendência	1						1
Gerência	2						2
Auxiliar Serviços Gerais	1			1			2
Analista				4	1	7	12
Agente Executivo	1					3	4
Estagiário		2					2
Subtotal	5	2	0	5	1	10	23
<b>RELACIONAL</b>							
Analista				5	1	16	22
Coordenador				1			1
Consultor						1	1
Técnico Proc. Dados		3		2		1	6
Técnico Proc. Dados - SP				2			2
Operador de <i>Call Center</i>			2				2
Subtotal	0	3	2	10	1	18	34
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>28</b>	<b>57</b>

Obs.: Posição em 29/12/2006.

### **3.3. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA – SRB**

#### **3.3.1. *COMPETÊNCIAS***

- Realiza o acompanhamento de matérias de interesse da CVM nas duas Casas do Congresso Nacional (Projetos de Lei, Medidas Provisórias, Audiências Públicas, CPIs);
- Atua com o objetivo de incrementar a inserção da Autarquia e seus dirigentes no cenário legislativo, especialmente na preparação das apresentações em sessões plenárias, além de dar atendimento às demandas inerentes ao trâmite legislativo;
- Dá suporte à Procuradoria Federal Especializada no acompanhamento junto aos Tribunais Superiores e Regionais, de processos em que a CVM tenha interesse e nas Varas Federais;
- Acompanha no Poder Executivo a tramitação de assuntos de interesse da CVM;
- Presta atendimento a investidores, intermediários e companhias abertas;
- Dá suporte administrativo necessário aos membros do Colegiado e/ou servidores que estejam em Brasília.

#### **3.3.2. *ATIVIDADES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO***

- a) Participou de várias Audiências Públicas que aconteceram no Congresso Nacional e acompanhou temas que demandaram ou são de interesse da CVM, tais como:
- Comissão Parlamentar Mista de Inquéritos - CPMI dos “CORREIOS”;
  - Comissão de Defesa do Consumidor – Câmara dos Deputados - “Modalidades Negociais Básicas da Avestruz Master”;
  - Comissão de Desenvolvimento Econômico – Câmara dos Deputados - “O Mercado de Capitais”;
  - Comissão de Finanças e Tributação – Câmara dos Deputados - “Projeto de Lei Nº 3.741/2000 – Normas Contábeis”;
  - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural “As Operações de Aplicação e Resgate de Fundos de Investimentos feitos pelo BASA no Banco Santos”.
- b) A SRB acompanhou 56 Projetos de Lei nas duas casas do Congresso Nacional, que abordam os mercados de capitais e financeiro;
- c) A SRB providenciou a resposta a 11 Requerimentos de Informações feitos por Parlamentares;
- d) A SRB foi solicitada pela Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda a emitir 15 pareceres acerca de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional.

### **3.3.3. ATIVIDADES JUNTO AO PODER EXECUTIVO**

- a) Participação de reuniões sobre a Estrutura Regimental da CVM, junto ao Ministério da Fazenda – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- b) Participação de reuniões no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – GT Investimentos “Apresentação de Projetos Brasileiros a Investidores Estrangeiros”;
- c) Participação de reuniões no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – GT Investimentos – Discussão do relatório da UNCTAD;
- d) Participação de reuniões no Ministério da Agricultura – Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio;
- e) Participação de diversas reuniões no Ministério de Indústria, Comércio e Desenvolvimento – MDIC “Fórum Permanente de Micro e Pequenas Empresas”;
- f) Assessoramento do Presidente da CVM nas reuniões de COMOC/CMN;
- g) Acompanhamento em Brasília de assuntos de natureza administrativa – concursos, orçamento, política salarial, dentre outros -, em apoio a SAD, além de vários outros assuntos nos diversos Órgãos Federais.

### **3.3.4. ATIVIDADES JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO**

- a) A SRB providenciou o suporte aos Procuradores Federais nas atividades desenvolvidas em Brasília pela PFE/CVM.

### **3.3.5. ATIVIDADES EXTERNAS**

- a) Representação do Presidente da CVM em diversos eventos, como posses, solenidades e seminários;
- b) Participação da organização do programa “Café com Finanças”, programa de ciclo de debates, no âmbito da cooperação técnica existente entre a CVM com a ASBACE - Associação de Bancos Estaduais, Banco Central do Brasil e Governo dos Estados Unidos da América (por intermédio da Embaixada no Brasil), sendo que no exercício ocorreram 12 seminários, com palestrantes representantes de organismos internacionais e de instituições governamentais americanas, especialistas e autoridades brasileiras, sobre temas diversos dos mercados de capitais e financeiro;
- c) Atendimento a consulta de investidores, companhias ou não integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com o seguinte detalhamento:
  - 1) Informações sobre Companhias (inclusive incentivadas): 17;
  - 2) Reclamação contra Companhias (inclusive companhias de capital fechado): 7;
  - 3) Mercado Marginal (oferta, distribuição e intermediação irregular): 11;

- 4) Orientação sobre acesso as Demonstrações Financeiras: 1;
  - 5) Reclamação e/ou orientação sobre Contratos de Parceria (inclusive Avestruz Master): 2;
  - 6) Informação sobre Emissão de Títulos e Valores Mobiliários (inclusive atualização de cautelas e Fundos de Investimentos): 45;
  - 7) Fundo 157: 32;
  - 8) Fechamento e Dissolução de Companhia: 1;
  - 9) Registros de Agente Autônomo, Auditor, Consultor de Investimento, Administrador de Carteira, Custodiante e Cooperativa de Crédito: 15;
  - 10) Regulação: 18;
  - 11) Atendimento Educacional: 8;
  - 12) Informação sobre Mercado de Carbono: 1; e
  - 13) Taxas e Multas: 10.
- d) Participação em 9 reuniões do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, inclusive de duas reuniões Plenárias, a 9ª de encerramento do 1º semestre e a 10ª de encerramento anual.
- e) Promovemos apresentação para o Comitê Temático “Investimento e Financiamento” sobre Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC;
- f) Participação na solenidade de criação da OSCIP – Associação dos Telecentros de Informação e Negócios – ATN, idealizado pelo Comitê Temático “Informação”;
- g) Participação no 1º *Workshop* em Internacionalização de MPE’s, promovido pela FUNCEX;
- h) Participação no 1º e na 5ª Reunião do Programa de Aproximação Banco/Empresa, idealizado pelo Comitê Temático “Investimento e Financiamento”;
- i) Participação no III Congresso Brasileiro de Micro e Pequena Empresa, em Vitória/ES, quando foram apresentados os resultados do Programa de Aproximação Banco/Empresa;
- j) Participação no Seminário – Desconsideração da Personalidade Jurídica, promovida pela CNI;
- k) Participação na Solenidade de Sanção, pelo Presidente da República, do Projeto de Lei que trata do Novo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

### **3.3.6. ATIVIDADES INTERNAS**

- a) A SRB proporcionou aos Membros do Colegiado, Superintendentes, Procuradores, Comissões de Inquérito e outros servidores, o suporte administrativo necessário ao desempenho de suas funções quando em Brasília;
- b) A SRB, com o apoio da SRI e da SOI, organizou palestra sobre “O QUE É A CVM”, para a *Indonesian Delegation from Ministry of Trade of the Republic of Indonesia*.

## **3.4. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SRS**

### **3.4.1. COMPETÊNCIA**

A Superintendência Regional de São Paulo (SRS) é uma unidade regional da CVM, que possui as competências e características abaixo apresentadas, tendo sob sua subordinação a Gerência Administrativa (GRS). Ao longo dos anos, tem se orientado pelos credos, valores, missão, objetivos e visão da CVM e, através de sua Gerência Administrativa, executa procedimentos procurando honrar seus compromissos junto à Administração Central, ao cidadão, ao usuário, ao servidor e ao contribuinte para:

- Oferecer uma adequada infra-estrutura operacional em São Paulo;
- Assegurar a disponibilidade de recursos humanos e materiais, proporcionando um ambiente confiável, confortável, seguro e eficiente;
- Preservar o patrimônio, o interesse e as finanças públicas.

A política de manutenção adotada procura ser predominantemente preventiva, com as atividades sendo executadas conforme procedimentos baseados em atos normativos, normas nacionais e internacionais, nas especificações, recomendações dos fabricantes, treinamentos e conhecimento técnico acumulado. Além das medidas preventivas, o processo de manutenção desdobra-se em ações corretivas em regime contínuo, na estrutura operacional proporcionando o atendimento a todo tipo de ocorrências para o restabelecimento, o mais imediato possível, sem comprometer a continuidade dos serviços. São competências da SRS:

- Supervisionar e coordenar as atividades desenvolvidas pela CVM no âmbito da Superintendência Regional de São Paulo;
- Zelar pela disciplina no âmbito da regional de São Paulo;
- Disciplinar o recebimento, distribuição e encaminhamento das correspondências e documentos recebidos na SRS, particularmente os relacionados com o registro e atualização de informações de companhias e com o registro de emissão de valores mobiliários, através dos malotes diários, aos componentes organizacionais da sede e demais regionais;
  - Supervisionar a implementação, no âmbito da regional de São Paulo, das diretrizes de informática determinadas pela SSI;
- Representar a regional e/ou a CVM, quando autorizado, perante órgãos e entidades do mercado;
- Servir de intermediário na solução de casos e/ou questões, no sentido de facilitar os contatos dos Componentes Organizacionais da sede, com o público em geral, e vice-versa;
- Oferecer suporte administrativo necessário aos membros do Colegiado e/ou servidores que estejam em missão da CVM na regional de São Paulo;
- Encaminhar periodicamente ao SGE, com cópia para os Superintendentes das áreas técnicas, o relatório das atividades desenvolvidas.

### 3.4.2. COMENTÁRIOS GERAIS

No âmbito desta Superintendência, o ano de 2006 foi marcado por:

1. Permanência nas instalações provisórias no Edifício BMSP na Rua Libero Badaró, até 18/06/2006;
2. Execução do projeto de instalações da nova SRS, com a finalização das seguintes etapas:
  - Aquisição e instalação de mobiliários e biombos, inclusive com aditamento de 18 novas estações de trabalho previamente projetadas para expansão;
  - Execução do projeto de instalações de infra-estrutura de elétrica, lógica e telefonia, bem como a aquisição de 3 *racks* e 9 *switches*;
  - Aquisição e instalação da nova central telefônica (PABX), marca Ericsson MD110 com tarifador;
  - Contratação de empresa para fiscalização e acompanhamento dos trabalhos, com base no projeto aprovado;
  - Contratação dos serviços complementares para retirada, transporte e instalação do mobiliário e equipamentos que serão aproveitados do patrimônio da CVM nas novas instalações, bem como a movimentação dos documentos e arquivos de trabalho existentes, além da limpeza final para a implantação;
  - Transferência para as novas instalações, da linha telefônica com 30 troncos bidirecionais, 99 ramais DDR e 30 ramais internos;
  - Transferência e ampliação para 1MB, do *link* de dados da SRS com a Sede;
  - Transferência e ampliação para 1 MB, do *link* de dados com a BM&F;
  - Transferência do *link* de 256 Kbs com a BOVESPA.
3. Implantação da nova SRS em 19/06/2006;
4. Implantação definitiva do contrato de locação de copiadoras, com a instalação 3 máquinas copiadoras SHARP AL1655CS e a transferência de 1 máquina SHARP AL1651CS, das instalações provisórias para as novas instalações;
5. Contratação de serviço terceirizado de limpeza;
6. Contratação de serviço terceirizado de locação de 1 veículo e 2 motoristas;
7. Implantação de mais um posto de suporte técnico de informática (totalizando 2 postos);
8. Recebimento, em março de 2006 de 3 *scanners* HP Scanjet 5590, 5 impressoras Laser HP 2420N e 1 impressora multifuncional HP *Office Jet* 9130;
9. Instalação em janeiro de 2006 de 21 microcomputadores com processador Pentium 4 2.8 GHZ, marca HP, Modelo DC5100, com monitor Samsung 17", recebidos em dezembro de 2005;

10. Recebimento, em fevereiro de 2006, de 5 microcomputadores com processador Pentium 4 2.8 GHZ, marca HP, Modelo DC5100, com monitor Samsung 19”;
11. Realização de pregão para aquisição de suprimento de informática, visando a suprir as demandas da SRS no exercício de 2007;
12. Realização de pregão para aquisição de 21 *pendrives* e 6 impressoras multifuncionais;
13. Realização de pregão para aquisição de 1 projetor multimídia;
14. Realização de pregão para contratação da manutenção preventiva e corretiva de 6 impressoras Kyocera;
15. Realização de pregão para aquisição de 3 *notebooks*;
16. Aquisição de novo sistema de filtragem de água potável;
17. Continuidade do processo de preparação das demandas de compras conduzida pela GRS nos itens de: materiais de consumo (suprimento de informática, gêneros alimentícios, higiene/limpeza e materiais de expediente) e manutenção elétrica/ hidráulica/ lógica/ telefônica;
18. Participação de servidores em palestras, seminários e congressos externos, visando ao desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de conhecimentos específicos;
19. Concurso para Agente Executivo 2005: Foram aprovados 15 candidatos. Entre janeiro e abril de 2006 houve o ingresso de 7 novos agentes executivos, sendo que 3 deles pediram exoneração durante o mês de julho de 2006. Como os demais candidatos aprovados não manifestaram interesse em tomar posse, foram preenchidas apenas 5 vagas das 8 inicialmente previstas para a CVM/SP;
20. Concurso para Inspetor/Analista 2003: Ingresso de 2 novos Inspetores com a criação de 2 novas vagas, e de 1 Analista de Mercado de Capitais e 3 Inspetores, para preenchimento de vagas abertas com o pedido de exoneração de 4 servidores aprovados no concurso de 2003;
21. Em fase final de aprovação o Aditivo do Contrato com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, visando ao aumento do número de vagas de estágio na CVM/SP, de 8 vagas de nível superior e 1 de nível médio, para 11 vagas de nível superior;
22. Em 2006 os grupos do curso de inglês na CVM/SP foram interrompidos em agosto. Estamos aguardando definições da Sede para continuidade ou não do curso;
23. No 2º semestre de 2006 foram realizados 4 cursos de média duração, sempre às 2ª e 6ª feiras e no período da manhã, sendo 2 nas dependências da CVM: Direito Societário, de 10/07 a 04/08, com 24 horas/aula, e Direito Administrativo Sancionador, de 09 a 20/10, com 12 horas/aula; e 2 externos (FIA): Renda Fixa, de 07/08 a 06/10, com 60 horas/aula e Câmbio, de 23/10 a 18/12, com 50 horas/aula;
24. Em 23/11, 2 novos servidores concluíram o Programa Especial para Reguladores da BM&F.

Prevê-se para o ano de 2007 a continuidade dos trabalhos que não foram concretizados em 2006 e o atendimento a novas demandas, com base no conceito de Qualidade Total, proporcionando às áreas técnicas e aos demais usuários equipamentos e instalações nos padrões atuais de modernidade e funcionalidade, mantendo o suporte aos servidores no que tange ao fornecimento de informações e serviços ligados à Administração de Recursos Humanos, Patrimônio, Suprimentos e Compras além da busca de máxima eficiência na área de Protocolo.

Foram prioridades da SRS em 2006 e em alguns casos de anos anteriores, devendo ser concluídas e somadas às novas demandas em 2007:

1. Contratação de projeto e execução do desmembramento do 20º andar do Edifício CBI (R. Formosa);
2. Devolução parcial do antigo imóvel (R. Formosa) para o Patrimônio da União e doação/sucateamento dos bens móveis inservíveis;
3. Contratação de operador de máquina reprográfica para atender as demandas da SRS;
4. Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos: fragmentadoras, geladeiras, forno microondas, aparelhos telefônicos analógicos, aparelhos de áudio-conferência e relógio datadores;
5. Ampliação da sala de reunião do 4º andar, isolamento acústico das salas de diretoria, retirada do tablado no piso do auditório e serviços de marcenaria nas copas;
6. Contratação de ampliação da rede de infra-estrutura de elétrica, lógica e telefonia para as novas estações de trabalho;
7. Aquisição de arquivos deslizantes;
8. Aquisição de mesas de reunião e poltronas;
9. Aquisição de nova viatura;
10. Contratação de serviço móvel celular para atender às necessidades das Gerências de Fiscalização Externa, bem como à administração;
11. Readequação dos serviços de segurança;
12. Contratação dos serviços terceirizados de manutenção predial;
13. Contratação da readequação do sistema de forro (ar condicionado, exaustores, iluminação, *splinker*, detectores de fumaça e luz de emergência), manutenção dos equipamentos "*fain-coil*" e sistema hidráulico;
14. Contratação de comunicação visual interna e no hall do condomínio, inclusive extintores, rota de fuga e saídas de emergência;
15. Contratação de reforma das portas de entrada principais e instalação de CFTV;
16. Contratação de serviços de bibliotecária e arquivista.

### **3.4.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

#### **Competências da GRS**

- Intermediar as demandas administrativas dos servidores e Componentes Organizacionais da SRS, junto à sede, no sentido de facilitar e agilizar o atendimento às mesmas;
- Proporcionar a necessária infra-estrutura operacional aos demais Componentes Organizacionais da SRS, através das atividades de suporte administrativo nas áreas de protocolo, malote, mensageiro, telefonia, patrimônio, especificação/preparação de compras, almoxarifado, reprografia, recrutamento e seleção de pessoal, treinamento, registro e acompanhamento funcional, suporte de informática, suprimento de fundos, manutenção geral, conservação e limpeza, copa, segurança patrimonial, biblioteca, transporte e outras atividades auxiliares;
- Executar e controlar o recebimento, distribuição e encaminhamento das correspondências e documentos recebidos na SRS, particularmente os relacionados com o registro e atualização de informações de companhias e com o registro de emissão de valores mobiliários, através dos malotes diários, aos componentes organizacionais da sede e demais regionais;
- Oferecer suporte administrativo necessário aos membros do Colegiado e/ou servidores que estejam em missão da CVM na regional de São Paulo;
- Executar todas as normas e procedimentos reguladores, expedidos pelos órgãos competentes (internos e externos), no âmbito da SRS, sobre a administração dos bens imóveis, móveis e serviços auxiliares;
- Participar das propostas de alteração nas dependências da SRS, que impliquem novo *layout* dos órgãos ou modificação de instalações;
- Implementar no âmbito da regional da São Paulo as diretrizes de informática determinadas pela SSI;
- Zelar, no âmbito da regional de São Paulo, pela preservação e segurança: do patrimônio, dos servidores e dos usuários; através do cumprimento das Normas Específicas, propondo e/ou implementando medidas, quando necessário;
- Manter permanente entrosamento com a Administração do Condomínio do Edifício CBI e Delta Plaza, visando a dirimir questões que afetem os interesses da CVM;
- Coordenar e fiscalizar os serviços terceirizados sob sua responsabilidade;
- Assessorar a Superintendência Administrativo-Financeira nas matérias inerentes a SRS;
- Encaminhar periodicamente à SRS, relatório das atividades desenvolvidas no período.

### **3.4.4. COMPONENTES ORGANIZACIONAIS LOTADOS EM SÃO PAULO**

Situação em 30/11/2006

<b>COL – Colegiado</b>	02 Diretores (DAS-5) – não efetivos
03 servidores	01 Assessora (DAS-3) – não efetiva
<b>SRS – Superintendência Regional de São Paulo</b>	01 Superint. (DAS-4) – Analista
01 servidor	
<b>GRS – Gerência Administrativa</b>	01 Gerente (DAS-3) – Ag. Executivo
06 servidores	01 Assistente Técnico (DAS-1) – não efetivo
	01 Encar. (FG-2) – Ag. Executivo
	01 Agente Executivo
	02 Auxiliares S. Gerais
<b>SMI – Superint. Rel. Merc. e Intermediários</b>	01 Superint. (DAS-4) - Inspetor
02 servidores	01 Assistente Técnico (DAS-1) – não efetivo
<b>GMA2 – Gerência Acomp. Mercado 2</b>	01 Gerente (DAS-3) – Analista
13 servidores	01 Encar. (FG-2) – Ag. Executivo (lic. mat.)
	09 Analistas
	01 Inspetor
	01 Agente Executivo
<b>GMN – Gerência Análise Negócios</b>	01 Gerente (DAS-3) – Analista
07 servidores	05 Analistas
	01 Inspetor
<b>SFI – Superint. Fiscalização Externa</b>	
<b>GFE3 – Gerência Fiscalização Ext. 3</b>	01 Gerente (DAS-3) – Inspetor

13 servidores

01 Agente Executivo

11 Inspetores

**GFE4 – Gerência Fiscalização Ext. 4**

13 servidores

01 Gerente (DAS-3) – Inspetor (aposent.).

01 Assistente Técnico (DAS-1) – não efetivo

11 Inspetores

**GFE7 – Gerência Fiscalização Ext. 7**

13 servidores

01 Gerente (DAS-3) – Inspetor

01 Chefe de Seção (FG-1) – Ag. executivo

10 Inspetores (1 licenciado)

01 Agente Executivo

**SOI – Superint. Proteção e Orientação aos Investidores**

**GOI2 – Gerência Orient. Investidores 2**

07 servidores

01 Gerente (DAS-3) – Analista

01 Assist. Técnico (DAS 1) – Ag. executivo

01 Encar. (FG-2) – Ag. executivo

02 Inspetores

02 Agentes Executivos

**PFE – Procuradoria Federal Especializada junto a CVM**

**GJU3 – Subprocuradoria Jurídica 3**

01 servidor

01 Procuradora Federal

**GJU-2 – Subprocuradoria Jurídica 2**

01 servidor

01 Procurador Federal

**GJU1 – Subprocuradoria Jurídica 1**

03 servidores

02 Procuradoras Federais

01 Agente Executivo

**3.4.5. RECURSOS HUMANOS**

• **Pessoal Ativo (83 servidores)**

Efetivos (Concursados) – 76

39 Inspetores (1 licenciado)

18 Analistas  
04 Procuradores Federais  
13 Agentes Executivos  
02 Auxiliares Serv. Gerais

Cargos de Confiança – 16

04 DAS-1 (assist. técnico)	1 efetivo/3 não efetivos
07 DAS-3 (gerente)	6 efetivos/1 aposentado
01 DAS-3 (assessor)	não efetivo
02 DAS-4 (superintendente)	Efetivos
02 DAS-5 (diretor)	não efetivos

Funções de Confiança (exclusivo para efetivos) - 04

01 FG-1 (chefe de seção)
03 FG-2 (encarregado)

- **Estagiários (11 vagas alocadas/6 estagiários em atividade)**

Nível superior: 11 vagas (alocadas)

02 COL (1 em atividade/1 aguard. Aditivo)
01 SRS (aguardando Aditivo)
02 GMA-2 (em atividade)
01 GMN (em seleção)
03 GJU-1 (2 em atividade/1 em seleção)
01 GOI-2 (em atividade)
01 GRS (aguardando Aditivo)

- **Terceirizados (13 postos/15 funcionários)**

Suporte de informática (empresa: RELACIONAL)	- 02 Técnico
Segurança/portaria (empresa: VISE)	- 02 Guardetes (44 horas/semana)
	- 04 Vigilantes–2 postos (12 X 36 h)
Copa (empresa: NQ)	- 02 Copeiros
Transporte (empresa: Essencial)	- 02 Motoristas
Médico do trabalho (empresa: JHM)	- 01 Médico
Limpeza (empresa: Essencial)	- 02 Auxiliares de limpeza

### 3.4.6. PATRIMÔNIO

Situação em 21/12/2006

- **Instalações físicas (atuais)**

Endereço: R. Cincinato Braga, 340 – 2º, 3º e 4º andares – Edifício Delta Plaza  
Propriedade do imóvel: PREVI – imóvel locado  
Área de uso privativo: 1.291.56 m<sup>2</sup>

- **Instalações físicas (antigas)**

Endereço: Rua Formosa, 367 – 20º e 21º andares – Cond. Edifício CBI  
C.N.P.J.: 29.507.878/0002-80

Propriedade do imóvel: CVM – cedido pelo Patrimônio da União

Área territorial (IPTU): 2.130 m<sup>2</sup> - 1.065 m<sup>2</sup> x 2 andares

Área de uso privativo: aprox. 1.600 m<sup>2</sup> - 800 m<sup>2</sup> x 2 andares  
- Área operacional total: aprox. 1440 m<sup>2</sup>  
- Área para eventos: aprox. 160 m<sup>2</sup>

Auditório: 81,25 m<sup>2</sup> (6,5m x 12,5m)

Cabines técnicas/hall - 78,75 m<sup>2</sup>

Capacidade: 56 pessoas

Ar condicionado: 41 aparelhos instalados (39 - 12000 BTU/01- 18000 BTU /  
01 - 30000 BTU)

07 aparelhos de 10.000 BTU a ser revisado/instalado

- **Rede de informática (posição em 21/12/2006)**

Links: 1 com a sede de 1 MB  
1 com a BOVESPA de 256 Kbs  
1 com a BM&F de 1 MB

03 servidores:           1 Compaq Proliant ML350 3.2 – Correio eletrônico (*Exchange*)  
                                  1 Compaq Poliant 1600 – servidor de arquivos  
                                  1 Compaq Prosigma 300 – BDC (*Backup* do servidor de arquivo)

03 Roteadores

09 *Switches*

126 Microcomputadores   20 – HP Pentium IV 2.6 GHZ  
                                  26 - HP Pentium IV 2.8 GHZ  
                                  63 – Compaq Celeron 466 MHZ  
                                  15 – Compaq Pentium III 1 GHZ  
                                  01 – Compaq Pentium IV 2.8 GHZ (Bloomberg)  
                                  01 – IBM NETVISTA Pentium IV 1.6 GHZ (BM&F)

08 *Notebooks*               02 – Compaq EVO 160 Pentium III 1 GHZ  
                                  06 – Toshiba Titanium Speaker Pentium 4 2.4 GHZ

14 Impressoras P&B:       05 Laser HP 2420N  
                                  03 – Laser Lexmark Optra S1855  
                                  01 – Laser Kyocera FS 3800  
                                  05 – Laser Kyocera FS1900

02 Impressora Colorida    01 – Laser HP Laserjet 4500 Color  
                                  01 \_ HP Multifuncional Office Jet 9130 (*inkjet*)

03 *Scanners*               03 – HP Scanjet 5590

- **Rede de telefonia**

Nº do tronco-chave: 2146-2000  
 Numeração reservada: 2146-2000 até 2146-2099  
 Sistema: PABX/D.D.R. (Discagem Direta a Ramal)  
 Quantidade de linhas: 30 troncos bidirecionais  
 Equipamento: PABX ERICSSON MD110 C/ TARIFADOR

01 linha SPORT direto com a BOVESPA – Será desativada em Março/2007

- **Reprografia (posição 22/12/2005)**

04 – máquinas copiadora locadas.

**Transporte**

01 viatura oficial própria marca GM, modelo Kadett Ipanema, ano 1994.  
 01 veículo locado marca GM, modelo Astra Sedan, ano 2005.  
 01 viatura oficial própria marca FIAT, modelo Palio Weekend, ano 2004/2005

**3.4.7. PRINCIPAIS INDICADORES DA SRS**

- **Tráfego de pessoas**

População fixa: 102 pessoas (situação em 21/12/2006)

- **Visitantes em 2006**

Este controle não foi possível ser feito devido à situação contingencial e a mudança feita neste ano.

- **Tráfego de documentos/correspondências**

Processos abertos em 2006 pela SRS: 228 (até 21/12/2006)

- **Documentos e correspondências em 2006**

Tipo de Documento	média/dia	total/ano
Externo/interno	40,16	10.903

## **3.5. AUDITORIA INTERNA – AUD**

### **3.5.1. COMPETÊNCIA**

Na forma do artigo 11 Anexo I, do Decreto nº 4.763, de 24 de junho de 2003, que aprova a Estrutura Regimental da CVM, compete à Auditoria Interna:

- I - realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária, de pessoal e demais sistemas administrativos;
- II - realizar auditorias nos sistemas, processos e rotinas da Comissão de Valores Mobiliários; e
- III - propor ao Colegiado a adoção de medidas necessárias ao aperfeiçoamento do funcionamento dos seus órgãos internos.

A Auditoria Interna da CVM integra o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, cujas atribuições se encontram na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. As ações da Auditoria Interna estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União e seus órgãos setoriais.

### **3.5.2. ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA**

As atividades previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI para 2006 foram divididas em três linhas principais de ações, que consistem em:

- I Programas de Auditoria 2006
- II Revisões Específicas
- III Estrutura AUD e Capacitação

As auditagens realizadas abrangeram os seguintes componentes organizacionais:

1. Superintendência Administrativo-Financeira – SAD, e suas gerências:
  - 1.1. Gerência de Compras e de Serviços Gerais – GAG;
  - 1.2. Gerência de Orçamento e Finanças – GAF;
  - 1.3. Gerência de Recursos Humanos – GAH;

- 1.4. Gerência de Projetos – GAP
2. Superintendência de Informática – SSI.
3. Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores – SOI;
4. Superintendência de Relações com Empresas – SEP;
5. Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria – SNC;
6. Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE;
7. Superintendência de Relações com Investidores Institucionais – SIN;
8. Superintendência Geral – SGE

A síntese da distribuição em 2006, medida em HH (homens-hora) de auditoria, é mostrada no quadro abaixo:

<b>PLANO DE ATIVIDADES – 2006</b>	<b>HH</b>	
I Programas de Auditoria do PAAAI	3.965	91,1 %
II Revisões Específicas	78	1,8 %
III Estrutura da AUD	268	6,2 %
IV Atividades desenvolvidas não planejadas	43	0,9 %
<b>TOTAL DE HORAS DE ATIVIDADES DE AUDITORIA</b>	<b>4.354</b>	<b>100 %</b>

As atividades do Plano de Atividades de Auditoria realizadas em 2006, nas linhas de ações previstas, foram as seguintes:

#### I PROGRAMA DE AUDITORIA DO PAAAI

##### I.1 Auditoria em procedimentos licitatórios e pagamentos

###### I.1.1 Verificações em Diárias e Passagens

##### I.2 Revisão de recomendações de auditoria de 2005 nos processos de arrecadação

##### I.3 Auditoria de Informática

##### I.4 Auditoria de procedimentos automatizados de participantes do mercado fiscalizados pela CVM.

##### I.5 Trâmite de Processo Administrativo Sancionador

##### I.6 Auditoria da Prestação de Contas Anual

I.7 Auditoria da execução das ações do Planejamento Estratégico da CVM para 2005-2007 e do Plano Plurianual.

I.8 Auditoria dos serviços de orientação e educação de investidores

I.9 Testes de consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal

## II REVISÕES ESPECÍFICAS:

II.1 Verificação do atendimento a recomendações de auditorias da CGU e do TCU

II.2 Verificação de recomendações de Comissões de Sindicância

## III ESTRUTURA DA AUD

III. 1 Capacitação da equipe

### **3.5.3. METODOLOGIA DE TRABALHO**

A metodologia de trabalho de AUD/CVM tem como referencial técnico as Normas de Auditoria da Gestão Pública da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC. A metodologia básica dos procedimentos de auditagem é fundamentada nos Manuais e Procedimentos de Auditoria da SFC e, no caso de auditoria de sistemas, a metodologia utilizada tem como base o Manual e o Procedimento de Auditoria de Sistemas do Tribunal de Contas da União – TCU.

A partir desse referencial técnico básico, foram desenvolvidos, em 2002, os Procedimentos de Auditoria Interna da AUD/CVM, que abrangem as áreas de: Controles da Gestão, Gestão Orçamentária, Gestão Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão de Pessoas, Gestão de Suprimento de Bens e Serviços, Gestão Operacional e Auditoria de Sistemas.

Na execução das atividades de auditoria procura-se atender aos seguintes requisitos de controle:

1 - Controle de meios: através de verificações como foco na legalidade e na eficiência dos atos praticados pela administração;

2 - Controle de resultados: através da verificação dos requisitos de eficácia e efetividade dos resultados;

3 - Controle prévio, visando à antecipação de possíveis situações que possam acarretar problemas;

4 - Controle concomitante, acompanhando a execução dos atos, procurando reduzir a defasagem de tempo entre a identificação de alguma situação não desejável e a recomendação de correção;

5 - Controle posterior, após a execução das ações.

Para execução das auditagens são utilizadas as seguintes linhas de metodologia:

- (i) Auditoria Contínua
- (ii) Processo de Auditoria
- (iii) Monitoramento

**AUDITORIA CONTÍNUA:** Consiste num processo de auditoria realizada de forma continuada, durante todo o ano, executando revisões de controles internos na medida em que as ações dos componentes organizacionais vão sendo executadas. Numa situação limite, seria uma auditoria em ‘tempo real’. É utilizada em atividades que ocorrem de forma continuadas ao longo do ano, tais como, processos licitatórios, fiscalização de contratos e pagamentos. Essa metodologia procura atender ao requisito de controle concomitante, conforme citado.

**PROCESSOS DE AUDITORIA:** Metodologia aplicada em auditagens específicas. As linhas essenciais desses processos de auditoria têm as seguintes etapas:

1. Planejamento da auditoria;
2. Levantamento da área/processos a serem auditados e verificação dos relatórios das últimas auditorias realizadas pela AUD/CVM ou pela CGU/RJ;
3. Identificação dos Pontos de Controle;
4. Priorização e seleção dos Pontos de Controle para o processo de auditagem;
5. Execução dos testes de auditoria para avaliação dos Pontos de Controle;
6. Conclusão da Auditoria e registros para acompanhamento;
7. Elaboração de Relatório de Auditoria e Parecer.

Em certos processos de auditoria, em que é necessário um aprofundamento do conhecimento de determinada área e dos parâmetros de auditagem, é realizada uma Pré-Auditoria, que é um recurso básico para a definição dos parâmetros de planejamento das atividades de auditoria e, por extensão, das atividades típicas do Controle Interno.

**MONITORAMENTO:** É utilizado no acompanhamento de recomendações de auditoria, sejam essas recomendações feitas pela própria AUD/CVM ou pelos agentes do sistema de controle interno do Governo Federal: a Controladoria-Geral da União – CGU e o Tribunal de Contas da União – TCU. Essa metodologia consiste no acompanhamento das ações dos componentes organizacionais através dos sistemas informatizados, dos relatórios emitidos e, quando necessário, das informações solicitadas às áreas auditadas. Em casos específicos, são feitas verificações in loco.

### 3.5.4. CONTROLE PRÉVIO APLICADO

A partir do mês de agosto de 2005, os processos licitatórios e de pagamentos a terceiros, atendidas determinadas condições, passaram a tramitar pela AUD de forma rotineira, para verificações de auditoria.

As condições para que tais processos sejam verificados atendem a uma análise das curvas 'ABC' dos Processos de Compra e dos pagamentos. Esse procedimento visa a atingir um índice de cobertura, em base anual, de 75% dos valores licitados e 75% dos valores pagos a terceiros.

As linhas do procedimento adotado são as seguintes:

**Trâmite de processos licitatórios para verificações de auditoria:** Todos os processos licitatórios cujo valor previsto de dispêndio seja igual ou superior a R\$ 45.000,00 são verificados previamente pela AUD, antes da publicação do edital. Outros processos licitatórios abaixo desse valor estabelecido podem ser encaminhados para verificação da AUD por solicitação da Superintendência Administrativo-Financeira, ou por solicitação da AUD.

**Trâmite dos processos de pagamentos para verificações de auditoria:** Os processos de pagamentos que passam por verificações da AUD estão divididos em dois grupos:

- Pagamentos contínuos: devem passar pela verificação de auditoria os pagamentos cujo montante do pagamento seja igual ou superior a R\$ 50.000,00;
- Pagamentos de contratos de modalidade 'pronta entrega' devem passar pela verificação de auditoria os pagamentos cujo montante seja igual ou superior a R\$ 20.000,00

A aplicação do controle prévio nas verificações de processos licitatórios e pagamentos a terceiros, a partir de agosto de 2005, indicam uma evolução na eficiência das auditagens, como pode ser observado no quadro abaixo:

	2004	2005	2006
Nº verificações	44	77	89
Nº processos	34	46	44
Montante auditado total (R\$ mil)	5.355,8	8.402,5	15.764,8
Índice de cobertura de auditoria	57%	66%	70%

O índice de cobertura de auditoria mostra o percentual dos montantes auditados em relação ao total dos valores licitados e/ou pagos durante o ano.

### **3.5.5. RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO**

Atendendo a dispositivos da Norma de Execução nº 03, de 28 de dezembro de 2006, devem ser informadas as recomendações da Controladoria-Geral da União – CGU, apontadas no Relatório nº 174448 da auditoria da Prestação de Contas Anual relativa ao exercício de 2005. O Plano de Providências relativo àquele relatório foi encaminhado para manifestação em 02/08/2006, e a resposta da CVM foi encaminhada à CGU em 31/08/2006.

É oportuno ressaltar que na página da CVM na internet ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), no acesso ‘*Contas Públicas da CVM*’, são apresentados os documentos da Prestação de Contas de 2005, incluindo a íntegra do Relatório de Auditoria e do Plano de Providências.

Observamos, também, que a Auditoria Interna realizou em 2006, monitoramento do atendimento às recomendações constantes do referido Plano de Providências junto aos componentes organizacionais.

As recomendações do Relatório n.º: 174448, com os respectivos comentários são a seguir apresentados:

#### **1 Item do Relatório de Auditoria: 3.1.1.1**

**Recomendação:** *Recomendamos que a CVM priorize o desenvolvimento de sistema para permitir o acompanhamento, as cobranças administrativas, as inscrições em dívida ativa e as respectivas execuções fiscais dos débitos referentes a multas. Caso se evidencie a prescrição de determinados créditos da CVM, deverá ser instaurado processo administrativo disciplinar para apurar quem deu causa aos prejuízos ao erário.*

#### **Providências a serem Implementadas**

Em março de 2006 teve início o desenvolvimento do sistema de dívida ativa de multa, com previsão de conclusão para 30/06/2006. O sistema ficou em fase de desenvolvimento, testes e depuração no período de março a julho de 2006, quando foi homologado e disponibilizado parcialmente, no que diz respeito aos menus Validação da Legalidade Processual, Inscrição e Instrução.

No período de fevereiro a julho de 2006 foram inscritas 654 (seiscentas e cinquenta e quatro) multas, sendo que 105 (cento e cinco) com o uso do EXCEL ("sistema manual"), o que foi suficiente para evitar qualquer perecimento de direito da CVM, sendo que os registros cabíveis foram posteriormente objeto de inserção no sistema novo, uma vez que o sistema DIVIDAT-Multa encontrava-se em desenvolvimento, portanto indisponível para produção. As 549 multas restantes foram inscritas já utilizando o módulo "Inscrição" disponibilizado no sistema DIVIDAT-Multa.

Neste diapasão, cumpre informar que a parte do sistema em uso apresenta nível de estabilidade bastante razoável e o número de problemas novos é reduzido e tem decrescido, revelando que os menus homologados podem ser usados, em produção, de forma satisfatória, sendo certo que algumas melhorias serão implementadas posteriormente, mas em caráter secundário, visando apenas a melhoria de interface e maior produtividade.

Acrescentamos que os próximos módulos do sistema a serem depurados e homologados são referentes a relatórios e cálculo de atualização do valor de multas, com vistas a atender consultas instadas pelos contribuintes, já em produção no âmbito da informática.

Finalmente, e em virtude de novas funcionalidades, identificadas pela Procuradoria Federal Especializada-CVM (GJU-3), não constantes no cronograma inicialmente previsto, a implementação dos demais módulos que compõem o sistema de dívida ativa de multa - DIVIDAT-Multa está prevista para ser concluída no primeiro trimestre de 2007.

## **2 Item do Relatório de Auditoria: 5.1.1.1**

**Recomendação:** *Recomendamos que a Gerência de Orçamento e Finanças oriente para que os supridos verifiquem se todas as notas fiscais apresentadas para comprovação de despesas encontram-se devidamente atestadas, de forma a formalizar corretamente os processos de prestação de contas dos suprimentos de fundos da CVM.*

*Recomendamos, ainda, que a Entidade passe a reclassificar as despesas realizadas mediante suprimento de fundos na ocasião da sua baixa.*

### **Providências a serem Implementadas:**

As recomendações foram integralmente adotadas, já tendo sido implementadas as seguintes providências:

- Os supridos foram comunicados formalmente e orientados sobre a necessidade de, no momento da prestação de contas do suprimento de fundos, sejam devidamente atestadas as notas fiscais/recibos de prestação de serviço ou de fornecimento de materiais.
- A reclassificação das despesas está sendo realizada quando da prestação de contas dos respectivos suprimentos de fundos, conforme recomendação.

## **3 Item do Relatório de Auditoria: 6.1.1.1**

**Recomendação:** *Recomendamos que a CVM, de forma a aprimorar seus controles patrimoniais:*

*a) efetue novo levantamento dos bens móveis da Entidade, de forma a identificar a localização de todos os bens que se encontram desaparecidos;*

*b) atualize todos os termos de responsabilidade de bens móveis da Entidade;*

*c) informe a todos os servidores da Entidade que qualquer transferência de bens móveis deverá ser comunicada ao setor de patrimônio da CVM, na forma do item 7.13.4 da IN SEDAP 205/88, para que este mantenha atualizados os seus registros patrimoniais;*

*d) comprovado desaparecimento ou dano de bens, instaure processo de sindicância para apurar responsabilidade pelo fato e promover o devido ressarcimento ao erário;*

*e) passe a registrar todos os bens da Entidade no seu sistema patrimonial e em seu inventário, inclusive aqueles desaparecidos no exercício de 2003 e que foram baixados do sistema na ocasião. Os referidos bens deverão estar identificados como “não localizados”;* e

*f) verifique mensalmente a compatibilidade entre o RMB e os registros contábeis constantes no SIAFI referentes aos bens móveis, evitando as inconsistências verificadas no fechamento do exercício de 2005.*

#### **Providências a serem Implementadas:**

Em relação ao item ‘a’, a recomendação foi aceita e em outubro de 2006 será feito novo levantamento dos bens móveis da instituição. A demora em implementar esta recomendação deveu-se aos problemas enfrentados pela CVM no tocante às instalações da Superintendência Regional de São Paulo. Durante o ano de 2005 e parte de 2006, a CVM-SP estava utilizando instalações emprestadas por outra instituição, motivada pelo incêndio ocorrido no prédio na qual ela se encontrava anteriormente.

Atualmente, encontra-se em fase de ocupação das novas instalações e organização dos bens que estavam nas instalações da ocorrência do sinistro. Ademais, a CVM-RJ reformou recentemente as instalações do 25º andar para o uso do setor de almoxarifado e patrimônio da instituição. As novas instalações permitirão a segregação das áreas, além de melhor organização.

Em relação ao item ‘b’, informamos que, após o inventário anual, serão atualizados todos os termos de responsabilidade de bens móveis da Entidade.

Em relação aos itens ‘c’ e ‘d’, informamos que a administração está implementando a recomendação, de forma a manter atualizados nossos registros patrimoniais. No caso de constatar-se o desaparecimento ou dano de bens, tomaremos as providências administrativas cabíveis.

Em relação ao item ‘e’, informamos que a instituição está reincorporando os bens que foram baixados do sistema no exercício de 2003. Além disso, empreendemos esforços para localizar os bens que se encontravam na situação de “não localizados”. Dessa forma, atualmente, existe somente um resíduo de bens nesta situação, o que esperamos solucionar no próximo inventário.

Outrossim, informamos que a regularização foi retardada devido ao sinistro na Superintendência Regional de São Paulo, conforme exposto anteriormente.

Em relação ao item ‘f’, as recomendações foram integralmente adotadas, tendo sido implementadas as seguintes providências:

- Foi instituída rotina para acompanhamento mensal de eventuais diferenças.
- Todas as diferenças encontram-se devidamente identificadas e em processo de regularização.

#### **4 Item do Relatório de Auditoria: 8.1.1.1**

**Recomendação:** *Recomendamos que a CVM, no julgamento de seus processos licitatórios, sempre que considerar inválida documentação apresentada pelos licitantes, deverá fazer constar no processo os fatos e fundamentos jurídicos que motivaram o referido ato, de forma a dar transparência e cumprir as exigências legais determinantes para a Administração Pública.*

**Providências a serem Implementadas:**

A recomendação foi integralmente adotada e a área responsável pelas licitações foi devidamente notificada.

**5 Item do Relatório de Auditoria: 8.2.1.1**

**Recomendação:** *Recomendamos que a CVM passe a realizar pesquisas de preços para as contratações de cursos de capacitação, de forma a avaliar se os preços a serem contratados estão compatíveis com os praticados no mercado.*

**Providências a serem Implementadas:**

Providência já implementada, sendo informado que, em todos os treinamentos corporativos, a CVM sempre adotou o procedimento de pesquisa de preços, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93.

Em relação aos treinamentos externos, para até 5 servidores, esse procedimento passou a ser adotado desde o início do corrente ano, conforme Portaria Interna . No entanto, cabe salientar que em virtude de sua especificidade, nem sempre são encontrados cursos ou eventos de capacitação com o mesmo, ou semelhante, conteúdo programático e carga horária, além de período de realização compatível com a disponibilidade do servidor.

Os Seminários, Congressos e Simpósios são exemplos de eventos com peculiaridades que inviabilizam comparações de preço de forma simplista.

**6 Item do Relatório de Auditoria: 8.2.2.1**

**Recomendação:** *Recomendamos que todas as alterações contratuais no âmbito da CVM sejam respaldadas em termos aditivos.*

*A Entidade deverá, ainda, providenciar, o mais breve possível, termos aditivos para respaldarem as alterações dos Contratos n.º 030/2002 e 013/2005, de forma que os serviços executados correspondam ao previsto contratualmente.*

*Tendo em vista o Superintendente de Informática e o Gerente de Tecnologia da CVM praticarem atos de gestão, com poder decisório para definir questões relacionadas à informática da autarquia, deverão os mesmos passar a integrar o rol de responsáveis da Entidade, na forma do art. 12, § 10º da IN TCU 47/2004.*

**Providências a serem Implementadas:**

A CVM informou que concorda parcialmente com esta recomendação, complementando que todas as alterações contratuais são respaldadas por Termos Aditivos aos contratos. Dessa forma, os serviços executados correspondem aos contratados, conforme recomendado pela Auditoria do CGU.

Todas as recomendações já foram atendidas, exceto a inclusão do Superintendente de Informática e do Gerente de Tecnologia da CVM como integrantes do rol de responsáveis da CVM, na forma do art. 12, inciso 10, e art. 12, § 10, da IN TCU 47/2004. A íntegra das

justificativas apresentadas encontra-se na página da CVM na internet ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), no acesso 'Contas Públicas da CVM', no documento Plano de Providências.

#### **7 Item do Relatório de Auditoria: 8.3.1.1**

**Recomendação:** *Recomendamos que a CVM implante rotina de verificação periódica das validades dos bens em estoque, de forma a permitir que seja avaliada, com base no consumo dos últimos meses, a utilização dos materiais e, caso estejam sem uso, possam ser os mesmos doados a outras instituições da Administração Pública ainda em condições de utilização. Também deverá haver uma maior interação entre as áreas da CVM, a fim de que na ocasião de mudanças no parque de impressoras da Entidade seja o almoxarifado comunicado, possibilitando a realização de doações tempestivas daqueles materiais que não terão mais utilidade para a Entidade.*

*Recomendamos, ainda, que a CVM, verificando não haver nenhuma forma de recuperação dos materiais sem validade, instaure um processo de desfazimento, com base no Decreto n.º 99.658/90, que deverá conter as Justificativas de Abandono e a devida autorização do ordenador de despesas para que sejam procedidas as baixas dos referidos bens dos registros contábeis da autarquia e do sistema de controle dos materiais em estoque.*

#### **Providências a serem Implementadas:**

A recomendação foi atendida. Está sendo feito um controle mais eficiente dos bens que possuem validade próxima ao término. O Sistema atualmente utilizado emite relatório informando os bens com validade a vencer. Também foi realizado processo de Desfazimento com base no Decreto n.º 99.658/90 para se adequar integralmente às recomendações.

#### **8 Item do Relatório de Auditoria: 9.1.1.1**

Relativa ao Acórdão 1.030/2005 do Tribunal de Contas da União.

**Recomendação:** *9.1.1. faça seleção interna dos membros da comissão de ética de forma transparente, dando ampla divulgação e com critérios previamente definidos e que tenham como atributos principais a conduta ética, o compromisso, a competência e a disponibilidade de tempo para os trabalhos propostos, seguindo o estabelecido no Decreto n.º 1.171, de 22/6/1994;*

*9.1.2. dê poderes, recursos e disponibilize tempo aos novos membros da comissão de ética para que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da posse, apresentem proposta de infraestrutura de gestão de ética para a CVM com base nas quatro providências a seguir:*

*9.1.2.1. criar Código de Ética próprio ou decidir pela internalização do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;*

*9.1.2.2. tomar medidas efetivas para internalizar o código, na forma adotada;*

*9.1.2.3. criar sistema de promoção, sanção e punição com base no código;*

*9.1.2.4. criar sistema de monitoramento e educação do código;*

9.1.3. *designe a Auditoria Interna para acompanhar os trabalhos da nova comissão de ética e para, por solicitação desta, colaborar com os trabalhos;*

**Providências a serem Implementadas:**

Atendendo a determinação 9.2 do referido Acórdão 9.2. *determinar à CVM que informe, no relatório anual das contas da entidade do exercício de 2006, as medidas adotadas a partir das recomendações anteriores*), o atendimento a esta recomendação está sendo abordado no capítulo 3.6, específico da Comissão de Ética, adiante.

**9 Item do Relatório de Auditoria: 9.1.2.1**

Relatório 160.662 – item 4.2.2.1

**Recomendação:** *“recomendamos à Entidade que proceda a identificação dos depósitos por recorrente e tão logo obtenha os resultados dos julgamentos dos recursos pelo Colegiado, providencie os devidos registros contábeis na conta 211430000 - Depósitos para Recursos.”*

**Providências a serem Implementadas:**

A CVM instaurou o processo administrativo RJ-2005-7295, para proceder à contabilização dos depósitos recursais. Do saldo de R\$ 21.291,42, em 31/12/2005, todos foram identificados por recorrente, tendo sido emitido o documento 2006NL000268, registrando os depositantes no SIAFI. Do saldo acima, R\$ 2.018,24 dependem de julgamento pelo Colegiado, R\$ 2.449,42 referem-se a processo em que os recursos dos contribuintes foram julgados procedentes e deverão ser devolvidos ao contribuinte, R\$ 13.239,79 serão convertidos em renda em razão do contribuinte ter efetuado o depósito e não ter entrado com o recurso administrativo, e R\$ 3.583,97 referem-se a um processo em fase de localização.

**10 Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1**

Relatório 139.733 – item 5.1.1.2

**Recomendação:** *“[...] que a CVM institua informações gerenciais consolidadas acerca de sua atuação no âmbito da IN 301, bem como implante o formulário padrão a ser preenchido pelas entidades informantes.”*

**Providências a serem Implementadas:**

O formulário padrão recomendado já se encontra disponibilizado no *site* da CVM, na internet, onde podem ser feitas denúncias sobre suspeitas de lavagem de dinheiro. Ao ser feita alguma denúncia no site da CVM, essa informação é tratada internamente na CVM e, ao mesmo tempo, é repassada automaticamente para o COAF.

As informações gerenciais no âmbito da Instrução CVM nº 301/99 constam de relatórios de três áreas: Superintendência de Relações com Mercados Intermediários – SMI, Superintendência de Fiscalização Externa – SFI e Coordenação de Controle de Processos – CPP. A consolidação dos relatórios gerenciais já se encontra na relação das atividades programadas da Superintendência de Informática – SSI.

### **3.5.6. CONCLUSÃO DA AUDITORIA INTERNA**

Nas verificações realizadas em 2006, não foram observados fatos ou indícios que pudessem comprometer a atuação dos componentes organizacionais da CVM. As recomendações feitas dizem respeito ao aperfeiçoamento de procedimentos administrativos e de controles internos. Os pontos de auditoria relativos às fragilidades apontadas estão sendo objeto de correções pelas áreas auditadas, e o atendimento às recomendações serão objeto de novas verificações de auditoria.

### **3.5.7. MUDANÇA DO TITULAR DA AUDITORIA INTERNA DA CVM EM 2007**

A partir do dia 2 de janeiro 2007 a Auditoria Interna da CVM conta com um novo Auditor-Chefe, cuja indicação foi referendada pela Controladoria-Geral da União, conforme dispositivo do § 5º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002.

## **3.6. COMISSÃO DE ÉTICA**

### **3.6.1. COMPETÊNCIA**

As Comissões de Ética das entidades e órgãos do Poder Executivo Federal, criadas pelo Decreto nº 1.171/94, devem zelar pela promoção da ética através da divulgação e orientação sobre as regras de conduta que devem ser observadas, além do monitoramento e proposição de medidas corretivas, podendo aplicar a pena de censura.

### **3.6.2. MEMBROS DA COMISSÃO DE ÉTICA**

A Comissão de Ética da CVM, designada pela Portaria/CVM/PTE/Nº 010/2006, é formada pelos seguintes servidores:

- Titulares:** Marcelo de Sampaio Marques  
João Luiz Almeida Paiva  
Maria das Graças Martins Silva
- Suplentes:** Célia Maria Silva de Moraes Bittencourt  
Felipe Claret da Mota  
Terezinha Rossi

O endereço eletrônico da Comissão de Ética da CVM é [comissaodeetica@cvm.gov.br](mailto:comissaodeetica@cvm.gov.br).

### **3.6.3. MEDIDAS ADOTADAS EM ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO TCU Nº 1.030/2005**

Em atendimento à recomendação feita no Acórdão nº 1.030/2005 do Tribunal de Contas da União – TCU, aprovado em Sessão Ordinária do Plenário de 27/07/2005, cujo objeto foi uma auditoria de Levantamento da Gestão de Ética realizada em outubro de 2004, são apresentadas a seguir medidas adotadas pela CVM:

1. Foi emitida a Portaria/CVM/PTE/Nº 094, de 14 de novembro de 2005, que dispõe sobre os *critérios a serem utilizados na escolha dos servidores que comporão a Comissão de Ética da Comissão de Valores Mobiliários* e estabelece como requisitos para os servidores designados para compor a Comissão de Ética:
  - I - ser ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro permanente da CVM;*
  - II - ter sido confirmado no estágio probatório para o cargo que ocupa;*

*III - ter obtido nota superior à média do grupamento nas duas últimas avaliações anteriores à data da escolha dos membros da Comissão;*

*IV - não ter sofrido sanção disciplinar nem ter sido condenado penalmente por sentença transitada em julgado; e*

*V - não estar lotado na Auditoria Interna.*

Estabelece também esta Portaria que no preenchimento desses requisitos, a Comissão de Ética deverá ter *representantes dos cargos de nível superior e de nível intermediário, do quadro permanente da CVM, podendo os mesmos ser ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) ou Função Gratificada (FG).*

2. Através da Portaria/CVM/PTE/Nº 010, de 21 de fevereiro de 2006, foram designados novos membros da Comissão de Ética da CVM, dentro dos parâmetros definidos.
3. Em reunião de 28/11/2006, o Colegiado da CVM optou por internalizar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal como Código de Ética da CVM e, adicionalmente, determinou que a Comissão de Ética desta Autarquia, *coordene a revisão das normas específicas hoje em vigor na CVM, visando a sua consolidação, sem prejuízo do Código de Conduta da Alta Administração Federal, que será utilizado no que couber.*
4. Em relação às providências para internalizar o Código de Ética e criar sistema de monitoramento e educação do código, estas estarão sendo implementadas em 2007 pela Comissão de Ética da CVM, que promovem a continuidade da decisão do Colegiado citada no item anterior.
5. Especificamente com relação à criação de um sistema de promoção, sanção e punição com base no Código de Ética, as normas atualmente em vigor já contemplam aspectos relativos à conduta ética dos servidores.

Por oportuno, deve ser observado que a Gerência de Recursos Humanos já está trabalhando numa proposta de reformulação do sistema de avaliação de desempenho dos servidores da CVM, tendo como referencial o modelo a ser adotado no âmbito do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

6. Como padrão de procedimento na CVM, desvios de conduta de servidores, que venham a ser passíveis de algum tipo de punição ou sanção, sempre são objeto de apuração, com base na Lei nº 8.112/90, sendo realizados procedimentos de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

## **3.7. OUVIDORIA**

### **3.7.1. *COMPETÊNCIA***

Receber, registrar e conduzir internamente as manifestações dos usuários e de instituições sobre as atividades e serviços de competência da CVM.

### **3.7.2. *ATIVIDADES DE 2006***

Compete à Ouvidoria atuar como canal adicional de atendimento ao público externo, recebendo manifestações relacionadas às atividades da CVM, bem como mantendo constante acompanhamento das orientações dadas pelas demais áreas da Autarquia.

A Ouvidoria presta atendimento aos demandantes, recebendo consultas, reclamações ou denúncias, e informando aos interessados a maneira como estão sendo resolvidas suas questões e quais as áreas envolvidas.

Em 2006, a totalidade das consultas, reclamações ou denúncias estiveram relacionadas à atuação de participantes do mercado e a possíveis irregularidades envolvendo agentes de mercado. Por essa razão, essas demandas não foram atendidas na própria Ouvidoria, e sim direcionadas às superintendências relacionadas aos assuntos em questão, ou diretamente às áreas responsáveis pelo credenciamento do reclamado, conforme o caso.

Cabe destacar que no ano de 2006 não houve registros de reclamações ou denúncias relacionadas com a atuação da CVM ou de seu pessoal. As ações de correição, quando necessárias, são conduzidas pela Auditoria Interna, que atua, também, como unidade de correição da Autarquia.

---

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO 2006**

---